

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

NA POEIRA DO NOSSO PASSADO:
perfil sociopolítico do Poder Legislativo do Estado da Paraíba
(1990 a 2018)

JOSÉ MAURO DE PONTES POMPEU

JOÃO PESSOA, 2021

JOSÉ MAURO DE PONTES POMPEU

**NA POEIRA DO NOSSO PASSADO:
perfil sociopolítico do Poder Legislativo do Estado da Paraíba
(1990 a 2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda

JOÃO PESSOA, 2021.

FICHA CATALOGRÁFICA

P788p Pompeu, Jose Mauro de Pontes.

Na poeira do nosso passado : perfil sociopolítico do
Poder Legislativo do Estado da Paraíba (1990 a 2018) /
Jose Mauro de Pontes Pompeu. - João Pessoa, 2021.
195 f. : il.

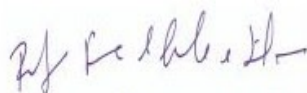
Orientação: Samir Perrone de Miranda.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Poder Legislativo. 2. Assembleia Legislativa. 3.
Paraíba - PB. I. Miranda, Samir Perrone de. II. Título.

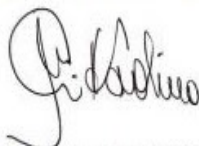
UFPB/BC

CDU 342.52(043)

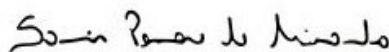
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva



Profa. Dra. Monique Guimaraes Cittadino



Prof. Dr. Samir Perrone de Miranda
Presidente da Banca

Trabalho aprovado em 28 de outubro de 2021.

João Pessoa, Paraíba.

Dedico esta obra aos meus pais, Vera Lúcia e Ilson Pompeu.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Vera Lúcia e Ilson Pompeu, por todo apoio e carinho que tem me dado nessa longa e difícil jornada que é a vida. A distância física só aumenta meu amor por vocês. Agradeço também ao meu irmão, João Marcelo, por todo cuidado e atenção dedicado à nossa mãe.

Agradeço a todos os amigos que me incentivaram e me ajudaram a chegar até aqui, especialmente: Márcio Santos; Rene; Karina Maldonado; Elizabete Albernaz; Dani Freitas; Mateus Mota e Rachid Ibrahim, entre tantos outros.

Ao meu orientador, prof. Dr. Samir Perrone, obrigado pela atenção e carinho. E a todos os professores, amigos e colegas dos Departamentos de Ciências Sociais e de Pós Graduação em Relações Internacionais e Ciência Política da UFPB, em especial, aos professores doutores: Ítalo Fittipaldi; Luciana Aliaga, Saulo Costa, José Henrique Artigas de Godoy; Henrique Meneses e Rodrigo Freire.

Agradeço também a todos os mestres e amigos que inspiram minha jornada acadêmica: Elizabete Albernaz (UFF); Aécio Amaral (UFPB); Nildo Avelino (UFPB); Ana Montoia (UFPB); o saudoso prof. Dr. Mauro Koury (UFPB); Florian Grotte (UFPB); Sheila Lima (UERJ-Cândido Mendes); entre tantos outros.

Ao mestre José Octávio de Arruda Melo, ao grande amigo Cicinho e aos assistentes legislativos da ALPB, um agradecimento especial: obrigado pelos livros, arquivos e bate papos que enriqueceram esta obra.

Agradeço especialmente aos grandes mestres que se foram e inspiraram a realização desta obra: Wanderley Guilherme dos Santos e Leôncio Martins Rodrigues.

Por fim, com grande afeto, agradeço o carinho e a acolhida do povo paraibano.

Empreendi desde então uma obra, árida às vezes, às vezes cheia de inefável encanto: *investigar **na poeira do nosso passado** os germes das nossas idéias atuais, os primeiros albores da nossa psique nacional. O passado vive em nós, latente, obscuro nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com a sua influência invisível, mas inelutável e fatal.*

(Oliveira Viana, 2005, p. 49).

RESUMO

A presente dissertação visa investigar o perfil dos eleitos para a Assembleia Legislativa da Paraíba entre os anos de 1990 e 2018, no intuito de apreender, por um lado, disposições comuns entre os representantes e, por outro, compreender as eventuais alterações sociopolíticas no recrutamento parlamentar. Para identificar, mapear e analisar o perfil sociopolítico e a trajetória dos deputados estaduais paraibano foram adotados a metodologia quantitativa, a partir da análise de estatísticas descritivas das informações obtidas pelo “Sistema de Histórico de Eleições” do TRE-PB e do TSE, e a prosopografia como técnica de pesquisa e de análise. Ainda que a nossa conclusão confirme a sobrerrepresentação dos indivíduos do sexo masculino, com altos níveis de escolaridade e de relativo patrimônio, a proposição do nosso trabalho é que o estudo dos eleitos para o Legislativo pode contribuir para um melhor entendimento sobre as mudanças na relação sociedade-Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Legislativo; Assembleia Legislativa; Paraíba; Sociedade e Estado

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the profile of those elected to the Legislative Assembly of Paraíba between 1990 and 2018, in order to grasp, on the one hand, common provisions among representatives and, on the other, to understand any sociopolitical changes in parliamentary recruitment . To identify, map and analyze the sociopolitical profile and trajectory of state deputies in Paraíba, a quantitative methodology was adopted, based on the analysis of descriptive statistics of the information obtained by the Election History System of TRE-PB and TSE, and prosopography as research and analysis technique. Although our conclusion confirms the overrepresentation of male individuals, with high levels of education and relative wealth, the proposition of our work is that the study of those elected to the Legislative can contribute to a better understanding of changes in the relationship between society -State.

KEYWORDS: Legislative power; Legislative Assembly; Paraíba; Society and State

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Frequência da representação por gênero - ALPB (1990 a 2018)	22
Gráfico 2. Distribuição da população rural e urbana de acordo com a mesorregião (1991 e 2000)	61
Gráfico 3. Evolução do eleitorado paraibano por mesorregião (1990 a 2018)	62
Gráfico 4. Série histórica da estrutura fundiária da Paraíba –1960 a 2006	63
Gráfico 5. Série histórica da estrutura fundiária da Mesorregião do Sertão Paraibano – (1960 a 2006)	64
Gráfico 6. Participação do PIB a preços correntes das mesorregiões na participação do PIB-PB	66
Gráfico 7. Participação das atividades no valor adicionado da economia	67
Gráfico 8. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba e dos municípios de João Pessoa e Campina Grande	68
Gráfico 9. Índice Gini da distribuição do PIB da Paraíba em relação ao Nordeste e ao Brasil	69
Gráfico 10. Censo escolar - ensino básico na Paraíba (unidade: matrículas) - série histórica (2008 a 2020)	72
Gráfico 11. Composição sociopolítica da ALPB (1990 a 2018): ocupações segundo os blocos ideológicos ..	96
Gráfico 12. Composição da ALPB, por número de mandatos (1990 a 2018)	105
Gráfico 13. Fragmentação partidária na ALPB - 1990 a 2018 ..	120
Gráfico 14. Composição da ALPB, por bloco ideológicos - 1986 a 2018	122
Gráfico 15. Composição da ALPB - 1990 a 2018; representação parlamentar por mesorregião	129
Gráfico 16. Composição da ALPB (1990 a 2018): representação por mesorregiões agrupadas	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Tipos de Gramáticas para Relações Estado vs. Sociedade.....	24
Figura 2. Tipos políticos da ALPB - 1990 a 2018	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Tipologia dos Estudos Legislativos brasileiros	42
Quadro 2. Principais Parentelas Dominantes do Estado da Paraíba (1892 a 2015)	58
Quadro 3. Características gerais da Paraíba	68
Quadro 4. Composição ideológica da ALPB (1990 a 2018) - blocos e partidos	95
Quadro 5. Número e percentual dos casos analisados- ALPB (1990 a 2018)	105
Quadro 6. Índices de Experiência e Reeleição - ALPB (1990 a 2018)	106
Quadro 7. Perfil dos eleitos da ALPB (1990 a 2018)	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição partidária em nº absolutos - ALPB (1966 a 1986)	55
Tabela 2. Partidos, lideranças e oligarquias políticas da Paraíba nas eleições de 1990	59
Tabela 3. Composição social da ALPB (1990 a 2018) - representação por sexo	76
Tabela 4. Composição social da ALPB (1990 a 2018) - nível de escolaridade por sexo	77
Tabela 5. Composição da ALPB (1990 a 2018) - grau de instrução dos candidatos eleitos	79
Tabela 6. Deputados com baixa escolaridade - ALPB (1990 a 2018).....	81
Tabela 7. Deputados com média escolaridade - ALPB (1990 a 2018)	82
Tabela 8. Reeleição e grau de escolaridade - ALPB (1990 a 2018)	85
Tabela 9. Profissões predominantes - ALPB (1990 a 2018)	89
Tabela 10. Composição da ALPB, por legislatura e profissão/ocupação - (1990 a 2018)	91
Tabela 11. Principais Profissões dos deputados no momento de entrada na ALPB	94
Tabela 12. Principais formações “liberais” por blocos partidários - ALPB (1990 a 2018) ...	97
Tabela 13. Composição da ALPB, reeleitos e rotatividade por legislaturas (1990 a 2018)...	106
Tabela 14. Composição política da ALPB (1990 a 2018), por experiência partidária e reeleição	107
Tabela 15. Composição política da ALPB (1990 a 2018), experiência e partidos	108
Tabela 16. Composição da ALPB, ocupação de cargos antes do pleito (1990 a 2018)	109
Tabela 17. Composição da ALPB, ocupação de cargos após o pleito (1990 a 2014)	110
Tabela 18. Composição social da ALPB (1990 a 2018), por faixa etária	112
Tabela 19. Poder Legislativo e os herdeiros políticos paraibanos - eleições de 2018	118

LISTA DE SIGLAS

ALPB - Assembleia Legislativa da Paraíba

CGU - Controladoria Geral da União

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGPA - Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

SAPL - Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

STF - Supremo Tribunal Federal

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TCU - Tribunal de Contas da União

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE PARTIDOS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

AVANTE

CIDADANIA

DC - Democracia Cristã

DEM - Democratas

MDB - Movimento Democrático

Brasileiro

PAN - Partido dos Aposentados da Nação

PATRIOTA

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PCO - Partido da Causa Operária

PDC - Partido da Democracia Cristã

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PEN - Partido Ecológico Nacional

PFL - Partido da Frente Liberal

PGT - Partido Geral dos Trabalhadores

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PL - Partido Liberal

PMDB - Partido do Movimento

Democrático Brasileiro

PMB - Partido Municipalista Brasileiro¹

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PODEMOS

PP - Partido Popular / Partido Progressista

PPB - Partido Progressista Brasileiro

PPS - Partido Popular Socialista

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

PRONA - Partido de Reedificação da
Ordem Nacional

PRP - Partido Republicano Progressista

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSC - Partido Social Cristão

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia
Brasileira

PSDC - Partido Social Democrata Cristão

PSL - Partido Social Liberal

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PST - Partido Social Trabalhista

PSTU - Partido Socialista dos

Trabalhadores Unificado

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PT do B - Partido Trabalhista do Brasil

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PTR - Partido Trabalhista Renovador

PRTB - Partido Renovador Trabalhista
Brasileiro

PROS - Partido Republicano da Ordem
Nacional

PROGRESSISTAS

PV - Partido Verde

REDE

REPUBLICANOS

SD - Solidariedade

UDN - União Democrática Nacional

¹ Homônimo do Partido da Mulher Brasileira (PMB), o Partido Municipalista Brasileiro foi fundado em 1985 e diluído em 1989. O Partido teve o ex-senador paraibano Marcondes Gadelha como vice da candidatura de Sílvio Santos para a Presidência da República em 1989.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DO PODER LEGISLATIVO PARAIBANO	33
1.1. SOCIEDADE-ESTADO: do nexo da representação	33
1.2. DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO: abordagens e influências	40
2. ENTRE PASSADO E PRESENTE: aspectos estruturais e estruturantes da comunidade política paraibana	50
2.1. DOS LIMITES: subordinação e autonomia - a economia da dominação-pessoal	50
2.2. PARAIBYBA: território e sociedade	60
3. DA CASA DE EPITÁCIO PESSOA: atores e práticas (1990 a 2018)	74
3.1. COMPOSIÇÃO SOCIAL DA ALPB (1990 a 2018): por gênero e perfil socioeducacional	75
3.1.1. <i>Os casos excepcionais de parlamentares com baixíssimo grau de instrução</i>	80
3.1.2. <i>Os parlamentares com média escolaridade e suas ocupações</i>	82
3.1.3. <i>Os parlamentares com alto nível de escolaridade: ou o “vício do bacharelismo”</i>	88
3.2. DAS PROFISSÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS PARAIBANOS	90
3.3. PARTIDOS, IDEOLOGIA e COMPOSIÇÃO SOCIAL - ALPB (1990 a 2018)	95
3.4. EXPERIÊNCIA E REELEIÇÃO: de onde vêm e para onde vão os deputados estaduais paraibanos	104
3.5. HERANÇA E EXPERIÊNCIA: uma tipologia da composição político-social da ALPB - 1990 a 2018	115

4. MUTAÇÕES DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PARAIBANA: partidos, coligações, ideologias e representação por mesorregiões - ALPB (1990 a 2018)	119
4.1. TRANSIÇÃO E TRANSAÇÕES	119
4.2. CLIENTELISMO CONCENTRADO E VOTO DISPERSO: as eleições estaduais de 1998 e 2002	125
4.3. FIM DE UM CICLO? Interpretações sobre as eleições de 2006 e 2010	131
4.4. VINHO NOVO EM ODRE VELHO (2014 e 2018)	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	148
ANEXO	165

INTRODUÇÃO

Quem tem acesso ao Poder Legislativo do Estado da Paraíba? Qual origem socioeconômica propicia o sucesso na arena eleitoral e parlamentar paraibana? Existem diferenças de composição social entre os partidos? Afinal, quais padrões sociopolíticos sugerem imprimir uma fotografia da Assembleia Legislativa da Paraíba no pós-Constituinte e em que medida a identificação dos eleitos auxilia a compreensão sobre as eventuais transformações da gramática política local? Para responder essas questões a presente pesquisa busca identificar, mapear e analisar os perfis sociopolíticos e as trajetórias dos deputados estaduais paraibanos eleitos entre os anos de 1990 e 2018, no intuito de apreender certos padrões da representação parlamentar, bem como suas variações na relação sociedade-Estado.

No Brasil, a volta do pluripartidarismo e a instauração do Estado Democrático de Direito ensejou a emergência de novos atores políticos, como lideranças de movimentos sociais, do operariado sindicalizado e os intelectuais das classes médias². Marilena Chauí caracterizou esses “novos sujeitos” como:

[...] sujeito coletivo e descentralizado, [...] despojado das duas marcas que caracterizam o advento da concepção burguesa da subjetividade: a individualidade solipsista ou monádica como centro de onde partem as ações livres e responsáveis e o sujeito que, embora coletivo, não se apresenta como portador da universalidade definida a partir de uma organização determinada que operaria como centro, vetor e telos das ações sociopolíticas e para qual não haveria propriamente sujeitos, mas objetos da máquina organizadora. (CHAUÍ, 1988, p. 10)

Parte da literatura política contemporânea, no entanto, têm ressaltado a importância de se estudar os eleitos, uma vez que eles constituem a elite que dirige o rumo político e econômico da sociedade (FLEISCHER, 1997; MARENCO DOS SANTOS, 1997, 2000; SANTOS, 2000; RODRIGUES, 2002; MESSENBURG, 2002; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; GRILL, 2007, 2013). Destarte, as principais questões sobre a representação política ensejam a investigar as formas de recrutamento político pelos partidos, os processos de profissionalização, os padrões de carreiras, bem como a mobilidade pelos postos de poder (MARENCO DOS SANTOS, 2013, p. 8).

² *verbi gratia*: Florestan Fernandes (deputado federal pelo PT, de 1987 a 1994); Darcy Ribeiro (vice-governador do Rio de Janeiro e senador, de 1991 a 1997, pelo PDT); Fernando Henrique Cardoso (senador pelo PMDB de 1983 a 1992 e Presidente da República de 1995 a 2003); e Luís Inácio Lula da Silva (deputado federal pelo PT, de 1987 a 1991, e Presidente da República, de 2003 a 2011).

André Marenco dos Santos salienta que a imagem recorrente da política nacional costuma acentuar os traços oligárquicos do perfil parlamentar, que, por sua vez, se reproduzem em trabalhos acadêmicos, matérias jornalísticas e no senso comum. Para o autor, esta defasagem entre o tratamento dado à classe política e a dinâmica do recrutamento no Brasil omite “a descontinuidade que caracteriza a distribuição das cadeiras parlamentares” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p. 13-14). Em outras palavras, ao comparar o perfil dos congressistas do pós-constituente com os eleitos de 1945 a 1964, o autor constatou uma tendência para o tipo de *recrutamento lateral*, “que tende a valorizar atributos adquiridos fora das fronteiras organizacionais” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p. 39), proliferando, portanto, a partir da Nova República, a presença dos parlamentares *outsiders* e sem experiência política partidária, ou mesmo de carreiras curtas.

Kinzo (2001), por sua vez, indica que as mudanças de perfil do Parlamento seguem consonantes à transição ao regime democrático. E, muito embora Rodrigues (2002, 2006) destaque uma eventual popularização da classe política, a partir da emergência de um governo nominalmente de esquerda, Codato e Costa (2013), ressaltam que o declínio do poder dos “notáveis” não tem implicado necessariamente na popularização da classe política, mas na emergência de atores dotados de certas habilidades técnicas e profissionais.

Há que destacar, porém, que a presente pesquisa se enquadra nos estudos sobre recrutamento político que dedicam-se em investigar os vitoriosos, bem como a relação entre instituições de poder e representatividade, com intuito de evidenciar quem de fato são os agentes com capacidade de influência nos processos decisórios (SANTOS, 1997; MESSENBURG, 2002; RODRIGUES, 2002, 2009; PERISSINOTTO, 2009; KERBAUY, 2012; CODATO, 2008, 2013). Outras pesquisas, no entanto, analisam não apenas os perfis vitoriosos, mas todo o processo de seleção e filtragem dos candidatos, apontando para a importância de estudar os demais membros dos partidos políticos, sobretudo aqueles que possuem as qualificações necessárias para serem selecionados (NORRIS, 1997; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2009; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009).

Não obstante, a proposição do nosso trabalho é que o estudo dos eleitos é relevante para um melhor entendimento sobre as eventuais mudanças na relação *sociedade-Estado*. Além de constituir um tema fundante da moderna filosofia política, o debate sobre relação entre sociedade-Estado perpassa a história das ciências humanas conferindo às instituições estatais um papel epicentral para orientação da sociedade, especialmente o Parlamento Moderno, que é a Casa onde os costumes e valores da comunidade política ganham a forma de lei (LIPSET, 1967). Ainda, enquanto eixo de *mediação* e *articulação* da relação entre

esfera pública e privada os legisladores congregados na Assembleia constituem o nexo fundamental entre os interesses gerais da sociedade e os interesses específicos de determinados grupos.

Entende-se, no entanto, que a Casa de Eptácio Pessoa constitui um palco perfeito para investigar um fortuito declínio de influência dos “notáveis” no pós-Constituinte (DOGAN, 1999; RODRIGUES, 2006; CODATO e COSTA, 2013). Por outro lado, o exame das características sociopolíticas daqueles que acessam o Poder Legislativo e lhes dão fisionomia é importante na medida em que são os atores políticos - legisladores e partidos - que influenciam em normas, crenças e ações gerais da sociedade, bem como moldam os resultados das políticas públicas implementadas (HALL e TAYLOR, 2003; PRZEWORSKI, 2004).

Para identificar, mapear e analisar o perfil dos deputados estaduais paraibanos adotou-se a análise estatística descritiva, com informações obtidas pelo TRE-PB e TSE, bem como a prosopografia, como técnica de pesquisa e método de análise sociológica. Ressalta-se que o método prosopográfico enseja a

[...] investigação das características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdadas, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação. (STONE, 1971, p. 46)

Destarte, duas observações são necessárias. Primeiro, diz respeito ao acesso às fontes de pesquisa. Sabe-se que desde 2004 os portais de transparência como do Congresso Nacional e do governo federal oferecem ao público uma série de dados sobre seus membros e diversos assuntos relacionados à gestão pública. Entretanto, quando tratamos dos entes subnacionais o quadro é completamente diferente. Em muitas unidades federativas, principalmente nos estados mais pobres, o acesso à informação sobre os legisladores, seus feitos e malfeitos, ainda é bastante precário. Logo, a segunda observação diz respeito à precocidade do campo dos estudos sobre o recrutamento parlamentar em níveis subnacionais. Cumpre ressaltar que a linha de pesquisa cresce na mesma medida em que tornam-se mais transparentes e acessíveis as informações publicizadas pelos Estados e municípios.

Destacamos, assim, alguns trabalhos referenciais para a presente pesquisa. Bruno Bolognesi (2009) examinou o recrutamento dos parlamentares paranaense do PT e do PFL a fim de verificar em que medida os partidos exercem o controle sobre o processo de escolha de candidatos. O autor constatou que os estatutos dos partidos implicam em diferentes formas de recrutamento, embora também afirme que o perfil dos candidatos pouco revela sobre quais são as principais fontes de recrutamento. Por outro lado, Bolognesi ressaltou que a presença de parlamentares com baixa escolaridade no PT, que também apresentou um maior número de mulheres, refletiu um perfil de eleitos mais inclusivo que o PFL (BOLOGNESI, 2009, p. 83).

Anastasia, Correa e Nunes (2012) identificaram e analisaram os padrões de composição e de renovação das Assembleias Legislativas do Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além das trajetórias políticas de seus legisladores entre os anos de 1991 a 2003. Os autores concluíram que o recrutamento dos candidatos para a Assembleia Legislativa tem sido feito preferencialmente entre os deputados concorrentes à reeleição, indicando, portanto, para um tipo de ambição estática entre os deputados estaduais. A tendência observada por Anastasia, Correa e Nunes é igualmente sugestiva, já que investigamos quem são, de onde vêm e para onde vão os deputados paraibanos.

Outro estudo referencial é de Ernesto Seidl (2013), que analisou 200 perfis de candidatos à prefeitura de 75 municípios de Sergipe, além da trajetória dos eleitos. O autor constatou a prevalência dos indivíduos do sexo masculino, com alto grau de escolaridade, dotados de experiência política e com patrimônio crescente ao longo da vida pública. Seidl também identificou que quanto maior a magnitude do colégio eleitoral dos municípios maior o capital social e escolar dos candidatos. No que toca aos padrões de vereança em Aracaju, o autor identificou um perfil caracterizado pela experiência precoce na vida política e pela baixa participação militante e fraco ativismo associativo.

Já Fernandes e Faganello (2016) analisaram as migrações partidárias e a infidelidade parlamentar nos municípios brasileiros entre os anos 2000 a 2016 e confirmaram que os deslocamentos entre as agremiações não refletem necessariamente em chances de sucesso na arena eleitoral.

Também merece destaque as pesquisas sobre a participação das mulheres nos diferentes entes legislativos do Brasil que focam nos impactos das ações afirmativas de gênero (LIMA, 2017). Ressalta-se também os estudos sobre a desigualdade de gênero na competição eleitoral brasileira para deputados estaduais e que tomam por variável dependente

a utilização dos recursos de campanha, bem como acusam a posição social como preditor de receitas de campanha (CARLOMAGNO e CODATO, 2018).

Por fim, destacamos os estudos sobre a relação entre o Executivo e o Legislativo dos entes subnacionais de Francisco Moreira (2011), que analisou as ações civis públicas do Ministério Público do Estado do Paraná diante dos poderes Legislativo e Executivo municipal e estadual, e apontou para baixa capacidade da ação civil pública operar como mecanismo de *enforcement* da moralidade política.

No caso particular do Estado da Paraíba, observamos um grande déficit de estudos sobre suas instituições políticas formais. Pouco sabemos sobre quem são os deputados estaduais, quais são os padrões de composição social dos partidos e da ALPB e tampouco sabemos sobre as preferências políticas que determinam as trajetórias dos representantes paraibanos.

Grande parte da literatura sobre a política sobre o estado dedica-se às abordagens históricas que centralizam o papel dos principais chefes políticos, das tradicionais famílias e oligarquias, para a manutenção da ordem pública da região. De modo geral, tais estudos compreendem o nexo entre *estruturas de parentesco* e *instituições estatais* como o principal fundamento de problematização da cultura política local, e apresentam o atávico atraso econômico do estado como um determinante estrutural para a sobrevivência do tipo de representação oligárquica na região (LEWIN, 1993; BLONDEL, 1994; GURJÃO, 1994, 1999; TERUYA, 2000, 2002; NUNES, 2004; LIMA, 2013; FERREIRA, 2013; BARREIRA, 2013; MONTEIRO, 2013, 2016).

Os estudos inaugurais do sociólogo francês Jean Blondel (1994) e da historiadora brasileira Linda Lewin (1993) constituem pontos cardeais não somente para o presente trabalho, mas para toda uma tradição de pesquisadores dedicados em compreender os laços sociais que estruturam a sociedade paraibana. Jean Blondel, em *As condições da vida política no Estado da Paraíba*, denuncia a formação de uma estrutura heterogênea de poder local. Em seu diagnóstico sobre a geografia eleitoral do Estado, Blondel aponta para as particularidades dos chefes políticos paraibanos, e vaticina algumas condições para a modernização da vida política na região. Para o sociólogo, os partidos no estado “não têm senão uma vida episódica no momento das eleições” (BLONDEL, 1994, p. 131), e acusa que as “querelas de famílias no plano político” impediram “o partido político de reagir sobre o eleitor e de transformar, pouco a pouco, as lutas familiares em lutas ideológicas” (BLONDEL, 1994, p. 155). Assim, o autor sugere que o “nascimento da vida política moderna” no pequeno Estado produz um

arranjo que alia larga dose de democracia em seu tradicional sistema de representação oligárquico (BLONDEL, 1994, p. 15).

Linda Lewin, em *Politics and Parentela in Paraíba: A Case Study of Oligarchy in Brazil's Old Republic*, investigou as redes de influência e de parentesco da oligarquia Pessoa, que, além de estruturar o poder a partir de uma base sólida composta por uma extensa parentela - relações de parentesco com as famílias Lucena, Neiva e Cavalcanti de Albuquerque -, ocupa também diversos postos públicos nos três níveis da federação ao longo da Primeira República. A autora, ao definir o conceito de parentela, compreende a “enorme família extensa”, pois, no limite, o conceito de família inclui “apenas a família nuclear ou família conjugal, o casal de pais e seus filhos”. Fornece-nos, também, a expressão “política de parentela”, que denota o papel influente do grupo familiar como “núcleo organizacional para os agrupamentos políticos fundamentais” (LEWIN, 1993, p. 115).

Marisa Tayra Teruya, em sua tese *Família e poder na Paraíba: os Maia de Catolé do Rocha/PB: um estudo de caso sobre práticas endogâmicas* (1995), seguiu a tradição de ambos autores e investigou a correlação entre parentesco e poder, analisando os casamentos endogâmicos da família Maia de Catolé do Rocha. Teruya mobilizou em seu estudo o método genealógico, com intuito de observar a ocupação de cargos políticos e a evolução do patrimônio da oligarquia Maia ao longo do tempo.

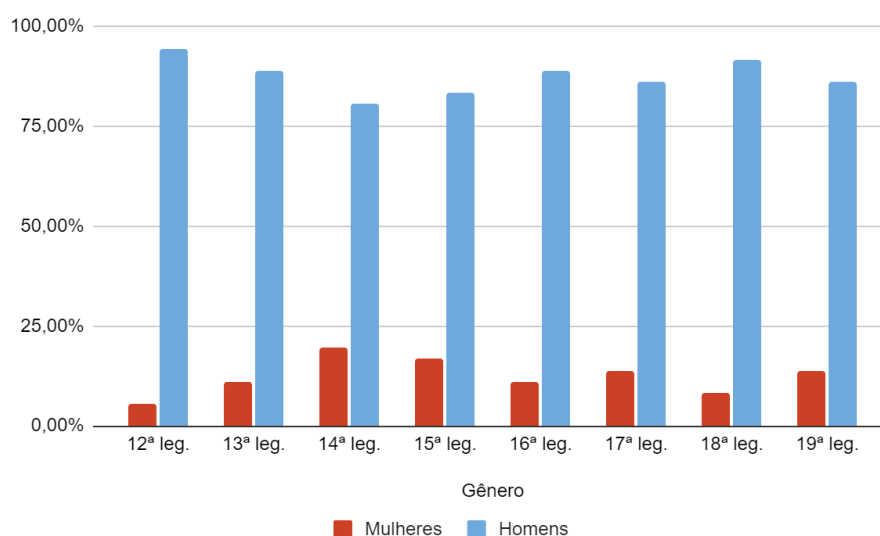
A categoria família e o conceito de *parentela* constituem importantes chaves-cognitivas de interpretação para a confusa relação entre as formas de dominação racional-legal e os mecanismos pelos quais as tradicionais elites políticas ainda expressam sua dominação no Estado. Embora os atributos pessoais e os recursos extra-políticos sejam sobredeterminantes nos diagnósticos da política paraibana, outras linhas de pesquisa tendem a refutar, em alguma medida, o sintoma de fragilidade institucional dos partidos políticos locais, não obstante o precário vínculo de alguns de seus “representantes de aluguel”.

Marciano Monteiro (2016), em *A política como negócio de família*, analisa as tradicionais e novas famílias políticas paraibanas, e confirma que os privilégios e a hereditariedade prevalecem no jogo das elites do Estado na medida em que os capitais econômico e político-familiar - acumulados - constituem as principais chaves de acesso aos cargos públicos. Embora centralize em suas análises o caráter pessoal das principais lideranças, Monteiro ressalta a importância do controle das instituições partidárias por parte dos distintos grupos de elite, como forma de manutenção do poder econômico e cultural no Estado. No entanto, de modo distinto de Monteiro, a presente pesquisa compreende todos os atores políticos (individuais e coletivos) eleitos para a Casa de Epitácio Pessoa, com o intuito

de observar características qualitativas acerca da circulação das elites políticas paraibanas; em outras palavras, a emergência dos novos atores.

No âmbito do “novos sujeitos”, o trabalho inaugural de Glória Rabay e Maria Eulina de Carvalho (1996) sobre a participação feminina na política paraibana, trouxe à luz algumas questões importantes para a compreensão das formas de acesso ao poder, por vezes ignoradas nos estudos da Ciência Política brasileira. Para as autoras, “a maioria das mulheres está ligada a esquemas eleitorais viciados e guarda relações de parentesco (era esposa, irmã ou filha) com algum político expressivo no cenário local”, bem como utilizam dos estereótipos femininos para se elegerem; “a mãe sofredora, a benfeitora, a boa esposa, entre outros – indicando que uma retórica de manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos” (RABAY e CARVALHO, 1996, p. 207).

Gráfico 1. Frequência da representação por gênero; ALPB (1990 – 2018)



Mulheres		Homens		Total
N	(%)	N	(%)	N (%)
36	12,5	252	87,5	288 (100)

Fonte: TRE-PB; TSE.

Rabay, Carvalho e Silva (2013, p. 2), ressaltam que “o poder local tem sido pensado como um espaço privilegiado da participação feminina no campo político”, uma vez que “a proximidade com o lócus de atuação política (a prefeitura) do lar permite uma conciliação entre as obrigações políticas e as obrigações familiares”. De todo modo, as autoras ressaltam

uma característica particularmente especial para a presente pesquisa, que é a capacidade de controlar recursos de poder através da competência pessoal (RABAY, CARVALHO e SILVA, 2013, p. 9). No entanto, o caráter municipalista da representação feminina paraibana parece encontrar barreiras para alcançar os postos institucionais superiores, a começar pela Casa de Epitácio Pessoa.

Não obstante as importantes contribuições desses autores, pouco sabemos sobre o funcionamento das modernas instituições políticas paraibanas e as principais características dos atores que as influenciam. Tendo em vista a escassez de referências no pós-1988, dois trabalhos se destacam. Paulo Giovanni Nunes (2004) estudou a trajetória do Partido dos Trabalhadores no Estado da Paraíba e ressaltou algumas características da composição social do partido em sua formação, como a ausência de uma classe operária militante e a força das ordens religiosas na organização do partido.

Outro estudo que merece um maior destaque é o de Joseane de Azevedo Oliveira (2020). A autora analisou a relação entre os Poderes políticos estaduais, com destaque para a capacidade do Legislativo paraibano agir como *veto-player*³ ao Executivo. Joseane aponta que “o parlamento, independente da existência de estabilidade política inter-poderes ou não, manteve a maioria dos vetos apresentados pelo Executivo”, e conclui que, embora o Executivo tenha ao seu dispor uma série de instrumentos legislativos que o legitimam para atuar de maneira proativa em relação ao processo normativo, os governadores, por fim, “não conseguiram controlar a agenda legislativa do Estado” (OLIVEIRA, 2020, p. 106).

Joseane Oliveira buscou refutar a tese sobre a predominância do Executivo sobre o Legislativo, no entanto, a sua análise institucionalista, embora reconheça por vezes o caráter homologatório do parlamento estadual, não chega a refletir sobre o que tem levado o Legislativo paraibano a se comportar de maneira tão distinta aos achados nacionais, que compreendem os parlamentos subnacionais como órgãos subservientes ao super presidenciável Executivo estadual (ABRUCIO, TEIXEIRA e COSTA, 2001; SANTOS, 2001).

Ainda que as pesquisas a partir da perspectiva histórica nos forneçam uma série de conceitos descritivos-normativos acerca da relação sociedade-Estado; a exemplo do clientelismo e do caráter oligárquico da representação, e apontem importantes traços culturais prevalentes na sociedade paraibana, por outro lado, elas de alguma maneira omitem a importância das instituições formais para o processo de modernização da vida política no

³ Segundo George Tsebelis (1995), o conceito de *veto-players* diz respeito aos atores (individuais ou coletivos) cuja declinação sobre uma determinada escolha apresenta a capacidade de alterar o *status quo* de uma política.

Estado. Ignoram, assim, que o universalismo de procedimentos e o insulamento burocrático podem atuar para condução das transformações necessárias, e, em alguma medida, concorde com o desejo dos eleitores (NUNES, 1997).

Destacamos, portanto, o trabalho de Edson Nunes (1997), que fornece um modelo analítico básico, formado por quatro padrões de laços institucionalizados, para interpretar a relação sociedade-estado brasileiro. São eles: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos. Os padrões, para o autor, justapõem-se em combinações variadas, de acordo com os tipos de regimes e estilos de governos, ao longo do processo de industrialização. Não obstante, a interpretação econômica de Nunes, reafirma o caráter falho da relação sociedade-estado em termos de representação, quando compreende a tardia modernização do Brasil sob um nexó histórico-cultural. Para o autor, o clientelismo institucionalizado, além de permitir a manutenção das oligarquias no poder político, foi a amálgama do governo Vargas, sobretudo na construção de um estado de compromissos mútuos. O modelo corporativista de organização da sociedade-estado, segundo Nunes, permitiu que o processo de *state-building*, iniciado por Vargas, em 1930, orientasse a economia de forma paralela às reformas políticas e administrativas.

Conservaremos algumas das interpretações do autor, além do seu modelo de análise sobre os critérios *pessoalidade* e *impessoalidade*; pelo qual estabelece os quatro padrões de relações entre sociedade e estado.

Figura 1. Tipos de Gramáticas para Relações Estado vs. Sociedade



Fonte: NUNES (1997, p. 42)

O principal aspecto destacado da interpretação de Nunes diz respeito a duas categorias fundamentais: *pessoalidade* e *impessoalidade*, que aliam-se para a construção de um Estado-nacional robusto, capaz de garantir a ordem pública, a despeito das constantes crises políticas e econômicas. Destarte, as tradicionais falhas de estado que caracterizam o clientelismo institucionalizado, *fisiologismo* e *patrimonialismo*, desdobram-se em formas menos irracionais e arcaicas de dominação institucional. Ressalta-se que grande parte da literatura política interpretou o tipo de dominação pessoal como uma característica irracional do Estado brasileiro. Por outro lado, Nunes indica como os “partidos políticos desempenharam um papel crucial na ligação entre a gramática do clientelismo e as normas universalistas da democracia representativa instaurada no Brasil em 1945” (NUNES, 1997, p. 42).

Para Nunes, as novas gramáticas interagem com o clientelismo por meio de um sistema político que beneficia os grupos locais e estaduais, em que os partidos tornam-se fundamentais para a operação da máquina pública, pois, regula o *sistema de trocas generalizadas* (pessoais) por meio de normas e instituições baseadas no universalismo de procedimentos. Outro aspecto importante diz respeito ao fortalecimento das formas impessoais de relações que teriam ocorrido de modo mais ostensivo nos processos de transição de regimes e de reestruturação da administração pública. Segundo o autor, as gramáticas modernizantes foram consideráveis mecanismos de controle dos impasses intra-oligárquicos diante da modernização e industrialização do país. Por fim, Nunes afirma que o reforço do universalismo de procedimentos afirma a racionalização do Estado e lança-o em direção a um eventual regime democrático.

Essas observações preliminares são importantes para investigar quem são e quais são os padrões sociopolíticos dos deputados estaduais paraibanos do pós-1988. Importantes, ademais, para imprimir um perfil geral da instituição parlamentar paraibana. Reitera-se, que o desdobramento institucional das formas de dominação pessoal é matéria hodierna nos estudos políticos sobre a Paraíba, onde práticas assistencialistas e clientelistas são recorrentemente apontadas como um nexos da relação sociedade-estado (MELLO, 2001; NUNES, 2004; MONTEIRO, 2016). Por sua vez, o Estado não se encontra alheio às transformações políticas e sociais gerais, vivenciadas pelo país nos últimos anos.

Afinal, *qual natureza de formação social e profissional permite-nos entender as oportunidades para o acesso à ALPB?* Aplica-se, para o caso da Paraíba, o pressuposto de que o campo político tende a ser “um espaço reservado aos indivíduos oriundos das classes médias que, para se elegerem seguidamente, têm que fazer da política uma atividade em

tempo integral”, e, portanto, “o acúmulo de capital político torna esses profissionais capazes de controlar ostensivamente o universo da representação política” no Estado? (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009, p. 26).

Tendo em vista a escassez de estudos acerca do comportamento das instituições paraibanas, em duplo movimento, apresentamos uma proposta de pesquisa relativamente inédita. Primeiro, nosso estudo sistematiza uma série de dados ainda não consolidados e nem publicizados sobre os parlamentares que compuseram o Legislativo paraibano ao longo da Nova República. Segundo, buscamos contribuir com o campo dos estudos legislativos, bem como da política paraibana, destacando alguns aspectos sociológicos que eventualmente venham categorizar suas instituições. Assim, buscamos investigar quem são parlamentares paraibanos na era do profissional da política; especialmente, como se dá a transformação de uma ordem política oligárquica para poliarquias (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000).

Codato e Costa (2013, p. 122), em diálogo direto com Leôncio Rodrigues (2009), corroboram a ideia que nas modernas democracias “a profissionalização das carreiras políticas é a contra face do declínio do poder e da influência dos notáveis”. No entanto, refutam Rodrigues, quando alertam que “a queda de empresários, antes de representar popularização, pode representar maior controle das oportunidades por parte de indivíduos desde muito cedo dedicados às atividades políticas” (CODATO e COSTA, 2013, p. 122). Costa (2010, p. 68-71) confirmou que praticamente 70% dos deputados federais e 80% dos senadores brasileiros ocuparam cargos eletivos nos legislativos subnacionais até alcançarem os postos em questão. Ressalta, “o dado indica razoável associação entre os recursos políticos acumulados ao longo da trajetória parlamentar e o sucesso político” (CODATO e COSTA, 2013, p. 121).

Contudo, seguindo as orientações de Leôncio Rodrigues (2002), observaremos as eventuais diferenças de perfis políticos na composição social dos partidos paraibanos. Portanto, a primeira hipótese é que existem diferenças de origens e de formação profissional na composição dos diferentes partidos; sendo os partidos mais à direita compostos por parlamentares de origens sociais abastadas e os partidos de esquerda composto por indivíduos oriundos das classes sociais médias e/ou mais populares. Dessa forma, podemos fazer uma análise comparativa entre os achados que apontam para a existência dessas diferenças com os resultados de nossa investigação empírica (RANNEY, 1995; DOGAN, 1999; MARENCO DOS SANTOS, 2000, 2001; KINZO, 2001; RODRIGUES, 2002, 2009; PERISSINOTTO, 2009; CODATO e COSTA, 2013).

Considerou-se também os seguintes critérios de codificação dos profissionais da política: *independência econômica, disponibilidade de tempo e afinidades disposicionais* (CODATO, COSTA e MASSIMO, 2004, p. 347), a fim de identificar o tipo de *recrutamento lateral*, em que prestígio, posses e relações personalizadas, condicionariam a perda de importância das tradicionais parentelas no ambiente parlamentar (MARENCO DOS SANTOS, 2000). O critério adotado guarda a importância dos filtros de mobilidade social, representados pelas variáveis: grau de instrução e profissão. A análise dos capitais escolar e social dos eleitos, entretanto, constitui um recurso metodológico amplamente reproduzido no campo da Ciência Política (PUTNAM, 1976; CAYROL e PERRINEAU, 1982; DOGAN, 1999; SAWICKI, 1999; RODRIGUES, 2002; MESSENBURG, 2002; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; GAXIE, 2012).

Como alerta Hannah Pitkin (2006), as falhas dos sistemas representativos são atribuídas sobremaneira às particularidades dos sistemas eleitorais e partidários, mas não à representação em si. Grande parte da literatura política contemporânea, ao focar na organização dos Parlamentos e nos processos de escolhas dos representantes, entendem o problema da representação como falhas de *mediação* entre poder político e econômico, a exemplo das diversas correntes liberais, ou como um “engodo coletivo” que oculta a verdadeira luta de classes, e cuja autenticidade da representação encontra-se sempre solapada sob o capitalismo.

Atualmente, a temática da representação é amplamente reconhecida como um “problema de agência”, de desencantamento geral com a representação política: instituições e políticos (KIEWIET e MCCUBBINS, 1991). No entanto, os diferentes estudos sobre preferências e escolhas dos eleitores e legisladores, sobre instituições e suas formas de controle-mútuo, ou sobre a responsividade dos agentes públicos, buscam fornecer respostas mais substanciais para as falhas na relação entre sociedade-Estado; representatividade/representação. Em relação ao Brasil, por exemplo, grande parte dos diagnósticos sobre a baixa institucionalização do sistema político partidário reputa à características como: subdesenvolvimento econômico e fraca capacidade de vínculos programáticos e ideológicos entre eleitores e partidos (MAINWARING, 1993; MAINWARING et al., 2001; MAINWARING e TORCAL, 2005).

Alternativamente, interpretações como as de Edson Nunes e de Wanderley Guilherme dos Santos apresentam as supostas “falhas de representação” como padrões institucionalizados de relações que estruturam os laços sociedade-Estado, orientados por um *princípio de garantias mútuas*. Para Wanderley Guilherme dos Santos, não são os

mecanismos da representação que provocam os “débitos e créditos poliárquicos, mas seus operadores”, pois, “quanto mais heterogênea a sociedade e homogênea sua classe política, maior o paradoxal hiato entre adesão à mecânica da democracia e o repúdio à sua operação poliárquica” (SANTOS, 1998, p. 6), de modo que os sistemas mais oligárquicos tornam o controle do mecanismo representativo mais previsível.

Segundo Wanderley, a teoria da poliarquia omite o *eixo da elegibilidade* e camufla a distinção entre sistemas oligárquicos e poliárquicos, já que limita a compreensão das dinâmicas possíveis ao ignorar “o caráter não-encarcerável e, pois, reversível, de sistemas poliárquicos, mesmo na ausência de rupturas institucionais” (SANTOS, 1998, p. 10). O autor também ressalta a ambiguidade do critério da elegibilidade da teoria de Dahl, que orienta-se para duas direções relativamente autônomas, e acusa que na teoria de Robert Dahl os elegíveis encontram-se no *eixo de participação*; ou seja, são apenas aqueles que podem votar. Em contrapartida, Wanderley indica que os elegíveis são principalmente aqueles que podem ser votados.

De forma inovadora, Wanderley acrescenta um terceiro eixo, essencial para as análises dos modernos sistemas representativos, o *eixo de controle*. Como ressalta o autor, “um país pode progredir bastante ao longo dos eixos de participação e institucionalização e manter-se atrasado no que respeita ao controle” (SANTOS, 1998, p. 10). Não obstante, o eixo de institucionalização de Dahl, para Wanderley, seria apenas uma condição natural expressa pelo “princípio das garantias mútuas”, que, por sua vez, configura um “requisito de estabilidade representativa, oligárquica ou poliárquica” (SANTOS, 1998, p. 10). Portanto, seria pelo controle da competição que oligarquias imporiam limites ao acesso ao poder. Neste sentido, o nexos entre sociedade-Estado dos sistemas representativos diferir-se-á apenas pelas formas do emprego da “violência legítima”. Ou seja, se por um lado, os mecanismos de redução da representatividade em sistemas oligárquicos operam por meio da violência física e simbólica, por outro, em poliarquias, a redução do número de elegíveis se opera por uma série de mecanismos de manipulação eleitoral e partidária. Em outras palavras, a exigência de filiação partidária e tempo de residência, as eleições primárias, as regras eleitorais, o mecanismo das listas abertas ou fechadas, bem como o acesso ao fundo partidário, são apenas alguns requisitos, ou mecanismos de violência institucional, que impõem limites ao número de competidores elegíveis (SANTOS, 1998, p. 10). Segundo o autor,

[...] quanto maior o número de eleitores, maior o número de elegíveis e quanto maior o número de elegíveis, maior o número de competidores; portanto, quanto maior o número de eleitores maior o número de competidores. Eis a transitividade

de que as oligarquias só podem escapar ou pela via do *controle legal da competição* (e, por aí, do número dos competidores elegíveis) ou pela violência institucional, reduzindo o número já consagrado de eleitores ou o número de elegíveis. (SANTOS, 1998, p. 9-10, *grifo nosso*)

Um aspecto importante das observações de Wanderley Guilherme dos Santos para a presente pesquisa diz respeito ao controle legal do acesso ao poder mediante o monitoramento das regras de competição por um número restrito de participantes (oligarquias). Para Wanderley, *a institucionalização de um sistema representativo dá-se pela previsibilidade na execução dos contratos firmados que asseguram a ordem pública, sendo, portanto, o princípio das garantias mútuas a substância da estabilidade das instituições que regulam o conflito*. As sugestões de Wanderley são valiosas para entendermos como operam as minorias organizadas que controlam o acesso ao poder e que tipo de elite é escolhida pelo eleitor. Ademais, a literatura internacional aponta que a “filtragem” dos elegíveis ocorre no interior dos partidos políticos, que, além de constituírem os principais meios de acesso ao poder, operam como seletores de aspirantes às posições de elites (GIDDENS, 1975; PUTNAM, 1976; PERISSINOTTO e BOLOGNESI, 2004).

No Brasil, os critérios de educação e filiação partidária são condições *sine qua non* para uma eventual candidatura a cargos eletivos. Ou seja, não são apenas os analfabetos os inelegíveis do país, mas, aproximadamente 90% dos brasileiros que não encontram-se vinculados a organizações partidárias também não são elegíveis. No Estado da Paraíba, praticamente 92% da população não possuem qualificações para ser eleito, o que torna a investigação do perfil de seus representantes ainda mais urgente (TSE, 2020).

Finalmente, cumpre elucidar os principais procedimentos da pesquisa. A identificação do corpo legislativo estadual paraibano no período de 1990 a 2018 foi elaborada a partir do método prosopográfico, com base em uma extensa pesquisa que envolveu o cruzamento de dados obtidos pelos sítios do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba (TRE-PB), do Acervo Memória Parlamentar da Assembleia Legislativa da Paraíba, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como do CPDOC, do Observatório da Imprensa, do Congresso em Foco, do portal Poder 360, a biografia parlamentar fornecida pelas páginas eletrônicas da Câmara dos Deputados e do Senado, entre outros. Deve-se ressaltar a dificuldade do acesso a informação acerca dos parlamentares anterior a 2001, ou seja, antes da lei de transparência (Lei Nº 12.527), ante a impossibilidade de acessar os arquivos físicos

devido à pandemia do Coronavírus⁴. Foram analisadas as variáveis acerca dos atributos sociais dos parlamentares: nome completo, unidade federativa e ano de nascimento, o estado civil, o sexo, o grau de instrução e sua pertença nos setores das elites. Investigou-se também a região eleitoral de influência do parlamentar, bem como o número de partidos, as coligações partidárias e as coalizões de governo segundo suas posições de momento: governo vs. oposição, e independentes.

A classificação ideológica dos partidos, de forma simplificada, e a distribuição geográfica das forças políticas sobre as mesorregiões do estado permitiu investigar eventuais alterações das bases eleitorais das legendas e da geografia política do estado. O nome completo dos parlamentares permitiu mapear a pertença às redes de relações de parentesco, bem como aos setores de elites através de suas associações pessoais. O grau de instrução e as áreas de formação profissional dos parlamentares permitiram compreender as eventuais transformações da composição social da Casa e as mudanças de orientação política no Estado.

Metodologicamente, as observações acerca das profissões ou ocupações dos antepassados, ou mesmo das esposas, nos ajudou a investigar a mobilidade social, educacional e política dos herdeiros, bem como os incentivos para a “ambição progressiva” no que diz respeito à busca de cargos públicos⁵ (SCHLESINGER, 1966; MCDONOUGH, 1981; CAYROL e PERRINEAU, 1982).

Cumprida a nota que as variáveis cor e religião, mesmo que tenham sua importância do ponto de vista operacional, não foram consideradas na presente pesquisa. A análise dos atributos acerca da origem social, da formação profissional e da trajetória política, enseja tão somente compreender certas características fundamentais para o acesso ao Poder Legislativo estadual. De todo modo, a contextualização dos padrões de composição social identificados na presente pesquisa, não toma a profissão como um *status* imutável, e considera a

⁴ Ressalta-se também uma dificuldade extra na coleta dos dados devido ao grande número de informações duvidosas, quando não falsas. Pode-se observar que muitos parlamentares buscam omitir o passado, sobretudo quando se trata de sua pretérita filiação partidária ou clânica, além daqueles que construíram suas carreiras e/ou possuíram algum envolvimento com o regime autoritário. Neste último fato, os parlamentares da ARENA, a base de sustentação legislativa do regime civil-militar, podem ser rastreados através das eleições anteriores encontradas no próprio sítio do TSE. Desse modo, preferiu-se as informações institucionais obtidas através dos arquivos do TSE, do CPDOC.

⁵ Consideramos, também, que os mecanismos de mobilidade social, educacional e político empreendidos pelos herdeiros políticos são de “conservação” do capital político-familiar e um trabalho de “transmissão e melhoria” dos bens materiais e simbólicos acumulados. As estratégias realizadas pelas elites políticas paraibanas ao longo do tempo consolidam a ideia de poder oligárquico ou de estrutura clânica, uma vez que elas são fundamentadas por relações consanguíneas ou definidos por alguma linhagem incomum ou mesmo monumentadas pela partilha de um passado memorial.

importância da origem familiar, do sobrenome, dos títulos honoríficos e, por conseguinte, do patrimônio material e simbólico (SAWICKI, 1999, p. 140).

Como forma de melhor operacionalizar os dados, primeiro, tomou-se o cuidado de separar a diplomação da “ocupação real” (RODRIGUES, 2002). Segundo, optou-se pela última ocupação ou profissão declarada, ou seja, antes de ser eleito para o posto político analisado (Idem.). Investigou-se, assim, o nível de escolaridade dos parlamentares e os setores da educação, ou diplomação, que abastecem a elite parlamentar paraibana.

O levantamento e a organização dos dados buscou identificar a classe dos políticos profissionais segundo a duração de suas carreiras e a dedicação integral à vida política (MARENCO DOS SANTOS, 1997; PERISSINOTTO e VEIGA, 2014). Investigou-se, assim, algumas disposições correspondentes aos tipos de “ambição discreta”, “ambição estática” ou “ambição progressiva” (SCHLESINGER, 1966). Tais critérios ensejaram qualificar de onde vieram e para onde foram, além de refletir sobre “a tradição de continuidade na política” (LIMA e CORDÃO, 2020) dos indivíduos que receberam “uma rede de relações em vez de um mandato” (DOGAN, 1999, p.171).

A fim de identificar o controle dos redutos eleitorais, voltou-se a atenção para o domínio material-histórico e simbólico-pessoal das principais *parentelas* sobre as regiões produtivas e geoadministrativas do Estado. Observamos também se estes conflitos e compromissos políticos espelham em formas de alianças e coalizões no interior da Assembleia Legislativa. De todo modo, cumpre sempre reforçar que a política de parentela encontra-se longe de ser um fenômeno localizado e restrito às sociedades economicamente subdesenvolvidas e aos regimes mais fechados ou autoritários. Portanto, o uso das famílias como capital político não é uma especificidade da política paraibana, nem exclusivo do Brasil, sendo facilmente apreendida nos mais distintos sistemas representativos, a despeito de suas orientações político-ideológicas⁶.

Destaca-se, novamente, que a identificação e mapeamento dos perfis sociopolíticos da Assembleia Legislativa da Paraíba teve por objetivo consolidar e fornecer uma base de dados primários sobre os legisladores, os partidos e as forças políticas locais em atuação na nova ordem constitucional.

Organizamos a exposição do trabalho em cinco capítulos. O capítulo 1 apresenta alguns pressupostos teóricos e metodológicos para a abordagem da relação dos padrões de

⁶ Nos Estados Unidos da América, por exemplo, as famílias Kennedy, Bush e Clinton indicam como o uso da família opera como um importante ativo para o ingresso e sucesso na carreira política. Observa-se também como algumas lideranças de países como Argentina, Chile, Espanha e Itália apresentam o critério da hereditariedade como um considerável fator para a conservação, manutenção e melhoria do capital político.

laços institucionalizados entre sociedade-estado, com foco nas Assembleias modernas e nas falhas de representação elencadas pela literatura política. O capítulo 2 examina os aspectos estruturais e estruturantes da sociedade paraibana e apresenta tanto uma abordagem histórica quanto uma abordagem descritiva acerca dos indicadores socioeconômicos fornecidos pelas agências de pesquisa do Estado, como IBGE, IPEA, IDEME, entre outros estudos recentes. Com base nos dados empíricos, os capítulos 3 e 4 analisam o perfil sociopolítico dos distintos atores políticos eleitos entre os anos de 1990 e 2018. No capítulo 3, foram analisados os parlamentares paraibanos eleitos no pós-constituente, com o foco no perfil socioeducacional e profissional, origem social, além das trajetórias políticas. No capítulo 4, as mutações da representação política no Estado, com o foco nos partidos, coligações e nas preferências de orientações ideológicas. A última parte trata das considerações finais, e espera contribuir para a longa discussão sobre as formas de relação pelas quais se estruturam os laços sociedade-Estado não somente na Paraíba, mas no Brasil.

1. ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS PARA UMA ANÁLISE DO PODER LEGISLATIVO PARAIBANO

Nos próximos tópicos discutiremos alguns pressupostos importantes para a análise da ALPB. Primeiro, apresentamos um debate preliminar sobre o nexa da representação, da relação sociedade-estado, expondo alguns paradigmas importantes das análises das democracias representativas, para, então, fazer algumas considerações acerca da percepção geral acerca da democracia-representativa no Brasil. Em seguida, apresentamos o estado da arte dos estudos legislativos brasileiros, suas abordagens e influências, a partir de uma interpretação que busca, por seu valor heurístico, introduzir de forma mais simples o complexo universo dos estudos políticos-legislativos.

1.1. SOCIEDADE-ESTADO: do nexa da representação

Os sistemas representativos do Ocidente-moderno partem do pressuposto que conservam nos Parlamentos o *locus* máximo do poder da comunidade. Historicamente, as Assembleias Legislativas figuram como: a expressão legítima da sociedade (LOCKE, 2014 [1689]); um poder fiduciário que responde pelo interesse da nação⁷ (BURKE, 2012 [1774]); uma instância delegativa onde o mandatário responde diretamente aos interesses de sua clientela (MADISON, 1993 [1787-1788]); um espelhamento dos valores gerais da sociedade, dos seus usos, costumes e opiniões (ROUSSEAU, 2011 [1762]). Estas perspectivas fundamentais expressam três acepções gerais do conceito de representação, cujas noções, enquanto ações, exprimem: a) uma relação de confiança; b) uma relação de delegação; c) uma relação de espelhamento; que devem ser compreendidas como tipos ideais (COTTA in BOBBIO, 2010, p. 1.102).

Ainda que os fundamentos filosóficos sejam de grande valor heurístico, a Ciência Política busca respostas de ordem prática para os dilemas democráticos. Entre a representação “efetiva” e a representação “virtual” (BURKE, 2012), a literatura científica escrutina uma série de procedimentos, normas e padrões de comportamentos que constituem os laços estruturantes das relações sociedade-Estado. Assim, abordagens institucionais, procedimentais e/ou minimalistas, a exemplo dos critérios da *Poliarquia*⁸ de Robert Dahl,

⁷ “em que nenhum propósito local, nenhum preconceito local, deveria guiar, exceto o bem comum, resultante da razão geral da totalidade” (BURKE, 2012, p. 101)

⁸ Robert Dahl (2005, p. 27) elenca oito condições institucionais de uma democracia para um grande número de pessoas. São elas: (1) liberdade de formar e aderir organizações; (2) liberdade de expressão; (3) direito de voto; (4) elegibilidade para cargos públicos; (5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; (6) fontes

tornaram-se sobredeterminantes nas análises da chamada “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON, 1994). Contudo, devemos ter em mente que um regime é apenas uma variável que caracteriza parcialmente um estado (MAZZUCA, 2010), logo, um regime pode ser democrático sem que o Estado tenha políticas inclusivas e seja efetivamente responsivo com seus cidadãos. Em outras palavras, a efetividade da participação democrática ocorreria apenas através da “livre-escolha” das lideranças eleitas periodicamente pelo voto popular (PITKIN, 2006).

No entanto, longe de buscar uma definição para o moderno conceito de democracia, grande parte dos politólogos conservam a reflexão sobre a capacidade dos governos de responder às preferências de seus cidadãos como um objeto central dos sistemas representativos modernos (O'DONNELL, 1998; SANTOS, 1998, 2003; MAINWARING, 2001; POWELL Jr, 2004; DAHL, 2015). Compreendem, portanto, a relação entre sociedade-Estado através dos nexos: *representação* (instituições/controle-mútuo); *eleições* (voto/preferência dos eleitores) e *responsividade* (representantes/resultados/representados).

Sobre o caráter formal da representação das democracias modernas, especialmente no Brasil, vê-se um eleitorado municiado apenas com o instrumento do sufrágio para cobrar responsividade de seus representantes, e, portanto, através do *voto retrospectivo*, premiar ou punir seus legisladores (O'DONNELL, 1998; STOKES, 2001). Não é de se estranhar os “juízos negativos” e as “predições catastróficas” que reverberam recorrentemente do grande público, da grande mídia e de alguns intelectuais sobre os partidos e os legisladores de carreira, reproduzindo o diagnóstico de baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro - *by default*; a exemplo das críticas sobre o “presidencialismo de coalizão” e sobre o caráter oportunista dos políticos (ABRANCHES, 1988; LIMA JUNIOR, 1993; SARTORI, 1994; NICOLAU, 1996; MAINWARING, 1999).

Jairo Nicolau e Rogério Schmitt indicam que a baixa confiança nas instituições deve-se ao próprio sistema político, que pressupõem cálculos eleitorais e partidários que distanciam os eleitores dos reais mandatários. Ainda, migrações de legendas após a conquista do pleito, renúncia de mandato, a questão da suplência, o chamado “efeito tiririca”, bem como os realinhamentos de orientação ideológica nas janelas partidárias são apenas alguns exemplos de lacunas de compreensão para o grosso da população, não obstante a definição e a distribuição das “sobras” das cadeiras legislativas segundo a fórmula D'Hondt, de maiores

alternativas de informação; (7) eleições livres e idôneas; (8) instituições para fazer com que as políticas dependam de eleições e de outras manifestações de preferência;

médias, que acaba por beneficiar os maiores partidos do jogo político⁹ (NICOLAU, 1996, 1997; NICOLAU e SCHMITT, 1995).

Os baixíssimos níveis de confiança nas instituições políticas brasileiras¹⁰, por exemplo, parecem refletir uma descrença generalizada da população em relação à efetividade da representação política. Para Álvaro Moisés (2009) existe um paradoxo entre a preferência dos cidadãos brasileiros pela democracia e o alto índice de rejeição às instituições representativas. Ainda que o aumento da escolaridade média geral confirme uma forte associação entre educação e comportamento político, refletindo o maior apoio à democracia, as dimensões da participação democrática e, por conseguinte, a baixa confiança nas instituições políticas esbarram na baixa qualidade da educação brasileira, sobretudo quando se trata do ensino médio das classes menos afluentes (MOISÉS, 2009; SCHLEGEL, 2013).

Por outro lado, a formação educacional tem sido considerado o principal preditor político, sendo apontado em diversos estudos como um requisito determinante para a fixação das práticas democráticas (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; VERBA *et al*, 1995; MIGUEL, 2003b). Interessante observação é que as pesquisas de Schlegel (2005, 2013) acusam que maiores escolaridades correspondem à piores avaliações da política no Brasil, mas não aborda que o paradoxo: defesa da democracia e desconfiança nas instituições políticas, na realidade, trata-se de uma temática amplamente discutida enquanto um “problema de agência” dos sistemas representativos ocidentais, que exige premente questionamento sobre a capacidade dos representantes produzir *outputs* políticos que respondam às preferências dos cidadãos (KIEWIET e MCCUBBINS, 1991; O'DONNELL, 1998; POWELL Jr, 2004; DAHL, 2005).

Observa-se que a correlação escolaridade e confiança nas instituições é discutível, já que o apoio aos princípios democráticos pressupõe certos níveis de escolaridade, bem como o acesso à ampla informação, mas não garante em retorno a adesão cidadã às instituições representativas. Pode-se cogitar que o maior acesso à educação e à fontes diversas de informação produzem cidadãos mais críticos em relação aos procedimentos poliárquicos (SANTOS, 1998), produzindo baixos níveis de confiança nas instituições (SCHLEGEL, 2005). No entanto, acredita-se que a desconfiança de um eleitorado mais crítico opera como

⁹ A grosso modo, pode-se resumir o efeito do método D'Hondt da seguinte forma, aqueles que são eleitos pelo voto proporcional têm sua votação influenciada pelos votos de todos os candidatos do partido, da legenda e da coligação que pertencem, e as sobras de votos dos candidatos que obtiveram maior êxito eleitoral “puxam” os votos para aqueles do mesmo partido ou coligação que não obtiveram o mesmo êxito eleitoral.

¹⁰ As instituições mais bem avaliadas nos últimos anos, segundo o latinobarômetro e demais pesquisas, são as forças armadas, a igreja católica, a polícia militar, as grandes empresas, a imprensa escrita e os grandes canais de televisão, entre outras instituições burocráticas que superam em muito os baixos índices obtidos pelo Congresso Nacional, o governo federal e, sobretudo, os partidos políticos (cf. RUSSO, AZZI, FAVERI, 2018).

um facilitador de condições para maior responsividade democrática (POWELL Jr, 2004). Destarte, pode-se cogitar também, a exemplo do Brasil, que uma população com maior acesso à educação e informação reproduz um comportamento mais crítico em relação às inconsistências partidárias; o que poderia justificar o fato dos partidos políticos serem as instituições com os maiores índices de desconfiança e rejeição entre o eleitorado.

Por outro lado, a complexidade dos arranjos do federalismo brasileiro, bem como do sistema eleitoral, também corrobora para a disjunção entre sociedade-Estado em termos de percepção democrática. Vê-se que parte da dificuldade do amadurecimento da consciência democrática entrelaça-se ao desconhecimento generalizado sobre as atribuições e funções dos Poderes Republicanos (MOISÉS, 2009).

Um aspecto importante é que o grosso do eleitorado admite desconhecer quem são seus legisladores. Segundo as pesquisas (IBOPE, DATAFOLHA), nas eleições de 2014, por exemplo, 58% e 55% dos eleitores, respectivamente, alegaram não lembrar de seus votos para deputado federal e deputado estadual¹¹. Em contrapartida, o eleitorado reconhece seus votos para o Executivo, mesmo quando passado algumas eleições. Outro aspecto importante, sobre o aparente descaso do eleitorado com os representantes eleitos pelo voto proporcional, é o protagonismo e/ou a proeminência dos Poderes Executivos sobre os Legislativos, que podem nos ajudar a compreender como os atores eleitos majoritariamente inspiram mais confiança na população.

Sabemos que os principais cargos eletivos da federação, como prefeitos, governadores e Presidência da República, são vitrines naturais que expõem seus membros mais que os outros postos políticos. Os eleitos para os postos Executivos são aqueles controlam a nomeação de cargos e possuem a prerrogativa da urgência em matérias legislativas de seus interesses, e gozam, por fim, o bônus e o ônus do *output* político (COUTO e ABRUCIO, 1995; ABRUCIO, 1998; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Por exemplo, a Constituição do Estado da Paraíba (1989) reproduz uma série de dispositivos da Constituição Federal de 1988 e confere um poder “superpresidenciável” ao governador, como “a possibilidade de apresentar projeto de emenda constitucional (PEC), projeto de lei complementar (PLC), ordinária (PLO), delegada, poder de veto e, particularmente, a edição de medidas provisórias (MP)” (OLIVEIRA, 2020, p. 13).

Joseane Oliveira (2020) salienta que, embora os governadores interfiram na agenda legislativa em matérias administrativas, econômicas e sociais, não existe um controle do

¹¹ Registro no TSE: BR-08687/2018.

Executivo sobre a ALPB. Mesmo em momentos de instabilidade política entre os poderes, a autora indica um padrão de comportamento relativamente estável na relação entre Executivo-Legislativo na Paraíba.

Interessante observação é que a autora não compreende o suposto comportamento homologatório do Legislativo paraibano como próprio do sistema de *check and balances* da relação inter-poderes no Brasil, que opera em certa medida como um poder moderador dos governos, bem como um modulador para as barganhas entre os líderes partidários. Em suma, ainda que Oliveira (2020) demonstre que a ALPB aprovou aproximadamente 80% das matérias de interesse dos governadores entre os anos de 2003 a 2018, poucas foram as propostas do Executivo que não sofreram alterações em seus textos originais. Outro aspecto importante é a aparente abdicação do Poder Executivo de fazer uso do instrumento normativo da medida provisória, que, segundo a autora, não chegou a 10% no período, indicando uma certa prudência dos governadores em deliberadamente impor sua vontade.

Couto e Abrucio (1995, p. 48) afirmam que a grande desproporção na distribuição dos recursos de poder opera a favor do Executivo, que obtém facilmente a maioria parlamentar, sobretudo, nas Assembleias estaduais brasileiras. Ainda assim, os pesquisadores sobre Executivo-Legislativo brasileiro afirmam existir uma tendência para um desempenho mais reacionário do Parlamento (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; MOISÉS, 2011; NUNES, 2011). Como ressalta Edson Nunes;

... o papel antes reativo do que proativo dos representantes denota que o Legislativo atua mais como instância moderadora do governo, posto que seu apoio não é incondicional como já se fez notar, do que poder propositivo. Nesse caso não apenas é limitada sua capacidade de mudar o *status quo* como ele mesmo atua na direção de sua manutenção: ao formar coalizão governativa, parametriza as margens da permanência e da mudança consentida ao executivo (NUNES, 2011, p. 51).

As interpretações de Nunes são importantes, pois indicam como o universalismo de procedimentos e o insulamento burocrático dos partidos políticos e dos poderes republicanos aliam-se às formas de relações forjadas na vida privada, definindo não somente dois padrões de relação Executivo-Legislativo, mas, parametrizando, igualmente, a relação sociedade-Estado (NUNES, 1997, 2011). Neste sentido, é minimamente compreensível o alto grau de desconfiança da opinião pública brasileira sobre suas instituições políticas.

Soma-se às observações expostas que parte da literatura institucionalista consagra aos tipos ideais e às fórmulas quantílicas das democracias “desenvolvidas” um parâmetro de análise que omite o elemento primordial que dá fisionomia às instituições, a saber, a própria

cultura e estrutura social pela qual as organizações de uma determinada sociedade perduram. Por outro lado, cumpre ressaltar que, amplamente influenciado pelos estudos brasilianistas dos norte-americanos, o campo da Ciência Política tem introduzido e produzido uma série de recursos teóricos e metodológicos capazes de escrutinar a relação sociedade-Estado, evidenciando as alterações e permanências da nossa cultura política. Em outras palavras, os estudos políticos tornam mais claras crenças, sentimentos, práticas e valores que condicionam e são condicionados por instituições sociais e políticas e se encontram de forma mais ou menos congruentes na conduta dos indivíduos (ALMOND e VERBA, 1989, p. 3).

Um modelo alternativo às abordagens institucionalistas que merece destaque diz respeito aos trabalhos da antropologia política que versam sobre o voto e a ambiguidade da representação, os diferentes tempos de conflitos políticos, a adesão às facções e o compromisso do voto, entre outros, desenvolvidos no Brasil (PALMEIRA, 1991, 1992, 2002; PALMEIRA e GOLDMAN, 1996; PALMEIRA e HEREDIA, 2010). O foco nas trajetórias pessoais e nos laços firmados na vida privada da antropologia política é de todo modo um norteador da presente pesquisa, uma vez que enseja uma perspectiva capaz de desvelar as mudanças no tempo das formas de desdobramentos institucionais da dominação pessoal. Segundo Marengo dos Santos,

... esta abordagem [pretende] uma revalorização da trajetória individual, alianças *diádicas*, laços de deferência e lealdades pessoais, como mecanismos de adaptação que complementam e viabilizam o funcionamento das instituições, produzindo uma ligação entre sua expressão formal e impessoal, e as práticas cotidianas, impregnadas por confiança pessoal e racionalidade substantiva (MARENGO DOS SANTOS, 2000, p. 19).

Cumprida a nota que, por um lado, parte dos institucionalistas negam a influência dos aspectos informais das relações sociais para a política; por outro, perspectivas mais antropológicas tendem a ignorar a importância das instituições formais para a conduta dos atores políticos. Assim, indicamos a necessidade de uma aliança entre as abordagens institucionais e da antropologia política como forma de produzir um conhecimento interdisciplinar cuja interseccionalidade seja capaz de evidenciar a heterogeneidade das estruturas sociais que espelham nas formas de representação política.

A proposição de nosso trabalho é que os legisladores constituem um bom nexo explicativo para o entendimento das eventuais alterações da gramática política brasileira (NUNES, 1997). Ademais, os parlamentares operam como elementos de articulação e mediação da relação sociedade-Estado, cuja capacidade de *representação* dos eleitores

torna-se forjada por relações contingentes e de sentidos precários. Ou seja, a articulação das *preferências* por um representante eleito temporariamente pelo voto popular pode ser capaz de traduzir certos valores, sentimentos, desejos e anseios de parte dos cidadãos que respondem eleitoralmente às conjunturas históricas. Por outro lado, as Assembleias Legislativas apresentam-se ao longo da história do Ocidente-moderno como um *locus* privilegiado de *mediação* dos distintos interesses sociais conflitantes.

Observa-se, finalmente, ao longo da história moderna, uma pluralidade de definições e acepções acerca da noção de representação, que guarda no Parlamento o *locus* máximo da expressão da comunidade. Ainda assim, o desencantamento generalizado com as instituições políticas brasileiras leva-nos a entender, como o grosso do eleitorado, que a Casa do Povo não é tão do povo assim. Por outro lado, sabe-se amplamente que “toda luta parlamentar é evidentemente uma luta não apenas em torno de divergências objetivas, mas também por poder pessoal” (WEBER, 2012, p. 561), e que as lideranças políticas nem sempre são recrutadas no interior de uma “classe dominante”, não obstante parte da literatura política apontar que elas sejam recrutadas e treinadas por instituições para atuar em benefício desta mesma classe (BOTTOMORE, 1974; DOMHOFF, 2006 [1967]).

Portanto, se as instituições importam, então é necessário conhecer como seus organismos operam em benefício da sociedade, sobretudo o Poder Legislativo. Para tanto, torna-se ainda mais premente conhecer os atributos sociais e as habilidades técnicas de seus membros, uma vez que têm por função controlar e fiscalizar as ações do Executivo, bem como transformar os anseios dos seus eleitores em ações diretas na forma de lei.

1.2. DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIROS: abordagens e influências

Os estudos legislativos brasileiros constituem um subcampo relativamente recente da Ciência Política brasileira, visto que ele segue os percalços enfrentados pela institucionalização do Estado de Direito Democrático do pós 1988. No entanto, a fim de melhor ilustrar o estado da arte, optou-se por classificar as principais produções e influências das pesquisas políticas no Brasil em duas gerações: uma primeira, que buscou compreender a transição dos regimes e seus efeitos sobre o sistema político-partidário (T); e uma segunda geração, que toma por consolidado o sistema democrático brasileiro (C).

É necessário, porém, algumas explicações prévias sobre os marcos temporais adotados. O ponto de partida, como já estabelecido, é a instauração do Estado Democrático de Direito. Grande parte da literatura neo-institucionalista considera a Carta de 1988 um marco civilizatório, que inseriu o Brasil, mesmo que tardiamente, no rol das Modernas Repúblicas liberais. O cientista político Leonardo Avritzer (2016, 2019, 2020), elencou três pressupostos do caráter civilizatório instituídos pela Constituição de 1988:

- 1) a superação do autoritarismo, via um sistema amplo e democrático de participação, organização partidária e eleições;
- 2) a ampliação dos direitos políticos e sociais;
- 3) a aceitação de uma estrutura ampla de divisão de poderes, com protagonismo do judiciário.

Cumprir destacar que Avritzer é um dos representantes da linhagem que versa sobre a consolidação das instituições democráticas, ainda que o autor titubeia sobre o futuro da democracia brasileira diante do advento da extrema-direita no Brasil (AVRITZER, 2016, 2020).

Sob uma outra perspectiva, André Marengo sugere que o Brasil alcança o estatuto democrático apenas com a eleição de um governo de esquerda, em 2002, com a vitória de Lula da Silva. O autor postula algumas etapas necessárias e as compara com outros países latinoamericanos que vivenciaram experiências autoritárias (MARENCO DOS SANTOS, 2007, p. 76):

- 1) o início da liberalização do regime autoritário;
- 2) a instauração de um governo civil ou pós-autoritário;
- 3) a promoção de eleições como fórmula de preenchimento de postos governamentais nacionais;
- 4) a eleição para chefe de governo de um político de oposição ao antigo regime;

5) a eleição de partido(s) de esquerda para chefia do governo .

Marengo dos Santos corrobora, assim, com a tese da abertura lenta, gradual e segura sinalizada pelo general Ernesto Geisel e propugnada por diversos autores e especialistas em política brasileira.

Tendo em vista o largo consenso sobre o fim da Nova República¹², definimos os seguintes marcos temporais para a nossa leitura. Os estudos sobre a transição democrática (T) compreendem o período que se estende de 1988 a 2002. Os estudos sobre a consolidação democrática (C) compreendem os anos de 2002 a 2015. Cumpre ressaltar que tanto a categorização quanto a escolha do recorte tem apenas um valor heurístico, capaz de simplificar a complexidade de perspectivas e abordagens dos últimos trinta anos da produção científica. Por outro lado, pode-se pensar que a partir do impeachment de Dilma Rousseff, o debate sobre a qualidade da democracia brasileira, ou da democracia possível, têm produzido uma terceira geração de pesquisadores.

Isto posto, entendemos que a primeira geração (T) concentra as análises na transição dos regimes políticos e iniciam o debate sobre o tipo de democracia possível no Brasil. Destacam-se as avaliações sobre a baixa capacidade de institucionalização da política que projetavam o sistema eleitoral e partidário brasileiro, com suas frouxas regras, para um futuro incerto e anárquico (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986; ABRANCHES, 1988; 1993; LIMA JUNIOR, 1993; LAMOUNIER, 1994; NICOLAU, 1996; FLEISCHER, 1997; MAINWARING e SCULLY, 1995; MAINWARING, 1991, 1995)

A literatura desta primeira geração, de modo geral, preconizava que “disparidades de comportamento, desde as formas mais atrasadas de clientelismo até os padrões de comportamento ideologicamente estruturados” (ABRANCHES, 1988, p. 6), bem como o paradoxo da inexistência de uma coalizão hegemônica, que associado ao *consociativismo* oligárquico histórico, redundaria num “ciclo de paralisia hiperativa”, relegando o cenário institucional para o segundo plano (LAMOUNIER, 1994).

O grupo de estudos que definimos como segunda geração (C), por outro lado, concentra sua agenda de pesquisa na consolidação do regime constitucional, observando a

¹² São muitos os marcos históricos elencados para o fim da Nova República. O primeiro, decorrentes da reeleição de Dilma Rousseff (2014), é a contestação do pleito pelo candidato do PSDB, Aécio Neves. O segundo, o retorno da legenda PMDB em MDB, exprimindo o ensaio dos retrocessos que viriam em sequências. O terceiro, a abertura do processo de impeachment sob acusações e ações duvidosas e, por conseguinte, o mandato tampão de Michel Temer, então, MDB. O quarto e último evento é a eleição de Bolsonaro para a Presidência da República, catalisando, assim, um movimento de retrocesso político. Corroboram a tese, em graus de medidas diferentes, autores como Lília Schwarcz, Leonardo Avritzer, Jessé Souza, o jornalista Otávio Guedes, entre outros intelectuais de fácil acesso do grande público.

relação entre os Poderes Legislativo e Executivo a fim de compreender a organização dos trabalhos legislativos e, por conseguinte, evidenciar o quanto os arranjos institucionais condicionam o “jogo dentro do jogo”, já que pressupõe a existência de “equilíbrio induzido pela estrutura” (SHEPSLE, 2007).

Quadro 1. Tipologia dos Estudos Legislativos brasileiros

	(T) - 1ª geração “1988 - 2002”	(C) - 2ª geração “2002 - 2015”
Principais temas e características	- foco no sistema eleitoral e partidário; - pluripartidarismo - presidencialismo de coalizão; - infidelidade partidária e indisciplina parlamentar; - partidos e composição social; - Executivo vs. Legislativo;	- foco no sistema eleitoral e partidário; - pluripartidarismo - presidencialismo de coalizão; - infidelidade partidária e indisciplina parlamentar; - partidos e composição social; - Executivo vs. Legislativo; - perfil dos candidatos e dos eleitos; - foco na origem social; processos de recrutamento político e padrões de carreiras; - capital político; capital social; capital político-familiar; - organização dos poderes e dos sistemas de controles mútuos;
	Conclusões gerais	
	- fraca institucionalização dos partidos políticos e do sistema eleitoral	- arranjos institucionais condicionam o comportamento político e a organização dos agentes de poder

Elaboração do próprio autor, 2021.

Como um paradigma da “segunda geração” de estudos sobre a democratização no Brasil, localizam-se as pesquisas empíricas de Figueiredo e Limongi (1999) sobre o

Congresso Nacional. Os pesquisadores apresentaram um diagnóstico diverso daqueles que, então, compreendiam o Poder Legislativo como o “reino do parlamentar individual”. O trabalho dos autores acusou uma disciplina parlamentar de 90% em quatro governos distintos. Alertaram, também, para a importância dos líderes de partido e blocos parlamentares para a condução e organização dos trabalhos legislativos. Figueiredo e Limongi, ao constatarem uma regularidade no comportamento legislativo, redefiniram certos “juízos negativos”, bem como inauguraram os estudos empíricos acerca do *exercício do poder* político no Brasil, ampliando o campo da Ciência Política.

Percebe-se, portanto, uma primeira agenda de pesquisa cujas abordagens neo-institucionalistas apresentam uma forte influência da perspectiva estrutural-funcionalista norte-americana, salientando as falhas do sistema partidário e eleitoral brasileiro (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986; MAINWARING e SCULLY, 1994; MENEGUELLO, 1996; LIMA JUNIOR, 1993; FLEISCHER, 1997; KINZO, 1993, 2001, 2005; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; MAINWARING, 1999). A partir dos estudos sobre a organização das próprias instituições, observa-se uma maior preocupação dos pesquisadores em compreender o que poderíamos chamar de “democracia possível”, ressaltando a disjunção entre os procedimentos e os elementos constitucionais, a exemplo da predominância do Executivo sobre o Legislativo no processo decisório (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, SANTOS, 2003; MOISÉS, 2011).

Nota-se que há uma mudança de paradigma nos estudos legislativos brasileiros, ainda que seja difícil fazer uma dissociação real do processo de transição e consolidação do regime democrático (MAZZUCA, 2010). Enfatizamos assim que a classificação dos estudos conservam apenas um juízo heurístico, não se confirmando empiricamente. Ainda que Scott Mainwaring (2001) tenha revisto seu diagnóstico sobre a fraca institucionalização do sistema político brasileiro, o brasilianista insiste em apontar para fenômenos como a fragmentação partidária e as migrações parlamentares como um sintoma da fragilidade da democracia no país.

As legendas compreendidas como *partidos de aluguel* (ABRANCHES, 1988), no entanto, apresentam a cada dia sua exemplar importância para que os parlamentares persigam seus objetivos, mesmo os interesses mais individuais (DINIZ, 2000; FREITAS, 2012). A realidade é que os deputados, pela sua própria função legisladora, sempre têm achado meios de neutralizar as decisões da Justiça Eleitoral, a exemplo da janela partidária e, mais recentemente, da volta das coligações para as eleições proporcionais. Por outro lado, a crescente perda de importância dos meios de comunicação de massa para os arranjos

eleitorais, como o tempo de tv e rádio, e com o desgaste das tradicionais legendas, os antigos partidos de aluguel têm se transformado em verdadeiros “partidos empresas”¹³.

Nas últimas duas décadas, diversas pesquisas também têm confirmado que a disciplina parlamentar se tornou um fator de previsibilidade da arena política brasileira, já que são os partidos que estruturam as regras do jogo no interior do Congresso Nacional (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, 2002, 2005; AMORIM NETO, 2000; SANTOS, 2003, INÁCIO, 2006; ROMA, 2007). A própria estrutura interna da Casa Legislativa “impõe a grande massa de parlamentar uma posição de liderados”, sendo a tomada de decisões “regidas por pequenos grupos dirigentes” (MESSENERG, 2002, p. 24). Assim, com o poder individual limitado, os parlamentares buscam legendas que lhes forneçam condições para a persecução de seus objetivos pessoais. Não obstante, o problema da falha de alocação do recrutamento por parte dos partidos se torna um tema de investigação subjacente às formas de recrutamento político (ROMA, 2007).

Os estudos que partem de uma perspectiva estratégica ressaltam o quanto os mandatários e as legendas buscam sempre que possível aumentar suas chances de sucesso na arena eleitoral e parlamentar (LIMA JUNIOR, 1993; DINIZ, 2000; MELO 2000, 2004; MAINWARING, 2001; DESPOSATO, 2006; DAMIN, 2015). De modo geral, as abordagens estratégicas consideram dois atributos básicos para a manutenção da vida política: *status* e *vocação política*. Como ressalta Weber, primeiramente, um político deve ter certo prestígio social entre seus pares, bem como afinidades disposicionais para se aventurar na política. Segundo, um legislador deve respeitar minimamente a escolha de seu eleitorado, bem como as orientações nacionais do partido em que se encontra, já que ambos possuem capacidades de sanção política..

Há que destacar, porém, que explicações de natureza estrutural-funcionalista sobre o sistema eleitoral brasileiro, por vezes, omitem de suas análises de conjuntura a existência de sanções prescritas pela legislação eleitoral, sobretudo, para os casos de inobservância de fidelidade partidária. Além das regras impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral, através da lei da fidelidade partidária (Resolução-TSE nº 22.610/2007), as agremiações possuem seus próprios mecanismos de coerção e constrangimento. A disciplina imposta pelos partidos e seus líderes, especialmente no que diz respeito à fidelidade ao encaminhamento do voto em plenário, acusa que o exercício do poder político da grande massa de parlamentares, fiéis e

¹³ A percepção dos “partidos empresas” fundamenta-se pela forma organizativa do “condomínio do poder”, herdeiro do modelo *peemedebista* então hegemônico no país e que tem como objetivo acomodar as desigualdades (NOBRE, 2013).

infiéis, encontra-se sobremodo subordinado à tomada de decisões dos pequenos grupos dirigentes (SCHMITT, 1999; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; MESSEMBERG, 2002).

Celso Roma, por exemplo, observou uma mesma disciplina entre os parlamentares fiéis e desertores, e afirma “que a infidelidade partidária na Câmara dos Deputados é menos prejudicial ao sistema representativo do que se estabelece por convenção” (ROMA, 2007, p. 353-354). Assim como Figueiredo e Limongi (1999), Simoni Diniz (2000), Débora Messenberg (2002), o autor compreende a movimentação dos parlamentares como um fenômeno natural da dispersão do poder dos sistemas poliárquicos. De todo modo, os autores ressaltam como os Executivos por fim garantem a governabilidade através de uma maioria parlamentar por dispor uma série de mecanismos normativos capazes de fazer valer seus interesses.

Por outro lado, para Barry Ames (2003) a crise de governabilidade no Brasil é um fator endêmico das instituições políticas. Segundo o autor, os “deputados que só se preocupam com sua própria sorte, com benefícios paroquiais de retorno eleitoral garantido ou em defender interesses estreitos”. Entretanto, ele vê um fator positivo no generalizado oportunismo político, e ressalta que as propostas de emendas orçamentárias se relacionam com a intenção de reeleição dos legisladores, além de servir de estratégia de penetração em novos redutos eleitorais, já que estimulados a maximizarem seus ganhos, os deputados fornecem políticas públicas localizadas de forma que as práticas de *pork-barrel* atingem certo grau de eficácia (AMES, 2003, p. 17).

A abordagem econômica de David R. Mayhew (1974) sugere que a reeleição é o principal objetivo a ser perseguido por um mandatário. Para Mayhew, as estratégias empregadas pelos legisladores ao longo dos mandatos também condicionam a política distributiva. O autor elenca três táticas adotadas pelos legisladores, que servem de tipo ideais, já que são práticas do fazer político por excelência. A primeira é a autopromoção - *credit claiming* - que o parlamentar faz de seus feitos políticos. A segunda é a distribuição de recursos para os currais eleitorais - *pork barrel*. E, por fim, a última tática é a tomada de posição - *position taking* -, que diz respeito à personificação de temas e agendas específicas. No entanto, Mayhew observa uma estratégia decisiva para a conquista de novos eleitores e currais eleitorais, que são as emendas individuais dos parlamentares, que ao mesmo tempo que prestam de instrumentos de manutenção das bases eleitorais e servem para penetrar na zona de influência do adversário.

A luta pelo controle temporário do poder político institucional sem dúvida é um dos temas mais instigantes do campo da Ciência Política. Toda sorte de estratagemas torna-se

sancionada por um tipo de moral *maquiaveliana*, quando o objetivo é o controle dos recursos de poder.

Para o politólogo italiano Angelo Panebianco (2005), o controle desses bens não pode ser monopolizado por nenhuma *coalizão dominante*, uma vez que o sistema de negociação das democracias-representativas se manifesta “numa relação de troca desigual, em que um agente ganha mais do que o outro” (PANEBIANCO, 2005, p. 66). Os recursos de poder são definidos por Panebianco como “zonas de incerteza”, pois,

podem ser compreendidas como pontos críticos que, ao serem controlados, fornecem os meios para a construção de identidades institucionais consistentes, como o acesso a recursos materiais, fontes de financiamento e mecanismos de recrutamento e seleção de candidatos a carreiras e postos políticos (MARENCO DOS SANTOS e SERNA, 2007, p. 109).

Segundo Panebianco (2005, p. 74), o conceito de *coalizão dominante* permite “fotografar melhor a efetiva estrutura do poder nos partidos”, que, por sua vez, é “composta por aqueles agentes formalmente internos e/ou externos à organização, que controlam as zonas de incertezas mais vitais”. A presente pesquisa guarda uma importante ressalva de Panebianco, pois, para o autor, o grupo de elite que forma uma coalizão dominante nem sempre se encontram em cargos internos e principais postos no interior do partido, pois, compreende também “um certo número de *líderes intermediários e/ou locais*” (PANEBIANCO, 2005 p. 73; *grifo nosso*).

De acordo com Panebianco, a coesão e estabilidade de uma coalizão dominante pode apresentar três possibilidades pelas quais as elites políticas se organizam e perseguem seus objetivos:

1) um tipo de coalizão dominante unida e estável, cuja estratégia de poder é a expansão e o predomínio, e que apresenta alta participação da militância, sendo portanto o tipo de organização típica dos regimes oligárquicos fortemente institucionalizados ou das *monocracias* de média institucionalização;

2) um tipo de coalizão dominante dividida e estável, cuja estratégia é o estancamento e a adaptação, e que apresenta baixa participação da militância;

3) um tipo de coalizão dominante dividida e instável, cuja estratégia de poder é a expansão e o predomínio, e de participação militante irregular.

Por fim, o autor ressalta que nas poliarquias os tipos de coalizão são sempre divididos, porém, com diferentes graus de estabilidade, o que por sua vez reflete na débil institucionalização das organizações partidárias (PANEBIANCO, 1995, p. 318-323).

Sabe-se que em poliarquias a existência de uma liderança forte, como um centro de referência no interior da elite política e das organizações partidárias, supõe graus diferentes organização e profissionalização. Segundo, Panebianco,

El problema se plantea, por tanto, sólo en los partidos débilmente institucionalizados: en este caso las formas de organización de la coalición dominante pueden variar e ir asociadas a distintos niveles de estabilidad o inestabilidad. Pueden presentarse dos supuestos: 1) coaliciones dominantes que giran en torno a un “centro fuerte”, a pesar de la debilidad de la institución e incluso faltando cualquier tipo de institucionalización; 2) coaliciones dominantes que carecen de un centro de referencia (PANEBIANCO, 1995, p. 316)¹⁴.

Um característica que salta das observações de Panebianco, e que é de grande valia para o presente estudo, diz respeito ao caráter carismático das lideranças¹⁵, pois ela garante a estabilidade da coalizão dominante pela existência de um centro forte, ou, uma “*fortaleza tal, que le permite actuar como argamassa capaz de unificar a los distintos subgrupos y de obligarles a establecer compromisos*” (Idem)¹⁶.

Destarte, acreditamos que o domínio dos líderes partidários deve-se antes às suas próprias habilidades pessoais, dentre as quais destacamos a capacidade de ação objetiva para assuntos específicos, de organizar o *tempo da política* e o *conflito autorizado* com as facções adversárias, bem como conquistar a *adesão* do eleitorado na defesa do grupo político dominante (PALMEIRA, 1991, 2002; PALMEIRA e HEREDIA, 2010)¹⁷.

É importante salientar que se, por um lado, observamos a forte influência do estrutural-funcionalismo norte-americano nos estudos do neo-institucionalismo brasileiro, por outro lado, vemos nas abordagens institucionais de vieses mais sociológicos uma maior influência dos politólogos europeus, sobretudo dos franceses e italianos, como Duverger, Michels, Mosca, Pareto e Sartori. De todo modo, mesmo que a perspectiva economicista determine boa parte da Ciência Política brasileira, a abordagem sócio-antropológica apresenta

¹⁴ “O problema surge, portanto, apenas em partidos pouco institucionalizados: neste caso, as formas de organização da coalizão dominante podem variar e estar associadas a diferentes níveis de estabilidade ou instabilidade. Duas premissas podem ser feitas: 1) coalizões dominantes que giram em torno de um “centro forte”, apesar da fragilidade da instituição e mesmo sem qualquer tipo de institucionalização; 2) coalizões dominantes que carecem de um centro de referência” (PANEBIANCO, 1995, p. 316; *livre tradução*).

¹⁵ A força centrípeta exercida pelo chefe-líder do partido, ou dos principais nomes que constituem uma coalizão dominante, no presente estudo, sugeriu que a organização do “condomínio do poder” (Nobre, 2013), no Estado da Paraíba, ainda é de sobremodo centrada na condição e qualidade pessoal dos homens de prestígio social e econômico local.

¹⁶ “Tanta resistência que lhe permite funcionar como uma argamassa capaz de unificar os diferentes subgrupos e obrigá-los a estabelecer compromissos” (PANEBIANCO, 1995, p. 316; *livre tradução*).

¹⁷ Para o antropólogo Moacir Palmeira, “o tempo da política representa o momento em que essas facções são identificadas e em que, por assim dizer, existem plenamente, como verdadeiras facções políticas, em conflito aberto” (PALMEIRA e HEREDIA, 2010, p. 19).

sua exemplar importância, ampliando o campo dos estudos legislativos a partir da investigação dos perfis dos candidatos selecionados e recrutados pelos partidos e da trajetória política dos eleitos. Enfim, contribuem com análises que desvelam as diversas camadas constitutivas da relação representação-representatividade e evidenciam importantes aspectos sociológicos que estruturam o sistema político.

Autores como Cayrol e Perrineau (1982), Dogan (1999) e Gaxie (2002) figuram como referências essenciais para os estudos sobre origem social, recrutamento parlamentar e preferências políticas. Além de fornecerem uma série de métodos para o exame da mobilidade social e política dos parlamentares, reorientam constantemente alguns problemas sobre o nexos sociedade-Estado a partir da problematização da relação representação-representatividade.

Cayrol e Perrineau (1982) indicam como os atributos econômicos e culturais, em especial a formação educacional e profissional, constituem mecanismos de mobilidade social e política, se comparados aos postos institucionais ocupados pelos progenitores. Dogan (1999), por sua vez, confirma a existência de profissões propícias para o recrutamento parlamentar. Para Daniel Gaxie, “o espectro das posições dentro do campo político se apresenta, aliás, como um decalque quase perfeito da estrutura das classes superiores” (GAXIE, 2002, p. 191). De modo geral, todos estes autores concluem que a classe política das democracias-representativas espelha uma imagem invertida da sociedade, e destacam uma série de profissões e ocupações que servem de tradicionais celeiros para o recrutamento político, tais como as profissões liberais, o empresariado e grandes proprietários, os servidores públicos, os sindicalistas. É neste sentido que a presente pesquisa busca identificar e analisar os perfis sociopolíticos dos deputados estaduais paraibanos, concentrando seus esforços nas trajetórias e carreiras políticas dos parlamentares (PERISSINOTTO, 2006; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009), mas sem perder de vista a origem social desta classe de dirigentes (PERISSINOTTO, COSTA e TRIBESS, 2009).

Por fim, destacamos do trabalho de Canêdo (2002) três chaves de análises importantes para o entendimento das estratégias de conservação, manutenção e melhoria do capital - material e simbólico - dos tradicionais grupos de poder e influência política no Brasil. São eles: o *trabalho de mobilização de laços familiares*, o *trabalho de mobilização de socialização política* e o *trabalho de representação simbólica*. A autora traduz as três disposições como formas básicas de empreendimento sociopolítico, em que o trabalho de mobilização de laços familiares, que é confiado às mulheres, seria uma função e um atributo feminino. O trabalho de mobilização de socialização política, para a autora, “é o trabalho

pedagógico doméstico de enquadramento, tendo em vista adquirir as disposições necessárias para o exercício de uma atividade de risco e que exige tempo na acumulação de capital”. Destarte, o trabalho de representação simbólica opera em dois níveis: na manifestação do poder social e político da família e na promoção do conhecimento e do reconhecimento do patrimônio familiar (CANÊDO, 2002, pp. 170-171).

A partir do caso mineiro, Canêdo conclui que as formas de socialização, de formação escolar e político-partidária são características fundamentais pelas quais as famílias políticas se apresentam capacitadas para o exercício do poder, sobretudo em momentos de reestruturação dos espaços políticos. Dessa forma, a autora nos permite compreender certas afinidades disposicionais dos representantes brasileiros, e, por conseguinte, como se desenvolvem os laços institucionalizados entre eleitores e legisladores, a despeito dos juízos negativos generalizados sobre a gramática política clientelista estruturante da relação sociedade-estado no Brasil.

Em vista do exposto, perguntamos quem são os deputados estaduais paraibanos do pós-1988 e quais padrões de composição social e de preferências políticas determinam o acesso ao Poder Legislativo da Paraíba. No entanto, para identificar e analisar os perfis dos parlamentares paraibanos, faz-se necessário entender, mesmo que brevemente, um pouco da história política da Paraíba e compreender como se estrutura a relação sociedade-Estado, personalismos e instituições burocráticas, que tencionam as mais diversas avaliações sobre a “gramática política paraibana”, partindo do pressuposto do caráter clientelista e oligárquico da representação política, formada por extensas parentelas. Por outro lado, considera-se que o clientelismo é um tipo de relação que está sujeito a “constantes desafios, negociações e mudanças”, e, em certas circunstâncias, pode vir a desempenhar um papel positivo, embora ainda amplamente desconhecido para o processo de consolidação democrático no país (GAY, 1998, p. 7).

2. ENTRE O PASSADO E PRESENTE: aspectos estruturais e estruturantes da comunidade política paraibana

Esta segunda parte do trabalho dedica-se em apreender alguns aspectos histórico-estruturais que organizam sociedade e Estado, na Paraíba. Nas próximas seções buscamos compreender os tradicionais nomes e os sobrenomes que historicamente ocupam um lugar privilegiado na sociedade paraibana, assim como as transformações mais gerais da sociedade em termos políticos, econômicos, culturais e sociais.

2.1. DOS LIMITES: subordinação e autonomia - a economia da dominação-pessoal

A “luminosa Estrela do Norte, Parahyba”¹⁸, desde os tempos coloniais tem sua história condicionada pelos limites da subordinação e autonomia, com suas distintas atividades econômicas amalgamadas pelo mercado capitalista agro-exportador, que, por seu turno, comporta e conforma diferentes formas de relações de exploração/dominação/conflito.

Em meados do século XVIII, com a “pacificação” dos nativos dos sertões, deu-se a “interiorização e consolidação da conquista” do território paraibano e, por conseguinte, a expansão dos pastos, que conformava a complementaridade das distintas atividades produtivas do Estado (SILVEIRA, 1999). Destarte, entre o grande sertão dos homens livres e pobres e as lavouras de cana-de-açúcar da zona da mata, operadas por mãos escravas, a região do agreste, onde, ao longo do século XIX, a pequena produção de subsistência e os antigos pastos passaram a conviver com os grandes latifúndios de algodão, o que possibilitou a criação de uma intensa atividade econômica que surgiu a reboque das relações mercantis dominantes (PEREIRA, 2016). Das diferentes formas de dominação/exploração/conflito, engendradas pela simbiose das atividades de base agro-exportadoras (açúcar e algodão) com a produção doméstica de carne e couro, emergiu uma rígida hierarquia social, controlada por uma elite agrária que, embora dependente do mercado internacional, detinha relativa autonomia política.

Os proprietários de engenhos e fazendas de gado formam o topo da pirâmide social, organizados em extensas parentelas que lhes prestam obediência, em consequência da concentração de terras que detêm e do mando que exercem, avultado com a ausência/distância do poder público metropolitano (SILVEIRA, 1999, p. 42).

¹⁸ Proclamação da Junta do Governo da Parahyba, 13 de setembro de 1823. Cf. Irineu Pinto. op. cit. v.2. p. 47. In: Datas e Notas para a História da Paraíba. 2 v. João Pessoa: Editora Universitária: UFPB, 1977.

. No entanto, ainda que diversos autores afirmem que a estrutura oligárquica e o sistema coronelista entraram em colapso com a ascensão de Vargas (FAUSTO, 2006; NUNES, 1997; LEAL, 2012), o enraizamento do sistema de parentela nos novos arranjos de poder do pós-1930, bem como sua adaptação aos distintos regimes políticos que seguiram, aponta para uma eficaz estratégia de conservação, transmissão e melhoria do capital político, econômico e social das tradicionais elites do país, não sendo portanto o sistema de parentela uma exclusividade da política da Paraíba ou do Nordeste brasileiro.

Cumpramos ressaltar que o coronelismo é um sistema caracterizado por “uma troca de proveito entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (LEAL, 2012, p. 44), resultante da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo, “em que os mandões começam a perder força e têm de recorrer ao governo” (CARVALHO, 1997, p. 03).

Destarte, José Murilo de Carvalho aponta que a prática do mandonismo segue uma trajetória decrescente, concomitante ao processo de ampliação dos direitos civis e políticos, ao mesmo tempo em que ressalta a persistência de práticas clientelísticas, dependendo a sua intensidade das formas assumidas pelo sistema político.

O coronel de hoje (...) mantém do antigo coronel a arrogância e a prepotência no trato com os adversários, a inadaptação às regras da convivência democrática, a convicção de estar acima da lei, a incapacidade de distinguir o público do privado, o uso do poder para conseguir empregos, contratos, financiamentos, subsídios e outros favores para o enriquecimento próprio e da parentela. Tempera tudo isso com o molho do paternalismo e do clientelismo distribuindo as sobras das benesses públicas de que se apropria. Habilidoso, ele pode usar máscaras, como a do líder populista, ou do campeão da moralidade. Para conseguir tudo isso, conta hoje, como contava ontem, com a conivência dos governos estadual e federal, prontos a comprar seu apoio para manter a base de sustentação, fazer aprovar leis, evitar investigações indesejáveis (CARVALHO, J.M.de. Jornal do Brasil, 6 de maio de 2001).

Igualmente sugere a socióloga Maria Alonso, para quem o processo de *state-building*, iniciado por Vargas, obrigou o antigo coronel a se modernizar, transformando-se numa espécie de neo-coronel ou “um misto de moderno empresário e coronel”, que faz “uso das oportunidades de inversão e lucro que são oferecidas pelo sistema creditício do Governo e pelos programas especiais” (ANDRADE, 1986, p. 40).

No que toca à organização social e à refuncionalização do “atraso” econômico brasileiro, sobretudo no pós-1930, Francisco de Oliveira aponta que a expansão do

capitalismo no Brasil se deu “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 2003, p. 39). Importante observação do autor diz respeito à crise do capitalismo do pós-1929, que, acentuado pela Segunda Guerra Mundial, reativou o papel do Brasil como fornecedor de matérias-primas para a economia internacional, o que favoreceu a velha elite agrária do país, sobretudo a partir da transferência dos excedentes de produção para as indústrias e empresas nacionais (Ibid., p. 42). Por conseguinte, o subdesenvolvimento estrutural e sistêmico do Brasil constitui-se de forma desigual e combinada em que as relações econômicas sobredeterminam o conjunto da sociedade, explicitando certos desdobramentos da *dominação pessoal* enquanto padrões de relações institucionalizados da sociedade-Estado (ANDRADE, 1986; FRANCO, 1997; OLIVEIRA, 2003).

Destarte, por *dominação pessoal* entende-se a relação de poder fundamentada nos valores de qualidade de pessoa, não em tradições religiosas, étnicas ou até mesmo familiares. A dominação do tipo pessoal se caracteriza pelas suas formas de violência física e simbólica e evidencia-se nas formas de compadrio ou por um “tipo de união ritual de parentesco divino” (FRANCO, 1997, p. 95). Ou seja, pelas relações assimétricas de poder entre o patrão e seu séquito de dependentes e reflete um tipo de “unidade contraditória”¹⁹ ou “inclinação harmônica” pelas quais convivem distintas formas de exploração, dominação e conflito. Em suma, a dominação do tipo pessoal opera enquanto um eixo de *mediação* da relação sociedade-Estado e desdobra-se no nível da economia, da organização social, das associações morais, da organização política e nas instituições estatais, sobretudo, na fusão entre esferas públicas e privadas.

A fim de melhor acomodar a amplitude do conceito *dominação pessoal*, estabelecemos quatro características-chaves sobre o termo:

i) deve-se levar em conta que tratamos de um mundo de homens-livres, mas que se encontram apartados da produção mercantil. Portanto, o primeiro critério, e até então pouco abordado, é o caráter econômico da *dominação pessoal*, que requer e se exerce sob o véu do liberalismo, bem como encobre as disparidades sociais através da equação “potencialmente iguais, mas desigualmente capacitados para empreender a conquista” (FRANCO, 1976, p. 63);

¹⁹ A chave da dominação pessoal e a perspectiva da unidade contraditória, pressupõe uma recusa conceitual das dicotomias: tradição vs. modernidade; atraso vs. progresso; metrópole vs. colônia; hegemonia vs. dependência, etc. (FRANCO, 1970). A noção de unidade contraditória também encontra-se presente em “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, de Francisco de Oliveira, publicado originalmente em 1972.

ii) a compreensão da *violência* enquanto *categoria política* nas interpretações da formação social brasileira, em que os aspectos físicos e simbólicos de distintas formas de dominação tem por *mediação* e árbitro o poder do mais forte (economicamente, politicamente e culturalmente).

iii) a condensação dos aspectos econômicos e violentos em formas de disposições sociais, em que o reconhecimento do outro (desigual) produz a sua coisificação, refletido por mecanismos de dependências como o favor e o compadrio, bem como pela forma violenta dos ajustes sociais, constitutivos das relações comunais²⁰.

iv) o seu desdobramento nas instituições do Estado brasileiro; ou seja, o desdobramento no nível econômico, social e moral da sociedade, ao longo do processo de *state-building*, que, por sua vez, produz e reproduz a heterogeneidade de tempos históricos e modos de produção pela qual se encontra estruturada a relação sociedade-Estado no Brasil (BOTELHO, 2013, POMPEU, 2019).

A justaposição das formas de exploração/dominação/conflito encontra na economia da *dominação pessoal* uma importante chave-cognitiva, capaz de fornecer pistas para investigar os mecanismos extra-políticos pelas quais as tradicionais parentelas paraibanas perduram nos principais postos de poder. Sob esta forma de obediência conservam-se tanto conceitos localizados no tempo-espço, como *coronelismo*, quanto conceitos de maior grau de generalização, caso do clientelismo e do patrimonialismo²¹. Entretanto, deve-se distinguir as práticas recorrentes na cultura política brasileira - clientelismo, mandonismo, empreguismo e patrimonialismo - dos sistemas historicamente localizados (CARVALHO, 1997).

Por fim, este extenso parêntese fez-se necessário, uma vez que a perpetuação das oligarquias paraibanas, em termos representativos, alegoriza as “doze tribos de judá”²², cujas

²⁰ Para Maria Sylvia, nada restringiu o caráter arbitrário dos mais fortes, sobretudo quando os vínculos sociais eram gerados nos limites dos latifúndios. O “código do sertão” apresenta sua generalidade em dois sentidos. Primeiro, quando vemos que “os vínculos pessoais nasceram do caráter mercantil da produção e a ele foram subordinados” e que “o interesse material submetia à sua razão os laços da estima e da afeição; atando-os ou destruindo-os” (FRANCO, 1976, p. 62). Segundo, quando Maria Sylvia revela que, “a mesma condição objetiva que leva a uma complementaridade nas relações de vizinhança, isto é, uma cultura fundada em mínimos vitais, conduz também, necessariamente, a uma expansão das áreas de atrito e a um agravamento das pendências aí resultantes” (FRANCO, 1997, p. 26).

²¹ Buscou-se, na presente pesquisa, evitar os conceitos que se tornaram paronomásias; ou, *adnominatios*, de uma forma específica de dominação que é a dominação pessoal. Queremos dizer que conceitos, tais como, coronelismo, clientelismo, mandonismo, patrimonialismo, parentismo, parentela, empreguismo, entre outros; que, de certa forma, são características que especificam o tipo de dominação pessoal, adquiriram um valor heurístico negativo que qualifica e “positiva” em confusão conceitual a complexa e heterodoxa cultura política brasileira.

²² Expressão cunhada pelo jornalista Otinaldo Lourenço. As famílias detentoras do poder político de então eram: Almeida, Maia-Mariz, Figueiredo, Carneiro, Velloso Borges, Pereira, Ribeiro Coutinho, Gadelha, Fernandes,

redes sociais e as tradições do clã familiar subsistem ao longo do tempo. Destarte, a adaptação da velha elite rural às novas formas de produção e ao espírito urbano emergente consolidou o antigo vínculo do “sistema de compromissos mútuos entre as situações dominantes nas diversas esferas do poder”, ao substituí-lo “por um sistema cujas deliberações convergem para o governo federal, através da intermediação dos interventores e departamentos administrativos” (GURJÃO, 1999, p. 76).

Ainda que não seja uma exclusividade da Paraíba ou mesmo do Brasil, o sistema de parentela impõe-nos uma certa prudência acerca das assertivas sobre o declínio das oligarquias políticas brasileiras.

No que toca particularmente à Paraíba, o historiador José Octávio afirma que o prestígio das parentelas conheceu seu auge entre os anos de 1945 e 1963, e ressalta que muitas dessas oligarquias políticas ainda concentram o “monopólio econômico, burocrático, político, social e empresarial e financeiro” do Estado da Paraíba (MELLO, 1979; 2001, p. 101). De acordo com Mello, o Ato Institucional nº2 de 1965, por exemplo, não representou nenhuma forma de ruptura da estrutura político-oligárquica, mas um “conservadorismo apenas arranhado por variantes menos ortodoxas de populismo”, em que figuras como “José Américo, Rui Carneiro, João Agripino, Argemiro de Figueiredo, Pedro Gondim, Ernani Sátiro, Severino Cabral, Humberto Lucena, Ivan Bichara, Wilson Braga”, que “eram todas egressas do sistema de 1945/1963”, continuaram a dominar o quadro político do Estado (Idem).

O escritor paraibano Biu Ramos também relata a “harmoniosa” relação entre as elites políticas paraibanas e o governo civil-militar. Segundo o autor, Rui Carneiro, além de gozar “das boas graças dos revolucionários, era amigo pessoal de Castelo [Branco] que chegou a articular o seu ingresso no partido governista, a Arena”. Afirma também que “Rui só não se filiou à Arena porque quis impor uma condição que Agripino rejeitou peremptoriamente: a exclusão de Pedro Gondim” (RAMOS, 1991, p. 108).

Há que destacar, porém, que com a extinção dos partidos políticos através do Ato Institucional Nº 2, em 1965, o controle do Congresso Nacional deu-se sob a forma do bipartidarismo, instituído pelo Ato Complementar nº 4. Assim, foram criados os partidos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB); o primeiro, como base de sustentação do governo vigente, o segundo, como uma espécie de oposição obediente ao poder estabelecido.

Sátiro e Lucena-Cavalcanti. A família Burity e Cunha Lima representam as novas oligarquias que ascendem a partir dos anos de 1970 (cf. MELLO, 2001, pp. 126-127).

Já Monique Cittadino aponta para a inconsistência da filiação ideológica dos grupos e lideranças políticas economicamente abastadas. Para a historiadora, "o critério de filiação ao partido oposicionista foi definido muito mais em função das questões envolvendo as disputas locais pelos espaços de atuação política do que por um real sentido de oposição, seja ao governo estadual, seja ao governo federal" (CITTADINO, 2003, p. 2).

É importante ressaltar como as tradicionais parentelas aproveitaram-se da modesta abertura política de Geisel (1974-1979), que produziu seu próprio “freio e contrapeso”, através da instauração do Pacote de Abril em 1977, quando o general fechou temporariamente o Congresso Nacional e alterou as regras para o pleito de 1978. Por exemplo, com o conjunto de medidas estatuídas pelo Pacote de Abril, um terço da composição da Câmara alta passou a ser formada por Senadores biônicos, o *quorum* para aprovação de emendas passou a ser por maioria absoluta e o mandato presidencial passou de cinco para seis anos. No entanto, essas medidas que deveriam beneficiar o regime militar e os candidatos da ARENA também eram para conter o avanço da oposição *emedebista*, que nas eleições de 1974 conquistara 44% dos assentos legislativos²³. Ainda que o MDB tenha saído vitorioso em 1978 em grande parte do Brasil, na Paraíba a legenda não obteve grande êxito eleitoral.

Tabela 1. Distribuição partidária em cadeiras (nº absoluto) - ALPB (1966 a 1986)

PARTIDOS	Ano da Legislatura					
	1966	1970	1974	1978	1982	1986
ARENA/PDS	25	15	22	22	24	9
PFL	—	—	—	—	—	10
MDB/PMDB*	15	9	11	11	12	17
Total	40	24	33	33	36	36
OBS: O número de cadeiras legislativas estaduais na Paraíba, ao longo da ditadura civil-militar, era o triplo do número de deputados federais eleitos, conquanto atingido o número de trinta e seis eram acrescidas tantas quantas fossem as cadeiras acima de doze.						

Fonte: TRE-PB. Elaboração do autor, 2020.

²³ Além do Pacote de Abril, destacam-se os seguintes métodos de manipulação eleitoral do dito período de abertura democrática: o mecanismo da sublegenda; a lei Falcão de 1976, que limitava e restringia a propaganda eleitoral nos meios de comunicação de massa; o reforço da fidelidade partidária, que impedia o congressista a agir contra a orientação de seus líderes; a reforma partidária de 1979, que estabeleceu restrições à volta do sistema pluripartidarista; e, por fim, o Pacote de Novembro de 1981, “que proibiu as coligações partidárias ao instituir o voto partidário vinculado em todos os níveis nas eleições de 1982” (MESSENBURG, 2002, pp.30-31).

Considerável apontamento fez o escritor e político de Cajazeiras, Francisco Leite Rolim, para quem o efeito de algumas medidas de contenção do avanço *emedebista*, sobretudo no interior do Nordeste brasileiro, foi de reestruturação das formas intermediárias de voto, revitalizando “os *currais* eleitorais que passaram a desempenhar papel relevante e influenciando no resultado do pleito” (ROLIM, 1979, p. 25). Rolim ainda acusa que a Lei Falcão teria agravado o problema da desinformação nas regiões já precarizadas, que, por sua vez, encontravam-se no meio rural sob o tradicional domínio das antigas lideranças da UDN e PSD, então, realocadas em grande parte na ARENA²⁴. Por outro lado, ainda que o MDB fosse preponderantemente uma agremiação urbana e a Arena um partido rural, devemos sempre ressaltar que a política partidária paraibana, pelo menos até a instauração da Nova República, definiu oposição e situação a partir de querelas pessoais e familiares, sendo difícil apreender diferenças ideológicas substantivas entre as principais lideranças do Estado²⁵. Além disso, em 1978, o MDB paraibano elegeu representantes de importantes parentelas para o Congresso Nacional como Marcondes Gadelha e Antônio Carneiro Arnaud, sobrinho de Rui Carneiro, além de Humberto Lucena, tradicional líder político do antigo PDS.

No entanto, depois de longos 21 anos de ditadura civil-militar, o governismo da ARENA no Estado, sobretudo na ALPB, sofreu uma aparente derrota nas eleições de 1986. Aparente, pois a *debacle* da ARENA nada alterou o quadro político vigente. Antes, ela promoveu uma dispersão natural do poder pelas emergentes legendas. Destarte, com a abertura democrática, uma estratégia recorrente de conservação das tradicionais elites políticas tem sido a operação semiológica de transformação nominal das legendas, como a mudança da ARENA em PDS (Partido Democrático Social) e, por conseguinte, sua ruptura no Partido da Frente Liberal (PFL). Por exemplo, eleito para o governo do Estado pelo PMDB em 1986, Tarcísio Burity, embora apresentasse um perfil mais progressista, era egresso da ARENA/PDS, legendas que o levaram a ocupar os cargos de governador e deputado federal. Cumpre finalmente destacar a mudança de perfil do partido liderado por Burity. O PMDB paraibano, em 1986, contou com o apoio dos partidos de esquerda - PSB,

²⁴ Em sua etnografia política sobre as eleições de 1978, Cartaxo Rolim, nos fornece um belo documento histórico sobre a revitalização dos currais decorrentes das medidas de controle da informação pela Lei Falcão. Segundo Cartaxo Rolim (1979, p. 26), “o bloqueio do rádio e da TV para as mensagens abertas de candidatos a postos eletivos funcionou como retrocesso face aos pleitos anteriores. Isso, por sua vez, favoreceu a intocabilidade dos ‘currais’ que ficaram fechados à penetração do fluxo de informações, irradiado, normalmente, pelos postulantes a cargos eletivos” .

²⁵ É digno de nota a observação de Maria D’Alva Gil Kinzo (1988), para quem o próprio caráter de oposição ao regime autoritário do (P)MDB foi construído gradualmente no decorrer da ditadura, à medida em que o regime, com seus movimentos de contração e distensão, também perdia, de forma lenta, segura e gradual, o seu espaço de atuação.

PCdoB, PCB - para formar a Coligação Democrática Popular e assim derrotar a chapa liderada por Marcondes Benevides Gadelha²⁶ (PFL) e Marcos Odilon Ribeiro Coutinho²⁷ (PTB).

Observa-se que o caráter de herdeiro salta aos olhos daqueles que versam sobre a história política da Paraíba. Ademais, ainda que seja possível apreender uma circulação das elites de poder nos principais postos de mando, o que se observa é a evolução de formas tradicionais de dominação ajustadas às necessidades de organização política e econômica emergentes. Por conseguinte, alguns autores associam a abertura democrática e a instauração da Nova República à crise do desenvolvimentismo, que, por sua vez, teria permitido conformar uma situação autoritária num Estado autoritário (SALLUM Jr, 1996). Em outros termos, o acesso ao poder e, principalmente, o exercício do poder estariam restritos a uma minoria privilegiada e teoricamente preparada para liderar a saída do país da “insistente” crise econômica e social.

Neste sentido, a tese de Marciano Monteiro oferece um excelente ponto de partida para observar como “20 famílias controlam os destinos do Estado nas últimas três décadas”. O autor afirma que o *capital político-familiar* “quando associado ao capital econômico” expressa “a força que as famílias políticas e as novas famílias políticas exercem no campo político da Paraíba, concentrando historicamente poder e riqueza”, a exemplo das famílias: Carneiro, Cunha Lima, Gadelha, Maranhão, Mariz-Maia, Moraes, Mota-Wanderley, Ribeiro Coutinho, Vital-Rêgo, Lucena, Velloso Borges Ribeiro, cujas genealogias encontram raízes nos séculos XVIII e XIX (MONTEIRO, 2016, p. 268).

Além dessas famílias políticas perdurarem no tempo, suas extensas parentelas se espalham pelo território paraibano, rompendo muitas vezes os limites de seus domínios de origem. Outro apontamento importante extraído da obra de Monteiro é que os grupos políticos descritos acima, as principais parentelas do pós-Constituinte, tanto operam o controle dos elegíveis no Estado, pois ocupam as posições estratégicas no interior dos partidos, como elas próprias apresentam-se como o principal celeiro para a seleção e recrutamento político, sobretudo quando se trata da disputa pelos postos eletivos mais altos da federação, como os cargos para prefeitos, governo do estado, deputado federal ou senador.

²⁶ O médico e político Marcondes Gadelha, ex-MDB, filho do industrial e ex-deputado federal José de Paiva Gadelha, é irmão dos políticos Renato Gadelha (deputado estadual) e Salomão Gadelha (ex-prefeito de Sousa) e pai do deputado federal Leonardo Gadelha.

²⁷ Marcos Odilon, ex-UDN/ARENA, é filho do usineiro Flaviano Ribeiro Coutinho e pai do ex-deputado estadual Flaviano Quinto.

No quadro a seguir pode-se observar as principais parentelas políticas do Estado da Paraíba ao longo da história da República brasileira. Nota-se que algumas das tradicionais oligarquias têm exemplar representação e influência até os dias de hoje. Como já citado, alguns desses grupos políticos exercem poder e domínio na região desde tempos anteriores ao pesquisado, remontando a elite rural do Brasil colônia, como é o caso da família Maia de Catolé do Rocha. Ressaltamos também que o corte temporal que compreende a primeira experiência poliárquica (1946-1964) e o período do regime civil-militar (1965-1985) teve por intuito apreender a circulação dos agrupamentos políticos pelos distintos regimes.

Quadro 2. Principais Parentelas do Estado da Paraíba (1892 a 2015)²⁸

Período	Principais parentelas Dominantes - 1ª República
1892-1930	Agripino Maia/Silva Mariz; Agra/Porto; Almeida/Leite; Arruda Câmara; Bezerra Cavalcanti; Cavalcanti de Albuquerque/Lauritzen; Cunha Lima; Dantas Correia de Góis; Lôbo Maia de Vasconcelos; Machado/Milanez/Santos Leal; Montenegro; Neiva/Figueiredo/Pessoa/Lucena; Nóbrega/Carvalho; Pereira; Queiroga; Sousa Campos; Suassuna;
Interventores do Estado Novo	
1930 - 1945	José Américo de Almeida (04/10 a 25/11/1930); Antenor Navarro (1930/1932); Gratuliano de Brito (1932/1934); Argemiro Figueiredo (1935/1937 - eleito pela ALPB; 1937/1940); Ruy Carneiro (1940/1945);
Principais parentelas Dominantes - 1ª e a 10ª legislatura estadual	
1945 - 1985	Almeida/Leite; Bezerra Cavalcanti; Braga; Brito; Carneiro; Cunha Lima; Dantas Correia de Góis; Gadelha; Gaudêncio; Gondim; Lucena; Maia/Mariz; Maranhão; Morais; Motta; Nóbrega; Pereira; Ribeiro/Velloso Borges; Ribeiro Coutinho; Rêgo; Rolim; Sátyro; Suassuna; Wanderley;
Principais parentelas Dominantes - Nova República	
1985 - 2015	Carneiro; Cunha Lima; Gadelha; Lucena; Maranhão; Mariz-Maia; Morais; Pereira, Mota-Wanderley; Ribeiro Coutinho; Maroja; Vital-Rêgo; Velloso-Borges Ribeiro;

Fontes: Gurjão. Vida e Morte das Oligarquias (1994); TSE - lista de parlamentares eleitos (1ª a 10ª legislatura); Monteiro. (2016). Política como Negócio de Família.

²⁸ Os nomes que compõem o quadro foram extraídos dos trabalhos de Eliete de Queiroz Gurjão (1994, 1999) e comparados com a genealogia do poder político familiar fornecido pela tese de José Marciano Monteiro (2016), e confirmados através das listas de parlamentares eleitos obtidas pelo sítio do TSE.

Observar no quadro acima como determinadas famílias perpassam o tempo em posições de mando, a despeito da forma de regime assumida pelo Estado brasileiro, obriga-nos a pensar sobre como a circulação das elites paraibanas trata-se antes de uma seleção de famílias que se tornaram profissionais na atividade da representação política.

Por outro lado, devemos considerar os hiatos representativos impostos pelos regimes autoritários, uma vez que as descontinuidades históricas operam em grande medida a favor da contínua apropriação dos bens públicos pelos pequenos grupos políticos economicamente estabelecidos. Dessa forma, a circulação das elites políticas torna-se viciada e dependente de crises institucionais produzidas no interior da própria política (AMES, 1993). Consequentemente, a saída da crise se dá pelas mãos daqueles que se apresentam aptos a enfrentá-la, seja por ser economicamente independente e disponível para tal, seja pelo fato de possuir habilidades técnicas no trato político. Assim sendo, a necessidade do governo recuperar sua autoridade sobre o Estado, bem como do Estado sobre a sociedade (SALLUM JR, 1996), a cada ciclo de crises, constitui tão só um objeto central para a construção de um espírito liberal, já que representações igualitárias são necessárias, por um lado, para sustentar as distintas formas de dominação pessoal e, por outro, para legitimar a exploração e o desequilíbrio das condições sociais existentes.

Em vista do exposto, observa-se que o quadro político de 1990 pouco difere do regime autoritário anterior, sendo as principais lideranças partidárias compostas pelos herdeiros ou pelos próprios egressos no período de 1945/1963.

Tabela 2. Lideranças e parentelas por partidos políticos nas eleições de 1990

Partido	Liderança Partidárias	Principais parentelas políticas
PDS	João Agripino Maia	Maia; Pereira; Burity; Sátyro; Medeiros-Nóbrega;
PFL	Enivaldo Ribeiro	Ribeiro (Veloso-Borges); Gadelha; Pereira; Moraes; Gaudêncio; Bezerra-Cavalcanti; Leite-Rolim;
PMDB	Ronaldo Cunha Lima	Cunha Lima; Lucena; Mariz; Suassuna; Maranhão; Gaudêncio; Motta;
PDT	Wilson Braga	Braga-Leite; Pereira; Vital do Rêgo;

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor.

No próximo tópico, apresentamos os principais aspectos socioeconômicos do Estado da Paraíba na contemporaneidade, para, então, apontar suas principais mudanças e investigar se a representação parlamentar reflete uma imagem invertida da estrutura social (GAXIE, 2015, p. 165).

2.2. PARAÍBA: território e sociedade

Segundo as últimas estimativas do IBGE (2020), o Estado da Paraíba possui uma população de aproximadamente 4.018.127 pessoas, distribuídas em 223 municípios, e abrange uma área total de 56.585 km². Do ponto de vista geo-espacial, o território paraibano encontra-se dividido em 4 mesorregiões, 23 microrregiões e 12 regiões geoadministrativas, além de dois sub núcleos administrativos, configurando 14 regiões geoadministrativas, segundo o extinto Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba²⁹ (Ideme).

Os ditos grotões eleitorais, ou redutos de baixa densidade eleitoral, constituem aproximadamente 95,5% do território do Estado. Praticamente 213 dos 223 municípios paraibanos possuem população inferior a 50 mil habitantes, dos quais 188 municípios possuem população inferior a 20 mil habitantes. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2010, praticamente, 50% do eleitorado brasileiro reside em cidades com população inferior a 50 mil habitantes. Para o pesquisador Romero Jacob (2002), o eleitorado desses grotões expressariam características conservadoras, e concentrariam seus votos nos candidatos governistas, sobretudo, em eleições majoritárias. Por outro lado, mais recentemente, Marengo dos Santos (2013), em seu estudo sobre a “topografia do Brasil profundo”, apontou que o caráter conservador do voto deve ser relacionado à força das coalizões majoritárias de nível federal. Em relação às eleições municipais de 2000, 2004 e 2008, o autor afirma não “haver correspondência entre famílias ideológicas e grau de urbanização”, e refuta as teses de que os partidos conservadores controlam preferencialmente os redutos rurais (MARENCO DOS SANTOS, 2013, p. 17). Em suma, André Marengo demonstra como os governos de esquerda, em nível federal, alteraram a geografia política rural, então predominante nas avaliações sobre os agrupamentos políticos locais.

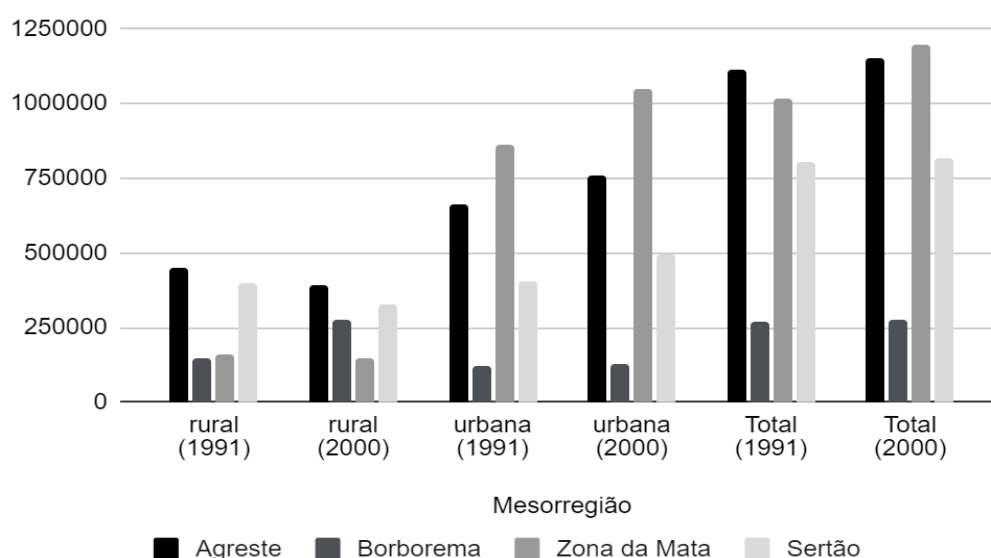
Em termos de distribuição geográfica, a mesorregião da Mata paraibana concentra a maior densidade populacional entorno da microrregião de João Pessoa³⁰, 1.034.615 habitantes, seguido pela região de Campina Grande, 502.669 habitantes (IBGE, 2010), o que por sua vez reflete a disparidade da distribuição da riqueza do estado (CARVALHO e SILVA, 2014).

²⁹ Órgão extinto em 2017 por Ricardo Coutinho via medida provisória e cujas atribuições e competências foram transferidas para a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG).

³⁰ A Mesorregião da Zona da Mata é composta pelas microrregiões: Litoral Sul, Conde, João Pessoa, Sapé e Litoral Norte. Já a microrregião de João Pessoa é composta pelos municípios de Bayeux, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Lucena e Santa Rita.

No entanto, a distribuição demográfica paraibana alterou significativamente a partir dos anos de 1970, atraindo a população rural para os núcleos urbanos em busca de melhores condições de vida, ou da oferta de emprego, que muitas vezes estava associado ao populismo das políticas de tipo *pork-barrel* implementadas pelas lideranças locais³¹. De acordo com Carvalho e Silva (2014), o desenho demográfico espacial do Estado da Paraíba seguiu o fluxo do desenvolvimento urbano industrial geral do Brasil. Ora fornecendo trabalhadores vindos do sertão para sua precária produção industrial, ora exportando sua precária mão-de-obra para as grandes metrópoles industriais do sul do Brasil.

Gráfico 2. Distribuição da população rural e urbana de acordo com a mesorregião (1991 e 2000)

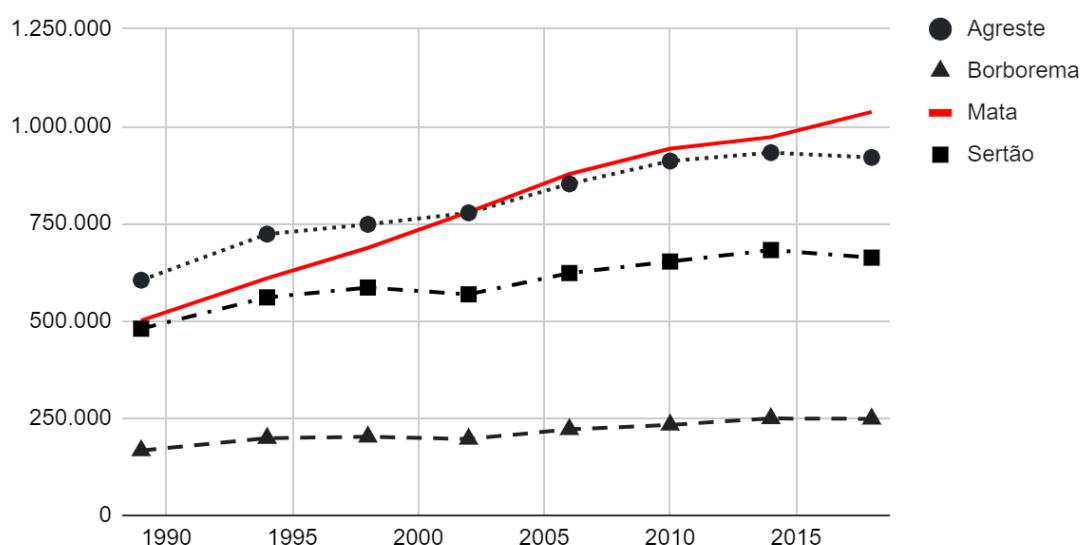


Fonte: IPEADATA, 2020.

³¹ A fim de ilustração, segue um trecho do artigo do jornalista João Manoel de Carvalho, publicado no jornal Correio do Amanhã em 1979, sobre o deputado federal Wilson Braga, líder político da região de Piancó, então filiado ao ARENA. A vitória do Deputado Wilson Braga no Congresso é profundamente significativa porque consolida, a nível nacional, uma liderança popular que muitos insistiam em desconhecer ou impugnar pela cegueira do estreito passionalismo político, atribuindo-lhe o único mérito de ser aglutinador de votos, habilidoso na distribuição dos benefícios do clientelismo político [...] Tais analistas insistiam em negar ao Deputado Wilson Braga outras evidências e outra imagem política que não fosse aquela originária de seu irrecusável populismo e natural vocação de servir, criando oportunidades de emprego generalizado (CARVALHO, 1979, p. 9). A passagem certamente se apresenta muito mais como uma espécie de matéria publicitária que uma avaliação crítica do exercício do poder do parlamentar. Ela aglutina de sobremodo na figura do deputado “os ressentimentos de uma região”, que com o despertar das ligas camponesas nos anos de 1960 (CITTADINO, 1999; MELLO, 2001), buscou equilibrar as tensões sociais a fim de evitar os inerentes conflitos de classe (CARVALHO, 1979, p. 10).

Embora a geografia eleitoral paraibana conserve algumas características apontadas por Blondel nos anos de 1950³², as oscilações dos dados populacionais a partir da evolução do eleitorado refletem, em alguma medida, as eventuais mudanças na relação sociedade-Estado. A progressiva concentração demográfica nas principais regiões metropolitanas do Estado - João Pessoa e Campina Grande - sugere que a população se desloca em direção às localidades que tanto apresentam maior oferta de emprego quanto possibilitam melhor acesso às políticas públicas (TIEBOUT, 1956). Destarte, João Pessoa e Campina Grande respondem juntas por 45,89% do PIB da Paraíba (IPEADATA, 2017). Ainda, a produção de riqueza dos municípios que compõem a microrregião de João Pessoa quando somados aos dos municípios de Campina Grande e de Patos concentram juntos 56,4% do PIB total do Estado. Por conseguinte, sendo estas regiões os principais centros políticos e administrativos, o setor de serviços, o funcionalismo público e, especialmente, o comércio tornam-se importantes fatores de atração dos indivíduos em busca de melhores condições de vida..

Gráfico 3. Evolução do eleitorado paraibano por mesorregião (1990 a 2018)



Fontes: IPEADATA; TSE, 2021.

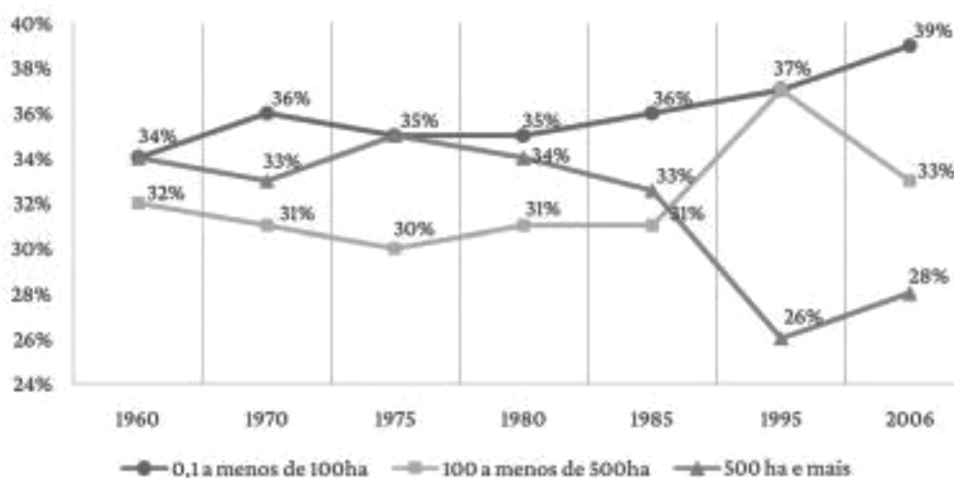
Em contrapartida, chama atenção a oscilação do eleitorado das regiões da Borborema e do Sertão entre os anos de 1998 e 2004, período em que a população da Mata

³² Segundo Jean Blondel (1994), ainda em meados dos anos de 1950, ambas as cidades configuraram “ilhas” urbanas, uma vez que a precária atividade industrial se destaca no Estado marcado por sua predominantemente atividade rural. No entanto, a Paraíba do século XXI não é a mesma estudada por Jean Blondel (1994) ou Linda Lewin (1993).

Paraibana supera a da região do Agreste. Cumpre salientar que o segundo governo de Fernando Henrique (1999 a 2003) foi marcado por uma grande recessão econômica, além das altas taxas de desemprego, o que afetou sobremaneira a população mais pobre do país, catalisando o fenômeno da “migração de retorno”. Alguns autores afirmam que a “expressiva proporção de imigrantes retornados pode estar relacionada tanto à falta de oportunidades no destino como ao processo de desenvolvimento (e aumento do poder de atração) da Região Nordeste” (BAPTISTA, CAMPOS, RIGOTTI, 2017, p. 12). Ressalta-se, porém, que os incentivos federais também têm contribuído para algumas transformações na estrutura fundiária do Sertão paraibano e, por conseguinte, para as eventuais mudanças na relação sociedade-Estado.

Em estudo recente, os pesquisadores Kaliane de Freitas Maia e Ramonildes Alves Gomes (2020) compararam as estruturas fundiárias do sertão paraibano, através dos censos agrários e agropecuários realizados entre os anos de 1960 e 2006. E, a partir da elaboração de uma etnografia com os agricultores da região da Serra do Teixeira, os autores constataram a importância de programas sociais, como o acesso à terra e ao crédito fundiário para o custeio, investimento e comercialização dos bens produzidos, bem como das políticas de reconhecimento das terras e dos povos autóctones.

Gráfico 4. Série histórica da estrutura fundiária da Paraíba –1960 a 2006



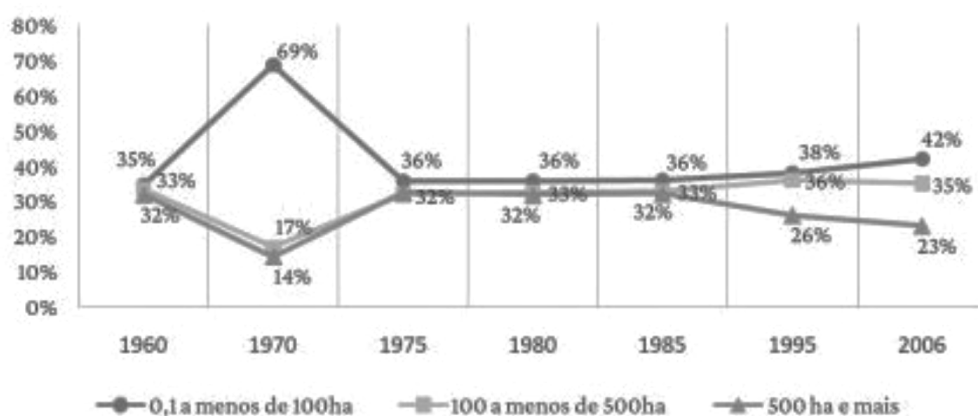
Fonte: Maia e Gomes (2020). Censo Agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006.

Maia e Gomes (2020, p. 271) também ressaltam que, “com a subdivisão por herança, o tamanho das propriedades tende a diminuir de maneira mais acentuada para as pequenas propriedades”. Os autores consideram a exemplar a importância dos movimentos sociais pela

reforma agrária, bem como a atuação do Incra, para a criação dos assentamentos e reconhecimento dos quilombolas e das terras indígenas no Estado.

Ainda que a Serra do Teixeira ilustre uma experiência pontual, as políticas econômicas de fundo social implementadas pelo Governo Lula foram de extrema relevância para a transformação político-cultural dos povos rurais do Brasil, com uma extensa oferta de crédito, num primeiro momento, via setor privado, que foi ampliada pelo setor público. Para a economista do IPEA, Mônica Mora (2015, p.55), “a atuação dos bancos federais – especificamente o BB, a CAIXA e o BNDES – foi fundamental ao atenuar a tendência à queda na oferta de crédito com recursos livres e aumentar o direcionado”.

Gráfico 5. Série histórica da estrutura fundiária do Sertão Paraibano –1960 a 2006



Fonte: Maia e Gomes (2020); censo agrícola de 1960 e Censo Agropecuário de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006.

Através da criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com o apoio do Banco Mundial, as políticas focalizadas para o acesso à terra, como os antigos programas da Cédula de Terra (CDT) e o Banco da Terra (BT), dos governos Fernando Henrique Cardoso, e que eram restritos apenas para os estados do Nordeste, (MAIA, SANT’ANA e SILVA, 2018, p. 312), adquiriu uma dimensão nacional de inclusão social, e, como vemos nos estudos de Maia e Gomes (2020), alcançou, pelo menos no sertão paraibano, certo grau de êxito³³.

³³ Os autores relatam que “os dados censitários demonstraram que a agricultura familiar tem uma presença forte no contexto agrário do Sertão Paraibano, chegando a ocupar em média 50% da área total, tendência observada no semiárido nordestino de maneira mais geral. As diferentes narrativas complementaram ricamente o desafio da pesquisa, desvelando as mudanças experimentadas nas últimas décadas, sejam estas tributárias do posicionamento político da sociedade civil (movimentos sociais), do Estado brasileiro, manifestadas em ações como o reconhecimento das terras de quilombos e de outros povos tradicionais, das políticas de acesso a terra,

Cumpra destacar, finalmente, as interpretações de João Márcio Mendes Pereira e Sérgio Sauer (2011), para quem as políticas assistidas pelo Banco Mundial, desde os programas focalizados do governo FHC através do Banco da Terra (BT) e da Cédula de Terra (CDT), configuraram um modelo de "reforma agrária assistida pelo mercado".

Sabe-se que a região do grande semiárido paraibano é historicamente marcada pelos baixos índices pluviométricos, sendo também a região menos produtiva do Estado, e, por conseguinte, um centro de reprodução do poder pessoal daqueles que detêm os escassos meios e os bens de produção. A indústria da seca tem sido estimulada por agentes políticos "(...) para atender aos interesses privados de determinados segmentos da sociedade em detrimento dos demais" e, por conseguinte, para "criação de um *lobby*, sempre a postos para carrear recursos para a região Nordeste" (CUNNIF *apud* FERREIRA, 1993, p. 72-73).

Apenas a mesorregião da Mata paraibana se encontra fora do espaço geográfico do semiárido. Logo, 86,2% do território e 55,55% da população paraibana, ou exatamente 170 municípios, encontram-se nesta grande região. O estudo realizado pela Embrapa Semiárido, e publicado em 2013 pelo INPE, concluiu que o semi-árido da Paraíba apresenta os seguintes valores de áreas em processo de desertificação: 5,76% na classe fraca; 8,39% na classe moderada; 62,48% na classe acentuada e 23,36% na classe severa; ou seja, "aproximadamente 85% do semiárido paraibano encontra-se na situação de sensibilidade à desertificação em que predominam as classes de acentuada e severa" (SÁ, CUNHA, TAURA e DRUMOND, 2013, p. 3118).

Em vista do exposto, deve-se considerar que o próprio desenho do sistema federativo brasileiro induz observar o espaço geográfico, em municipalidades, de forma transversal ao debate do federalismo fiscal, já que os municípios ocupam um lugar epicentral na formulação de políticas públicas e na aplicação dos recursos transferidos pelos entes federados superiores³⁴ (FITTIPALDI, COSTA e ARAUJO, 2016). Neste sentido, pode-se cogitar que grande parte dos 95,5% da população que se encontra confinada nos grotões eleitorais paraibanos dependem, de alguma maneira, dos repasses intergovernamentais, a exemplo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) ou do Fundo de desenvolvimento do ensino fundamental (FUNDEB), para cumprir suas obrigações orçamentárias ou financiar programas e projetos de desenvolvimento social. No entanto, estando constitucionalmente

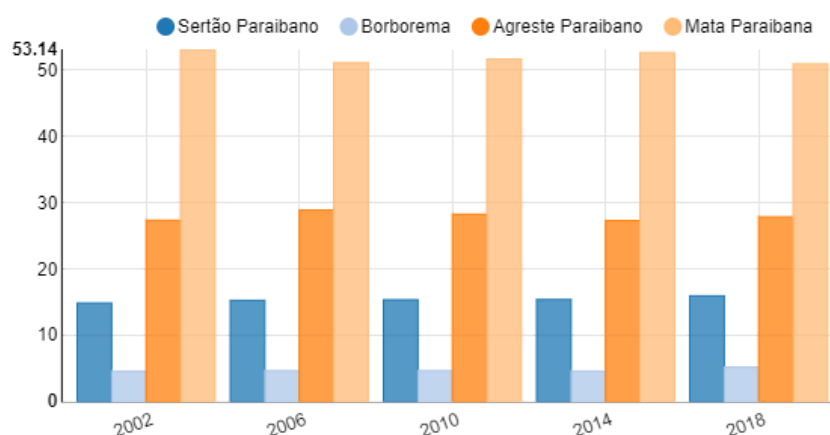
das políticas de crédito (custeio e investimento) e de comercialização (PAA e Pnae), e não menos importante, (...), das chamadas políticas sociais de combate à pobreza" (MAIA e GOMES, 2020, p. 280-281).

³⁴ Cumpra a nota que o arranjo institucional do federalismo brasileiro atribui, por outro lado, aos representantes regionais a competência de legislar e fiscalizar sobre as matérias orçamentárias, "inclusive a aplicação dos recursos recebidos da União e atribuídos aos Municípios" (art.13 - IV C.F).

amparados pelo princípio da autonomia administrativa, os Poderes Executivos locais, sobretudo dos pequenos municípios, convertem o sistema de crédito público em oportunidades de ganhos pessoais. Assim como as demais regiões do Brasil, um problema enfrentado pela população, sobretudo do semiárido, tem sido o descaso e a falta de solidariedade das elites políticas, que, em conluio com as grandes construtoras, continuam a se apropriar do bem público em detrimento do desenvolvimento econômico e humano de seus cidadãos. São fartos os exemplos recentes no Estado da Paraíba³⁵.

Contudo, em quase duas décadas, observou-se um extraordinário aumento do PIB do Estado, 405%. O PIB paraibano saltou de 12.747.021, em 2002, para 64.373.595, em 2018. No entanto, o extraordinário crescimento do PIB do estado apresentou uma modesta participação em relação à composição do PIB nacional, de 2%.

Gráfico 6. Percentual de participação das mesorregiões no PIB da Paraíba



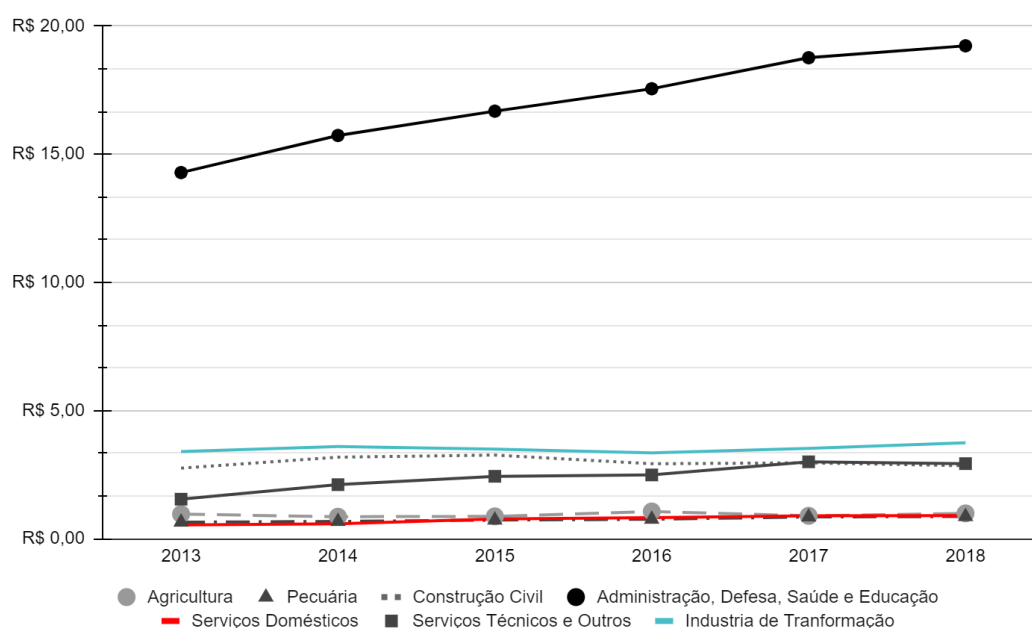
Fonte: IBGE - Produto Interno Bruto dos Municípios, 2020.

É interessante observar que na última década as regiões mais produtivas do estado, Zona da Mata e Agreste, tiveram um decréscimo de - 5% e - 1,10%, respectivamente, em

³⁵ Em dezembro de 2019, o deputado federal paraibano Wilson Santiago (PTB), o prefeito de Uiraúna (PB), João Bosco Nonato Fernandes (PSDB), e outras 6 pessoas foram denunciados por desviar recursos destinados à construção da Adutora Capivara, e acusados pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa, junto à empresa Coenco Construções, que teria repassado R\$ 1,2 milhão ao deputado Wilson Santiago e R\$ 633 mil ao prefeito, como propina (G1; 11/12/2015). As construtoras OAS/Galvão/Barbosa e Mello/Coesa, um dos consórcios responsável pela transposição do Rio São Francisco, que desviou, segundo a Polícia Federal, em torno de 200 milhões de reais das verbas públicas destinadas ao trecho localizado no agreste e sertão da Paraíba e de Pernambuco. “A adutora, essencial para a mitigação dos efeitos da seca no sertão paraibano, seria licitada pelo município e a construção seria paga com recursos do Ministério da Integração Nacional. Pelo acordo, 15% do total seriam devolvidos aos políticos, sendo 10% para o congressista e 5% para o prefeito. O contrato, cujo valor total é de R\$ 24,8 milhões, foi firmado em abril de 2018, data a partir da qual Wilson Santiago arregimentou outras pessoas para o esquema, como forma de viabilizar o repasse da propina ...” (Poder 360, 21 de dezembro de 2019).

suas produções. Em contrapartida, o sertão paraibano experimentou um aumento de 5,15% e a região da Borborema um acréscimo de 17% em seus respectivos PIBs. De modo geral, observa-se um desenvolvimento gradual da economia paraibana orientada pelo Estado no que toca à construção de uma economia de mercado, mais aberta e diversificada, com uma crescente participação na economia dos setores de serviços e funcionalismo público.

Gráfico 7. Participação das atividades no valor adicionado da economia (Unidade: x bilhão de reais)



Fonte: IBGE, 2020.

No que toca a o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador da redução das falhas sociais, destacamos o quanto a observância da série histórica do IDH pode refletir, em grau médio, o impacto das políticas públicas sancionadas pelos legisladores de uma região, sobretudo, por caber-lhes a distribuição, o controle e a fiscalização das verbas oriundas dos entes federativos superiores. Entretanto, quando referimos ao IDH enquanto um indicador de grau médio, queremos dizer que sua evolução não deve ser apreendida pelas suas características e variações endógenas, mas, antes, devem ser comparadas às outras unidades federativas a fim de compreender sua progressão posicional no tempo e no espaço.

Das 27 unidades federativas brasileiras, atualmente, o Estado da Paraíba ocupa o 22º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - 0,658), que a situa na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699) nacional, mas que não reflete

a totalidade de seus municípios. Dos componentes que formulam o cálculo do IDH, a longevidade e a renda superam o índice da educação, 0,783, 0,656, 0,555 respectivamente, e contribuem para a estabilidade da posição do estado no cenário nacional.

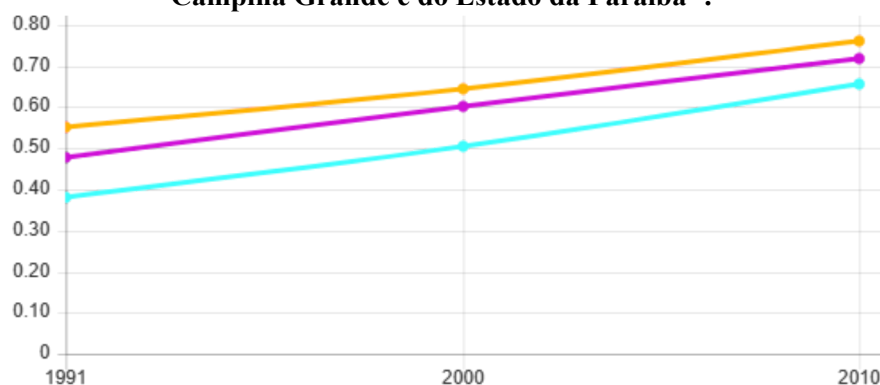
Quadro 3. Características gerais da Paraíba

IDHM	Faixa IDHM	População estimada	Área	Densidade demográfica
0,658	Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)	3.996.496 hab.	56.649,74Km²	66,70 hab./Km²

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2018 / Plano Estadual de Assistência Social - 2020-2023;

Observando os IDHs dos municípios paraibanos detalhadamente, através dos dados disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2010, constatamos que as regiões geoadministrativas mais desenvolvidas como João Pessoa e Campina Grande, e, por conseguinte, os colégios eleitorais mais importantes do Estado, apresentam melhores índices, todos considerados altos, entre 0.700 e 0.799. Os municípios de Patos e Várzea também apresentaram IDHs elevados. Destarte, 68% dos municípios paraibanos apresentam IDH baixo, e 30% IDH médio.

Gráfico 8. Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios de João Pessoa e Campina Grande e do Estado da Paraíba³⁶.



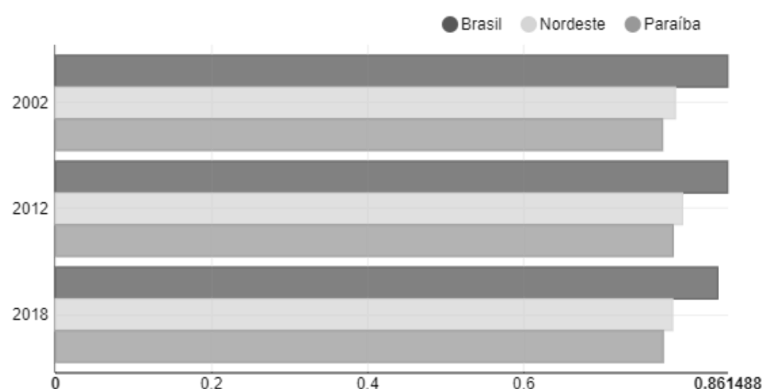
Fonte: SIDRA.IBGE, 2020.



³⁶ A linha em laranja, superior, corresponde a evolução do IDH do município de João Pessoa, que em 1991 computou 0.551, em 2000, 0.644, e em 2010 atingiu o alto índice de 0.723, reduzindo as falhas de desenvolvimento humano no período de 20 anos em 79,29%. A linha roxa, intermediária, corresponde ao município de Campina Grande, cujos índices evoluíram de 0.476 em 1991 para 0.601 em 2000 e 0.720 em 2010, reduzindo o hiato do Idh em 53,44% no município. A linha em azul, inferior, corresponde ao índice geral do estado da Paraíba, que reduziu as lacunas existentes em seu desenvolvimento humano em 53,85%.

O Índice de Gini, um medidor do grau de concentração de renda entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres de uma sociedade, ajuda-nos a apontar para as diferentes feições das desigualdades sociais não apenas entre distintas nações, mas entre distintas culturas que compartilham uma mesma unidade geográfica. Em termos numéricos, o índice varia de 0 a 1, sendo 0 o valor que representa a igualdade perfeita e o 1 seu extremo oposto.

Gráfico 9. Índice Gini da Paraíba em relação ao Nordeste e ao Brasil



Fonte: SIDRA.IBGE, 2020.

Dessa forma, vê-se que a concentração de renda na Paraíba indica que houve redução das falhas de distribuição de renda no Estado, sobretudo quando comparados com os índices da região Nordeste e nacional. Entretanto, em termos percentuais, tanto a região Nordeste quanto o Estado da Paraíba experimentaram a ínfima redução de - 1,6% da concentração da renda³⁷. Nota-se também que, mesmo que possa ser observada reduções das falhas de distribuição de renda no Brasil entre os anos de 2002 a 2018, a diferença de rendimentos entre os mais ricos e pobres ainda localiza o país entre as dez nações que mais concentram renda no mundo. Destarte, confirma-se a ressalva de Célia Lessa Kerstenetzky (2016), o grau médio do indicador Gini não reflete a realidade *da e para a justiça social*.

Neste sentido, podemos falar o mesmo do indicador PIB *per capita*, que tanto configura um indicador de grau médio, uma vez que não considera a diferença de distribuição de renda entre ricos e pobres, como o aumento agregado da produção do país não reflete a

³⁷ No ano de 2002, os valores do Índice Gini para o Brasil, Nordeste e Paraíba foram de: 0,861488; 0,794323; 0,777902; respectivamente. Em 2012, tanto na Paraíba como em toda região do Nordeste, percebeu-se um aumento sensível da concentração da riqueza, com os valores de 0,803522 para a região Nordeste e 0,791399 no estado da Paraíba. Em contrapartida, o Brasil, de forma geral, apresentou uma leve melhora na correção das falhas de distribuição em 2012, caindo o índice para o valor de 0,803522. Em termos gerais, curiosamente, em 2018, o Brasil apresentou valores mais expressivos sobre a suposta redução das falhas distributivas, medidas pelo Índice Gini, 0,848603. Da mesma forma, ocorreu com a região Nordeste e o estado da Paraíba, que computaram respectivamente os índices de 0,790730 e 0,778790.

realidade em ganhos de qualidade de vida por parte dos cidadãos. Além disso, como já foi exposto, os índices apresentados pela série 2002-2012-2018 apresentam valores que localizam o Brasil entre os países com maior concentração de renda no mundo. Portanto, cabe salientar que a redução da concentração de renda refletida pelo Índice Gini no ano de 2018, deve ser compreendida como uma consequência do empobrecimento geral da nação mergulhada em crises econômicas e políticas desde a reeleição de Dilma Rousseff em 2014. Ademais, se quisermos compreender a posição de liderança do Brasil em relação à desigualdade social e à concentração do poder e renda é melhor observar que “o rendimento médio mensal do 1% mais rico da população, que recebia R\$ 28.659, correspondia a 33,7 vezes o rendimento da metade da população mais pobre do Brasil, que ganhava R\$ 850”, segundo o estudo do PNAD-2019 (Agência Brasil, 6 de maio de 2020).

No entanto, a questão que se impõe não é apenas como o governo federal ou estadual interage com as assimetrias econômicas e populacionais do país, mas como essas assimetrias refletem nas Assembleias Legislativas ou no “jogo dentro do jogo” político, especialmente, na relação entre Executivo e Legislativo para a condução de uma efetiva agenda de política redistributiva (GIBSON, CALVO e FALLETI, 2003).

Todavia, a literatura sobre a economia política do federalismo preconiza que a sobre-representação majoritária das legislaturas afeta a distribuição dos recursos e produz distorções dos gastos federais, o que por sua vez promove a deterioração dos índices macroeconômicos (GIBSON, CALVO e FALLETI, 2003; LIJPHART, 2007). Desse modo, toma-se a liberdade de conduzir o leitor à observância do outro nível do jogo político e que conduz a economia do legislativo brasileiro. Observar e compreender como se organiza as Assembleias Legislativas, o *locus* privilegiado de atuação dos *policy-makers*, é imperativo para entender as eventuais transformações da vida social de uma comunidade política³⁸

Em termos comparativos, constata-se que não houve grandes mudanças na posição relativa dos indicadores socioeconômicos do Estado da Paraíba ao longo do tempo, não obstante tenha ocorrido endogenamente uma sensível melhora de seus indicadores. Tal fato, no entanto, sugere que o processo político local orienta-se num duplo interesse, reproduzindo, a partir das relações assimétricas de interdependência (pessoal e institucional; local e

³⁸ Os aspectos sociais e econômicos gerais devem ser considerados na medida em que seus resultados implicam diretamente nas decisões dos eleitores, portanto, nos posteriores resultados eleitorais. Seja pela capacidade de representatividade simbólica que um candidato deve possuir, no sentido de exprimir confiança, delegação e espelhamento através de uma representação espacial, ou seja, federativa (Pitkin, 2006), ou pela própria capacidade do eleitor exercer algum tipo de *accountability vertical*, sobretudo através do voto retrospectivo, mensurando em alguma medida a qualidade das políticas que lhe são ou foram ofertadas (O'DONNELL, 1998; MANIN, PRZEWORSKI, STOKES, 1999).

nacional), certas condições para a “manutenção, ampliação e combinação do padrão ‘primitivo’ com novas relações de produção” (OLIVEIRA, 2013, p. 31). Cumpre salientar que tal fenômeno não é uma particularidade do Estado da Paraíba, nem mesmo exclusivo do Brasil. Ressalta-se, portanto, que o sentido de desenvolvimento desigual e combinado compreende diferentes formas de exploração/dominação/conflito ligados a uma única estrutura, e que produz e reproduz relações de interdependências, seja entre o centro e a periferia capitalista, entre o “sul maravilha” e o “norte precário”, ou mesmo entre o “litoral progressivo” e o “sertão reacionário”³⁹.

Um aspecto cultural da sociedade paraibana é a sua composição étnico-racial, formada majoritariamente por pardos e brancos, 52,948% e 39,672%, respectivamente, diante de uma minoria étnica composta por 5,611% de negros e 0,517% de indígenas (IBGE, 2010). Estes dados são importantes, pois expõe, por um lado, a sub-representação política dos não brancos e, por outro, o “exército de reserva” formado pela massa de indivíduos mestiços e brancos pobres, necessários para a condução de uma economia fundamentada na prestação pessoal (OLIVEIRA, 2013).

O indicador mais alarmante e, por sua vez, de extrema relevância para que se possa compreender as permanências de uma economia baseada em contraprestação de favores pessoais é a alta taxa de analfabetismo do Estado. A Paraíba em 2019 apresentou a segunda maior taxa de analfabetismo do país entre pessoas com 15 anos ou mais, 16,1%, perdendo apenas para o Estado de Alagoas, 17,1%. Cumpre destacar que ambos percentuais se encontram muito acima da média brasileira, que é de 6,6%, bem como acima da região Nordeste, 13, 9% (PNAD C/ IBGE, 2020).

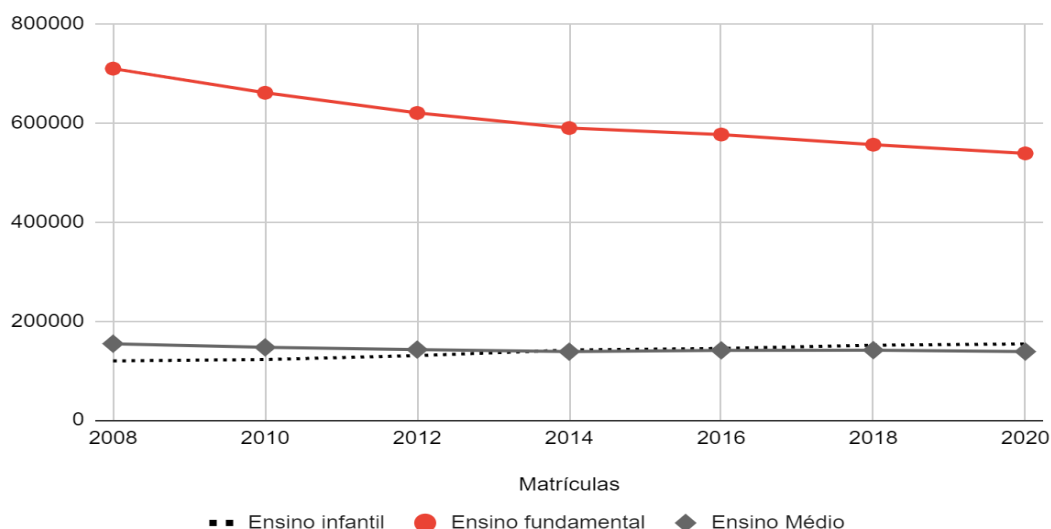
A taxa de analfabetismo entre os negros e pardos paraibanos quando comparados aos índices nacionais também apresenta uma larga disparidade. Enquanto a taxa nacional computa 8,9% de analfabetismo entre negros e pardos, na Paraíba, o índice chega 18%. No entanto, observa-se uma disparidade ainda maior entre o nível de analfabetismo entre os brancos de baixa renda do Estado da Paraíba, 12,2%, e os índices nacionais, 3,6% (PNAD C/ IBGE, 2020).

Chama atenção as altíssimas taxas de analfabetismo absoluto entre a população paraibana com idade superior a 60 anos, 39,3%, que por seu turno é mais que o dobro da média nacional, 18%. Nesse mesmo grupo, o analfabetismo atinge 45,1% dos homens, 35,1%

³⁹ Outro aspecto importante para a noção é o sentido de nossa própria colonização, tal qual postulado por Caio Prado Júnior, que suportou um estilo de produção - escravista - vinculado ao sistema de produção capitalista; ademais, “a combinação colonial dos fatores de produção repousou, em larga medida, na possibilidade do latifúndio auto suprir-se” (FRANCO, 1997, p. 10-11).

das mulheres, sendo 43,6% indivíduos negros e pardos e 28,1% brancos, da população paraibana (PNAD C/ IBGE, 2020).

**Gráfico 10. Censo escolar - ensino básico na Paraíba (nº de matrículas):
série histórica (2008 a 2020)**



Fonte: IBGE, 2020.

Nota: Não foi possível identificar a idade escolar da população matriculada em cada categoria de ensino, uma vez que os dados tratam do número total de estudantes ativos no ensino básico na Paraíba, o que, por sua vez, inclui, tanto no ensino público quanto no privado, as categorias como EJA (educação de jovens e adultos) e modelos EAD (ensino à distância).

Embora se constate um aumento nas matrículas do ensino infantil, entre o período de 2008 e 2018, as matrículas no ensino fundamental e médio decrescem em níveis preocupantes, segundo as estimativas do IBGE-2020. A taxa média de paraibanos com mais de 25 anos que não concluíram o ensino fundamental, em 2019, foi a maior da região Nordeste, 53,2%, diante da média da região que foi de 49,1%. Ambos os índices foram bem superiores também a alta média nacional, que foi de 38,7%. No presente grupo, a estimativa de homens com ensino médio incompleto foi de 57,2%, de mulheres foi 49,8%, entre negros e pardos a estimativa correspondeu a 56,2%, e entre brancos, 47,4%.

No que toca a população paraibana com ensino superior do Estado, o cenário se inverte, sobretudo sob o corte de gênero. O percentual de mulheres que concluíram o ensino superior em 2019 foi mais elevado que o dos homens, 15,9% e 10,3%, respectivamente, bem como percentual de indivíduos brancos, 18,8%, foi superior do que entre os indivíduos negros e pardos, 10,7%.

Por outro lado, cumpre salientar que o alto índice de analfabetismo do Estado da Paraíba deve-se às diferenças de escolaridade entre as faixas etárias. Nota-se que, em todo o

Brasil, não apenas na Paraíba, a população com idades superior aos 60 anos é aquela que impulsiona os índices de analfabetismo. Destarte, ainda que o problema da evasão escolar entre os indivíduos de baixa renda seja um empecilho ao desenvolvimento geral da sociedade, nota-se que houve um aumento geral da escolaridade média da população jovem, sobretudo no Estado da Paraíba no pós-constituente; fato que aponta para uma importante mudança na relação sociedade-Estado.

A fim de desenlace do presente capítulo, cumpre destacar que a crescente participação das mulheres na vida política brasileira tem sido tema corrente de debates públicos e de estudos dedicados a rever, criticamente, a questão da sub-representatividade feminina nos espaços de poder. A baixa participação das mulheres na política brasileira tem sido interpretada como um sintoma que evidencia a desigualdade de gênero, uma vez que o eleitorado feminino é superior ao masculino: 52,6% e 47,4%, respectivamente (TSE, 2020).

Na Paraíba, o eleitorado feminino corresponde a 52,8% da população (TRE, 2020). No entanto, o número de candidatas para o Legislativo do estado apresenta uma imagem completamente invertida da sociedade, sendo o percentual de mulheres candidatas de 32%. E como já fora exposto, em oito legislaturas, constatou-se uma baixíssima representação feminina no legislativo estadual paraibano, apenas 12,5%.

A literatura especializada em processos de seleção e recrutamento político, aponta que a composição política das Assembleias brasileiras tem sido formada basicamente por indivíduos do sexo masculino, com elevado nível de escolaridade e oriundos das classes altas e/ou médias especializadas (RODRIGUES, 2002; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; CODATO e COSTA, 2013). Por sua vez, alguns estudos apontam que a sobrerrepresentação masculina pode estar associada à falta de oferta de candidatas mulheres, bem como às barreiras de seleção - *filtros políticos e sociais* - que dificultam as candidaturas (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2006; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). De todo modo, os aspectos econômicos e sociais servem de indicadores para investigar o quanto a representação política reproduz a estrutura de classes (GAXIE, 2012), e, por conseguinte, compreender os laços institucionalizados entre sociedade-Estado que estruturam uma determinada cultura política.

3. DA CASA DE EPITÁCIO PESSOA: ATORES E PRÁTICAS (1990 a 2018)

Este capítulo encontra-se dividido em cinco partes, nas quais serão apresentados, com base nos dados obtidos empiricamente, a caracterização sociopolítica e profissional dos deputados estaduais paraibanos eleitos entre os anos de 1990 e 2018. Primeiramente, identifica-se e analisa-se o perfil socioeducacional dos deputados que chegaram ao Poder Legislativo paraibano. Segundo, as profissões e ocupações no momento de chegada à Assembleia Legislativa da Paraíba. Em seguida, analisa-se a composição social dos deputados eleitos segundo o critério da filiação partidária e da orientação ideológica. Na quarta parte investiga-se a trajetória política dos deputados com o foco na experiência político-partidária. Por fim, a partir da identificação e análise do perfil sociopolítico e profissional dos deputados eleitos no período, empreende-se uma tipologia dos elegíveis a fim de compreender a hierarquia da representação política no interior da Casa de Epitácio Pessoa. Assim, com base na investigação empírica dos dados obtidos via TRE-PB, Portal 360 e Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da ALPB (SAPL), apreendeu-se os perfis educacionais e profissionais dos deputados estaduais eleitos entre 1990 e 2018, para identificar, a partir daqueles que acessaram o Poder Legislativo do Estado da Paraíba, qual natureza de origem e composição social propicia o sucesso na arena parlamentar paraibana. A subdivisão adotada teve por intuito metodológico facilitar a compreensão sobre a correlação entre hierarquia social e posição ocupada em termos de sucesso na carreira política (GAXIE, 2012).

3.1. COMPOSIÇÃO SOCIAL DA ALPB (1990 a 2018): por gênero e perfil socioeducacional

Os indicadores sociais: gênero, grau de instrução, formação profissional e ocupação, adotados na presente pesquisa para identificar, mapear e analisar os perfis dos deputados estaduais paraibanos eleitos ao longo dos anos de 1990 a 2018, metodologicamente, constituem recursos indispensáveis para avaliar as transformações da classe política. Desse modo, cogita-se que a apreensão das mudanças relativas à composição social das instituições políticas contribui para a melhor compreensão sobre as eventuais alterações nos padrões de laços institucionalizados entre a relação sociedade-Estado. Há que destacar, porém, que além de amplamente reproduzido no campo da Ciência Política, os indicadores elencados são compreendidos como filtros de seleção de mobilidade social e política “naturais”, que permitem-nos, por um lado, investigar se a classe política reproduz a hierarquia social (PUTNAM, 1976; CAYROL e PERRINEAU, 1982; DOGAN, 1999; RODRIGUES, 2002; MESSENBURG, 2002; GAXIE, 2012) e, por outro lado, compreender como a variável educação igualmente constitui um requisito indispensável para a maior participação política (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Primeiramente, observando as variáveis sexo e grau de instrução ao longo do recorte temporal vê-se reproduzir na composição social da ALPB alguns achados universais sobre o perfil dos parlamentos ocidentais (DOGAN, 1999). Além de se constatar a presença majoritária de parlamentares homens, 87,5%, confirma-se também a sobrerrepresentação dos indivíduos com escolaridade de nível superior, 87,2% no interior da ALPB. Cumpre a nota que a sub-representação política das mulheres nos parlamentos estaduais e nacionais têm sido tema recorrente de debates acadêmicos. Diversos autores têm apontado para a importância de se implementar uma política de cotas de gênero para incentivar e fixar a participação política feminina (RULE, 1987; MATLAND, 1998; 2002; HTUN, 2002; SAGOT, 2009; PRÁ, 2013; LINO, ALVES e SILVA, 2013). Autoras, como Montserrat Sagot (2009) e Laura Albaine (2015) sugerem que o cenário sociocultural de determinada comunidade política afeta a implementação e, por conseguinte, a responsividade do mecanismo de paridade de gênero. As autoras também ressaltam que em realidades de altos índices de violência de gênero, a competição eleitoral acaba por espelhar sociologicamente a comunidade política, reproduzindo a violência instituída. Contudo, ainda que o sistema de cotas partidárias no Brasil reserve 20% das candidaturas para as mulheres, alguns estudos sobre seleção e recrutamento político ressaltam que a sobrerrepresentação masculina está relacionada à falta

de oferta de candidatas (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2006; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). Por outro lado, Carlomagno e Codato (2018) apontam para a existência de uma transposição da hierarquia social para a hierarquia política, e destacam que, quando homens e mulheres possuem o mesmo nível de ocupação profissional e competem no mesmo nível de hierarquia social, as chances de financiamento eleitoral e de sucesso de representação feminina, quando não superam os homens, obtêm valores equivalentes de financiamento.

Tabela 3. Composição social da ALPB (1990 a 2018); representação por sexo

ANO / LEGISLATURAS	MULHERES		HOMENS		Total N (%)
	N	(%)	N	(%)	
1990 – 12 ^ª leg.	2	5,6	34	94,4	36 (100)
1994 – 13 ^ª leg.	4	11,1	32	88,9	36 (100)
1998 – 14 ^ª leg.	7	19,4	29	80,6	36 (100)
2002 – 15 ^ª leg.	6	16,7	30	83,3	36 (100)
2006 – 16 ^ª leg.	4	11,1	32	88,9	36 (100)
2010 – 17 ^ª leg	5	13,9	31	86,1	36 (100)
2014 – 18 ^ª leg	3	8,3	33	91,7	36 (100)
2018 – 19 ^ª leg.	5	13,9	31	86,1	36 (100)
(1990 a 2018)	36	12,5	252	87,5	288 (100)

Fontes: TRE-PB; TSE; elaboração do autor, 2021.

Uma das hipóteses cogitadas na presente pesquisa foi que a eventual perda de importância do recrutamento das parentelas estaria relacionado às variáveis de natureza técnica e não mais aos *atributos adscritos* como gênero, raça, idade, etc (KELLER, 1967). Pode-se precocemente afirmar que a presente hipótese não se confirma, pois, a baixa representação feminina na ALPB não somente acusa a representação parlamentar do Estado como um universo de *dominação masculina*, mas também que os “os recursos externos ao mundo da política”, como o poder familiar e prestígio pessoal configuram atributos de exemplar importância para a seleção das mulheres elegíveis, apontando para um tipo de *recrutamento lateral* derivado dos laços firmados na vida privada (CODATO e COSTA, 2013; MARENCO DOS SANTOS, 2000). Ainda, o universo das parlamentares mulheres paraibanas reproduzem sobremaneira as velhas práticas de dominação pessoal, como as distintas formas de nepotismo e de apropriação dos bens públicos para a manutenção da vida política.

Dos 36 assentos da ALPB conquistados por mulheres, constatou-se que apenas 21 representantes *chegaram lá*⁴⁰, das quais somente duas parlamentares não apresentaram relações de parentesco político identificáveis. Em suma, são esposas, avós, mães, tias, filhas, sobrinhas, etc, e herdeiras de extensas redes de relações pessoais e de estabelecidas associações políticas (DOGAN, 1999).

A princípio, observa-se que as relações de parentesco constituem um importante indicador social para a identificação do perfil das deputadas que chegaram ao Legislativo estadual. Embora sub-representadas, as mulheres eleitas pelo povo paraibano guardam algumas semelhanças com o universo masculino de elegíveis, sobretudo no que toca à posição na hierarquia social, em termos de graus de instrução e formação profissional (CARLOMAGNO e CODATO, 2018).

Tabela 4. Composição social da ALPB (1990 a 2018), nível de escolaridade por sexo

Grau de Instrução	HOMENS N (%)	MULHERES N. (%)	TOTAL N (%)
Ensino fundamental incompleto	3 (1,2)	– –	3 (1,0)
Ensino médio incompleto	2 (0,8)	2 (5,6)	4 (1,4)
Ensino médio completo	10 (4,0)	4 (11,1)	14 (4,9)
Ensino superior incompleto	14 (5,6)	– –	14 (4,9)
Ensino superior completo	221 (87,7)	30 (83,3)	251 (87,2)
Não informado	2 (0,8)	– –	2 (0,7)
Total	252 (100)	36 (100)	288 (100)

Fontes: CPDOC; TRE-PB; Memorial da Casa de Epitácio Pessoa.

Interessante assinalar que, segundo os dados da investigação empírica, a despeito do recorte de gênero, o universo dos parlamentares paraibanos do pós-Constituinte tem sido composto majoritariamente por indivíduos com alta escolaridade, em que 87,7% dos homens e 83,3% das mulheres que ocuparam um assento na ALPB possuem uma ou mais formação de nível superior. Assim, no universo composto por uma população de 288 parlamentares, distribuídos por 8 legislaturas, apenas 4,9% apresentaram grau de instrução de nível médio,

⁴⁰ São elas: Chica Motta (PMDB), Olenka Maranhão (PMDB), Iraê Lucena (PMDB), Estefânia Maroja (PMDB), Terezinha Pessoa (PFL), Zarinha Gadelha (PFL), Lúcia Braga (PSL), Vani Braga (PDT), Daniella Ribeiro (PP), Edina Wanderley (PSDB), Camila Toscano (PSDB), Lúcia Monteiro (PFL), Dona Dida (PFL), Eva Gouveia (PTN), Socorro Marques Dantas (PSDB/PPS), Dr^a Paula (PP), Gilma Germano (PPS), Pollyana Dutra (PSB), Giannina (PT), Estela Bezerra (PSB) e Cida Ramos (PSB). Apenas as deputadas Estela Bezerra e Cida Ramos não apresentaram relações de parentesco no campo político.

1,4% não concluíram o ensino médio, 1,0% e 0,7%, respectivamente, não possuem ao menos o ensino fundamental completo e não informaram o grau de instrução.

De antemão, pode-se dizer que os dados apresentados acima, ao reproduzir os achados de outras casas legislativas, confirmam a tese de que a “educação superior constitui-se num importante atributo mesmo antes da entrada na elite política” (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009, p. 6). Destarte, em termos comparativos, o recrutamento político acusa a existência de uma completa inversão dos níveis educacionais entre as lideranças políticas e a população em geral (RODRIGUES, 2006; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; GAXIE, 75 2012). Cumpre ressaltar que a presente perspectiva entende o filtro educacional como um indicador preferencial dos selecionadores, a saber dos dirigentes partidários, uma vez que os indivíduos com alta escolaridade, além de possuírem *status* e prestígio social, também seriam dotados de habilidades e competências específicas para o sucesso na vida política (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; MARENCO DOS SANTOS, 1997; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2006; CODATO e COSTA, 2013).

Para melhor operacionalizar os dados sócio-educacionais e, por conseguinte, identificar o perfil dos deputados estaduais da Paraíba, adotamos os parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases para Educação no Brasil (LDB) como referência para produzir as seguintes categorias de análise⁴¹: I) os parlamentares com baixo grau de instrução: são aqueles que possuem um tempo de estudo inferior à 12 anos; II) os parlamentares com média escolaridade: são aqueles cujo tempo de estudo variou entre 12 e 14 anos; III) os parlamentares com alto grau de escolaridade: são aqueles que conservam mais de 15 anos de estudos.

De acordo com Pierre Bourdieu (2015, p. 295), a “dinâmica da estrutura das relações de classe” opera através de um mecanismo que assegura a contínua reprodução das disparidades sociais em termos de representação política; a saber através da socialização escolar. A maior parte da população não dispõe de *tempo* e *recursos* para convertê-los em *capital cultural* (BOURDIEU, 2015; CODATO, 2008, MIGUEL, 2003a), que por sua vez é um requisito indispensável para a participação política (NORRIS e LOVENDUSKI, 1995).

⁴¹ De forma complementar à LDB - 9394/96, a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, prescreve para o ensino fundamental um tempo de 9 anos para a sua conclusão, sendo 5 anos iniciais para as crianças de 6 a 10 anos de idade, e 4 anos finais, que compreende os jovens de 11 a 14 anos de idade. A LDB também estabelece um período de 3 anos para a conclusão do ensino médio, compreendido como a última etapa para a educação básica. O tempo de escolaridade dos indivíduos com nível superior tem por média o valor de 15 anos de formação. Deve-se ter em mente que este é um valor genérico de partida, que ele reflete o tempo mínimo para a consecução de uma graduação com um relativo padrão de qualidade.

É importante destacar que a média de anos de estudo da população paraibana com mais de 25 anos, para o ano de 2019, foi estimada em 7,8 anos (IBGE-Educa 2019). Ainda que abaixo da média nacional, que foi de 9,3 anos, o índice paraibano mais que dobrou em relação à média registrada em 1991, que foi 3,4 anos (IPEA, 2014). Portanto, observa-se que de 1990 a 2019, a estimativa de estudos da população paraibana com mais de 25 anos foi de 5,6 anos, quando a média de estudos da maioria dos parlamentares paraibanos foi superior a 14 anos.

Tabela 5. Composição da ALPB (1990 a 2018), grau de instrução dos candidatos eleitos

Grau de instrução		1990 N (%)	1994 N (%)	1998 N (%)	2002 N (%)	2006 N (%)	2010 N (%)	2014 N (%)	2018 N (%)
Baixa	N/I.	1 (2,8)	1 (2,8)	—	—	—	—	—	—
	F.I.	—	—	—	—	—	1 (2,8)	1 (2,8)	1 (2,8)
	M.I.	—	1 (2,8)	1 (2,8)	1 (2,8)	1 (2,8)	—	—	—
Média	M.C.	2 (5,6)	1 (2,8)	1 (2,8)	1 (2,8)	1 (2,8)	2 (5,6)	3 (8,3)	3 (8,3)
	S.I.	1 (2,8)	1 (2,8)	2 (5,6)	1 (2,8)	2 (5,6)	1 (2,8)	2 (5,6)	1 (2,8)
Alta	S.C.	32 (88,9)	32 (88,9)	32 (88,9)	33 (91,7)	32 (88,9)	32 (88,9)	30 (83,3)	31 (86,1)
Total		36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)

Legendas: N/I - não informado; F.I. - ensino fundamental incompleto; M.I. - ensino médio incompleto; M.C. - ensino médio completo; S.I. - ensino superior incompleto; S.C. - ensino superior completo;

Fontes: CPDOC; TRE-PB; Memorial da Casa de Eptácio Pessoa

O elevado perfil educacional da maioria dos deputados paraibanos indica que, de modo geral, a "concorrência política age para que agentes privilegiados pelas hierarquias sociais se apossam das posições de poder político" (GAXIE, 2012, p. 166). Destarte, as disparidades de graus de instrução entre os representantes eleitos também apontam a existência de uma hierarquia *interna corporis* parlamentar. Entende-se, portanto, que os atributos como origem social, disponibilidade econômica e de tempo, além do capital simbólico herdado são determinantes para a conversão da educação em capital político-cultural, e que, por sua vez, produz e reproduz os distintos graus de notabilidade nas posições diferenciadas dos parlamentares. Neste sentido, com base nos dados empíricos, foram tipificados, a partir do grau de escolaridade, três classes de deputados: baixa escolaridade, média escolaridade e alta escolaridade. Vejamos primeiramente que são os deputados que figuram como casos excepcionais de parlamentares de baixa ou baixíssima escolaridade. Em seguida, identificamos os deputados com média escolaridade, para, então, analisar as áreas de formação dos deputados com alta escolaridade.

3.1.1. Os casos excepcionais de parlamentares com baixíssimo grau de instrução

De acordo com os dados coletados, os seis parlamentares eleitos no período que não completaram ao menos o ensino médio foram: Levi Olimpio Ferreira (PMDB; 1990 e 1994), Estefânia Maroja (PMDB; 1994, 1998 e 2002), Pastor Fausto de Oliveira (PP, 2002), Márcio Roberto (PMDB, 2006), Toinho do Sopão (PTN, 2010) e Galego de Souza (PP; 2014 e 2018).

A julgar pelo nível de instrução, estes casos excepcionais de baixíssimo grau de escolaridade, com exceção do *outsider* Toinho do Sopão, ou são detentores de relativo capital econômico ou guardam consigo a sustentação de uma rede de relações herdadas, quando não ambos. Cumpre ressaltar o caráter não apenas “amador”, mas “tímido”, do parlamentar Toinho do Sopão. Segundo Dogan (1999, p. 171), quando um parlamentar é tímido é porque, além dele não se envolver plenamente nas atividades políticas, em senso comum, ele é percebido como *parlementaire moyen*. Ou seja, é o tipo de indivíduo que, antes de ter ou gerar os próprios recursos e meios - *moyens* - para se impor no ambiente parlamentar, presta-se, ele próprio, como meio para o procedimento ordinarizado das atividades legislativas.

Outro parlamentar de características “tímidas” neste grupo dos *outliers* de formação educacional é o radialista Fausto de Oliveira (PL). O ex-deputado, então pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, eleito apenas em 2002, figurou como mais um dos exemplos de “renovação política” expresso pelo fenômeno da “ascensão dos pentecostais como fator de popularização da classe política brasileira” (RODRIGUES, 2009, p. 69).

Em contrapartida, os deputados Levi Olímpio⁴², de Pombal, e Estefânia Maroja⁴³, de Santa Rita, compõem o seletor e tradicional grupo dos políticos empresários agropecuaristas. Olímpio e Maroja destacam-se no grupo de parlamentares com baixa escolaridade em alguns aspectos. Primeiro, ambos os parlamentares são detentores de vultosos capitais econômicos e

⁴² O fazendeiro Levi Olimpio Ferreira, cujo grau de escolaridade não foi encontrado ao longo da pesquisa, antes de se aventurar na política a convite do PMDB no final dos anos de 1970 foi preso e acusado de ser um dos líderes do grupo paramilitar chamado Sindicato da Morte, que atuava nos estados da Paraíba, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte. Eleito prefeito de Pombal em 1982, Levi Olímpio foi conhecido por suas práticas populistas/clientelistas como a distribuição de tijolos e telhas para os pobres da região de Pombal; além de sua notória rivalidade com o tradicional clã dos Pereiras. Levi Olímpio foi eleito para duas legislaturas na ALPB; no entanto, não assumiu seu segundo mandato, uma vez que faleceu em janeiro de 1995, antes de começar o período legislativo

⁴³ A herdeira política do clã Maroja e empresária do ramo agropecuário, Estefânia Maroja, antes de chegar ao Poder Legislativo do estado, foi primeira dama do município de Santa Rita, na gestão de seu marido Severino Maroja (PMDB), entre os anos de 1982 até 1988 e 1997 até 2004, e candidata a prefeita de Santa Rita em 1992. A ex-deputada ocupou por três vezes o cargo legislativo na Casa de Eptácio Pessoa. Eleita pelo PMDB nos anos de 1994 e 1998, Estefânia voltou à Assembleia em 2005 pelo PDT, a então suplente assumiu a titularidade do mandato em substituição ao deputado Djacir Brasileiro (PMDB).

sociais. Segundo, ambos os parlamentares nascidos nos anos de 1940 acumularam experiência política antes mesmo do período de transição para o regime democrático constitucional.

Finalizando o pequeno grupo formado pelos parlamentares eleitos com baixa escolaridade, temos os deputados e comerciantes Márcio Roberto (PMDB) e Jaci Severino de Souza, o Galego de Souza (PP), ambos ex-prefeitos por dois mandatos do município de São Bento, e eleitos pelo PMDB: o primeiro, eleito e reeleito nos anos de 1996 e 2000, o segundo, entre 2004 e 2008. O caso destes dois deputados acusa-os de um problema recorrente, enfrentado pelos pesquisadores de perfis políticos, sobretudo no que diz respeito à classificação da ocupação dos deputados que se autodeclararam comerciantes ou empresários. Isto porque os dados dos gastos de campanha, por exemplo, e, acima de tudo, os referentes ao patrimônio pessoal não são confiáveis, e apresentam um caráter “excessivamente genérico” para que se possa mensurar e qualificar fidedignamente o tamanho do empreendimento comercial destes parlamentares (RODRIGUES, 2006, p. 18; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009, p. 26).

Tabela 6. Deputados com baixa escolaridade; ALPB (1990 a 2018)

	Nome	Herdeiro	Experiência Partidária	Profissão
1	Levi Olímpio	não*	sim	agropecuaria
2	Estefânia Maroja	sim	sim	agropecuaria
3	Pastor Fausto	não*	não	radialista
4	Márcio Roberto	não*	sim	comerciante
5	Galego de Souza	não*	sim	comerciante
6	Toinho do Sopão	não	não	marceneiro

*Os ex-deputados Levi Olímpio e Márcio Roberto e o deputado Galego Souza, embora não sejam herdeiros políticos diretos, introduziram ao longo de suas vidas públicas parentes no mundo político, como esposa, filhos e irmãos respectivamente.

Fonte: tabela elaborada pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Cumpramos ressaltar, finalmente, a julgar pelo perfil sócio-ocupacional dos deputados com baixíssima escolaridade, a tendência para o tipo de recrutamento lateral (MARENCO DOS SANTOS, 2000), visto que foram raros os casos dos parlamentares desprovidos de renda e de relações firmadas na vida privada.

3.1.2. Os parlamentares com média escolaridade e suas ocupações

Ao longo do recorte temporal, foram computados 17 indivíduos com média escolaridade. Como a presente categoria compreendeu os deputados com ensino superior incompleto e com ensino médio completo, duas observações fazem-se necessárias. Primeiro, os dados dizem respeito à entrada na ALPB, portanto, não foram considerados os deputados que concluíram o ensino superior ao longo de seus mandatos. Segundo, para melhor operacionalização e análise dos dados, os indivíduos desta categoria foram classificados a partir das seguintes variáveis: “experiência partidária” vs. “não experiência partidária”; e “herdeiros políticos” vs. “não herdeiros políticos”.

Tabela 7. Deputados com média escolaridade; ALPB (1990 a 2018)

	Nome	Herdeiro	Experiência Partidária	Profissão
1	Branco Mendes	sim	sim	empresário
2	Bruno Cunha Lima	sim	sim	político
3	Caio Roberto	sim	não	empresário
4	Eduardo Carneiro	não	sim	empresário
5	Fabiano Lucena	sim	sim	não declarado
6	Genival Matias	sim	sim	empresário
7	Gilma Germano	sim	não	bancária
8	Inácio Falcão	não	sim	político
9	Jacó Maciel	não	sim	empresário
10	João da Penha	não	sim	servidor público
11	João Paulo Barbosa	sim	sim	empresário
12	Quinto Ribeiro Coutinho	sim	não	empresário
13	Rômulo Gouveia	não	sim	político
14	Terezinha Pessoa	sim	sim	político
15	Vani Braga	sim	sim	político
16	Walter Brito	sim	não	empresário
17	Zé Paulo	não	sim	empresário

Fonte: tabela elaborada pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Para melhor explicação, cumpre salientar que compreendeu-se por herdeiros aqueles indivíduos que receberam “uma rede de relações em vez de um mandato” (DOGAN, 1999, p. 171). Há que ressaltar também que a opção pela categoria *experiência partidária* deu-se, por um lado, pela dificuldade de classificar os parlamentares eleitos enquanto políticos profissionais, sobretudo, aqueles indivíduos cujos círculos familiares proporcionam “uma socialização política informal desde muito cedo e que desenvolvem habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos vários escalões do sistema de poder” (RODRIGUES, 2009, p. 25). Por outro lado, o critério *experiência partidária* torna mais claro o processo de profissionalização enquanto “um programa de comutação do tipo social (o *notável*) para outro (o *especialista*) e de conversão da natureza dos recursos políticos legítimos numa sociedade dada” (CODATO, 2008, p. 167). O critério adotado para a determinação desta amostra, baseou-se na trajetória política prévia dos parlamentares, cujos dados encontram-se disponíveis nos portais de transparência do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB).

Destacamos primeiro, a classe dos jovens herdeiros políticos com *experiência partidária*. São eles: Bruno Cunha Lima (PSDB), Fabiano Lucena (PSB/PSDB) e Flaviano Quinto Ribeiro Coutinho (PMDB)⁴⁴. No entanto, merece destaque, o filho do empresário e deputado federal José Wellington Roberto (PL), o deputado Caio Figueiredo Roberto (PR⁴⁵, atual PL). Caio Roberto ingressou na vida política em 2010, conquistando, aos 25 anos, sua primeira cadeira na ALPB, e é o único caso dos jovens herdeiros milionários a ocupar um assento na Assembleia estadual sem possuir formação superior e nem *experiência partidária* prévia. O estudante de direito, mesmo sem ocupação definida, declarou para cada pleito concorrido bens nos seguintes valores: R\$1.690.138,03, em 2010; R\$1.078.298,83, em 2014; e, R\$2.568.799,02, em 2018. Cumpre notificar que a família Roberto, liderada pelo

⁴⁴ Bruno Cunha Lima é neto do ex-senador Ivandro Cunha Lima e sobrinho-neto de Ronaldo Cunha Lima. Antes de se tornar deputado estadual, foi vereador de Campina Grande, nos anos de 2013 a 2015, pelo PSDB. Em 2020, Bruno Cunha Lima foi eleito prefeito de Campina Grande, pelo PSD. Fabiano Lucena é sobrinho do ex-senador e prefeito de João Pessoa Cícero Lucena (PP). Fabiano foi vereador pelo PSB da cidade de João Pessoa, nos anos de 2001 e 2002, e deputado estadual por dois mandatos, pelo PSB, de 2003 a 2006, e pelo PSDB, de 2007 a 2011. Flaviano Quinto Ribeiro Coutinho é filho de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, herdeiro do usineiro e político Flaviano Ribeiro Coutinho.

⁴⁵ O Partido da República tem como presidente o Deputado Federal Wellington Roberto. Utilizou-se na campanha de 2014 de uma receita na ordem de R\$2.246.134,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais). Deste volume de recursos, parte significativa adveio da direção nacional do Partido que havia recebido doações de empresas e transferido para o candidato. Soma-se a isso, também, parcela significativa de recursos que foram destinados das grandes empresas diretamente para o candidato. Para a direção do partido no Estado, as empresas doaram R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Este valor é destinado para a campanha do próprio candidato. Todavia, para o seu filho, Caio Figueiredo Roberto, candidato a deputado estadual, fora destinado, pelo seu pai e presidente do partido, recursos na ordem de 170 mil reais, aproximadamente, dos 295 mil reais recebidos por Caio Roberto (MONTEIRO, 2016, p. 179).

ex-senador e deputado federal Wellington Roberto⁴⁶, atua nas áreas da construção civil, agropecuária, telecomunicações, concessionárias de veículos automotores, além do setor sucroalcooleiro.

Já o ex-deputado Rômulo Gouveia e o deputado Branco Mendes figuram como exemplares do típico político profissional moderno, que faz da atividade política uma permanente fonte de renda.

Rômulo Gouveia foi por duas vezes vereador (1992 e 1996), deputado estadual (1998 e 2002) e deputado federal (2006 e 2014), além de vice-governador do Estado da Paraíba (2010). Distante de ter uma origem aristocrática, o ex-deputado construiu uma carreira progressiva e sólida, vindo a ser interrompida pelo seu falecimento em 2018, ao longo de seu segundo mandato como deputado federal. O ex-deputado ingressou no curso de administração, em 1983, na Universidade Regional Noroeste (URNE), em Campina Grande, porém não concluiu sua graduação. Ao longo de sua vida política retomou seus estudos e se formou bacharel em direito pela Faculdade Maurício de Nassau no ano de 2012. Filiado ao PMDB entre os anos de 1988 e 1998, Rômulo Gouveia concorreu a três pleitos para vereador de Campina Grande, 1988, 1992 e 1996. Em 1991, antes de seu primeiro mandato para o legislativo municipal, em 1992, o ex-deputado Rômulo Gouveia, filiado ao clã Cunha Lima, assumiu a Direção Regional da Companhia Estadual de Habitação Popular da prefeitura de Cássio Cunha Lima em Campina Grande (1989 a 1992). A experiência da derrota de 1988 viria a se repetir em suas duas tentativas de alcançar o Executivo municipal de Campina Grande, nos anos de 2004 e 2008, quando, já filiado ao PSDB, corroborou para o revés do clã Cunha Lima na região; em consequência da vitória de Veneziano Vital do Rêgo (PMDB) nos dois pleitos. A viúva de Rômulo Gouveia, a ex-deputada Eva Gouveia, albergada no PSD para as eleições municipais de 2020, foi a vereadora mais votada da cidade de Campina Grande. A trajetória de Rômulo Gouveia é apenas mais um dos muitos exemplos de constituição do seu próprio grupo político, que tem na representação de sua esposa e de seu

⁴⁶ José Wellington Roberto nasceu em São José de Piranhas (PB) no dia 19 de maio de 1959, filho de Eptácio Roberto Dantas e de Maria Roberto Sobrinho. Transferindo-se para Campina Grande (PB), cursou o primeiro grau no Colégio Alfredo Dantas e o segundo grau no Colégio Pré-Universitário Campinense. Em 1979, ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande sem, contudo, concluir o curso de engenharia civil. Empresário das áreas de construção civil, concessionárias de veículos automotores, agropecuária e de telecomunicações, ingressou na política filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em cuja legenda foi eleito primeiro-suplente de senador no pleito de outubro de 1994, na chapa encabeçada por Humberto Lucena, que então concorria a mais uma eleição. Com a morte do titular em abril de 1998, nesse mesmo mês Wellington Roberto assumiu uma cadeira no Senado. Tornou-se membro titular da Comissão de Fiscalização e Controle e suplente da Comissão de Assuntos Econômicos. Entre as comissões especiais, integrou, como titular, a destinada a verificar os efeitos produzidos pela seca no Nordeste e na região do Polígono das Secas em Minas Gerais, bem como a que estuda as causas do desemprego e do subemprego no país (CPDOC, 2020).

irmão, o empresário Robson Gouveia, os herdeiros de seu espólio político.

Segundo a biografia do deputado Branco Mendes, o gosto pela política foi herdado de seu pai, Agenor Mendes Pedrosa, vice-prefeito do município de Aguiar pela UDN em 1972. Seu irmão, Chico Agenor, também foi prefeito e vereador pelo PDT do mesmo município sertanejo. Atualmente filiado ao Podemos, Branco Mendes encontra-se em seu quarto mandato na Assembleia Legislativa da Paraíba. O deputado iniciou sua carreira política como vereador do município de Alhandra, Litoral Sul da Paraíba, no ano de 1992. Elegeu-se presidente da Câmara Municipal de Alhandra (biênio 93/94) e foi prefeito por dois mandatos consecutivos do mesmo município, nos anos de 1996 e 2000. Em 2004, o executivo de Alhandra foi “herdado” por seu sobrinho, Renato Mendes, eleito prefeito do município pelo PFL/DEM nos anos de 2004, 2008, e 2016. Em 2012, Branco Mendes tentou emplacar na prefeitura de Alhandra sua esposa Maria Gorete Ferreira Pedrosa, ou Gorete Mendes (PSDB), então Secretária do Bem Estar Social do mesmo município no governo de Renato Mendes, no entanto, a família Mendes não obteve êxito no pleito do município. Cumpre destacar o aumento de aproximadamente 700% do patrimônio pessoal de Branco Mendes, entre os anos de 2006 e 2018. No ano de 2006, Branco Mendes declarou possuir bens nos valores de R\$266.200,00. Em 2010 e 2014, os valores foram de R\$464.700,00 e R\$1.273.096,96, respectivamente. Em 2018, o deputado estadual declarou possuir um patrimônio de R\$2.131.936,48; dessa forma, a despeito das correções cambiais e inflacionárias dos últimos 14 anos, vê-se o patrimônio do parlamentar crescer em torno de oito vezes ao longo de suas quatro legislaturas.

Os ex-deputados João da Penha, eleito em 1998 pelo PDT, e Walter Brito Filho⁴⁷, eleito por quatro mandatos consecutivos pelo PMDB (1990, 1994, 1998, 2002), finalizam o grupo de parlamentares que declararam possuir ensino superior incompleto. No entanto, João da Penha, atualmente suplente a deputado estadual pela Democracia Cristã (DC), somente, a partir de 2010, declarou ser contador de formação e servidor público estadual como ocupação.

⁴⁷ Walter Brito Filho não é herdeiro político direto, porém é herdeiro de grande capital econômico. Filho do empresário Walter Correia Brito, dono da empresa Real ônibus, o ex-deputado conquistou seu primeiro mandato na ALPB em 1990. Foi eleito por mais três mandatos consecutivos pelo PMDB nos anos de 1994, 1998 e 2002. Albergado no PFL em 2006, buscou a reeleição para seu quinto mandato na Casa de Eptácio Pessoa; no entanto, não conseguiu se eleger, embora obtivesse expressiva votação, 17.570 votos. No mesmo ano, seu filho, Walter Brito Neto, ex-vereador de Campina Grande, conquistou uma suplência para deputado federal através da coligação PT do B / PFL / PTC / PSDB. Com a renúncia de Ronaldo Cunha Lima (PSDB), Brito Neto assumiu no dia 1º de novembro de 2007 uma cadeira na Câmara dos Deputados, alcançando um posto até então não conquistado por seu pai. Cumpre a nota que o ex-deputado federal figurou como o primeiro caso de sanção política sob a acusação de infidelidade partidária, segundo a Resolução 22.610/07 do TSE.

Completam a categoria dos parlamentares com média escolaridade: Teresinha Pessoa (PFL, 1990), Vani Braga (PDT, 1990 e 1994), Gilma Germano (PPS, 2010), Genival Matias Filho (PTdoB/Avante, 2010, 2014 e 2018), João Paulo Barbosa Leal (PFL, 1998), Inácio Falcão (PTdoB, 2014 e PCdoB, 2018), Zé Paulo (PCdoB, 2014), Jacó Maciel (PPB, 2002 e PDT, 2006) e Eduardo Carneiro (PRTB, 2018).

Herdeira da tradicional oligarquia Pessoa, a ex-deputada Terezinha Pessoa (PFL), antes de chegar à ALPB, foi prefeita do município de Umbuzeiro pelo PDS, entre os anos de 1977 a 1983. Seu marido, o ex-deputado estadual Carlos Pessoa Filho, foi prefeito da cidade de Aroeiras, e seu filho, Carlos Pessoa Neto, prefeito de Umbuzeiro por três mandatos.

Também herdeira de extensa parentela, Vani Braga (PDT) foi a primeira mulher eleita deputada na Paraíba, em 1982. Irmã do influente líder político do Estado, Wilson Braga, e do ex-prefeito de Conceição, Walter Leite Braga (UDN - 1959 e 1963), Vani conquistou 4 pleitos estaduais seguidos. A ex-deputada também foi prefeita do mesmo município, eleita em 2008 pelo PMDB. Cumpre destacar que o clã Leite-Braga comandou a política da região de Piancó por mais de meio século, bem como controla as rádios da cidade do município de Conceição. Wilson Braga e sua irmã, Nice Braga, eram sócios da Rádio Cidade de Piancó, e a sobrinha de Vani Braga, “Francisca Leomar, conhecida como Lola, candidata derrotada à prefeitura em 2012, é sócia da rádio Conceição FM, ao lado da cunhada”, esposa do ex-prefeito Alexandre Braga (MONTEIRO, 2016, p. 221).

Antes de se aventurar na vida política, Gilma Germano, eleita pelo PPS em 2010, teve por ocupação a atividade bancária. A ex-deputada é casada com o deputado estadual e ex-prefeito de Picuí, Buba Germano (PSB). No entanto, a condição de herdeira política não tem se convertido em sucesso na arena eleitoral, já que desde sua passagem pelo Legislativo estadual, Gilma Germano tem sofrido subsequentes derrotas na tentativa de alcançar a prefeitura de Picuí.

O ex-deputado estadual e empresário do setor da construção civil e da mineração Genival Matias, era filho do ex-juiz federal e ex-prefeito de Juazeirinho, no Seridó paraibano, Dr. Genival (PDT, 1992). Por um lado, seu pai, Dr. Genival amargou consecutivas derrotas ao longo de sua carreira política, por outro, Matias Filho, conquistou subsequentes vitórias no Legislativo paraibano. Genival Matias Filho se encontrava em seu terceiro mandato na ALPB quando, em julho de 2020, veio a falecer vítima de um acidente vascular cerebral. Seu filho, Genival Matias Neto (Avante) foi vereador do município de Soledade, de 2013 a 2015, e seu irmão, Bevilacqua Matias Maracajá, também foi eleito prefeito de Juazeirinho por dois mandatos; em 2008, pelo PRB, e em 2016, pelo PTdoB.

O ex-deputado João Paulo Barbosa Leal foi vereador e prefeito do município de Boqueirão, entre os anos de 1982 e 1993. Sua esposa, Joanita Leal, também foi vereadora e prefeita do mesmo município. Atualmente, seu filho, João Paulo Barbosa Leal Segundo, encontra-se em seu segundo mandato no executivo municipal da cidade. A família Barbosa Leal tem controlado o cenário político de Boqueirão nos últimos quarenta anos.

É interessante observar como os herdeiros de capital político-familiar ou de capital econômico estabelecido, mesmo sem deter títulos de formação superior, têm apresentado carreiras duradouras na ALPB; a exemplo dos ex-deputados Vani Braga, Genival Matias Filho, Walter Brito Filho e do deputado Caio Roberto. Ainda que níveis altos de escolaridade seja um critério importante para entrada na vida política, nossos dados corroboram com as teses que atestam que quanto mais elevada a posição na hierarquia econômica e social maiores serão as chances de sucesso na arena eleitoral (CAYROL e PERRINEAU, 1982; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; GAXIE, 2012). Praticamente 59% dos deputados com média escolaridade declararam ser empresários, 29,4% políticos, os 17,6% restantes correspondem a outras ocupações. No entanto, mais uma vez os “candidatos se declararam empresários, sem que houvesse qualquer qualificação que permitisse ao analista identificar o tamanho do empreendimento” (PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009, p. 31).

Outra observação importante diz respeito ao aumento do patrimônio ao longo da vida política. Afinado com Leôncio Rodrigues (2002) e Fernando Rodrigues (2006), pôde-se observar através dos exemplos dos deputados Branco Mendes e Caio Roberto como políticos “vencedores” apresentaram expressivos ganhos de patrimônio ao longo de suas carreiras. Por outro lado, interessante observação é a tendência geral para o recrutamento lateral, ainda que a seleção de parentes possa sugerir a existência de um recrutamento vertical⁴⁸. De todo modo, nota-se que a arregimentação política para a ALPB privilegia os indivíduos detentores de *status*, posses e de relativo *networking*, garantindo espaço de representação para os poucos sujeitos com baixa escolaridade ou sem grandes especializações em formação acadêmica.

Observa-se que a correlação entre os graus de escolaridade e reeleição, por exemplo, indica que deputados com baixa, média e alta escolaridade possuem oportunidades equivalentes para o reingresso na Casa Legislativa.

⁴⁸ Cumpre a nota que as formas de recrutamento lateral então apreendida na pesquisa, por vezes, também confundem-se com a tendência à exogamia e à “erosão da autoridade familiar” apontadas por Linda Lewin (1993) como uma forma de adaptação política aos processos de mudanças econômicas. Segundo a autora, a partir do fim do século XIX inicia-se um processo de fragmentação e segmentação do poder da família, então, compartilhados pelos tios, primos, sobrinhos, etc. Atualmente, o mesmo processo acentua-se com a incorporação do elemento feminino na vida política, a partir da introdução das esposas, mães, filhas e sobrinhas, mostrando como a força da rede das relações firmadas na vida privada constitui um importante ativo para o recrutamento político no Estado.

Tabela 8. Grau de escolaridade e reeleição; ALPB (1990 a 2018)

Reeleito	Baixa N (%)	Média N. (%)	Alta N (%)	Total N (%)
Sim	3 (50)	7 (46,7)	64 (48,9)	74 (48,7)
Não	3 (50)	8 (53,3)	67 (51,1)	78 (51,3)
Total	6 (100)	15 (100)	131 (100)	152 (100)

Fontes: Memorial ALPB; Poder 360.

Dos 131 parlamentares com ensino superior aproximadamente 51% conquistaram a reeleição após seus primeiros mandatos, diante dos 53% e 50% dos deputados com média e baixa escolaridade, respectivamente. Portanto, ainda que a correlação para o caso da ALPB se apresente um tanto irrelevante, é importante ressaltar o baixo número de parlamentares não diplomados, mas que encontram-se em posições relativamente privilegiadas na hierarquia econômica e social, é um indicativo de como as frações de classes médias e, sobretudo, populares encontram-se sub-representadas, quando não excluídas, do dispendioso processo da competição eleitoral do Estado.

3.1.3. Os parlamentares com alto nível de escolaridade ou o “vício do bacharelismo”

De acordo com Mattei Dogan (1999, p. 171), existem “profissões apropriadas para uma carreira política”. Empresários, grandes proprietários, servidores públicos e, sobretudo, profissionais liberais figuram como históricos campos que servem de celeiro para o recrutamento político dos parlamentos ocidentais.

Em relação ao Brasil, autores como André Marengo dos Santos, Adriano Codato, Leôncio Rodrigues, Renato Perissinotto, Débora Messenberg, entre tantos outros, apontam que a classe política e burocrática, a despeito de regionalidades, tem sido composta basicamente por advogados, jornalistas, médicos, engenheiros, professores e funcionários públicos, ressaltando a histórica “inclinação geral para as profissões liberais” (BUARQUE DE HOLANDA, 2011, p. 156).

Ainda que a atividade da representação exige maior profissionalização e possibilite a ascensão política das classes médias produzindo um certo consenso sobre o declínio do poder das elites (DOGAN, 1999; CODATO, 2008; RODRIGUES, 2009), as observações empíricas confirmam que “as características sociais do corpo político tornam-se mais aristocrática à medida que se galga a hierarquia de poder e de prestígio dos cargos em competição”

(GAXIE, 2012, p. 166). Deve-se considerar, no entanto, as profissões - de classe média - que apresentam algumas características importantes para o ingresso e construção de carreiras políticas. As profissões liberais (intermediárias), que possibilitam independência para flexibilização da hora de trabalho e conferem *status* social, foram definidas por Ranney (1965) como *brokerage occupations*, pois, além da segurança financeira, esta categoria de profissionais apresentaria uma extensa rede de contatos (*networking*), tornando um atrativo para os selecionadores. É neste sentido que Ranney aponta para a crescente tendência de recrutamento destes perfis profissionais entre os partidos britânicos⁴⁹.

Tabela 9. Profissões predominantes na ALPB (1990 a 2018)

Advogados	Médicos	Engenheiros	Administradores	Economistas	Outros	Total
49 (32,2%)	20 (13,2%)	15 (9,9%)	17 (11,2%)	7 (4,6%)	26 (17,1%)	152 (100%)

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Observa-se que o resultado da investigação empírica sobre as profissões dos deputados estaduais paraibanos conserva a tendência observada pela literatura política internacional e nacional. Dos 152 indivíduos eleitos ao longo de todo o período analisado, 32,2% são advogados, 13,2% são médicos, 9,9% engenheiros, 11,2% administradores, 4,6% economistas, e 2,6% agentes de segurança (militares e/ou policiais). Os 17,1% formado por outras profissões/ocupações, inclui, além dos empresários sem formação superior e dos servidores públicos, uma série de profissões liberais intermediárias que configuram os chamados *brokerage occupations* apreendidas pela presente pesquisa: psicologia, veterinária, farmácia, saúde pública, assistente social, ciência contábil, radialismo, gestão de empresas e/ou pública, pedagogia e magistério.

É importante considerar, enfim, que em realidades de altas taxas de analfabetismo e de precariedade formacional, como no caso paraibano, os abismos sociais tornam-se ainda maiores. O tempo e recursos necessários para convertê-los em capital cultural e, por conseguinte, em ativismo político são sobremodo determinantes para as *brokerage occupations* figurarem nas posições privilegiadas da hierarquia social paraibana (BOURDIEU, 2015; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; RANNEY, 1965; CODATO e COSTA, 2013).

⁴⁹ Mesmo no Partido Trabalhista (Labour Party), Ranney constatou o predomínio de profissões como advogados, professores e jornalistas tanto entre os candidatos quanto entre os eleitos, refutando, assim, sua hipótese de que o Partido Trabalhista tendia a espelhar, em espaços de representação, as classes trabalhadoras e o operariado britânico.

3.2. DAS PROFISSÕES DOS DEPUTADOS ESTADUAIS PARAIBANOS

O objetivo deste capítulo é identificar e analisar os tipos políticos que constituem a “carne e sangue” da Casa de Epitácio Pessoa no pós-constituente. Para tanto, foram catalogadas as profissões e ocupações declaradas pelos parlamentares e classificadas da seguinte forma: a) profissionais liberais e/ou intelectuais; b) políticos profissionais; c) funcionalismo público; d) setores empresariais (rural/urbano); e) ocupações religiosas (sacerdotes e pastores); f) segurança: militares e/ou policiais civis e militares; g) outras ocupações; h) não declarado; i) experiência partidária. A classificação deu-se mediante a autodeclaração dos deputados eleitos no momento de entrada na ALPB. No entanto, foram também fragmentadas e atribuídas todas as ocupações exercidas pelos deputados estaduais paraibanos. Assim, constatamos que a maior parte dos parlamentares acumula mais de uma “profissão”, sendo, portanto, plural em suas atividades, ocupações e empreendimentos. Essa diversificação das atividades profissionais e/ou lucrativas, indicou também uma intensa movimentação e motivação pessoal dos políticos sufragados em controlar diferentes recursos de poder. O acúmulo de funções sinaliza para a capacidade de capitalização do poder pessoal através dos critérios da “fortuna e da educação”, de forma que “prestígio, posses, e relações firmadas na vida privada são, neste caso, meios eficazes para arregimentação de apoios (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p. 39).

Não obstante, as diversas atividades exercidas pelos parlamentares paraibanos ensejaram outros questionamentos. Afinal, sendo o parlamentar múltiplo em suas ocupações laborais e atividades lucrativas, a qual classe profissional e estrato social ele efetivamente representa?

O critério adotado na presente pesquisa permitiu identificar um grande número de deputados empresários, além da sobre-representação da classe dos profissionais liberais. Cumpre ressaltar que a categoria dos empresários considerou todos os deputados que declararam ser proprietários de estabelecimentos comerciais, fossem eles urbanos ou rurais. Já a dos agropecuaristas apresenta isoladamente os indivíduos que se declararam proprietários de empreendimentos no setor rural. A categoria experiência partidária é um tanto auto-explicativa. Porém, cumpre ressaltar que ela diz respeito aos representantes que tiveram algum tipo de experiência administrativa ou representativa previamente às suas entradas no Poder Legislativo do Estado da Paraíba. Dois motivos que nos levaram a diferenciar a categoria experiência política da categoria políticos profissionais. Primeiro, respeitou-se a autodeclaração dos deputados estaduais enquanto servidores públicos eleitos,

fossem eles ex-vereadores, ex-prefeitos, ex-deputados, ex-senadores e ex-governadores. Neste sentido, a categoria “políticos” registrou apenas os indivíduos que alegaram a atividade da representação como sua principal fonte de renda. Segundo, a categoria experiência partidária, parte, por um lado, da concepção de que candidatos experientes e/ou vitoriosos possuem maiores chances de sucesso na arena parlamentar (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009), e, por outro, que a socialização política formal engendrada pela vida partidária opera como elemento preferencial dos selecionadores político (MARENCO DOS SANTOS, 1997; 2000 2013; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995; NORRIS, 1997; CANÊDO, 2002; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Tabela 10. Composição da ALPB, por legislatura e profissão/ocupação - 1990 a 2018

Profissão/Ocupação	1990 N (%)	1994 N (%)	1998 N (%)	2002 N (%)	2006 N (%)	2010 N (%)	2014 N (%)	2018 N (%)
Profissionais Liberais	31 (86,1)	28 (77,8)	27 (75)	28 (77,8)	29 (80,6)	29 (80,6)	26 (72,2)	22 (61,1)
<i>Experiência partidária</i>	31 (86,1)	16 (44,4)	26 (72,2)	20 (55,6)	21 (58,3)	20 (55,6)	33 (91,7)	32 (88,9)
Empresários	15 (41,7)	18 (50)	17 (47,2)	11 (30,6)	8 (22,2)	6 (16,7)	6 (16,7)	8 (22,2)
Agropecuáristas	12 (33,3)	9 (25)	13 (36,1)	3 (8,3)	2 (5,6)	—	—	—
Servidores públicos*	10 (27,8)	8 (22,2)	10 (27,8)	7 (19,4)	1 (2,8)	4 (11,1)	1 (2,8)	6 (16,7)
Políticos	2 (5,6)	2 (5,6)	1 (2,8)	—	1 (2,8)	—	1 (2,8)	3 (8,3)
Militares/Policiais**	1 (2,8)	—	1 (2,8)	—	—	—	—	1 (2,8)
Religiosos	—	2 (5,6)	2 (5,6)	2 (5,6)	—	1 (2,8)	1 (2,8)	—
Outros	—	—	—	—	1 (2,8)	1 (2,8)	1 (2,8)	—
Não declarado	—	1 (2,8)	2 (5,6)	1 (2,8)	—	—	—	—
Total	102 (283,4)	84 (192,2)	93 (272,3)	72 (200)	63 (175,1)	61 (169,6)	69 (191,8)	72 (200)

*A categoria dos servidores públicos também inclui os deputados que se declararam professores vinculados ao sistema público de ensino, fosse ele matriculado na esfera federal, estadual ou municipal.

**A categoria policiais incluiu civis e militares;

Fontes: Biografia parlamentar ALPB/Memorial ALPB; Poder 360.

A composição social da ALPB apresenta uma hierarquia entre os eleitos, com a sobrerrepresentação dos profissionais liberais ao longo de todo recorte temporal. Os parlamentares-empresários, que são presença garantida nos parlamentos modernos, figuram como a segunda categoria mais expressiva de representação na Assembleia.

De todo modo, interessante observação é a redução da representação dos empresários a partir da 15ª legislatura (2002), que copia, com certo grau de fidelidade, os estudos de Leôncio Rodrigues sobre a 51ª (1999 a 2003) e 52ª (2003 a 2007) legislaturas para a Câmara dos Deputados. A partir do sucesso eleitoral de Lula em 2002, e com o aumento do espaço legislativo dos partidos de esquerda, Leôncio Rodrigues confirmou a perda do espaço

representativo dos setores empresariais, e acusou que uma das mudanças mais sensíveis na composição socioprofissional na Câmara dos Deputados foi a “diminuição da importância das camadas de renda elevada no interior da classe política” (RODRIGUES, 2009; p. 34). Contudo, o autor é peremptório em afirmar que a diminuição do número de deputados empresários não é um indicativo da diminuição do número de parlamentares de renda elevada.

Em relação à ALPB, a diminuição da presença de deputados que se declaram empresários e agropecuaristas por ocupação exprime tanto uma suposta perda da influência política das tradicionais oligarquias do estado como também sinaliza para a sua perfeita adaptação ao sistema de representação poliárquico (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). No entanto, outras variáveis devem ser analisadas para confirmar o axioma.

Seguindo a hierarquia apreendida, o terceiro grupo profissional com maior espaço de representação na ALPB foi a dos servidores públicos. Embora se observe um baixo número destes profissionais nas 16ª e 18ª legislaturas, apenas 2,8% nos dois períodos, a presente categoria têm sido apontada como presença certa nos parlamentos modernos, uma vez que seus profissionais possuem certo grau de experiência e intimidade com a administração pública (DOGAN, 1999; CAYROL e PERRINEAU, 1982; RODRIGUES, 2002; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Duas observações acerca do grupo de deputados oriundos do funcionalismo público são importantes para compreendermos o baixo índice da categoria na ALPB. Primeiro, como partimos das declarações ocupacionais dos parlamentares, então, cumpre destacar que foram respeitadas as profissões enunciadas pelos próprios deputados, seja nos registros obtidos no TRE-PB, seja nos portais da SAPL e Poder 360. Salvo os casos dos legisladores que se declararam servidores públicos (municipal, estadual ou federal), e dos deputados professores matriculados na rede pública, a segunda observação diz respeito aos parlamentares que, embora tenha sido constatado sua passagem pelo funcionalismo público, declararam suas profissões por área de formação profissional, a exemplo dos psicólogos, farmacêuticos, veterinários, assistentes sociais, entre outras profissões liberais intermediárias. Destarte, o mesmo ocorreu com os deputados que se declararam “políticos”. Foram computados apenas os parlamentares que se declararam ex-ocupantes de cargos eletivos ou, mais especificamente, “membros do poder legislativo”. Há que destacar que o baixo número de indivíduos declarados como profissionais políticos não reflete, em realidade, o grande número de indivíduos, oriundos das chamadas “*brokerage occupations*”, que tanto dedicam-se integralmente à vida política como fazem dela uma fonte de renda permanente,

seja em cargos eletivos ou administrativos e comissionados.

De modo geral, vemos reproduzir quase que fielmente os postulados da sociologia política brasileira e internacional. Assim como os demais Parlamentos, a ALPB têm sido um espaço da sobre-representação de indivíduos do sexo masculino, formados em tradicionais áreas liberais-intelectuais e com relativo poder econômico para fazer da política uma atividade de rotina e um sentido de vida (WEBER, 2011). Por seu turno, nossos dados sugerem que os parlamentares paraibanos têm buscado, a cada legislatura, concentrar suas faculdades técnicas e profissionais nas atividades próprias da representação política, buscando especializar-se em áreas que capacitem para um melhor exercício do poder. Salientamos, no entanto, que o tipo de recrutamento técnico foi iniciado e reforçado pelos regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura civil-militar, e seguiu como tendência na Nova República (NUNES, 1997; SANTOS, 2003; CODATO, 2008).

Cumpramos destacar, porém, as novas profissões que vêm conquistando o espaço político antes ocupado por médicos, engenheiros e economistas, oriundos das diferentes áreas de formação acadêmica dedicadas à gestão moderna⁵⁰, reafirmando o lugar das universidades como um ambiente de socialização das classes dominantes (DOGAN, 1999; BOURDIEU, 2015; MESSEMBERG, 2002). Poderíamos denominar as novas formações - *brokerage occupations*; dedicadas à gestão de empresas, pessoas e conflitos - como “profissões neoliberais”. Destarte, apontamos que o aumento deste tipo profissional parece ser um fenômeno endêmico do processo de institucionalização e reconstrução do Estado Constitucional do pós-1988, que recorrentemente tem exigido maior racionalização da administração pública e melhores mecanismos de controle dos poderes institucionais sobre seus membros.

No que toca às mudanças de perfis entre os tipos de profissionais liberais, o fenômeno também pode ser percebido na Assembleia Legislativa da Paraíba. De 1990 a 2018, a representação dos profissionais de medicina caiu 62,5%, os engenheiros também reduziram seus espaços, 33,3%, e os economistas deixaram de ser uma categoria profissional presente na Casa de Epitácio Pessoa. Todavia, além da presença corrente e maciça dos advogados ao longo do período, vemos o aumento do espaço de atuação dos profissionais formados na área da administração empresarial e gestão financeira na ALPB.

Tendo em vista o alto índice de parlamentares com experiência prévia, além da multiplicidade de ocupações declaradas e da dificuldade de caracterização dos deputados,

⁵⁰ A exemplo dos cursos técnicos de gestão empresarial, gestão financeira, gestão de recursos humanos, gestão hospitalar, etc, e intelectuais como: relações internacionais, história, filosofia e sociologia.

sobretudo, enquanto um profissional que vive integralmente da renda advinda da atividade representativa, optou-se por apreender o *status* conferido pela principal atividade declarada (RODRIGUES, 2009); portanto, nota-se que na tabela a seguir foi excluída a categoria dos políticos. O objetivo foi dar mais clareza às profissões originais e às áreas de formação dos deputados estaduais paraibanos para então pensar na existência de uma hierarquia do conhecimento técnico no interior do mundo político, em que apenas um pequeno grupo de indivíduos, dotados de formações e habilidades específicas, estaria capacitado para ocupar os principais postos de poder. Assim, pode-se cogitar que o *sistema perito*⁵¹ do mundo político implica o controle direto do máximo de zonas de incerteza possíveis, que, por conseguinte, reproduz as relações sociais e políticas desiguais da relação representante-representado⁵² e da assimetria de informação existente entre a massa de parlamentares liderados e seus chefes partidários (GIDDENS, 1991; MARENCO DOS SANTOS, 2000; PANEBIANCO, 2015).

Tabela 11. Principais Profissões dos deputados no momento de entrada na ALPB

Profissões	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018	Total
	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)	N (%)
Advogados (a)	14 (15,1)	13 (14)	9 (9,7)	13 (14)	11 (11,8)	8 (8,6)	12 (12,9)	12 (14)	93 (100)
Engenheiros (a)	6 (15,4)	4 (10,3)	5 (12,8)	5 (12,8)	6 (15,4)	5 (12,8)	4 (10,3)	4 (10,3)	39 (100)
Administradores	0 (0,0)	1 (2,9)	2 (5,9)	4 (11,8)	8 (23,5)	7 (20,6)	7 (20,6)	5 (14,7)	34 (100)
Médicos (a)	8 (24,2)	5 (15,2)	5 (15,2)	4 (12,1)	2 (6,1)	3 (9,1)	3 (9,1)	3 (9,1)	33 (100)
Economistas	2 (12,5)	2 (12,5)	4 (25)	1 (6,3)	4 (25)	2 (12,5)	1 (6,3)	0 (0,0)	16 (100)
Militares/policiais	1 (25)	0 (0,0)	1 (25)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (50)	4 (100)
Empresários(a)	4 (17,3)	5 (21,7)	3 (13)	1 (4,3)	1 (4,3)	3 (13)	2 (8,7)	4 (17,3)	23 (100)
Outros	1 (2,1)	6 (12,8)	7 (14,9)	8 (17)	4 (8,5)	8 (17)	7 (14,9)	6 (12,8)	47 (100)
Total	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	288 (100)

Na categoria outros encontram-se as seguintes profissões: professores, jornalistas, radialistas, pedagogos, historiadores, psicólogos, veterinários, dentistas, farmacêuticos, assistentes sociais, sanitaristas, corretores, analistas contábeis, pastores e estudantes bolsistas.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB, Poder 360 e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020

Finalmente, reiteramos que ao analisar apenas os eleitos, acabamos por desconhecer se determinadas categorias foram ou não bem sucedidas no processo eleitoral, ou se elas simplesmente não concorreram em grandes números para o tipo de cargo eletivo.

⁵¹ Segundo Giddens (1991, p. 100), “a confiança em sistemas assume a forma de compromissos sem rosto, nos quais é mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante”.

⁵² Ressaltamos, no entanto, a importância de considerar que, em realidades de precarização social, em que o clientelismo, enquanto *discurso-prático*, torna-se prática de *articulação* e elemento da *mediação* política (LACLAU e MOUFFE, 2013), a parte dominante da relação - assimétrica - assume o papel de intérprete da realidade da realidade sociopolítica.

3.3. PARTIDOS, IDEOLOGIA e COMPOSIÇÃO SOCIAL - ALPB (1990 a 2018)

O objetivo deste capítulo é compreender a composição social da ALPB a partir das preferências ideológicas dos deputados estaduais e, por conseguinte, da filiação partidária. O critério adotado para identificar as categorias profissionais e determinar o espectro ideológico dos partidos políticos paraibanos foi inspirado nos trabalhos de Leôncio Rodrigues (2009) e Maria D’Alva Kinzo (1993). Buscamos, assim, averiguar se as alocações partidárias e ideológicas variam de acordo com a origem social e profissional (DUVERGER, 1970; MAINWARING et al, 2001; RODRIGUES, 2009; GAXIE, 2012).

Quadro 4. Composição ideológica da ALPB (1990 a 2018) - blocos e partidos

BLOCOS/PARTIDOS		
DIREITA	CENTRO	ESQUERDA
- PDS; - PFL/DEM; - PL/PR; - PPB/PP; - PSC; - PRTB; - PSL; - PEN/PATRIOTA	- (P)MDB; - PSDB; - PSD; - PTB; - PPS/CIDADANIA; - PTN/PODEMOS; - PTdoB/AVANTE - PPL; - REDE	- PT; - PCdoB - PSB; - PV; - PDT;

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir dos dados do portal Poder 360, 2020.

Primeiramente, a categorização dos partidos políticos e de distribuição por a orientação ideológica baseou-se na vasta produção científica sobre a evolução do quadro partidário brasileiro (KINZO, 1993; NICOLAU, 1996; LIMA JR, 1997; MAINWARING, 1999; MENEGUELLO, 1998; LIMONGI e FIGUEIREDO, 1995, 1999; SANTOS, 2001; RODRIGUES, 2002; SCHMITT, 2000; MELO, 2004). No entanto, para fins de análise optou-se por adotar um modelo simplificado, excluindo as possíveis nuances ideológicas, ainda que apontemos para as flutuações dos partidos ao longo do recorte do trabalho. Por exemplo, partidos como PSDB, que surgiu à esquerda do PMDB, ou mesmo o PDT, transitam hoje pelo espectro de “centro-direita”.

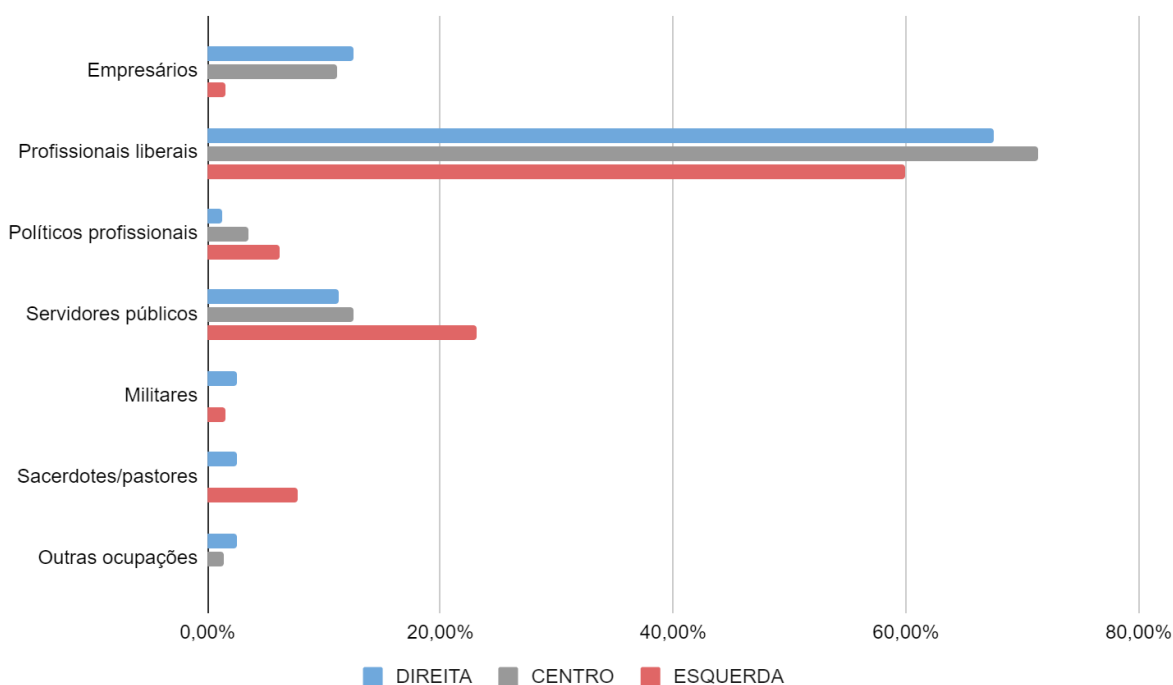
Uma segunda observação faz-se necessária. De acordo com Zucco (2009), o comportamento de um partido corresponde, em grande medida, à sua inclinação ideológica. No entanto, o autor ressalta que os *trade-offs* entre Executivo e Legislativo, bem como

cálculo eleitoral é determinante para a tomada de decisão dos atores (individuais e coletivos). Destarte, uma segunda clivagem torna-se premente, que é a distinção entre os tipos de comportamento partidário: programático vs. pragmático.

Há que destacar, porém, que o pragmatismo político é sobretudo característico dos atores em posições de liderança e com capacidade de modificar o *status quo* político (TSEBELIS, 1995). Por outro lado, estudos recentes apontam que mesmo os partidos de esquerda, amplamente reconhecidos como mais programáticos, apresentam comportamentos mais pragmáticos quando defronte à possibilidade de alcançar o poder e, sobretudo, quando se encontra sob o exercício do poder (RODRIGUES, 2006; LISI, 2010).

No que toca o recrutamento político e a composição social dos partidos na ALPB, pode-se, até o momento, afirmar que legendas de esquerda, centro e direita são igualmente pragmáticos em relação ao escalonamento de seus quadros, cooptando sujeitos com padrões relativamente equivalentes em termos *habitus* social.

Gráfico 11. Composição sociopolítica da ALPB (1990 a 2018): ocupações segundo os blocos ideológicos



Fontes: Biografia parlamentar ALPB/Memorial ALPB; Poder 360;

O grande número de profissionais liberais na ALPB é um indicativo da preferência dos partidos políticos modernos, a despeito de sua orientação ideológica, pelos indivíduos recrutados nas chamadas “*brokerages occupations*” (RANNEY, 1965). Advogados, médicos, engenheiros, economistas, jornalistas e, mais recentemente, administradores e gestores, dão a fisionomia da composição sócio-profissional da ALPB e confirmam os resultados encontrados nos mais diversos estudos da Ciência Política, que localizam os profissionais liberais nas posições mais privilegiadas da estruturação social das elites políticas das democracias ocidentais, seguido dos empresários, funcionários públicos, magistrados, sindicalistas e representantes das classes mais populares (DOGAN, 1999; CAYROL e PERRINEAU, 1982; RODRIGUES, 2002, 2009; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

Os advogados lideram o grupo de deputados recrutados nas profissões liberais. No entanto, cumpre ressaltar que a sobrerrepresentação dos bacharéis em direito na ALPB deve-se ao fato de alguns deputados apresentarem mais de uma formação, sendo a advocacia, certamente, pelo seu *status* e conhecimento perito, a segunda graduação mais procurada pelos legisladores. Constatamos que alguns deputados médicos, engenheiros e administradores buscaram, ao longo de suas vidas políticas, especializar-se na área do direito. Em contrapartida, observou-se que os advogados também buscam especializações em outras áreas, como economia, administração ou gestão pública e relações internacionais⁵³.

Tabela 12. Principais formações “liberais” por blocos partidários, ALPB (1990 a 2018)

Bloco	Direito N (%)	Medicina N (%)	Engenharia N (%)	Economia N (%)	Administração N (%)	Outros* N (%)
Direita	20 (25)	13 (16,3)	17 (21,3)	7 (8,8)	6 (7,5)	7 (8,8)
Centro	55 (38,5)	13 (9,1)	15 (10,5)	8 (5,6)	25 (17,5)	15 (10,5)
Esquerda	18 (27,7)	7 (10,8)	7 (10,8)	1 (1,5)	3 (4,6)	25 (38,5)

N: 288

*A categoria outros corresponde às profissões liberais intermediárias como professores, jornalistas, radialistas, pedagogos, historiadores, psicólogos, veterinários, dentistas, farmacêuticos, assistentes sociais, sanitaristas, corretores, analistas contábeis, pastores e estudantes bolsistas.

Fontes: TRE-PB; Biografia parlamentar ALPB/Memorial ALPB; Poder 360.

No que toca à distribuição partidária das principais profissões liberais, vemos que os

⁵³ Os deputados Vital do Rêgo Filho, Iraê Lucena, Rômulo Gouveia, Tovar Correia Lima, Jutay Meneses e os irmãos Aguinaldo Ribeiro e Daniella Ribeiro figuram como alguns exemplares do caso.

partidos de centro e de esquerda reservam um maior espaço para a representação dos bacharéis em direito, 38,5% e 27,7%, respectivamente. Os administradores e gestores também encontram maior espaço de representação nos partidos de centro, 17,5%. Os partidos de direita apresentaram um maior espaço para os deputados formados em engenharia e medicina, 21,3% e 16,3%.

Entre os anos de 1990 e 2018 o PMDB elegeu 35,5% dos 93 bacharéis em direito eleitos para a ALPB. O PSDB foi responsável por 15,5%, o PFL/DEM por 11,8%, o PDT por 10,75% e o PT por 4,3%. O PMDB também foi responsável por eleger o maior número de deputados médicos, 30,3% dos 39 eleitos no período. Tanto o PSDB quanto o PDT elegeram 18,2% dos médicos, seguido do PFL, 15,15% do total. O PSDB foi o partido que mais elegeu administradores e gestores, 29,4%, e, junto com o PFL/DEM, foi responsável por introduzir 50% dos deputados oriundos da área da economia. No grupo dos engenheiros eleitos, tanto o PMDB quanto o PFL/DEM responderam cada um com 18% da representação da categoria, seguido dos 12,8% dos eleitos pelo PSB.

Além da presença garantida dos advogados e engenheiros nos partidos de esquerda, sobretudo no PT e PSB, destacam-se também *brokerages occupations* como: jornalistas, psicólogos, sanitaristas, farmacêuticos, veterinários e professores de ensino médio e superior. É interessante observar que, em termos de recrutamento, os partidos de esquerda têm sido mais pragmáticos que programáticos, reproduzindo os achados de Ranney sobre o Partido Trabalhista britânico, em que o autor constatou o predomínio de candidatos advogados, jornalistas e professores (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009, p. 136). Já nos principais partidos de direita e centro (PDS, PFL/DEM, PMDB, PSDB), também encontramos as profissões aqui denominadas *neoliberais*, a exemplo dos contadores, administradores e gestores em geral; bem como outras profissões liberais-intermediárias, como bancários e radialistas.

Empresários e agropecuaristas

A categoria de empresários corresponde a todos os empreendedores das zonas rurais e urbanas: setores industriais e do comércio, comunicação de massa, mineração, construção civil, setor alcooleiro e agropecuário. O caráter híbrido da classificação deve-se ao fato da diversificação dos empreendimentos dos parlamentares, e que perpassa o campo e a cidade. Além de serem formados majoritariamente nas tradicionais áreas que servem de celeiro para o recrutamento político, vê-se, também, no grupo dos deputados-empresários aqueles que

ocupam os altos postos da burocracia do Estado: promotores, juízes e conselheiros técnico-administrativos.

Como era esperado, os partidos de direita apresentaram juntos um maior percentual de deputados vindos dos setores empresariais, embora o PMDB que tenha contribuído para a maior representação do setor, 34,7% dos eleitos. Já o PTB foi responsável por 17,4% e o PFL e o PP, cada um, por 13%.

No entanto, a mobilização da prosopografia como técnica de investigação histórica permitiu desvelar as várias ocupações dos deputados estaduais paraibanos e constatar que o número de deputados-empresários e agropecuaristas foi bem maior do que o declarado pelos próprios eleitos. Na realidade, encontramos um extraordinário índice de indivíduos que representam os setores empresariais urbanos e rurais. Aproximadamente 31% de todos os deputados eleitos no período possuem algum tipo de empreendimento lucrativo extra-político, sendo 13,5% agropecuaristas ou proprietários de estabelecimentos comerciais voltados para o setor rural. É importante ressaltar que grande parte dos deputados engenheiros são agrônomos e empreendedores do campo, embora não tenhamos conseguido dimensionar seus reais patrimônios.

De todo modo, chama atenção a flagrante redução do espaço de atuação dos políticos-empresários, sobretudo os ruralistas, ao longo do período. O fenômeno tem sido apontado enquanto uma tendência decorrente do pós-1988. Leôncio Rodrigues (2009, p. 35) destaca que a queda do número de deputados empresários na Câmara dos Deputados “deve-se mais a variáveis de natureza política do que socioeconômica ou demográfica”. Destarte, a diminuição da importância dos indivíduos de altíssima renda no interior da classe política, como apontado por Rodrigues, parece ser substituída gradativamente pelo recrutamento de profissionais formados em áreas técnico-administrativas e das novas elites econômicas e culturais locais, como os comerciantes e os radialistas.

De modo geral, essas tendências sugerem o declínio das elites políticas vindas do setor com atividades rurais, fenômeno ao qual se relaciona habitualmente o crescimento do eleitorado urbano, o aumento da escolaridade das classes populares, o avanço da sindicalização, o surgimento de novas elites políticas [empresários, segmentos de classe média e trabalhadora, médio funcionalismo, professores da rede pública e pastores das igrejas pentecostais] (RODRIGUES, 2009, p. 34).

Embora se constate a importância adquirida das formações técnico-administrativas no interior da classe política paraibana, não se deve excluir o critério econômico para o recrutamento político desta elite parlamentar. A redução da classe empresarial, sobretudo dos

setores rurais, deve ser relativizada, uma vez que os herdeiros das tradicionais parentelas políticas do Estado foram aqueles deputados que apresentaram múltiplas ocupações, com formações acadêmicas e especializações em diversos setores intelectuais e técnico-administrativos.

Não obstante a eventual queda de participação da classe empresarial, diversos estudos realizados Brasil afora ainda corroboram o princípio de que o autofinanciamento é um dos critérios mais importantes para que as legendas e os próprios políticos sejam competitivos na arena eleitoral e parlamentar (PANEBIANCO, 2005; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009). Certamente, a busca pelo controle desta valiosa “zona de incerteza” leva os mais distintos tipos políticos a diversificarem suas atividades lucrativas. Acredita-se, assim, que o acesso e o controle do fundo eleitoral pelos partidos tem potencializado esta diversidade das profissões nas Assembleias brasileiras, já que a diversidade de *networking* das *brokerages occupations* igualmente potencializa a entrada das legendas em novos redutos eleitorais (RANNEY, 1965).

Servidores públicos

Tradicionalmente os estudos sobre recrutamento e seleção dos parlamentares compreendem o funcionalismo público como um celeiro por excelência de fornecimento, produção e reprodução de novas elites dirigentes. A intimidade com a “coisa pública” e o alto grau de escolaridade fazem desta categoria um objeto central em diversas análises. Soma-se também o fato de que os funcionários públicos, em sua grande maioria, são socializados pelas tradicionais profissões liberais, como advocacia, medicina, engenharia e administração, o que lhes conferem o atributo da boa oralidade, da boa escrita e da *mediação* de conflitos. Além disso, o funcionário público goza da estabilidade profissional que os outros postulantes não têm. Este elemento de seguridade social e profissional é compreendido por muitos pesquisadores como fundamental para que os servidores públicos se aventurem na vida política, sendo presença garantida nos parlamentos ocidentais (OFFERLÉ, 1999; DOGAN, 1999; CAYROL e PERRINEAU, 1982; RODRIGUES, 2002; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009; WEBER, 1993, 2011).

Mesmo assim, o número de funcionários públicos eleitos para a ALPB têm sido relativamente baixos desde as eleições de 2006. Em todo o período analisado, os partidos que mais elegeram servidores públicos foram o PMDB, o PT e o PSB, respectivamente; 23,8%, 19%, 14,2% dos eleitos da categoria. Já o PFL/DEM foi responsável por 9,5% da

representação dos servidores, enquanto o PSDB respondeu por 7,1% da atuação da classe.

É importante enfatizar que, com exceção do PT, as demais legendas citadas são aquelas que tradicionalmente têm controlado o cenário político do Estado, administrando um número elevado de prefeituras, o que nos leva a cogitar que estas legendas possuem maior capacidade de cooptação dos quadros técnicos do funcionalismo público.

Religiosos - da esquerda à direita

Esta categoria compreende apenas aqueles deputados que declararam a atividade religiosa como principal ocupação antes de ingressar na vida política. Ademais, merece destaque, pois sugere que o PT, partido que emplacou por sete vezes legisladores do sacerdócio católico, permaneceu de alguma maneira coerente às suas origens no Estado.

Segundo Paulo Nunes (2004), o PT do Estado da Paraíba foi formado basicamente por duas categorias sociais: os organismos de base da Igreja Católica (Comunidades Eclesiais de Base - CEBs; Pastoral Operária, Pastoral Rural, Pastoral da Juventude e Pastoral Universitária) e as organizações da esquerda clandestina; diferenciando-se do PT paulista pela baixa participação dos parlamentares ligados à esquerda do MDB e das organizações sindicais.

O Partido dos Trabalhadores elegeu para deputado estadual, por quatro vezes consecutivas, Frei Anastácio, alçando-o ao Legislativo federal em 2018. O partido ainda contou com a representação dos ex-deputados e padres Adelino, atualmente filiado no PSB, e Luiz Couto, que ocupou dois pleitos seguidos na ALPB até ser eleito quatro vezes deputado federal. Luiz Couto também foi Secretário da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido da Paraíba da gestão de João Azevedo (CIDADANIA), entre os anos de 2019 e 2020.

A carreira política destes parlamentares, sobretudo de Frei Anastácio e de Luiz Couto, adeptos da Teologia da Libertação, confunde-se em partes com a própria história do Partido dos Trabalhadores e de maneira singular com os movimentos dos trabalhadores rurais. Frei Anastácio foi fundador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Estado da Paraíba, em 1975. Filiou-se ao PT apenas em 1998, ao contrário de Luiz Couto, que já atuava pelo partido, desde 1985, antes mesmo de seu primeiro mandato em 1994. Como afirmado diversas vezes pelo seu líder maior, Luís Inácio Lula da Silva, “o PT não existiria se não fosse a teologia da libertação”. O teólogo e, digamos, líder religioso Leonardo Boff ressaltou

num bate-papo virtual com o ex-presidente Lula, no dia dois de julho de 2020, que "as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) não entraram no PT, as CEBs fundaram as células do PT".

Do outro lado do espectro ideológico, eleito pelo PL em 2002, encontramos o Pastor Fausto Oliveira, ex-pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, além do pastor da Assembleia de Deus, o empresário Jutay Meneses (Republicanos). Ressalta-se que o número de representantes evangélicos é na realidade bem maior, pois, muitos parlamentares, além de devotos de alguma organização neopentecostal, atuam politicamente de forma ativa em favor de suas congregações.

Militares, policiais e agentes de segurança

A classe de deputados oriundos dos setores de segurança foi um tanto insignificante numericamente; apenas três casos. No entanto, reservamos certa atenção para a presente categoria devido ao protagonismo que os ex-policiais civis, militares e bombeiros de toda ordem de patentes reformadas, e até mesmo da ativa, têm exercido no cenário político nacional desde as eleições presidenciais de 2018. No que tange ao perfil dos deputados estaduais paraibanos temos três tipos políticos distintos, de gerações distintas e, também, com atuações e filiações completamente diferentes. Os três casos vinculados aos setores de segurança foram: Major Nilo Feitosa Ventura, eleito em 1990 pelo PFL para o seu sétimo e último mandato na Casa; Sargento Denis (PV), eleito apenas uma vez, em 1998, e o ex-delegado da polícia civil Walber Virgolino (Patriotas), eleito em 2018 encontra-se em seu primeiro mandato eletivo.

Cabe destacar que a onda bolsonarista trouxe para o palco político de todas as Assembleias subnacionais *outsiders* com discursos extremistas, aumentando 12,5% a candidatura dos setores de segurança (militares, policiais civis, agentes de segurança privada) nas eleições municipais de 2020 em relação à 2016 (TSE, 2020). No entanto, abstermos o vaticínio acerca da sobrevivência, ampliação, ou mesmo o desaparecimento deste movimento compreendido por alguns intelectuais como uma expressão da anti-política (AVRITZER, 2020).

Sabe-se que para fazer da atividade da representação uma profissão, e não uma mera ocupação temporária, é necessário vocação política (WEBER, 2011). Grande parte da literatura política considera os critérios: vocação precoce, carreira longa, ganhos extras obtidos com os cargos e dons pessoais; como os principais elementos de diferenciação da classe dos políticos profissionais dos demais aventureiros, apontando também para a mudança do tipo social *notável* para o tipo *especialista* do exercício do poder (DOGAN, 1999; MARENCO DOS SANTOS, 1997; CODATO, 2008).

A identificação dos deputados e a análise do perfil sócio-educacional indica que a maioria dos deputados comunga dos três princípios capazes de classificá-los enquanto políticos profissionais, que são: i) independência econômica; ii) disponibilidade de tempo; iii) afinidades disposicionais (CODATO, COSTA e MASSIMO, 2014, p. 347).

Tendo em vista que foram raros os casos dos deputados que declararam a atividade da representação parlamentar como única ocupação ao longo de suas carreiras políticas, elencamos os critérios *experiência* e *reeleição* para analisar, no próximo capítulo, a composição da ALPB a partir da trajetória dos representantes eleitos entre 1990 a 2018.

3.4. EXPERIÊNCIA E REELEIÇÃO: de onde vêm e para onde vão os deputados estaduais paraibanos

A análise da categoria experiência partidária partiu das informações disponibilizadas pelo histórico dos candidatos no portal digital do TRE-PB, e permitiram acompanhar toda a trajetória dos parlamentares: ano de entrada na vida política, o número de candidaturas disputadas, bem como o número e os tipos de pleitos conquistados. Outro critério, que se justapõe ao da longevidade da carreira política é o da reeleição, e, por conseguinte, da manutenção e/ou ascensão em posto eletivo por subsequentes mandatos. Observar a longevidade da trajetória - anterior e posterior - dos deputados possibilitou dar concretude às preferências parlamentares em termos de ambição política (MARENCO DOS SANTOS, 1997; 2000).

O momento em que o futuro deputado debuta na carreira oferece uma pista que ajuda a identificar os laços subjetivos e materiais que o ligam à política. Um início precoce — e sua continuidade posterior — sugere uma afinidade eletiva, a disposição vocacional para se entregar à atividade política, fazendo dela seu projeto de vida. Revela, ainda, a possível influência de um ambiente familiar e social que estimula a opção pela política. Um interesse tardio pode ser interpretado como a inclinação contingente, em que a busca do cargo constitui uma incursão eventual no campo político, em face a uma oportunidade irrecusável, para a realização de um fim derivado da posição na vida privada, ou como corolário de uma vida profissional bem-sucedida (MARENCO DOS SANTOS, 1997, p. 91).

A ocupação de cargos eletivos é um dado importante para caracterizar a trajetória política dos deputados, bem como a composição política das Assembleias Legislativas (MARENCO DOS SANTOS, 2000; MESSENBURG, 2002). O crescente número de reeleitos na ALPB, por exemplo, sugere ser um dado importante para compreendermos o processo de profissionalização do campo político paraibano. A reeleição, portanto, é um bom indicativo sobre como o parlamentar transforma a política em uma prioridade ocupacional, além de um meio rentável de vida. Por outro lado, aponta como o partido, enquanto organização burocrática, perdura no tempo pela capacidade de profissionalização de seus quadros (KELLER, 1967; DUVERGER, 1970; MICHELS, 1982; MARENCO DOS SANTOS, 2000; SANTOS, 2006; PANEBIANCO, 2005).

Para analisar a relação experiência e reeleição, o critério adotado foi a observação dos casos simples; ou seja, dos nomes que ocuparam os 288 assentos entre os anos de 1990 e 2018 na ALPB. Desta forma, identificamos que 47,2%, correspondem a casos duplicados. Ou seja, dos 152 indivíduos eleitos no período, exatamente 71 deputados passaram pelo menos

mais de uma vez pela Casa, o que corresponde a 46,7%. Este dado é importante, pois apresenta um cenário onde a taxa de renovação parlamentar se apresenta elevada ao longo de todo o recorte temporal.

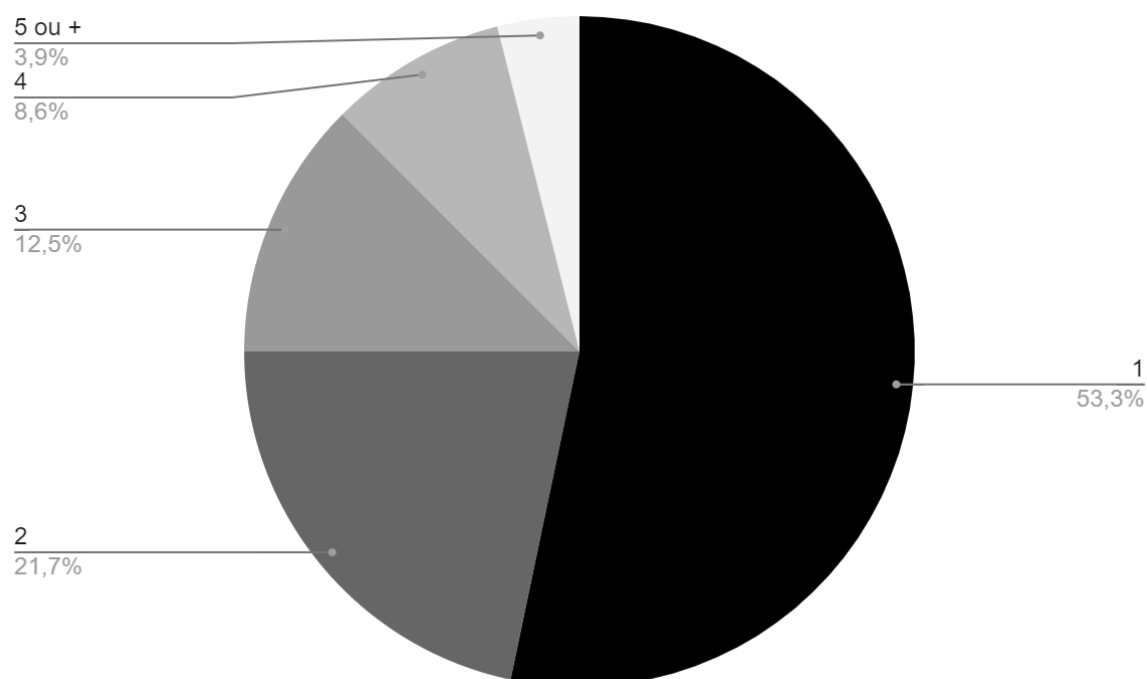
Quadro 5. Número e percentual dos eleitos analisados, ALPB (1990 a 2018)

Casos Simples		Casos Duplicados		Total	
152	(52,8)	136	(47,2)	288	(100)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Cabe-nos ressaltar que na presente pesquisa não foram computados os suplentes que assumiram os postos dos titulares, nem os ex-suplentes que foram reeleitos. Igualmente, cumpre destacar que os dados referentes às altas taxas de renovação parlamentar no Brasil, geralmente, omitem os denominados de “novos veteranos”, ou seja, a existência dos deputados que “não integram o grupo de reeleitos, mas não são calouros” (RODRIGUES, 2009, p. 135).

Gráfico 12. Composição da ALPB, por número de mandatos (1990 a 2018)



Fonte: TRE-PB, 2020.

Ao longo do recorte temporal analisado, constatou-se que, a partir dos casos simples, 53,3% dos parlamentares ocuparam o cargo de deputado na ALPB por apenas um mandato, 21,7% por dois mandatos, 12,5% por três mandatos, 8,6% por quatro mandatos e 3,9% dos deputados conquistaram mais de cinco mandatos.

O índice de deputados com apenas um mandato ao longo do recorte aponta para a alta rotatividade parlamentar na ALPB, embora exatamente 86,8% da população - 152 indivíduos - tenham apresentado experiência política previamente ao pleito estadual analisado. Portanto, destes 132 elementos experientes, 56% foram reeleitos ao menos uma vez. Destaca-se, porém, que alguns dos eleitos ao longo de 1990 a 2018 figuram como verdadeiros veteranos, com um grande número de passagens pela Casa.

Quadro 6. Índices de Experiência e Reeleição, ALPB (1990 a 2018)

N. de Deputados (%)	N. Experientes (%)	N. “Novos Veteranos”	N. Total Reeletos (%)
152 (100)	132 (86,8)	74 (56)	71 (46,7)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Já o índice de reeleição do período quando comparado ao índice de reeleição dos “novos veteranos” cai aproximadamente 10%, o que revela que as chances de sucesso na arena eleitoral dos parlamentares experientes são maiores daqueles que não possuem experiências partidárias e/ou administrativas prévias.

Tabela 13. Composição da ALPB, reeleitos e rotatividade por legislaturas - 1990 a 2018

	Ano da eleição								Total nº (%)
	1990 nº (%)	1994 nº (%)	1998 nº (%)	2002 nº (%)	2006 nº (%)	2010 nº (%)	2014 nº (%)	2018 nº (%)	
Reeleitos	12 (33,3)	17 (47)	18 (50)	17 (47)	20 (55,6)	19 (53)	22 (61)	21 (58,3)	146 (51)
Rotação	24 (66,7)	19 (53)	18 (50)	19 (53)	16 (44,4)	17 (47)	14 (39)	15 (41,7)	142 (49)
Total	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	288 (100)

Fonte: TRE-PB, 2020.

Novamente, vemos reproduzir na ALPB alguns achados da literatura política brasileira, pois, semelhante ao quadro da Câmara dos Deputados, onde a taxa de *turnover* eleitoral oscila em torno de 50% (MARENCO DOS SANTOS, 1997, 2013), a renovação parlamentar na ALPB apresentou-se igualmente elevada, 49% entre os anos de 1990 a 2018.

Tabela 14. Composição política da ALPB (1990 a 2018), por experiência partidária e reeleição

Reeleição	Experiência Partidária				Total	
	Sem experiência partidária		Com experiência partidária		N	(%)
	N	(%)	N	(%)		
Não Reeleitos	20	(100)	58	(43,9)	78	(51,31)
Reeleitos	0	(0,0)	74	(56,1)	74	(48,69)
Total	20	(100)	132	(100)	152	(100)

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Constatou-se que aproximadamente 87% de indivíduos analisados apresentaram experiência partidária prévia aos seus primeiros mandatos na ALPB. Estes sujeitos geralmente são os ex-prefeitos de cidades pequenas, os ex-vereadores e os executivos das principais regiões geoadministrativas do Estado. Contudo, o dado que mais chamou atenção foi a homologia entre a falta de experiência política e a não reeleição, indicando, por outro lado, que a experiência partidária configura um critério importante para o recrutamento dos quadros legislativos paraibanos.

Destarte, os principais partidos do Estado (PMDB, PSDB, PFL/DEM, PSB) foram aqueles que apresentaram em seus quadros o maior índice de indivíduos com experiência partidária. O PSB e o PSDB foram os partidos que apresentaram taxas de 95% e 94% de deputados com larga passagem pelos legislativos e executivos municipais. O PFL/DEM e o PDT exibiram igualmente uma taxa de 91% de legisladores com experiência prévia. No PMDB, a categoria representou 90% de seus eleitos e no PT a taxa foi de 72%.

Tabela 15. Composição política da ALPB (1990 a 2018), experiência e partidos

Deputados	Partidos Políticos					
	PMDB	PSDB	PFL/DEM	PSB	PDT	PT
Experientes	70 (90%)	33 (94%)	32 (91%)	20 (95%)	19 (91%)	13 (72%)
Não Experientes	8 (10%)	2 (6%)	3 (9%)	1 (5%)	2 (9%)	5 (28%)
Total	78 (100%)	35 (100%)	35 (100%)	21 (100%)	21 (100%)	18 (100%)

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB, 2020.

É interessante observar que os índices superiores à 90% de eleitos com experiência encontram-se nas principais legendas do Estado; que tanto passaram pelo Executivo estadual,

como controlam um elevado número de prefeituras. Destarte, este talvez seja mais um indicativo da capacidade de cooptação dos quadros técnicos por parte das legendas que circulam no poder e, portanto, apresentam-se relativamente institucionalizados no Estado. Nunca é demais salientar que a necessidade de especialização técnica em assuntos específicos e de capacidade de ação objetiva são disposições indispensáveis para que os eleitos se destaquem entre seus pares, controlando zonas de incertezas vitais que lhes possibilitem subsequentes sucessos na arena eleitoral.

Portanto, seguindo a sugestão de Marenco dos Santos (1997, p. 90), para quem “a experiência prévia dos deputados que ingressam em primeiro mandato (...) a cada legislatura, permite dimensionar o *background* disponível e a permissividade existente no recrutamento parlamentar”, constatou-se que a ALPB não é um espaço tão permeável às novas lideranças.

Tabela 16. Composição da ALPB, ocupação de cargos antes do pleito (1990 a 2018)

Ocupação anterior	1990 N (%)	1994 N (%)	1998 N (%)	2002 N (%)	2006 N (%)	2010 N (%)	2014 N (%)	2018 N (%)
Legislativo municipal	2 (5,50)	3 (8,33)	4 (11,11)	5 (13,88)	2 (5,50)	3 (8,33)	2 (5,50)	3 (8,33)
Executivo municipal	16 (44,40)	5 (13,88)	4 (11,11)	4 (11,11)	8 (22,22)	4 (11,11)	5 (13,88)	6 (16,66)
Legislativo estadual	12 (36,11)	17 (47,22)	18 (50)	17 (47,22)	20 (55,55)	19 (52,77)	22 (61,11)	21 (58,33)
Executivo estadual	—	1 (2,77)	—	—	—	1 (2,77)	1 (2,77)	1 (2,77)
Legislativo federal	—	—	1 (2,77)	1 (2,77)	—	1 (2,77)	—	1 (2,77)
Suplência	1 (2,77)	5 (13,88)	3 (8,33)	3 (8,33)	2 (5,50)	1 (2,77)	3 (8,33)	1 (2,77)
Sem cargo eletivo	5 (13,88)	5 (13,88)	6 (16,66)	6 (16,66)	4 (11,11)	7 (19,44)	3 (8,33)	3 (8,33)
Total	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB, Poder 360 e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Nota-se que a esfera municipal figura como verdadeiras escolas preparatórias para aqueles que acessam a ALPB. A intensa rotatividade na Casa paraibana é só mais um exemplo de que as altas taxas de renovação parlamentar no Brasil dizem respeito, antes, a uma circulação pelo poder do que uma circulação das elites de poder. Os dados sobre a rotatividade parlamentar da ALPB reproduzem quase que fielmente os achados na esfera federal, com uma renovação de 66% nos anos de 1990 e uma média de 49% entre os anos de 1994 a 2018.

Sabe-se que as eleições gerais de 1990 apresentaram uma taxa de renovação de 62% para o Congresso Nacional e que, desde então, tem sido recorrente os elevados índices de renovação na Câmara dos Deputados; com uma média de 47,2% entre os anos de 1994 e

2014. Diversos autores também ressaltam a particularidade do fenômeno, já que a taxa de renovação legislativa no Brasil é apontada como uma das mais elevadas das democracias ocidentais. Nos Estados Unidos, por exemplo, o *turnover* eleitoral varia entre 10% e 15% (SCHMITT, 2018).

Em vista do exposto é que grande parte dos analistas políticos brasileiros também acusam o caráter mais nominal que substancial do fenômeno, pois, na realidade, o que ocorre é “uma circulação no poder, com o deslocamento de deputados estaduais, ex-deputados federais, ex-ministros, senadores e ex-senadores, ex-prefeitos e ex-governadores, além de secretários estaduais, para a Câmara Federal” (DIAP, 8 de outubro de 2018).

Sabemos que para ser eleito é necessário o controle de uma série de recursos de poder, chamados “zonas de incerteza” (PANEBIANCO, 2005), e que para ser reeleito são necessários estratégias de ação ao longo do mandato, para conservar e ampliar a clientela eleitoral (MAYHEW, 1974). Destarte, a circulação pelos poderes entre as elites políticas e econômicas estabelecidas do país é mais um indicativo da institucionalização de um sistema de representação cujo o princípio das garantias mútuas pressupõe o controle prévio daqueles que podem ser votados e que se encontram capacitados para o exercício do poder (SANTOS, 1998, p. 10).

Tabela 17. Composição da ALPB, ocupação de cargos após o pleito (1990 a 2014)

Ocupação pós mandato	1990 N (%)	1994 N (%)	1998 N (%)	2002 N (%)	2006 N (%)	2010 N (%)	2014 N (%)
Legislativo municipal	–	–	–	–	–	–	–
Executivo municipal	7 (19,44)	4 (11,11)	1 (2,77)	5 (13,88)	1 (2,77)	6 (16,66)	2 (5,55)
Legislativo estadual	14 (38,88)	17 (47,22)	20 (55,55)	19 (52,77)	18 (50)	19 (52,77)	21 (58,33)
Executivo estadual	4 (11,11)	–	2 (5,55)	2 (5,55)	2 (5,55)	1 (2,77)	–
Legislativo federal	3 (8,33)	3 (8,33)	3 (8,33)	1 (2,77)	4 (11,11)	–	3 (8,33)
Suplência	6 (16,66)	10 (27,77)	8 (22,22)	4 (11,11)	6 (16,66)	7 (19,44)	6 (16,66)
Sem cargo eletivo	2 (5,55)	2 (5,55)	2 (5,55)	5 (13,88)	5 (13,88)	3 (8,33)	4 (11,11)
Total	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)

Nota: Não foram considerados as ocupações posteriores dos deputados da 19ª legislatura, pois os mandatos se encontram ativos até o ano de 2022, portanto após o término da presente pesquisa.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB, Poder 360 e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Embora a opinião pública corrente expresse seu desejo por renovação política, observamos, a partir dos eleitos para a ALPB, que a massa do eleitorado paraibano não omite sua preferência por legisladores com experiência. De todo modo, tal inclinação sugere o

potencial efeito do controle da “máquina” pública pelos principais partidos e lideranças, sobretudo, no sentido de cooptação e/ou manutenção de uma clientela estabelecida.

Quando examinamos os cargos eletivos ocupados após o pleito analisado, vemos que em torno de 10,3% dos deputados conquistaram prefeituras, 4,4% de ocuparam cargos no Executivo estadual, 6,74% chegaram ao Legislativo federal, além dos 50,8% de reeleitos entre os anos de 1990 a 2014. Mesmo que prevaleça os tipos de carreiras progressivas e estáticas, em termos de ambição parlamentar (SCHLESINGER, 1966), observou-se um alto índice de indivíduos sem cargo ou em suplência após o pleito estadual.

Pontua-se, assim, algumas motivações observadas ao longo da pesquisa para o fenômeno do abandono da carreira política. Primeiro, trata-se dos parlamentares que faleceram ao longo de seus mandatos, a exemplo de Levi Olímpio em 1995 e, recentemente, Genival Matias. Segundo, verificou-se também o caso dos parlamentares que se aposentaram depois de uma longa e sólida passagem pela Casa⁵⁴.

A saída da cena política paraibana, no entanto, apresenta-se como um dado minimamente instigante, pois também indica uma certa autonomia de poder do eleitorado, expresso em seu voto retrospectivo, bem como uma relativa autonomia das burocracias insuladas, sendo um bom indicativo do processo de institucionalização de formas mais impessoais de estruturação da relação sociedade-estado.

A autonomia relativa do eleitorado pode ser ilustrada pela sua capacidade de punir os parlamentares, negando-lhes o posto desejado, o que exprime, também, seu desejo de mudança, acionando as engrenagens da circulação nos postos de poder (STOKES, 2001; PRZEWORSKI, 2004; MANIN, STOKES e PRZEWORSKI, 2006). O segundo fenômeno diz respeito a institucionalização dos mecanismos de *accountability* - horizontais e verticais -, catalisados pelas leis de transparência pública de 2011, bem como pela atuação mais independente das agências de controle de estado. A partir desta maior vigilância sobre as ações parlamentares, observamos velhos e grandes caciques políticos saírem de cena, acusados de abuso econômico, improbidade administrativa e corrupção.⁵⁵

Ainda que não exista ambição regressiva, pois em última instância ela é discreta, identificamos e categorizamos as trajetórias dos deputados segundo a classificação de

⁵⁴ São os casos dos ex-parlamentares Aloísio Pereira de Lima, que ocupou assento na Casa por 6 mandatos, e José Lacerda Neto, deputado estadual por 11 mandatos consecutivos, atualmente albergado no PSD e figura estratégica para a recepção dos ex-possedebistas na legenda e, por conseguinte, do avanço da organização no Estado.

⁵⁵ No entanto, vê-se uma saída parcial, não efetiva, desses atores, uma vez que seus filhos e herdeiros garantem, mais cedo ou mais tarde, a manutenção do espólio político da família ou do clã; caso dos ex-deputados Arnaldo Monteiro (PSC), Carlos Dunga (PSC), Djaci Brasileiro (PMDB) e José Lacerda Neto (PSDB/ atualmente no PSD), todos inelegíveis com base na Lei da Ficha Limpa.

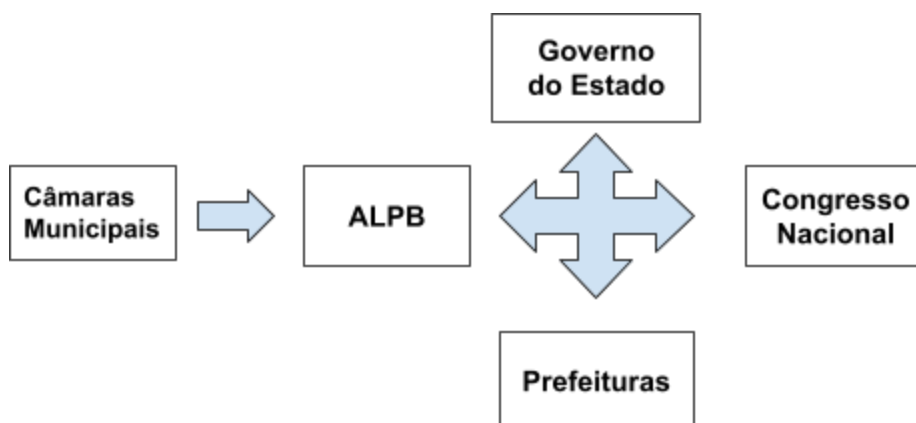
Schlesinger (1966):

a) *ambição progressiva*: principal característica dos herdeiros das tradicionais oligarquias e parentelas, apesar da experiência política. Característica também dos chamados “novos sujeitos” políticos (CHAUÍ, 1988), em particular dos partidos de esquerda;

b) *ambição estática*: principal característica dos líderes intermediários, lideranças locais e alguns agregados das extensas parentelas;

c) *ambição regressiva*: característica pouco observada na presente pesquisa. Ainda que o tipo de ambição regressiva não seja uma característica dos ex-deputados (SCHLESINGER, 1966), detectamos um caso interessante de vereança posterior à passagem pelo Poder Executivo do Estado, que foi de Wilson Braga⁵⁶.

Os parlamentares que expressaram o tipo da “ambição progressiva” foram aqueles que alçaram vãos mais altos após suas passagens pela ALPB, circulando gradativamente pelos postos de poder, que poderíamos ilustrar da seguinte maneira:



No campo da esquerda, temos os exemplos dos parlamentares Luiz Couto e Frei Anastácio⁵⁷, ambos do Partido dos Trabalhadores, além do ex-governador Ricardo Coutinho (PSB). É importante destacar que o crescente espaço das legendas de esquerda ou de centro-esquerda no Estado têm gradualmente introduzido maior abertura para a representatividade de negros, indígenas, mulheres e lgbtq+. De todo modo, a modesta

⁵⁶ O caso de Wilson Braga é exemplar, pois, após ocupar por quarenta anos altos postos políticos da federação, retrocedeu a vereador da cidade de João Pessoa, entre os anos de 1993 a 1994. No entanto, em 1995 retornou à Câmara dos Deputados, onde permaneceu por três mandatos consecutivos (de 1995 a 2011).

⁵⁷ Os sacerdotes Frei Anastácio e Luiz Couto, deputado federal e senador pelo PT, respectivamente, são exemplos de dois profissionais da política, no sentido de fazer da política tanto um sentido de vida como uma ocupação rentável. No início de suas carreiras de deputados estaduais alegaram não possuir bens. No entanto, destacamos, especialmente, o caso de Frei Anastácio, que em 1998 declarou ser pobre na forma da lei “voto de pobreza franciscana”, e que os bens por ele usufruídos eram da Ordem Província de Santo Antônio. Entretanto, vinte anos mais tarde, quando eleito deputado federal, declarou possuir bens nos valores de R\$918.161,83.

inserção destes novos sujeitos ainda é insuficiente para afirmarmos que a ALPB constitui um espaço propício para a consolidação dos novos grupos políticos.

Por outro lado, constatamos a marcante presença dos tradicionais sobrenomes políticos do Estado figurando, ao longo de todo recorte temporal, não apenas na lista dos eleitos, mas nos postos de liderança no interior da Casa de Eptácio Pessoa. Cumpre ressaltar que grande parte deste herdeiros políticos parece não romper a lógica conservadora de seus antepassados oligárquicos, reproduzindo um tipo de conservadorismo confuso e relacional, geralmente se apresentam como “vitoriosos da batalha que define boa parte do futuro” do Estado (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000, p. 107) e fazem da ALPB um ambiente de treinamento para ocupar futuros postos no Congresso Nacional .

Os reeleitos por subsequentes mandatos, a exemplo dos deputados Tião Gomes, Zenóbio Toscano e Chica Motta, com cinco ou mais pleitos conquistados no período, foram aqueles facilmente caracterizados pelo tipo de *ambição estática*. Agrega-se a este “*status repousado*” aqueles parlamentares que identificamos como “novos-veteranos”, a exemplo dos ex-deputados: Aécio Pereira Lima, Carlos Marques Dunga, Egídio Madruga, José Lacerda Neto, Vani Braga, Nilo Feitosa, José Aldemir de Almeida e Pedro Medeiros. Todos estes atores atuam na política desde antes da redemocratização, circulando pelos mais diversos postos de mando.

Ainda que alguns destes nomes sejam personagens ativos na política estadual, muitos já não se encontram entre nós. A saída da cena política apontou para uma variável importante, ainda não abordada na pesquisa, que é a média de idade dos deputados estaduais paraibanos.

Tabela 18. Composição social da ALPB (1990 a 2018), por faixa etária

Faixa etária	1990 N (%)	1994 N (%)	1998 N (%)	2002 N (%)	2006 N (%)	2010 N (%)	2014 N (%)	2018 N (%)	TOTAL N (%)
71 a 80 anos	-	-	-	1 (2,77)	1 (2,77)	1 (2,77)	2 (5,55)	1 (2,77)	6 (16,66)
61 a 70 anos	-	2 (5,55)	3 (8,33)	3 (8,33)	6 (16,66)	7 (19,44)	6 (16,66)	6 (16,66)	33 (11,45)
51 a 60 anos	6 (16,66)	9 (25)	13 (36,11)	9 (25)	7 (19,44)	9 (25)	10 (27,77)	13 (36,11)	76 (26,38)
41 a 50 anos	15 (41,66)	14 (38,88)	11 (30,55)	4 (11,11)	13 (36,11)	14 (38,88)	11 (30,55)	3 (8,33)	85 (29,5)
31 a 40 anos	15 (41,66)	11 (30,55)	7 (19,44)	15 (41,66)	7 (19,44)	4 (11,11)	5 (13,88)	12 (33,33)	76 (26,38)
20 a 30 anos	-	-	2 (5,55)	4 (11,11)	2 (5,55)	1 (2,77)	2 (5,55)	1 (2,77)	12 (4,16)
Total	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	36 (100)	288 (100)

Fonte: Memorial ALPB; TRE-PB;

Ao longo de todo recorte temporal, a faixa etária predominante foi a dos deputados

com idades entre 41 a 50 anos, que apresentou um índice médio de 29,5% para o todo período, seguido dos parlamentares com idades entre 51 a 60 anos e 31 a 40 anos, igualmente com 26,38% da representação.

Interessante assinalar que as eleições marcadas pelo “signo da mudança” de regimes e/ou de orientações ideológicas produziram alterações na composição etária da ALPB. Observa-se que 83,32% dos eleitos para a primeira legislatura do pós-regime autoritário (1990) foram deputados com idades entre 31 a 50 anos, e 16,66% entre 51 a 60 anos. Ainda que as eleições de 1994 e 1998 tenham alterado a fisionomia da Assembleia com a introdução de parlamentares com idades mais avançadas, além dos jovens entre 20 a 30 anos, apenas nas eleições de 2002 conseguimos ver contemplada na Casa Legislativa a representação das diversas gerações, não obstante destaque para a sobrerrepresentação dos indivíduos com idades entre 31 a 40 anos (41,66%) e da maior participação de jovens de até 30 anos; a maior de todo o recorte para a categoria. Entre os eleitos de 2006 a 2014, a principal característica foi o predomínio dos deputados com idades entre 41 a 50 anos, com uma média de 35,2% de representação da categoria entre as três legislaturas. Este índice alterou completamente entre os eleitos de 2018, passando para 8,33%. Em contrapartida, ocorreu um aumento expressivo dos deputados com idades entre 31 a 40 anos.

O aspecto mais importante sobre a média de idade dos deputados estaduais paraibanos tem sido seu enquadramento perfeito ao cenário da política nacional. Além da sobrerrepresentação dos homens com alta escolaridade e independência econômica, constatou-se que a faixa etária que comportou o maior número de eleitos ao longo do recorte temporal foi entre 41 a 50 anos. Os achados sobre o Congresso Nacional apontam que a faixa etária predominante entre os anos de 1994 e 2006 foi entre 46 a 55 anos (BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009).

Outro aspecto importante é o grande número de eleitos com idades entre 31 e 40 anos. A faixa etária relativamente jovem é um indicativo de como as Assembleias subnacionais atuam como espaços para o aprimoramento do exercício do poder parlamentar, servindo de trampolim para alçar voos mais altos, como os postos no Congresso Nacional e os postos Executivos. É neste sentido que despontam os herdeiros políticos, que, além de possuírem a independência econômica e disponibilidade de tempo para se aventurar na vida política (CODATO, COSTA e MASSIMO, 2014), detêm uma série de afinidades disposicionais necessárias para um duradouro exercício do poder.

Outra interessante observação diz respeito às trajetórias políticas daqueles que ocuparam a Presidência da ALPB ao menos uma vez ao longo dos anos de 1991 a 2019. Dos

11 deputados que presidiram a Casa de Eptácio Pessoa, apenas cinco lograram êxito na conquista de um posto eletivo para o Congresso Nacional; foram eles: Carlos Marques Dunga; Inaldo Rocha Leitão, Gilvan Freire, Rômulo Gouveia e Gervásio Agripino Maia. Já o herdeiro da tradicional oligarquia de Princesa Isabel, Antônio Nominando Diniz Filho foi empossado conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) em 2008. Igualmente, ocorreu com o ex-deputado Arthur Cunha Lima, que renunciou à Presidência da Casa em 2010 para assumir o cargo de conselheiro do TCE-PB. Já Gervásio Benevides Maia, após três mandatos na ALPB, onde assumiu a presidência no biênio de 2002-2003, tornou-se Secretário de Finanças e Secretário de Articulação Política da prefeitura de João Pessoa nas gestões de Ricardo Coutinho. Adriano Galdino, presidente de 2015 a 2017, reassumiu em 2019 o posto para mais um biênio à frente da Casa. Por fim, os ex-deputados e empresários Ricardo Marcelo e Chica Motta, ambos oriundos de duas importantes parentelas do sertão paraibano, foram os únicos cujas carreiras apresentaram-se aparentemente estáticas.

A fim de desenlace, cumpre recapitular as principais características sobre a composição social e política da ALPB apontadas no presente capítulo. Constatou-se que os deputados estaduais vêm preferencialmente dos Legislativos municipais e vão para os postos mais altos, como: prefeituras, Congresso Nacional e Executivo estadual. Foi identificado também um alto índice de rotatividade parlamentar, que, por sua vez, acusou a larga presença dos “novos veteranos” e dos jovens herdeiros sem experiência partidária, porém socializados informalmente pelo universo político de seus progenitores.

O sociólogo Marciano Monteiro (2016) aponta que os herdeiros da política paraibana acumulam grande volume de capital econômico e capital político-familiar, reproduzindo o tipo dominação pessoal mesmo contextos “democráticos”, e, por conseguinte, através do acesso aos cargos públicos, garantindo seus privilégios ao longo do tempo. Entretanto, ainda que o capital político-familiar seja determinante para o sucesso de muitos deputados paraibanos, outros *atributos adquiridos* como “experiência prévia em cargos eletivos” e “especialização técnica-intelectual” apresentam-se sobredeterminantes para o moderno recrutamento parlamentar. Em outros termos, o *status* pessoal prévio, conferido pela formação profissional e/ou pela origem social, os cargos eletivos conquistados e, principalmente, as redes privadas de apoio extra-político reproduzem na hierarquia política a estrutura socioeconômica desigual em que se assenta a sociedade.

3.5. HERANÇA E EXPERIÊNCIA: uma tipologia da composição político-social da ALPB - 1990 a 2018

A partir da identificação de certos padrões de composição da ALPB, assinalamos dois pontos: primeiro, que o *status* não repousa simplesmente na profissão outrora ocupada por um deputado; segundo, que os recursos externos ao mundo da política ainda constitui um critério determinante para o recrutamento político no Estado da Paraíba (SAWICKI, 1999; CODATO e COSTA, 2013).

Sabemos que a presunção da igualdade entre os congressistas não encontra evidências nas Assembleias brasileiras, sendo a grande massa de deputados liderados por um pequeno grupo, responsável pela tomada de decisões (MESSENBURG, 2002). Embora grande parte da literatura política confirme que a representação parlamentar reproduz a imagem invertida da estrutura social (GAXIE, 2012; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009), ela, por vezes, omite a existência de desigualdades de “representação da representatividade” (SANTOS, 1998), que igualmente espelham no interior das Assembleias as assimetrias de direitos entre os cidadãos brasileiros. Em outros termos, acusamos a existência de uma hierarquia definida pelo poder econômico e cultural, que organiza as relações sociopolíticas, a partir da distribuição desigual de direitos, bens e serviços, não apenas em macro-perspectiva, mas também no microcosmo parlamentar. Por exemplo, o grande número de jovens herdeiros que sem experiência prévia, eventualmente, ocuparam posições de liderança, acenou para a existência de uma hierarquia que reproduz na ALPB as diferenças de posição na estrutura societária.

Optamos, assim, por classificar os eleitos entre os anos de 1990 a 2018 segundo os critérios: *herdeiros*, *não herdeiros*, *experientes* e *não experientes*, como forma de compreender, por um lado, a hierarquia parlamentar a partir dos critérios elencados, e, por outro, imprimir uma fotografia da estrutura sociopolítica da Casa de Epitácio Pessoa. Elaboramos também um plano cartesiano para dimensionar esses tipos políticos. Há que destacar, porém, que os quatro tipos identificados apresentam apenas um valor heurístico descritivo capaz de comportar genericamente os perfis sociopolíticos a despeito das qualidades pessoais mais específicas dos deputados. Destarte, a posição de liderança partidária associada à posição na estrutura social possibilitou tanto esquadriñar a hierarquia existente entre os distintos grupos políticos, bem como refletir sobre os aspectos mais gerais da relação sociedade-estado.

Figura 2. Tipos políticos da ALPB - 1990 a 2018



O primeiro grupo identificado foi o dos herdeiros com larga experiência política. O segundo grupo foi os não herdeiros dotados de experiência administrativa e legislativa. O terceiro grupo, dos herdeiros inexperientes, diz respeito aos filhos(a), sobrinhos(ou), primos(a), netos(a) e etc., dos indivíduos que se encontram geralmente no primeiro grupo. Por fim, o último grupo identificado foi o dos indivíduos que não são herdeiros nem experientes e figuram como verdadeiros *outsiders* neste universo composto por sujeitos dotados de independência econômica, disponibilidade de tempo e disposições afinadas para o exercício do poder político.

Desta forma, os grupos 1 e 3 encontram-se no topo da hierarquia política, uma vez que seus membros são as principais lideranças partidárias do Estado, os líderes de bancadas no interior da Assembleia Legislativa, os presidentes das principais pastas e comissões, bem como nomes e sobrenomes que se confundem ao longo da história da Casa⁵⁸.

O grupo 2, dos parlamentares que não são herdeiros, mas são dotados de experiência, é um tanto plural quanto confuso. Formado majoritariamente por indivíduos com altos níveis de escolaridade oriundos das classes médias, este grupo de parlamentares pode ser dividido em campos ideológicos: progressistas e conservadores. No campo progressista encontramos deputados que se apresentam mais programáticos que pragmáticos, enquanto no campo conservador vemos deputados mais pragmático que programático, reproduzindo o caráter confuso e relacional que justifica as avaliações hodiernas sobre a fraca institucionalização do sistema partidário brasileiro (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). Em outras palavras, os deputados experientes do tipo conservador são

⁵⁸ Ver anexo: tabelas sobre as lideranças partidárias.

aqueles que, além de mudarem intensamente de partidos políticos, reproduzem uma série de práticas clientelistas como estratégia de manutenção do posto legislativo (MAYHEW, 1974; AMES, 2003). Não obstante, o espaço de representação destes agentes tem sido maior que o dos deputados progressistas com experiência legislativa.

O quarto e último grupo, no entanto, localizamos casos extraordinários de indivíduos sem capital político e social estabelecidos. Trata-se de alguns poucos *outsiders* e *moyens* (DOGAN, 1999), que, pelo caráter proto-populista, acabam servindo de meios para outros fins políticos; a exemplo dos deputados Toinho do Sopão (PTN) e Pastor Fausto de Oliveira (PL), entre outros personagens que surfam na onda da crise de representatividade.

Podemos, portanto, pensar numa estrutura piramidal da representação da representatividade no interior da ALPB, com os herdeiros no topo, a despeito de suas experiências, o tipo ideal de profissionais da política no meio, que são os deputados conservadores e progressistas oriundos das classes médias e que possuem altos níveis de escolaridade, seguido dos indivíduos desprovidos de recursos externos ao mundo da política, e que se encontram na base da pirâmide sociopolítica da ALPB.

No entanto, mudanças importantes vêm ocorrendo na arena política paraibana, e refletem as transformações da relação sociedade-estado, bem como na estruturação tipicamente idealizada na presente pesquisa.

Finalizamos portanto, o presente capítulo, destacando duas observações sobre a crescente participação dos deputados de perfis mais progressistas: i) um reequilíbrio na distribuição dos recursos de poder institucional, como fundo partidário e eleitoral, e, por conseguinte, a maior penetração na sociedade; ii) a reorientação das políticas públicas, introduzindo o Estado da Paraíba em debates prementes da sociedade brasileira, como racismo, homofobia, transfobia e “direito à cidade”; ou seja, um maior foco nas questões sociais e a ampliação do debate público sobre a representatividade das minorias e, por conseguinte, a maior fixação das agendas democráticas. Por outro lado, devemos ressaltar que as diferenças de origem e posição na estrutura social, tal qual exposta pela nossa pesquisa e tipologia parlamentar, reproduzem *interna corporis* entre os membros da ALPB, e, muito embora tenha sido percebido clivagens de orientação ideológica, os dados não nos permitem afirmar que os deputados progressistas possuem origens sociais menos abastadas que os deputados mais conservadores⁵⁹.

⁵⁹ A fim de ilustração expomos as famílias Vital do Rêgo e Maia, duas das maiores oligarquias do Estado e talvez do Brasil, que, mesmo antes do advento da Nova República, posicionaram-se senão de forma mais progressista mais à esquerda do *status quo* vigente.

De todo modo, os selecionadores da política paraibana, estejam eles à esquerda, centro ou direita, tampouco rompem a lógica do recrutamento parental, confirmando um tipo de institucionalização do sistema político dependente de uma gramática forjada pela combinação de relações pessoais e impessoais.

Certamente a hereditariedade política no Estado da Paraíba encontra-se intimamente ligada aos privilégios ofertados pelos cargos públicos, sendo portanto reproduzido enquanto estratégia de adaptação e manutenção das formas de dominação pessoal e, por sua vez, do exercício do poder das mais distintas parentelas. Vemos que a conservação, transmissão e melhoria da atividade de representação parlamentar, mesmo entre os novos sujeitos ou grupos políticos, depende, em grande medida, do conjunto de bens, direitos e deveres transmitidos através de relações firmadas na vida privada.

Contudo, ao investigar certos padrões sócio-políticos dos deputados estaduais paraibanos, deparamo-nos com esse fenômeno: a hereditariedade política; ou a *poeira do nosso passado*. Analisando apenas as eleições gerais de 2018, constatou-se que 80% dos parlamentares (deputados e senadores) eleitos pela Paraíba apresentaram relações de parentesco político, sendo aqueles que ocupam os altos postos da federação oriundos das tradicionais oligarquias do Estado.

Tabela 19. Poder Legislativo e os herdeiros políticos paraibanos - eleições de 2018.

Casa Legislativa	Herdeiro N (%)	Não Herdeiro N (%)	Total N (%)
ALPB	28 (78)	8 (22)	36 (100)
Câmara dos Deputados	10 (83)	2 (17)	12 (100)
Senado	2 (100)	0 (0)	2 (100)
Total	40 (80)	10 (20)	50 (100)

Fonte: Portal G1 PB, 10/10/2018.

Finalmente, podemos confirmar que “as características sociais do corpo político tornam-se mais 'aristocráticas' à medida que se galga a hierarquia de poder e de prestígio dos cargos em competição” (GAXIE, 2012, p. 166), assim como constatamos que a Casa de Epitácio Pessoa figura como um espaço minimamente mais permeável do que as instâncias superiores, embora não se possa afirmar que o Legislativo paraibano seja um ambiente propício para a consolidação de novos grupos de poder.

4. MUTAÇÕES DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA PARAIBANA: partidos, coligações, ideologias e representação por mesorregiões - ALPB (1990 a 2018)

Nesta quarta e última parte serão apresentados os resultados da observação empírica sobre as transformações do cenário político-partidário do Estado, com intuito de compreender a relação sociedade-Estado, ou “o presumido e ubíquo fenômeno do clientelismo e suas prováveis implicações para o modelo político prevalecente na sociedade” (SANTOS, 2006, p. 28). Para tanto, foram analisados: os partidos eleitos entre os anos de 1990 a 2018 e suas respectivas coalizões; as eventuais mudanças de orientação ideológica dos partidos e deputados; além da representação mesorregional na ALPB. Ressaltamos que o foco nos partidos políticos ensejou verificar suas relações com a sociedade quanto à representação de interesses e relações com as respectivas ideologias (RODRIGUES, 2002). O critério adotado, tomou as regiões de origem dos deputados estaduais para verificar se as diferenças de realidades sociais influenciam o comportamento dos agentes políticos (SCHWARTZMAN, 1988; MESSENERG, 2002).⁶⁰

4.1. TRANSIÇÃO E TRANSAÇÕES

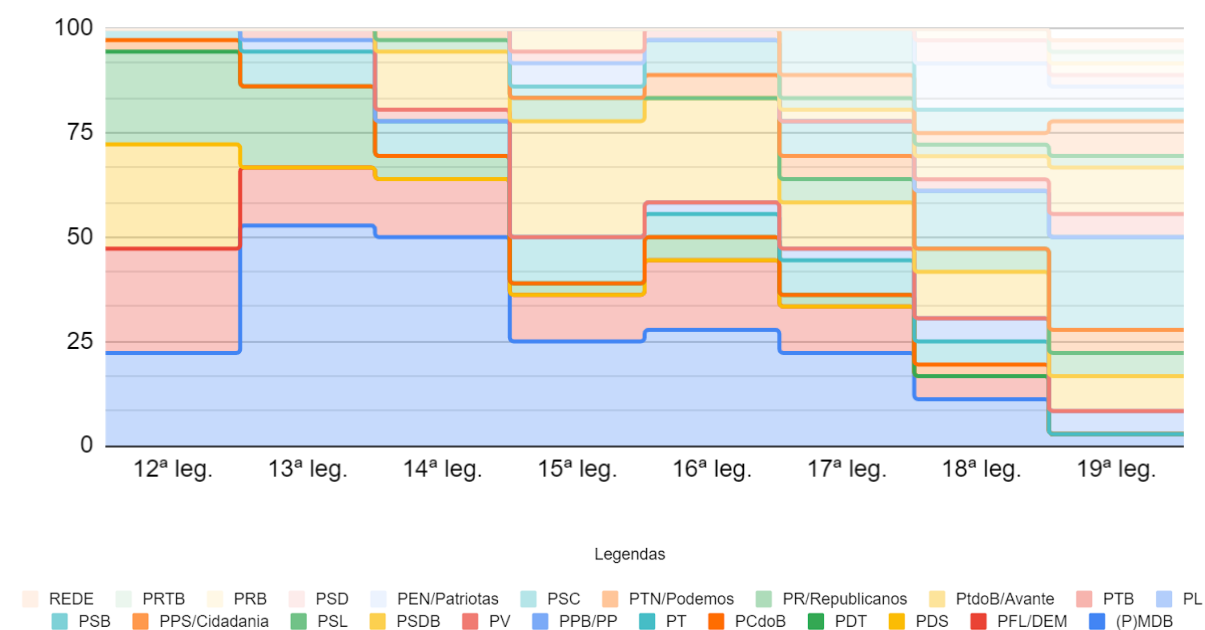
O primeiro aspecto a chamar atenção é a alta fragmentação partidária ao longo do recorte temporal. Parte do debate político assinala que o fenômeno deve-se à fraca institucionalização dos partidos políticos, focando na debilidade do sistema político brasileiro, que, por sua vez, tem sido explicado pelo cenário de transição entre os tipos de regimes e pela precocidade das instituições democráticas (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986; MAINWARING, 1991; LIMA JÚNIOR, 1993; KINZO, 1993; COUTO, 1997; ARAÚJO, 2000)

Jairo Nicolau e Rogério Schmitt (1995), entendem que o fenômeno da fragmentação partidária não encontra justificativa lógica na correlação: sistema de lista aberta e fórmula eleitoral das maiores médias (D'Hondt), já que o sistema eleitoral favorece os grandes partidos políticos, não os pequenos. Por outro lado, alguns autores compreendem que a alta fragmentação partidária é um fenômeno “nominal a esconder uma baixa fragmentação real” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999, p. 93). Outros apontam ser apenas uma “manifestação da dispersão do poder parlamentar” (MESSENERG, 2002, p. 46).

⁶⁰ O leitor pode conferir todos os dados descritos nos capítulos a seguir no ANEXO da dissertação.

No período de aproximadamente 20 anos, o número de legendas com representação parlamentar na Paraíba mais que dobrou; saltou de 6 (12ª legislatura) para 17 agremiações (19ª legislatura). Ainda que as atualizações do sistema eleitoral tentem conter a proliferação de legendas de aluguel, a fragmentação “é um fato”, e “suas causas devem ser buscadas em outras esferas do sistema político” (NICOLAU e SCHMITT, 1995, p. 147).

Gráfico 13. Fragmentação partidária na ALPB - 1990 a 2018 (%)



Fonte: TRE-PB;

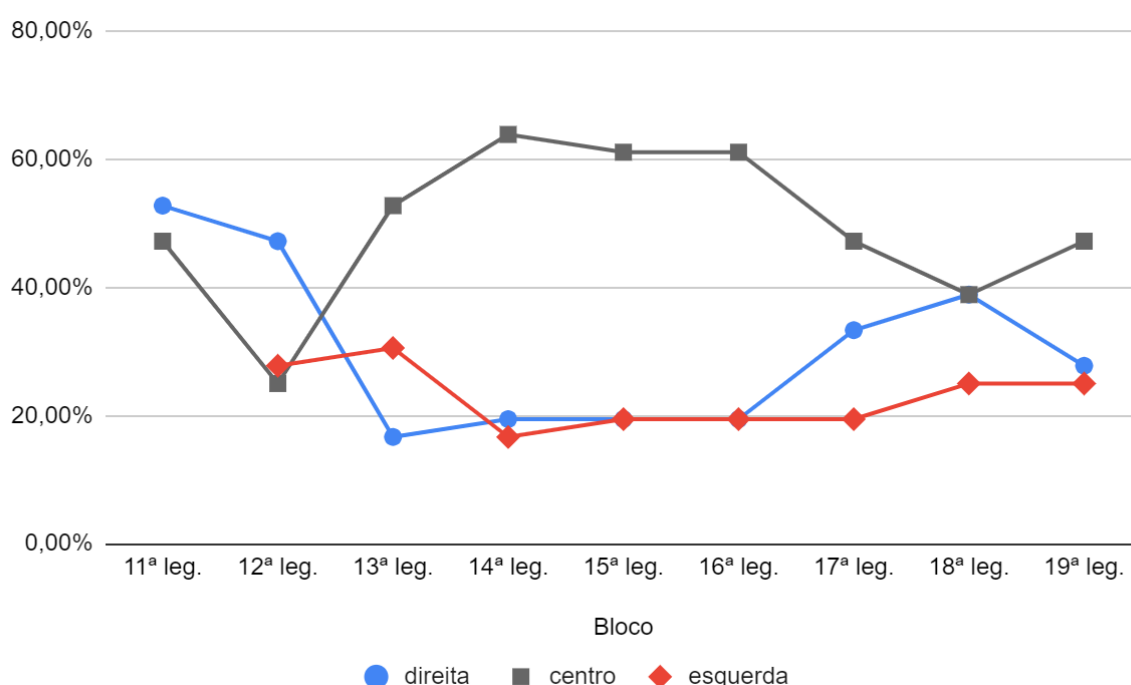
O gráfico acima, embora confuso, ilustra bem a alta fragmentação partidária enquanto uma manifestação da dispersão do poder, com a perda da hegemonia legislativa das tradicionais agremiações políticas do Estado (PMDB, PFL/DEM, PSDB, PDT). Em contrapartida, ainda que se perceba um aumento gradativo das legendas de esquerda (PT, PSB e PCdoB) ao longo do recorte temporal, a baixa representatividade do campo na Casa chamou a atenção. Outra observação importante diz respeito à proliferação dos chamados *partidos de aluguel*, que intensificou-se ao concomitante avanço do PSB, bem como da *débâcle* de legendas como PMDB e PSDB.

Contudo, para examinar as eventuais mudanças na composição partidária e de orientação ideológica da ALPB entre os anos de 1990 a 2018, tomamos como ponto de partida os partidos eleitos em 1986. Constatou-se, assim, que a 11ª legislatura estadual apresentou uma composição partidária tão conservadora quanto o período autoritário, com o

predomínio de legendas como o PDS e o PFL. Embora não se reconheça no MDB da Paraíba traços progressistas, a perda de sua hegemonia legislativa no período de transição de regimes, além de um objeto pouco estudado, é de todo modo representativo do controle da mudança e da reorganização do poder pelos grupos mais conservadores do Estado.

No entanto, agregamos os partidos eleitos em blocos ideológicos e comparamos a força relativa de cada legislatura a fim de compreender, através das perdas e ganhos do espaço de representação legislativa, as eventuais mudanças de preferências políticas da sociedade paraibana.

Gráfico 14. Composição da ALPB, por bloco ideológicos - 1986 a 2018



Fonte: TSE; TRE-PB, 2020.

O primeiro aspecto a ser destacado é o declínio e ascensão do bloco de centro, representado nas 11ª, 12ª e 13ª legislaturas pelo PMDB. A perda de força da legenda nas eleições de 1990 em relação a 1986 foi de 57,9%. Já em 1994, o ganho do partido foi de 111,11% em relação à 12ª legislatura. Uma observação importante diz respeito à movimentação interpartidária no período, ou da *débâcle* do PDS e do PFL para as legendas: PP, PMDB e PDT. Cumpre destacar que a força do bloco de esquerda logo em sua estreia, 27,8% em 1990, deve-se ao peso do PDT no bloco (80%) e na Casa (22,22%).

Do ponto de vista programático, cumpre uma outra observação sobre o PDT e sua

atuação no Estado da Paraíba. A legenda brizolista no Estado apresenta características que a localizam mais próximo do campo de centro do que da esquerda, corroborando o caráter mais pragmático que programático do partido apontado por outros autores (KINZO, 1993; NOVAES, 1994; MESSEMBERG, 2002).

Outro aspecto importante sobre os partidos de esquerda foi a mudança de orientação política ao longo do recorte temporal, principalmente do PSB, sobretudo, quando confrontado com a realidade do exercício do poder (RODRIGUES; 2002). Assim, a partir da análise das coligações partidárias, pôde-se apreender dois comportamentos em momentos igualmente distintos: primeiro, dos anos de 1990 a 2002; segundo, de 2002 a 2014.

Com exceção do PDT, o primeiro momento é representado pelo alto grau de coesão ideológica entre os partidos de esquerda (PT/PCdoB/PCB/PSB/PV/PSTU) em termos de coligações. No segundo momento, vemos as mesmas legendas coligando-se com os partidos de centro, centro-direita e direita. Sobre o primeiro momento, Paulo Giovani Nunes (2004), ressalta o comportamento radical do PT paraibano:

O PT considerava que, na Paraíba, não existia outro partido com atuação verdadeiramente de oposição ao Governo Estadual e Federal. Pois, segundo sua avaliação, inclusive os comunistas, haviam feito coligações com os partidos burgueses e apoiado a “Nova República”, e o PDT no Estado, era uma filial do ex-governador Wilson Braga. Alguns diretórios municipais também se colocaram contra alianças políticas (NUNES, 2004, p. 197).

Um outro aspecto importante sobre as legendas de esquerda é a fraca institucionalização dos partidos no período de transição de regimes. Alguns autores apontam para a inexistência de uma classe trabalhadora urbana organizada em sindicatos (SILVEIRA, 1999). Outros reafirmam a ausência da participação de um operariado ativo, mas ressaltam a influência da “esquerda clandestina”, bem como as disputas pelo controle do partido no Estado com as lideranças religiosas (NUNES, 2004). De todo modo, o PT garantiu seu espaço de representação na ALPB por sete legislaturas seguidas nas urnas. Apenas em 2018 o partido não elegeu deputado, mas garantiu seu espaço legislativo com a titulação do suplente Anísio Maia em 2020, após a morte de Genival Matias (Avante).

No campo da direita, a *débâcle* deve-se em grande medida à extinção em 1993 do PDS. Como já foi indicado, grande parte do quadro *pedessista* paraibano foi albergado pelo PMDB e pelo PDT. No entanto, o partido que mais perdeu espaço de representação na 13ª legislatura foi o PFL, com 44,44% menos dos assentos em relação aos conquistados nas eleições de 1990. O partido obteve por duas legislaturas (11ª e 12ª) a maioria parlamentar,

com uma média de 9,5 deputados eleitos entre os anos de 1994 e 2014. Em 2018, nenhum de seus quadros obteve êxito na competição pelo espaço na ALPB⁶¹.

De todo modo, o PFL paraibano representa a ascensão e queda do partido no cenário nacional (RIBEIRO, 2011; 2016). Há que destacar, porém, que a refundação da legenda, que passou a se chamar Democratas (DEM), ocorreu sob a orientação dos herdeiros de suas antigas lideranças. Ainda que o propósito tenha sido se adequar à lógica *poliárquica* para se reposicionar no mercado político, seus jovens herdeiros não romperam a lógica “liberal-conservadora” que tanto caracterizou as principais lideranças da história do partido: Jorge Bornhausen, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães. Na Paraíba, o PFL/DEM tem nas figuras do senador Efraim Moraes e de seu filho, o deputado federal Efraim Filho, suas principais lideranças; sendo o senador o presidente estadual do partido.

Ao longo da 12^a e 13^a legislaturas encontramos entre os principais partidos do Estado (PMDB, PFL, PDT) e a modesta representação do PT, PCdoB e PV. Em 1990, o PCdoB conseguiu eleger o advogado pessoense Simão de Almeida com o percentual de 0,53% dos votos, índice que superou os 0,52% de votos que elegeram o candidato petista, Chico Lopes. Em 1994, o deputado eleito com o menor percentual de votos foi o empresário campinense Tota Agra (PV), 0,76%. É importante pontuar que os três deputados eleitos pelo PT (Chico Lopes, Padre Adelino e Luiz Couto) obtiveram juntos, na 13^a legislatura, um percentual de votos inferior ao segundo deputado mais votado, que foi Carlos Marques Dunga (PMDB) com 3,14%. Ainda que a quociente eleitoral seja determinante para aclarar a presente relação, o fato aqui apontado é a baixa adesão da sociedade aos programas mais progressistas do período.⁶²

Mesmo que os partidos de esquerda se apresentem fracamente institucionalizados e a representação dos setores progressistas tenha sido numericamente baixa, vemos, entre as 12^a e 13^a legislaturas estaduais, alguns partidos, como PT, PV e PCdoB, começarem a pavimentar o caminho para os novos tipos de legisladores, já que, elegendo um professor do ensino público básico e dois sacerdotes, o Partido dos Trabalhadores conseguiu um grande feito no período. Outro fato que merece destaque é o início de uma postura mais pragmática da legenda, que coligado ao PFL, PTB e PDT, compôs o bloco de oposição à hegemonia *peemedebista* no interior da ALPB.

⁶¹ Em 28 de março de 2007, com a refundação do partido, a legenda passou a se chamar Democratas (DEM). De acordo com Ribeiro (2011), a fundação do DEM teve por objetivo recuperar o espaço político que as antigas lideranças pefelistas estavam perdendo. O DEM, em 2019, agregou em seu quadro estadual o deputado estadual Felipe Leitão (ex-PATRIOTA), e assim garantiu seu assento no Legislativo estadual.

⁶² Define-se o quociente eleitoral através da soma do número de votos válidos (legenda e nominais, excluindo os brancos e os nulos), dividida pelo nº de cadeiras em disputa.

Observou-se, assim, um relativo equilíbrio na 13ª legislatura em relação à posição: situação vs. oposição. Com exatamente 50% dos deputados, o PMDB viu as forças de oposição frear, em alguma medida, sua hegemonia na Casa. O equilíbrio parlamentar foi apreendido com relativa surpresa, pois o partido, então dominante, viu a oposição se organizar em frente numérica e, com isso, estabilizar minimamente seu poder de barganha.

A literatura política aponta para a necessidade de congruência e coesão entre os diferentes atores políticos, principalmente entre os oposicionistas, para produzir uma maioria de atores com poder de veto e, portanto, reduzir o *winset* governista (TSEBELIS, 1995).

Dois aspectos, porém, destacam o período. Primeiro, a deflação do PMDB na 11ª e 12ª legislaturas, reforçando o caráter mais conservador (lento e gradual) da transição dos regimes políticos no Estado. Segundo, a inflação do PMDB nas 13ª e 14ª legislaturas, motivada pela recepção de antigos herdeiros da ARENA; *pedessistas* e *pefelistas*.

No entanto, o inchaço do PMDB produziu intensos conflitos internos, entre as distintas lideranças locais, reproduzindo a máxima popular do “muito cacique para pouco índio”. Destarte, o processo de dispersão do poder parlamentar intensifica de forma que a 13ª legislatura marca o início de um processo por muito compreendido como endêmico da democratização no Brasil, que é a fragmentação das legendas e a intensa migração partidária (MAINWARING, 2001; MELO, 2004; DAMIN, 2015). Essa fragmentação e dispersão natural do poder político envolve, em contrapartida, o controle de uma outra legenda. Pois, sem o controle local de um partido torna-se “difícil obter uma vaga para disputar algum cargo eletivo”, ressalta José Marciano, que também acusa: “quase todos os partidos na Paraíba têm sido controlados com essa lógica, bem como os recursos são destinados para os mais próximos” (MONTEIRO, 2016, p. 184).

Observa-se, enfim, que o processo de transição para o regime democrático no Estado da Paraíba ilustra, de forma geral, alguns fenômenos apontados pelos estudiosos da política brasileira. Primeiro, a incorporação lenta, gradual e segura dos novos sujeitos políticos. Segundo, a conservação, manutenção e melhoria do capital político-familiar a partir da dispersão do poder através dos herdeiros e legatários dos tradicionais nomes políticos do Estado, ressignificando, assim, o capital simbólico do grupo político. Terceiro, a fragmentação do poder político segundo a lógica do pluripartidarismo sem jamais pulverizar o domínio econômico e o potentado pessoal. E, finalmente, a conformação das relações firmadas no âmbito privado como força motriz da forma de recrutamento político lateral, privilegiando os congêneres dotados de posses, *status* profissional e experiência política.

4.2. CLIENTELISMO CONCENTRADO E VOTO DISPERSO: as eleições estaduais de 1998 e 2002

As eleições estaduais de 1998 e de 2002 foram marcadas, primeiro, pelo gigantismo da legenda peemedebista e, segundo, pela irremissível fratura política da inchada agremiação. De acordo com o historiador José Octávio de Arruda Mello (2010, p. 60), o fim do casamento intra-oligárquico do “monolítico PMDB” paraibano deu-se justamente pela disputa do poderoso espólio eleitoral acumulado pelo partido por mais de duas décadas.

Cumprir lembrar que o surpreendente “equilíbrio induzido” imposto ao PMDB pela oposição ao longo da 13ª legislatura foi prontamente corrigido nas eleições de 1998 (SHEPSLE, 2007). O bloco liderado pelo PMDB e chefiado por José Maranhão, candidato à reeleição para o Governo do Estado, contou com uma coligação extensa denominada PARAÍBA UNIDA (PMDB/PSDB/PPB/PL/PFL/PSC/PSL/PTB/PST/PDT)⁶³.

Assim, a coligação PARAÍBA UNIDA obteve 83,3% das cadeiras legislativas, distribuídas da seguinte maneira: 63,9%, partidos do bloco de centro (PMDB-PSDB); 19,4% partidos do bloco de direita (PFL-PP-PSL). Em relação às eleições de 1994, os respectivos blocos obtiveram ganhos de 21% e 16,16 %. Por outro lado, a perda sofrida pela esquerda, 45,42%, ficou por conta do PDT. De 8 parlamentares eleitos, em 1994, para 2 em 1998, sofrendo assim uma perda de 75% do seu quadro de legisladores no estado.

O PSDB era o elemento novo na arena política paraibana. Com algumas das tradicionais lideranças locais, que se encontravam outrora no PDT e no PMDB, a legenda tucana afirmou-se progressivamente no Estado. Em contrapartida, o PFL foi perdendo espaço de ação para o gigantismo do PMDB, bem como para o PP, em sua histórica zona de influência, o sertão.

O movimento de debandada dos *pedetistas* paraibanos e de recepção dos desertores pelo PSDB e PFL fazem parte de uma mesma equação, cujas preferências são subtraídas pelas oportunidades de ganho. De um lado, a oportunidade de ressignificar a carreira política e manter cargos e *status*, do outro, a escolha do selecionador e a oportunidade de ampliar os ganhos na arena eleitoral e parlamentar (DINIZ, 2000, DESPOSATO, 2006; PERISSINOTTO e MIRÍADE, 2009).

É importante salientar que, mesmo que a filiação partidária seja uma condição *sine*

⁶³ Nota-se que a coligação reunia as legendas controladas pelos seguintes “clãs políticos” na época: PMDB - grupo Maranhão; PSDB - grupo Cunha Lima; PPB - Velloso-Borges Ribeiro; PFL - Moraes; PDT - Vital do Rêgo.

qua non para pleitear cargos eletivos, nenhuma cláusula de barreira tem sido capaz de impedir que os atores políticos persigam, a partir de seus mandatos, os objetivos mais pessoais e extra-políticos. De todo modo, os movimentos encontram fundamento no princípio das garantias mútuas; pois, além do controle legal de competidores elegíveis, a recepção de um possível eleito, pressupõe a existência prévia de um acordo que garanta a estabilidade das regras e dos ganhos contínuos da organização (SANTOS, 1998, p. 10).

Ressalta-se também que, ao longo de sua história, o PMDB paraibano serviu como um grande sombreiro político para as tradicionais parentelas, pois, abrigando até mesmo facções familiares rivais, conservou, ao longo da Nova República, o espaço político de atuação dos históricos grupos de poder do Estado. Destarte, quem se encontra debaixo do sombreiro se protege das inconstâncias do tempo. As eleições estaduais de 1998, no entanto, consagraram a liderança de José Maranhão à frente do partido, eleito governador com 80,72% dos votos. O PMDB, por seu turno, foi hegemônico nos 223 municípios do Estado.

Observando a geografia eleitoral, por exemplo, a partir dos deputados eleitos para ALPB em 1998, constatou-se que o PMDB aumentou sua força relativa de representação na zona da mata e no agreste, porém, perdeu uma grande fatia no sertão: 4 deputados. Entretanto, a perda localizada não representou nenhuma barreira para o domínio *peemedebista* ao longo da 14ª legislatura, pois, com uma extensa coligação, José Maranhão conseguiu eleger a seu favor uma base de 30 parlamentares.

Por outro lado, o gigantismo da agremiação no Estado cristalizou as querelas entre os principais grupos políticos. Por exemplo, as vitórias de Cícero Lucena, em João Pessoa, e de Cássio Cunha Lima, em Campina Grande, nas eleições municipais de 2000, fortaleceram o grupo Cunha Lima no interior do PMDB. As dissensões entre os grupos Maranhão e Cunha Lima são excelentes exemplos de como a fragmentação de um partido não representa uma pulverização do poder, mas antes a sua dispersão natural.

Migrados para o PSDB, em 2001, o clã Cunha Lima passaria a concorrer com o grupo de Maranhão pelo papel de protagonista político do Estado. A disputa de 2002 para o Governo do Estado elevou as querelas pessoais entre os principais grupos de poder, então representados por Cássio Cunha Lima (PSDB) e Roberto Paulino (PMDB), ao nível do espetáculo midiático.

A adesão/filiação das corporações midiáticas (rádio, tv, jornais) aos distintos clãs reproduziu e reverberou as mais diversas acusações e calúnias, bem como censurou, por vezes, propagandas eleitorais adversárias. O grupo do Sistema Correio de Comunicação, por exemplo, foi acusado de favorecer o PMDB na campanha eleitoral, além de censurar a

participação da candidata do PSB, Ana Maria Manguiera, no debate promovido pela emissora. A Justiça Eleitoral confirmou o favorecimento do Grupo Correio ao PMDB, bem como acatou o agravo interposto pela coligação formada pelo PSB, PAN, PTdoB, PTC e PTN, punindo os veículos midiáticos do grupo (rádios e tv) com a suspensão de sua programação por dois dias (24 e 25 de outubro de 2002). Igualmente ocorreu com a TV Cabo Branco, que, acusada de favorecer o grupo Cunha Lima, ao censurar a campanha do candidato peemedebista, foi obrigada pela Justiça Eleitoral a exibir o programa do PMDB. Além disso, a disputa ganhou as páginas dos principais canais de notícias nacionais e veículos jornalísticos da época⁶⁴.

De todo modo, as querelas entre as facções em nada alterou a composição por orientação ideológica na ALPB, sobretudo quando comparados os resultados das eleições de 1998 e 2002. Antes, as dissensões políticas apenas recomendavam as tradicionais lideranças num processo de dispersão natural do poder. Destarte, a representação dos partidos de direita permaneceu estável, com 7 deputados, e a perda relativa do centro e o ganho da esquerda foram um tanto insignificantes. Entretanto, do ponto de vista do pragmatismo político, a ruptura dos grupos Cunha Lima e Maranhão introduziu alianças jamais vistas no Estado. O PT, outrora visto como esquerda barulhenta e radical, em 2002, aquecido pela candidatura presidencial de Lula, passou a ser cotado pelas tradicionais forças partidárias do Estado; exatamente pelo grupo de José Maranhão, que buscou, “pela mão do PT”, recuperar os “estratos sociais intermediários, principalmente em João Pessoa” (MELLO, 2010, p. 62).

Assim, a partir de 2002, diversas alianças “incoerentes” passariam a marcar a política estadual paraibana. A existência dos “maranhistas do tucanato”, que “aproximaram-se do PT campinense para consolidar a principal base de sustentação” (MELLO, 2010, p. 61), ilustra bem como as diferenças de orientação ideológica entre as tradicionais elites políticas, quando não apresenta uma vida episódica, têm senão nas “querelas de famílias” um pano de fundo para o palco político (BLONDEL, 1994, p. 155).

Não obstante, a fragmentação partidária na ALPB acompanha a lógica do “equilíbrio

⁶⁴ Em 28 de novembro de 2002, a Revista Isto É expôs o caso Lavanderia Nordeste, em que um ex-funcionário de uma casa de câmbio denunciou diversos políticos nordestinos, entre eles Cássio Cunha Lima, à Procuradoria Geral da República por lavagem de dinheiro. Alexandre Magero Araújo, o denunciante, era um assaltante de banco com 17 passagens pela polícia. Além de Cássio, suas denúncias envolveram grandes caciques políticos do Nordeste, como Eduardo Campos, Luciano Bivar, Tasso Jereissati, Miguel Arraes, entre outros. Todos negaram as acusações e o caso ficou conhecido como “o vendedor de calúnias”, título do livro do ex-deputado paraibano Ramalho Leite, que também foi acusado pelo denunciante estelionatário. Por fim, o descrédito moral do acusador, que admitiu viver da comercialização de suas histórias, levou ao arquivamento de todas as denúncias. Mas, no que toca particularmente à disputa eleitoral paraibana de 2002, as acusações sobre o grupo Cunha Lima recaiu sobre o grupo de Maranhão, acusado, por fim, de financiar o caluniador confesso.

induzido pelas estruturas” a partir da “identidade dos indivíduos” (SHEPSLE, 2007).

La identidad de los individuos importa porque las reglas confieren el privilegio de ciertos movimientos sobre ciertos subgrupos específicos de N. En el juego en forma extensiva, ciertos individuos [por ejemplo, quien preside el comité, el líder de la mayoría] son asignados a nodos específicos del árbol. Los modelos de elección social que asumen el anonimato [o en el término de Riker, 1982, indiferenciación] requieren una revisión a causa de esto. De un modo paralelo, el supuesto de un grupo indiferenciado, A, de alternativas [o en el lenguaje de la teoría de la elección social, el supuesto de neutralidad entre alternativas] parece inapropiado en muchos escenarios institucionales; en nodos específicos del árbol de juego (puntos en el proceso) las reglas a menudo delimitan qué (tipo de) alternativas están disponibles para la elección [ejemplo: reglas para enmienda] (SHEPSLE, 2007, p. 22).

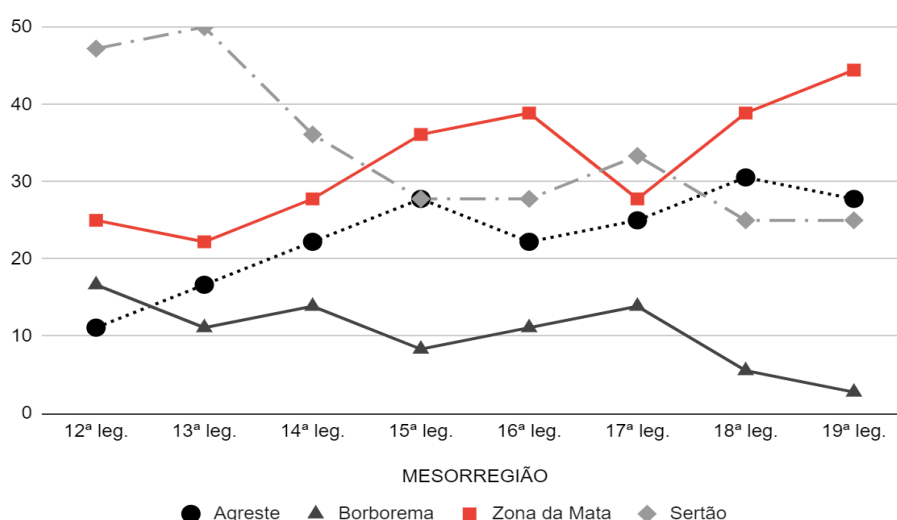
De modo geral, entendemos que a reconfiguração das forças políticas no interior da ALPB, no período, seguiu de forma bastante moderada, um pouco programática e, sem dúvida, um tanto personalizada nas figuras das lideranças partidárias. O PSDB, além de conquistar o Governo, conseguiu uma bancada própria na ALPB com um peso de representação relativo de 33,33%; sob a liderança de Rui Carneiro e um bloco governista que contou com os capitais políticos dos seguintes lideranças: Aguinaldo Ribeiro (PPB); Lúcia de Lourdes Monteiro da Costa (PFL), esposa de Arnaldo Monteiro (PFL); Pastor Fausto de Oliveira (PL), então representante da Igreja Universal do Reino de Deus; e João Bosco Carneiro Júnior (PPS), filho do ex-deputado João Bosco Carneiro, o Dr. Bosco.

Assim, a dispersão da representação partidária em termos geográficos também aponta para a grande capacidade de controle eleitoral das regiões economicamente dominadas por cada grupo político. Por exemplo, observando os deputados eleitos enquanto delegados regionais vemos que as eleições de 2002 promoveram um outro tipo de equilíbrio na ALPB. Foram eleitos 10 deputados do agreste; 10 do sertão; 13 da zona da mata. Certamente que o aumento da força de representação do agreste e da zona da mata apontam para a força dos capitais políticos dos grupos Cunha Lima e Maranhão nas respectivas regiões, mas também sugerem que a adesão às distintas facções, sobretudo por parte do eleitorado urbano, apresenta algumas alterações na gramática política do Estado. Outrora responsável por abastecer a Assembleia com aproximadamente 50% dos parlamentares, a grande região do sertão, entre as 14^a e 15^a legislaturas, viu a força de seu espaço de representação diminuir na mesma medida em que cresceu o número de parlamentares vindos do agreste e da zona da mata. No entanto, um aspecto importante é que os parlamentares herdeiros das principais parentelas do Estado, a exemplo dos eleitos de 2002, não são verdadeiramente filhos da terra, mas nascidos em São Paulo ou Rio de Janeiro, como são os casos de Gervásio Maia, Iraê

Lucena e Ruy Carneiro.

Outra interessante observação acerca da dispersão do poder da parentela pelo território é a sua capilarização pelos pequenos municípios, o que faz para alguns políticos o pleito estadual ser eventualmente mais acessível que uma vereança na capital. Com a ajuda dos tio(a)s, primo(a)s, cunhado(a)s, sobrinho(as), etc., e toda uma rede estabelecida nas municipalidades onde é exercido o domínio político e econômico da família, os jovens herdeiros mesmo sem deter experiências partidárias prévias ou após sofrer derrotas para cargos eletivos em tese mais acessíveis chegam ao Poder Legislativo estadual⁶⁵.

Gráfico 15. Composição da ALPB - 1990 a 2018; representação parlamentar por mesorregião



Fonte: TRE-PB, 2020.

Por fim, salienta-se a importância assumida pelas duas zonas economicamente mais importantes do Estado. Estar a par do poder e, sobretudo, controlar as principais regiões geoadministrativas - João Pessoa e Campina Grande - é essencial para influenciar sobre o fornecimento de bens e serviços, bem como possuir um relativo domínio sobre as principais instituições públicas da administração. Destarte, tais regiões constituem verdadeiros celeiros de cooptação de classes médias, sobretudo daqueles que se encontram no funcionalismo público ou que dependem de alguma maneira do Estado para a vigência de seus contratos profissionais.

O historiador José Octávio sugere que a emergência das novas classes médias,

⁶⁵ O caso de Rodrigo Soares (PT) é ilustrativo, pois, com o capital político herdado pela sua parentela no interior do Estado, o ex-deputado chegou à ALPB, mas depois de conquistar, com 1.506 votos, apenas uma suplência para a Câmara Municipal de João Pessoa.

juntamente com os cinturões de pobreza metropolitanos das principais cidades, institucionaliza a “administração do tipo cartorial”, que, por sua vez, favorece a íntima relação entre clientelismo e insulamento burocrático. Neste sentido, aponta o autor:

Linha bastante promissora para compreensão [desses resultados] consiste em considerá-los do ponto de vista de classe média apendicular ao aparelho de Estado no sentido de que substancial parcela de sua composição constituía-se de funcionários públicos ou eleitores que, dependiam das engrenagens da máquina burocrática em vencimentos e gratificações, crédito, fornecimento, pequenos favores, etc. (MELLO, 2010, p. 35).

De toda forma, pode-se cogitar que o aumento da representação parlamentar das principais regiões geoadministrativas igualmente denuncia a órbita de interesses, contraprestações e favores que rodeiam os principais grupos de poder, que, por seu turno, modernizam os velhos mecanismos de dominação pessoal a reboque do Estado. É importante destacar como a adesão das classes médias urbanas aos grupos políticos estabelecidos reproduzem os rachas intra-oligárquicos no cotidiano social. Sabemos que, ao longo da Nova República, os partidos políticos têm sido as instituições que apresentam os menores índices de confiança por parte da população. Sabemos também que, antes de definir-se por um tipo de orientação ideológica, a adesão de grande parte do eleitorado médio do Brasil, não apenas o paraibano, encobre-se pela máxima popular: “eu voto em pessoas, não em partidos”. Essa dimensão antropológica de nossa abordagem é importante, pois indica como as identidades pessoais e os atributos específicos dos líderes condicionam a adesão e as preferências do grosso do eleitorado em termos de compromissos (PALMEIRA e GOLDMAN, 1996). Assim, o sentido de clientela política assume sua forma mais pura, ao conferir diretamente aos líderes todo o bônus, e aos partidos o ônus, de qualquer ação pública.

Por outro lado, com o racha intra-oligárquico e a fragmentação do PMDB-PB, vemos claramente o poder se dispersar sem jamais se pulverizar, tornando-se antes insulado pelos grupos que se converteram em verdadeiros profissionais da “representação política”. Não obstante, o conflito aberto pela dissensão oligárquica parece desconhecer o tempo da política, tornando o vale-tudo pelo voto um *continuum* de pulverização representativa. Destarte, a conformação da gramática: clientelismo e insulamento burocrático (NUNES, 1997); vem se tornando a cada dia mais sensível, sobretudo com a intensa proliferação de partidos nanicos operando como linha auxiliar dos tradicionais grupos políticos.

4.3. FIM DE UM CICLO? Interpretações sobre as eleições de 2006 e 2010

Para alguns autores paraibanos, as eleições de 2006 marcaram “o fim de um ciclo” (RAPOSO, 2006, p. 4). Outros apontam particularmente para o “êxito cassista na revanche de 2002” (MELLO, 2010, p. 89). De todo modo, ainda que o PSDB de Cássio Cunha Lima tenha logrado grande êxito no Estado conquistando o Executivo, um grande número de prefeituras e a maioria do Legislativo, a nosso ver, o período, antes de representar “o fim de um ciclo” e até mesmo um grande êxito pessoal de Cássio, ilustra apenas mais uma circulação de políticos experientes pelos eletivos em competição.

Destarte, no que toca aos eleitos para a ALPB, o primeiro aspecto importante observado foi a estabilidade da representação em termos de clivagens ideológicas. A “rigorosa polarização” promovida pelo racha intra-oligárquico de 2002, intensificou-se nas disputas de 2006, com um quadro político liderado pelos partidos PSDB/PFL, de um lado, e PMDB, do outro. Assim, num cenário onde “ninguém mudou de lado”, “o fator dissidência, que tanto contribuiu para a decisão eleitoral em 1950, 58, 86, 90 e 2002, deixou de existir” (MELLO, 2010, p. 92).

Cumpre destacar que a larga vitória do grupo Cunha Lima deu-se através de uma extensa aliança política formada pelos seguintes partidos: PSDB, PFL, PP, PTB, PTN, PL, PTC, PTdoB, PPS, PV, PHS, PRTB, PEN, PDT, PSC, além do apoio “informal” do PSB. Por outro lado, cristaliza-se o caráter conservador da política paraibana nos distintos arranjos partidários, favorecendo a liderança das principais oligarquias e tradicionais parentelas políticas em suas municipalidades.

José Octávio aponta que 2006 representou uma reorganização da velha geografia eleitoral bipartite revelada por Jean Blondel (1994). Diz o autor:

Herdeiro da coligação PSD/PTB, convertida em MDB e PMDB, sobre os escombros do PSD que Blondel denominara “partido litorâneo”, José Maranhão tornou-se esmagador na Grande João Pessoa e municípios litorâneos da Zona da Mata, além de Mamanguape, Sapê, Itabaiana e Guarabira, próximos aqueles, com os três últimos, no agreste. Já Cássio Cunha Lima, proveniente, por meio do pai, da UDN argemirista que se converteu em neo-PTB (o de 1958), e a seguir MDB, PMDB e PSDB/PFL, principalmente este último, teve o seu forte em Campina Grande e adjacências com as regiões sertanejas de Santa Luzia, Catolé do Rocha, Pombal, São João do Rio do Peixe (Antenor Navarro), Cajazeiras e Princesa Isabel, em posição de destaque (MELLO, 2010, p. 101).

No entanto, se os dados das eleições de 2006 para a ALPB confirmam a consolidação do bloco liderado pelo PMDB como dominante na Zona da Mata, por um lado,

vemos também a dispersão do PSDB por todo território paraibano, ampliando a influência do grupo Cunha Lima para além da base campinense ao eleger representantes das quatro grandes regiões do estado.

É importante salientar que a coligação dos tucanos formou um verdadeiro “cinturão sertanejo”. Assim, elegendo 9 deputados, o partido comandou uma base parlamentar composta por 58,33% dos membros da Casa e conquistou a presidência da ALPB, com Arthur Paredes da Cunha Lima (PSDB), primo do governador reeleito. Outro aspecto importante, no entanto, foi a capacidade do grupo campinense neutralizar temporariamente os adversários “maranhistas” na Assembleia, onde o clima de guerra entre as facções se encontrava carregada de “inflexíveis diferenças pessoais” (MELLO, 2010, p. 93).

Mesmo com a cassação de Cássio Cunha Lima, em fevereiro de 2009, pelo TSE⁶⁶, e a volta de José Maranhão para o Governo do Estado, a 16ª legislatura foi relativamente estável. Maranhão deparou-se com uma situação completamente adversa de suas gestões anteriores, pois, além de não contar com a simpatia do presidente da ALPB, Arthur Cunha Lima, governou pela primeira vez com uma minoria parlamentar. Ainda assim, a instabilidade na relação Executivo-Legislativo vivenciada pela alternância do poder foi prontamente contornada pela habilidade política de José Maranhão, que soube bem fazer uso de suas prerrogativas. Ou seja, a tal revanche *cassista* nas urnas foi paralisada pela decisão do TSE, que enfrentou um forte contra-ataque, quando José Maranhão retomou o controle dos aparelhos do estado. Não obstante, confiante em sua capacidade de equilibrar a instável situação, sobretudo na ALPB, Maranhão em entrevista disse: “não vou ter dificuldades porque acredito na *paraibanidade* de todos os políticos da Paraíba”⁶⁷ (GAZETA

⁶⁶ Cássio Cunha Lima foi acusado de ter “distribuído 35 mil cheques a cidadãos carentes durante a campanha eleitoral de 2006, por meio de programa assistencial da Fundação Ação Comunitária” (G1-PB, de 20 de novembro de 2008).

⁶⁷ [...] primo do governador cassado Cássio Cunha Lima (PSDB), o deputado estadual Arthur Paredes da Cunha Lima ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) reclamação contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinou a imediata posse do segundo colocado no pleito de 2006, o senador José Maranhão (PMDB). [...] A ação pretende que o substituto de Cunha Lima seja eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa do estado. Nesse meio tempo, o governo seria exercido pelo presidente da Assembleia, o próprio Arthur Cunha Lima. O Legislativo paraibano alega que a decisão do TSE significa dar posse àqueles que não alcançaram a maioria absoluta dos votos proferidos nas eleições de 2006. [...] Ontem, da mesma forma, Arthur Cunha Lima deixou ao encargo do vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ricardo Marcelo (PSDB) o ato de posse de Maranhão e não apareceu na Casa. Os dois se enfrentam também pela mídia paraibana. O jornal Correio da Paraíba, de propriedade do suplente de José Maranhão no Senado, Roberto Cavalcanti, encabeçou a campanha pela cassação de Cunha Lima, dono do Jornal da Paraíba, por onde respondia aos ataques do adversário. Apesar da pressão, Maranhão disse ontem acreditar que não terá problemas para governar o estado. Não vou ter dificuldades porque acredito na ‘paraibanidade’ de todos os políticos da Paraíba, disse o governador recém-empossado. A assessoria de Cássio Cunha Lima afirmou que o ex-governador já entrou com recurso contra a decisão do TSE que o afastou do cargo. Não é a única ameaça à permanência de

MERCANTIL, 19 de fevereiro de 2009; *grifo nosso*).

Aliás, tanto o poder ostensivo da caneta do Poder Executivo quanto a intensificação da judicialização política serviram de elementos estabilizadores das forças em choque. Como alguns Executivos subnacionais configuram verdadeiros "ultra presidencialismos", então, a neutralização se deu "mediante distribuição de recursos ou cargos do Executivo a cada parlamentar" (ABRUCIO, 1998). Em seu primeiro decreto, José Maranhão exonerou 34 secretários, diretores de companhias e de fundações ligadas à gestão de Cássio. Ainda assim, governou ameaçado de cassação pelas mesmas acusações que levaram seu adversário a cair. Por fim, o que se viu foi mais uma Assembleia abrindo mão do seu poder de fiscalizar, homologando as decisões do governo (ABRUCIO, 1998).

De todo modo, a "paraibanidade dos políticos da Paraíba" ressaltada por José Maranhão evidencia sobremodo o alto grau de institucionalização da relação intra-parlamentar. Em outros termos, poderíamos compreender a *paraibanidade dos políticos* como uma manifestação do princípio das garantias mútuas, que enseja a estabilidade das regras para o controle sobre os futuros possíveis (SANTOS, 1998, p. 19).

Um aspecto interessante do caso exposto é a gramática política que envolve os agentes de poder e as oligarquias em conflito. Sabe-se que os custos de coerção são inferiores aos custos de tolerância em sistemas oligárquicos, bem como é necessário a cooperação dos *agentes-pivot* para que o conflito não se transforme em desordem generalizada (DAHL, 1997; SANTOS, 1998). Neste sentido, deve-se considerar a disposição das instituições insuladas e de seus atores em evitar um mal-coletivo, ainda que o conflito entre as oligarquias produzam, por vezes, o "mal-público localizado" e as "desordens isoladas" (NUNES, 1997; SANTOS, 1998). Por outro lado, a intensificação da judicialização entre ambos os grupos dominantes só levou ao aparente esgarçamento das forças dos mesmos; o que levou muitos autores a crer no suposto "fim de um ciclo" político.

José Octávio, por exemplo, apontou duas variáveis para o fenômeno conjectural. A primeira, diz respeito às eleições municipais de 2004, em que Ricardo Coutinho (PSB) e Veneziano Vital do Rêgo (PMDB) conquistaram as prefeituras de João Pessoa e Campina Grande, impondo, aparentemente, derrotas aos grupos Maranhão e Cunha Lima em seus respectivos domínios. A segunda variável elencada pelo autor diz respeito à reeleição de Lula em 2006; amplamente vitorioso no território paraibano, e, por conseguinte, a relação

Maranhão no governo até o fim do mandato. Ele responde hoje a oito processos na Justiça Eleitoral. É acusado de abuso de poder econômico na campanha pelo Senado, em 2002, quando ainda era governador da Paraíba" (CORREIA e ORLANDO, Gazeta Mercantil/Caderno A; 2009, p. 10).

PMDB-PT (MELLO, 2010).

Ainda, a dança das cadeiras para o Executivo do Estado, em 2010, corrobora em grande medida para a apressada consideração, pois, o suposto “fim de um ciclo” não alterou o perfil conservador da classe política, nem tampouco representou a perda da influência das tradicionais oligarquias do Estado. Pelo contrário, a presumida circulação do poder, que muitos acreditam ser representada pela figura de Ricardo Coutinho, na realidade, foi conduzida a partir dos interesses circunstanciais dos dois clãs em disputa, que patrocinaram, cada grupo em seu tempo, os altos voos políticos de Ricardo.

Ainda, em relação à 17ª legislatura da ALPB, o espaço de representação parlamentar dos partidos conservadores ampliou em 71,6%, em relação aos eleitos de 2006, e o bloco de centro sofreu uma perda de -22,4%. Comparando os resultados das eleições de 2006 e 2010, vemos que o ganho político da direita deveu-se à perda de força relativa dos partidos de centro, como o PSDB e o PMDB, que sofreram perdas de 44,44% e 20%, respectivamente. Os expressivos 71,2% de ganho do bloco de direita deveu-se em grande medida à reacomodação de velhas lideranças políticas, oriundos sobretudo do PMDB, em novas e pequenas legendas. Assim, o PSC obteve 4 assentos, o PR 1 assento, além dos 2 deputados eleitos pelo PSL. O Democratas foi o único partido de direita que sofreu perdas em seu quadro, elegendo 33,3% a menos de deputados⁶⁸.

De todo modo, o que chamou atenção foi a reorganização das velhas lideranças desgastadas pelo conflito intra-oligárquico. O PSDB dispersou seu poder pelo território, o que garantiu a representação na Assembleia da família Wanderley de Patos, nas figuras de Dinaldo Wanderley da Nóbrega e seu filho Dinaldinho, de Rui Manuel Carneiro Barbosa de Aça Belchior, da região de João Pessoa, e de Zenóbio Toscano da região de Guarabira. A legenda dos Cunha Lima, por fim, saiu mais uma vez vitoriosa no pleito estadual de 2010, pois, financiando Ricardo Coutinho com seu poderoso capital político no agreste e sertão, fez também de Rômulo Gouveia o vice-governador do Estado.

Já no PMDB o controle dos recursos de poder se apresentou mais fechado,

⁶⁸ O PSC albergou Antônio Vituriano de Abreu, eleito pelo PPB em 1998, e Arnaldo Monteiro Costa, ex-PFL. Do PSB, a legenda trouxe os deputados Carlos Alberto Batinga Chaves e Guilherme Augusto Figueiredo de Almeida.

O PSL elegeu os deputados Sebastião Tião Gomes Pereira, ex-PSDB, e José Anibal Costa Marcolino Gomes, então suplente a deputado estadual pelo PDT.

O PR e o PP elegeram Caio Figueiredo Roberto e Daniella Velloso Borges Ribeiro, respectivamente. Já o DEM, reafirmando sua base eleitoral no sertão, elegeu três figuras de peso; José Aldemir Meireles de Almeida, Lindolfo Pires Neto e Ataíde Mendes Pedrosa, além de João Henrique de Souza, influente empresário da região de Monteiro, sócio da Tourmaline Mineração Ltda., envolvida na Operação Sete Chaves deflagrada pela polícia federal em 2015

nucleado sobremodo pelo grupo de José Maranhão, representado na ALPB por sua sobrinha, Olenka Maranhão, e por Roberto Paulino, aliado de primeira ordem do chefe-líder.

O PSB, no entanto, sob a liderança de Ricardo Coutinho, então, eleito governador do Estado, tampouco promoveu alterações substanciais no cenário político. Cumpre ressaltar que a legenda socialista na Paraíba, desde sua refundação, figura como uma legenda de aluguel dos herdeiros das tradicionais elites políticas. Os ex-deputados Fabiano Lucena, Guilherme Almeida e Léa Toscano, todos líderes do PSB na ALPB, em seus respectivos mandatos, são alguns exemplos de herdeiros das velhas linhagens políticas ou oriundos de importantes parentelas. Em 2010, o partido elegeu para a ALPB os deputados Edmilson Soares, ex-vereador de João Pessoa pelo PTB, e Adriano Galdino, então migrado do PSDB. Galdino é uma reconhecida liderança política do cariri paraibano. Foi vereador de Pocinhos pelo PMDB, entre os anos de 1989 a 1992, e prefeito da mesma cidade por três mandatos, dois pelo PMDB e um pelo PSDB.

Nota-se que o quadro geral da política paraibana, seja no Legislativo seja no Executivo, não permite apontar para o suposto fim de um ciclo político. Composta por tradicionais nomes, jovens herdeiros dotados de socialização política e de profissionais da atividade da representação, o que se vê são estratégias de conservação, transmissão e melhoria do capital político e do capital familiar.

Por outro lado, a composição partidária da 17ª legislatura introduziu algumas transformações no cenário político paraibano que podem ser apreendidas antes pela forma do que pelo real conteúdo da mudança. Em outras palavras, vê-se uma forte pulverização da representatividade, com o aumento exponencial de legendas fisiológicas, localizadas grosso modo no espectro político-ideológico de centro e centro-direita. É importante destacar que esses pequenos partidos encontram-se sob o domínio das tradicionais lideranças, operando como satélites das velhas oligarquias, e, não obstante elas se apresentarem como os novos agentes de poder, também introduzem uma série de novos atores políticos, como os representantes de organizações neopentecostais, agentes de segurança, entre outros *outsiders* proto-populistas. Outro aspecto importante é a forma organizativa do “condomínio do poder político”, que tem sido sobredeterminante nos arranjos estaduais. Nota-se que as tradicionais oligarquias tornam-se relativamente abertas, sobretudo, quando o equilíbrio do controle das zonas de incerteza envolve baixos custos de tolerância, por um lado, e altos custos de coerção, por outro (NOBRE, 2013; PANEBIANCO, 2005; SANTOS, 1998).

Cabe-nos, por fim, indagar a validade dos prognósticos de Jean Blondel. Para o sociólogo francês, o tipo de dominação “colegial” dos tradicionais chefes políticos sem

ideologias claras seria uma garantia de “estabilidade política futura e de progresso”. Segundo o autor, aliando-se a “uma larga dose de democracia”, as tradicionais lideranças teriam o controle da modernização da vida política no Estado (BLONDEL, 1994, p. 158).

É importante ressaltar que a dominação do tipo colegial é um sistema de organização empreendido pelas tradicionais parentelas com o intuito de controlar os diversos setores da sociedade - político, jurídico, econômico, cultural, religioso e comunicação - a partir da dispersão de seus membros. Não é portanto um fenômeno localizado historicamente, uma dinâmica própria do coronelismo, ou dos mandonismos localizados, mas uma estratégia de conservação, transmissão e melhoria do condomínio do poder (QUEIROZ, 1976; LEWIN, 1993; BLONDEL, 1994, NOBRE, 2013). Destarte, ainda que as renomadas famílias políticas da Paraíba, como os Maia, Cunha Lima, Vital do Rêgo ou Gadelha, representam alegoricamente este modelo de dominação, a prática não é nem exclusiva nem das oligarquias paraibanas nem das grandes parentelas do Brasil, mas um mecanismo de perpetuação e controle das elites de poder que desconhece ideologias e garante uma contínua apropriação dos bens públicos.

Finalmente, cumpre destacar que a contínua fragmentação da representação em miríades de legendas e em candidaturas laranjas tende a favorecer as velhas lideranças e/ou grupos de poder estabelecidos, uma vez que a pulverização do voto, sobretudo nominal, acaba privilegiando aqueles que já detêm o controle das principais zonas de incerteza política.

4.4. VINHO NOVO EM ODRE VELHO (2014 e 2018)

Para muitos brasileiros a Nova República chegou ao fim em 2015. Diversos intelectuais têm externado suas visões sobre o fenômeno pontuando, geralmente, os seguintes fatores para a crise institucional: o impeachment de Dilma Rousseff; as práticas de *lawfare* operadas pela Operação Lava-Jato; a guinada conservadora iniciada pelo governo tampão de Michel Temer (MDB) em 2016; e a radicalização da direita com a vitória de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

No entanto, se no campo social vemos, dia após dia, o impacto da crise que assolou o país, no campo político; pelo menos na Paraíba, ainda parece-nos cedo para mensurar o real impacto da reorientação política no Estado. Seguramente, o *signo da mudança*, anunciado pelas manifestações de 2013, consagrou na circunstância uma narrativa para o início do fim de um ciclo político no Brasil. Mas, na Paraíba, a reeleição de Ricardo Coutinho (PSB) para o governo, derrotando Cássio Cunha Lima de virada no segundo turno, teve como financiador o grupo de Maranhão, ou seja, o PMDB. Destarte, nem o vinho e nem o odre político eram realmente novos, embora muitos acreditem que a reeleição de Ricardo ainda represente, em partes, um sopro de mudança e, em grande medida, uma rejeição do eleitorado paraibano às tradicionais oligarquias políticas do Estado.

Ainda que o (P)MDB e o PSDB tenham experimentado amargas derrotas nas eleições de 2014 e de 2018, depois de dominar por quase duas décadas a Casa Legislativa, seus principais atores continuaram a determinar boa parte da condução da vida política no Estado. Os demais partidos de direita e de centro, porém, flexionaram positivamente representação legislativa dos blocos, 16,81%; e 14,43%, respectivamente. A espiral de ascensão da “nova direita” paraibana na ALPB, representada por partidos como: PEN/PATRIOTA; PRB; PRTB; PSL; revela a dispersão do poder dos nomes “declinados” do PSDB e do MDB.

Por outro lado, a baixa representação dos dois tradicionais partidos na Casa revelou um perfil um tanto oligárquico. Os eleitos para as 18ª e 19ª legislaturas foram recrutados tanto no interior das tradicionais parentelas políticas quanto a partir da íntima relação com a máquina pública. Em 2014, (P)MDB elegeu: Gervásio Agripino Maia; Humberto Tróccoli Júnior; Nabor Wanderley da Nóbrega Filho e Roberto Raniery de Aquino Paulino. Em 2018,

elegeu apenas Raniery Paulino⁶⁹. O PSDB, em 2014, elegeu: Bruno Cunha Lima; Camila Toscano; Dinaldo Medeiros Wanderley Filho e Tovar Alves Correia Lima. Em 2018, o partido elegeu: João Henrique de Souza; e reelegeu Camila Toscano e Tovar Lima⁷⁰.

No entanto, no campo da “nova direita” nem tudo é tão novo assim. Como diz a parábola bíblica: “ninguém põe remendo de pano novo em vestido velho”⁷¹. Há que destacar, porém, que o campo conservador se apresentou mais plural, confuso e relacional que outrora (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). Ainda que o fisiologismo seja uma característica de grande parte de seus membros, sobretudo dos deputados com larga experiência e passagens por diversas legendas, como é o caso de Tião Gomes, João Bosco Carneiro Júnior e José Aldemir, os partidos da chamada nova direita foram aqueles que mais contribuíram para a mudança do perfil socioeconômico e profissional da Assembleia paraibana, elegendo pastores, policiais e outros tipos de perfis proto-populistas.

Por seu turno, com o controle dos aparelhos do Estado, o PSB ampliou seu espaço de atuação no território paraibano. Salienta-se que a maior capacidade de financiamento eleitoral e, por sua vez, a visibilidade do posto Executivo, contribui para a tendência de alinhamento do voto aos candidatos governistas (MARENCO DOS SANTOS, 2013). De todo modo, de 2014 para 2018, o PSB conquistou um número significativo de prefeituras e alargou seu espaço de representação na ALPB em 60%.

Um aspecto importante é que o pragmatismo dos partidos de esquerda com representação no Executivo condiciona a maneira moderada, programática e personalizada da ação parlamentar, semelhante ao apontado por Marco Lisi (2010), em seu estudo sobre os partidos de esquerda do sul da Europa. Outro aspecto importante é que dos 9 parlamentares eleitos por partidos de esquerda, 55,6% vieram da mesorregião do Agreste paraibano, o que indica um relativo sucesso das estratégias de penetração, sobretudo do PSB, na zona de influência do suposto adversário (MAYHEW, 1974). Entretanto, o quadro político do PSB

⁶⁹ Gervásio Maia é filho do ex-deputado estadual Gervásio Bonavides Mariz Maia e neto do ex-governador da Paraíba, João Agripino Filho. Trócolli Júnior é casado com Adriana Falcão do Rêgo, filha do ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, José Braz do Rêgo, que, por sua vez, é primo de Antônio Vital do Rêgo (MONTEIRO, 2016, p. 182). Cumpre salientar que o ex-deputado Trocolli Júnior não é oriundo de tradicional oligarquia, mas um político profissional, cujas relações se deram pela aproximação com a máquina pública. Nabor Wanderley Filho é pai do deputado federal Hugo Motta e filho do ex-prefeito de Patos, Nabor Wanderley da Nóbrega. O empresário e deputado Raniery Paulino é filho do ex-governador da Paraíba, Roberto Paulino (PMDB) e da ex-prefeita de Guarabira, Fátima Paulino (PMDB).

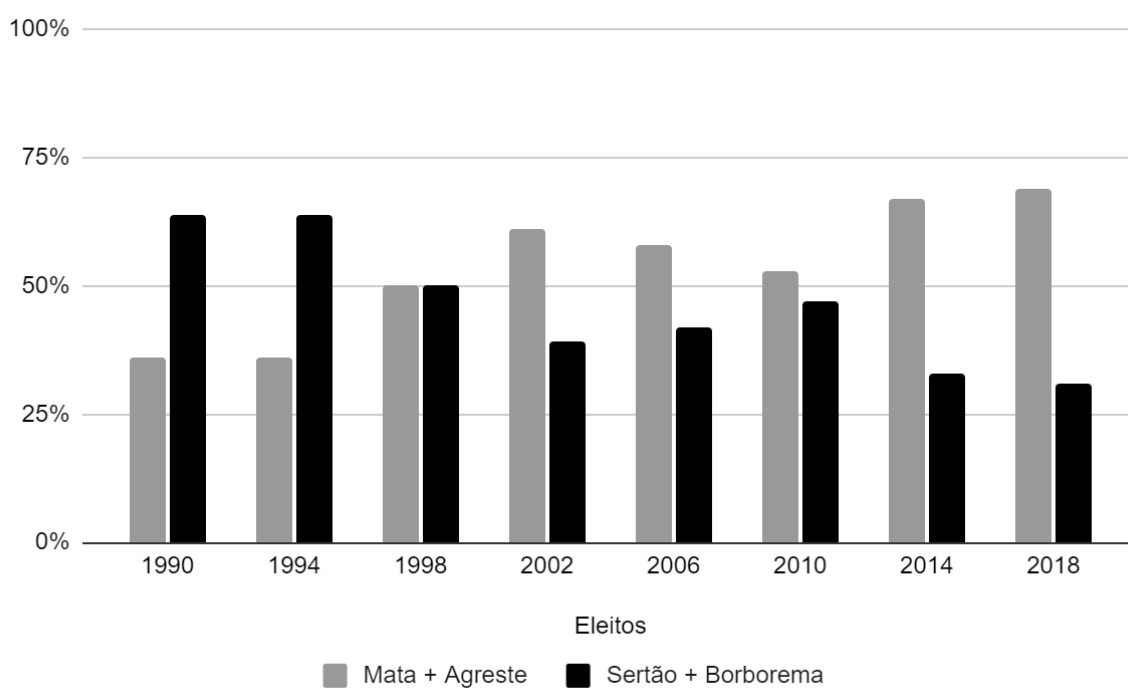
⁷⁰ Bruno Cunha Lima é neto do ex-senador Ivandro Cunha Lima e sobrinho-neto do ex-governador Ronaldo Cunha Lima. Camila Toscano é filha dos ex-deputados Zenóbio Toscano e Léa Toscano. Dinaldinho é filho dos ex-deputados Dinaldo Wanderley e Edna Wanderley. Tovar Correia Lima é genro do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Fernando Catão, ex-suplente de senador. A esposa de Tovar é prima do prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, e do senador Cássio Cunha Lima. O empresário e deputado João Henrique é marido da deputada federal e ex-prefeita de Monteiro Edna Henrique (PSDB).

⁷¹ (Mateus 9:14-17).

revela basicamente dois tipos de perfis políticos. Primeiro, aqueles que detêm um relativo domínio sobre distintos setores da sociedade em suas municipalidades, caso de Adriano Galdino, Ricardo Marcelo Barbosa e Buba Germano, todos ex-PSDB e PMDB, que, além de introduzirem seus parentes na vida política, também são radiodifusores ou empreendedores dos setores urbano e rural. O segundo perfil diz respeito aos quadros cooptados pela máquina pública e que, a despeito de qualquer qualidade técnica pessoal, acabam atuando como *moyens*, ou seja, como meios para outros fins e interessados (DOGAN, 1999).

Outro importante aspecto é que a representação geográfica no Poder Legislativo da Paraíba torna-se um espelho de algumas transformações socioeconômicas vivenciadas pelo Estado desde a instauração da Nova República. As regiões economicamente mais importantes do Estado, a Grande João Pessoa e Campina Grande, passaram, desde 2002, a responder juntas por mais da metade da representação na Casa. Essa completa inversão da representação geográfica constitui talvez a grande mudança do cenário sociopolítico paraibano, embora não aponte para as transformações substantivas da qualidade de vida da população, (gráfico 16).

Gráfico 16. Composição da ALPB (1990 a 2018): representação por mesorregiões agrupadas



Fonte: TRE-PB.

O critério adotado para analisar as mudanças do voto para o Legislativo estadual, no gráfico acima, foi o agrupamento das mesorregiões; em mais populosas e menos populosas,

ou simplesmente, mais e menos urbanizadas. Considerando o postulado que conserva o poder das oligarquias no mandonismo municipalista e no domínio sobre a população rural (QUEIROZ, 1974; CARVALHO, 1997), foi que buscamos apreender a representação parlamentar por mesorregião eleitoral.

Graficamente, pode-se observar ao longo do recorte temporal o progressivo aumento dos representantes oriundos das regiões da Zona da Mata e do Agreste e, conseqüentemente, a representação por regiões tornar-se completamente invertida. É importante destacar que parte desta mudança deve-se ao fato de que muitos herdeiros políticos, sobretudo das antigas lideranças sertanejas, encontram-se assentados na capital João Pessoa, embora detenham o capital eleitoral das regiões de seus progenitores.

No entanto, embora alguns de nossos dados apresentem um significativo progresso na ampliação dos espaços de representação, o que, em grande medida, poderia ser interpretado pelo maior peso eleitoral das classes médias urbanas, ressaltamos que a maior participação de um eleitorado oriundo das classes médias não corresponde, na mesma medida, em maior representatividade dos diversos setores da comunidade política, nem tampouco implica na ampliação do número de representantes de viés progressista ou até mesmo que sejam oriundos da própria classe média. Ainda, cumpre salientar que o inchaço da capital paraibana, por exemplo, “hoje cercada por verdadeiro cinturão de miséria”, segundo alguns autores paraibanos, tem favorecido o crescimento e a modernização das práticas assistencialistas-clientelistas (MELLO, 2010, p. 26).

De toda forma, as regiões de João Pessoa e Campina Grande, hoje, constituem grandes “ilhas urbanas” cercadas por um oceano de precariedades (BLONDEL, 1994). Portanto, diferenças qualitativas no acesso à informação, bens e serviços públicos, entre os habitantes das principais zonas metropolitanas e a população rural dispersa pelos 213 pequenos municípios, traduzem, na heterogeneidade dos tipos eleitos, “as diferenças de desenvolvimento histórico, redes de comunicação e difusão das informações”, ou “todo tipo de descontinuidades espaciais que possam ter alguma influência em sistemas sociais de grande porte” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 51).

O aparente avanço em direção às formas mais democráticas e representativas, no entanto, também parece ser condicionada, bem como influenciar a gramática política: universalismo dos procedimentos clientelistas + insulamento burocrático da corporação política. Afinal, quem coloca vinho novo em velhos odres são os selecionadores (partidos e líderes) e a autonomia do eleitorado encontra-se relativamente limitada pela escolha dos já “escolhidos”.

Por outro lado, a pulverização da representação em pequenas legendas não tem refletido em menor poder das altas castas da política paraibana, mas antes na sua dispersão natural (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). Constata-se também para o caso do Legislativo paraibano que a alta fragmentação de legendas com representatividade parlamentar não têm produzido paralisias nas tomadas de decisões, contrariando alguns clássicos (ABRANCHES, 1988; LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986). Ainda, o estudo de Joseane Oliveira (2020), por exemplo, sobre a capacidade da ALPB agir como veto-player sobre as ações do Executivo sobre as matérias legislativas, também confirma nossa observação, já que, mesmo em momentos de conflito aberto entre os principais grupos políticos do Estado, a autora não identificou pontos críticos de relação com o Executivo capaz paralisar os trabalhos legislativos.

Em última instância, o poder, fundamentado na condição “pessoa” do notável líder, têm garantido a previsibilidade do conflito e o equilíbrio entre as partes beligerantes (SANTOS, 1998). Ademais, o equilíbrio é sobremaneira induzido pela identidade dos indivíduos dotados de privilégios, *status* e bens materiais (SHEPSLE, 2007, p. 22). Destarte, a “ordem pública” e a “previsibilidade na execução dos contratos” são os fundamentos basilares do princípio das garantias mútuas nos sistemas representativos, e operam antes enquanto meios pelos quais o poder se fragmenta sem jamais pulverizar, pois, no fim, o que está em jogo são “as regras de substituição das pessoas que administram as demais regras; as regras de competição pelo poder” (SANTOS, 1998, p. 19).

Não obstante a capacidade dos detentores de poder em produzir diferentes cosmovisões, o poder em si, sobretudo, de uma organização que busca perdurar no tempo-espço, não deve fidelidade política às ideologias prevalecentes. E, ainda que seja possível apreender no presente estudo algumas diferenças de perfil político a partir de clivagens ideológicas, o tipo de recrutamento lateral observado conserva um claro nexo entre relações de parentesco e intimidade com a máquina partidária. Salientamos que a análise dos eleitos ensejou, portanto, compreender elementos que forneçam uma lógica de recrutamento que perpassa os distintos partidos de direita, centro e esquerda, bem como as grandes e pequenas legendas.

É importante ressaltar, por fim, que a condição para um indivíduo pleitear cargos eletivos já opera como um filtro de seleção natural de recrutamento antes mesmo da seleção dos partidos; a exemplo do critério da alfabetização. A escolaridade como condição *sine qua non* para concorrer a algum cargo eletivo é um exemplo de mecanismo pela qual os principais setores de elite se reproduzem sem que seja necessário um tipo de controle social hobbesiano.

Ainda, o critério do tempo de filiação partidária, sobretudo num país que desconfia amplamente em tais organizações, constitui um segundo grande filtro de seleção. Destarte, a violência institucional se faz a partir de uma equação simples: quanto maior o número de eleitores, maior é o número de elegíveis; portanto, maior será o número de competidores. É neste sentido, que uma das estratégias das oligarquias é o controle legal do número dos competidores elegíveis (SANTOS, 1998, p. 9-10).

Ainda assim existe uma outra equação simples. A Paraíba possui a segunda maior taxa de analfabetismo do Brasil (PNUD, 2019), 16% da população com idade para votar é analfabeta; portanto, inelegível. E, aproximadamente 88% dos eleitores não são filiados a partidos políticos; sendo também inelegíveis. Portanto, temos aproximadamente 350 mil indivíduos no Estado que estariam aptos a se candidatar em 2018, por exemplo. No entanto, apenas 1,6% destes 350 mil indivíduos se candidataram a algum cargo eletivo (TSE, 2020). Em suma, aventurar-se na política paraibana não é só para poucos, mas para aqueles indivíduos que, além de deter posses e *status*, precisam também possuir *vitrù* para fazer o melhor proveito da *fortuna* do recrutamento parlamentar.

Como exposto anteriormente, 78% dos parlamentares eleitos para a ALPB em 2018 apresentaram relações de parentescos com outros agentes do poder público, o maior índice de um período composto por 8 legislaturas, o que indica uma tendência de padrão de recrutamento político que privilegia as relações firmadas na vida privada, os sujeitos economicamente disponíveis e que reflete na ALPB um ambiente composto por uma elite relativamente uniforme e fechada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou identificar, mapear e analisar o perfil da Assembleia Legislativa da Paraíba a partir dos eleitos entre os anos de 1990 a 2018. O foco no recrutamento parlamentar ensejou apreender certas disposições comuns em termos de origem social, grau de escolaridade, formação profissional, herança política e experiência partidária. Todavia, uma vez que o Poder Legislativo tem por função central converter os sentimentos, valores, anseios e desejos da comunidade política em forma de lei, então, partiu-se do princípio que os legisladores são os principais articuladores da relação sociedade-Estado e, portanto, atores importantes para compreendermos as eventuais mudanças na relação sociedade-Estado da Paraíba no pós-1988.

A identificação dos perfis sociopolíticos dos deputados eleitos ao longo do recorte temporal imprimiu um retrato do Legislativo paraibano em que se destacaram: a sobrerrepresentação dos homens (87,5%); os indivíduos com alta escolaridade (87,7%), os sujeitos entre 41 a 50 anos (29,5%); parlamentares oriundos das principais profissões liberais (67,7%) e com experiência na atividade da representação política (87,2%). Outro aspecto importante: dos 152 indivíduos que ocuparam os 288 assentos na Casa de Eptácio Pessoa, 68,4% apresentaram relações de parentesco com alguém que já ocupou ou ocupa algum cargo eletivo.

Quadro 7. Perfil dos eleitos da ALPB entre os anos de 1990 a 2018

Homens*	Alta escolaridade	Idade entre 41 a 50 anos*	Profissionais liberais*	Experientes Políticos	Parentes políticos	Índice de reeleitos*
87,5%	87,7%	29,5%	67,7%	87,2%	68,4%	51%

*N = 288 (referentes ao número absoluto de assentos na ALPB entre os anos de 1990 a 2018);

N = 152 (número total de indivíduos eleitos entre os anos de 1990 a 2018).

Fonte: Tabela e gráfico elaborados pelo autor, a partir dos dados do TRE-PB, Poder 360 e do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, 2020.

Contrariando alguns clássicos (ABRANCHES, 1988; LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986), a alta fragmentação partidária não tem produzido paralisias nem anarquias institucionais no Parlamento paraibano. Ainda, a pulverização da representação tem promovido uma acomodação dos líderes experientes em pequenas legendas, o que, por sua vez, apresenta-se como uma manifestação natural da dispersão do poder parlamentar (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). Em outras palavras, a dispersão do poder parlamentar, como observado na ALPB, mostra-se como uma clara estratégia política para obter o acesso

direto à fonte dos recursos eleitorais e partidários.

Embora na presente pesquisa tenha sido estudado apenas os eleitos, não o universo de candidatos, podemos considerar que a fragmentação partidária tem se tornado uma tendência que, se por um lado, como aponta a grande mídia, possibilita a produção de um grande número de candidaturas laranjas, por outro, facilita o acesso ao poder de um número cada vez mais restrito dos sujeitos políticos dotados de tempo e recursos, bem como de capital político-familiar, para se aventurar na vida política e sair vitorioso da corrida eleitoral. Em outras palavras, como são poucos os sujeitos capazes de controlar as zonas de incerteza vitais da política e, portanto, encontram-se aptos a atingir o quociente eleitoral necessário para transpor certas cláusulas de barreiras, então, a crescente pulverização de candidaturas em pequenas legendas só tende a conservar os postos eletivos para aqueles indivíduos que possuem ou receberam uma rede de relações íntimas com o poder ao invés de um mandato. Destarte, observou-se ao longo da pesquisa que alguns importantes caciques políticos do PMDB e do PSDB do Estado dispersaram-se antes mesmo da imposição das cláusulas de barreira de 2017 para legendas como: PSC; PTB; PR (Republicanos); PSD; PTdoB (Avante); PTN(Podemos); PEN(Patriota); PSL; desnudando, assim, o perfil oligárquico de seus poucos eleitos para as 18ª e 19ª legislaturas.

No entanto, ainda que a minirreforma eleitoral de 2017 (Lei 13.488/2017) tenha seu futuro ameaçado pelo Congresso Nacional, viu-se, a partir das eventuais restrições aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita em rádio e tv, distintos atores políticos de todo o Brasil anteciparem-se para estabelecer contratos que garantam a estabilidade das regras de competição pelo poder. Alguns mecanismos institucionais legais como as janelas partidárias, a fusão das agremiações ou mesmo a mudança de nome das legendas com intuito de adequá-las ao mercado político são apenas alguns exemplos das estratégias avançadas pelos quais partidos e políticos experientes, independente de orientação ideológica, garantem a contínua apropriação de renda e antecipam o controle sobre os futuros possíveis (SANTOS, 1998).

Mas, inspirado nos trabalhos de Rodrigues (2002), nossa hipótese foi a existência de diferenças de origens sociais e de formação profissional no recrutamento político dos distintos partidos. Ainda que se comprove que grande parte dos deputado eleitos por partidos de esquerda tenha sido recrutada preferencialmente nas classes médias letradas, ou que os partidos de centro e direita concentram um grande número de deputados-empresários e herdeiros políticos; portanto, indivíduos com maior poder aquisitivo, no que diz respeito a inserção das mulheres no universo parlamentar, e até mesmo dos indivíduos com baixa

escolaridade e renda, os campos formados pelos partidos de direita e centro apresentaram-se relativamente mais permeáveis que o dos partidos de esquerda.

É importante ressaltar, no entanto, que não são apenas os partidos de perfil mais conservadores que são plurais, confusos e relacionais (MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000). Partidos nominalmente de esquerda como o PDT e o PSB, na Paraíba, tem sua história marcada por perfis oligárquicos e alianças de caráter conservador.

Assim, constatou-se alguns padrões que perpassam os campos ideológicos. O primeiro aspecto foi o tipo de recrutamento lateral. Tanto os campos mais conservadores quanto os mais progressistas apresentaram características como: prestígio pessoal, posses e títulos, bem como a familiaridade com a máquina pública, como critérios fundamentais para o recrutamento parlamentar. Pontua-se, porém, que da mesma forma que o parentismo político na Paraíba desconhece orientação ideológica, a crescente preferência dos partidos paraibanos por indivíduos oriundos das *brokerage occupations*, cujas diferentes redes de contato permitem às organizações ampliarem suas bases, reforçam a importância das relações firmadas na vida privada como um critério relevante para os selecionadores (RANNEY, 1965; MARENCO DOS SANTOS, 2000).

Ainda assim confirmou-se que existem diferenças de composição entre os partidos eleitos segundo a orientação ideológica. As principais profissões de origem dos deputados de esquerda foram: funcionalismo público, advocacia, outras profissões liberais intermediárias (jornalismo, veterinária, serviço social, farmácia, psicologia, etc.) e sacerdócio, respectivamente. No campo dos partidos mais conservadores, incluindo PMDB e PSDB, confirmou-se a sobre-representação das tradicionais profissões liberais: advogados, médicos, engenheiros e economistas; além da presença de 95,7% do total de 23 deputados que se declararam empresários. Também foi confirmada a larga presença das chamadas *brokerage occupations*, que denominamos de “profissões neoliberais”, como administração, gestão empresarial e contabilidade, e os parlamentares *moyens* - radialistas, militares, policiais, pastores neopentecostais e outros perfis proto-populistas (DOGAN, 1999).

O segundo aspecto é a organização hierárquica entre os membros da ALPB. Ao mesmo tempo que a Assembleia produz uma imagem invertida da sociedade (GAXIE, 2002), *interna corporis* ela reproduz as desigualdades estruturantes da sociedade paraibana, sobretudo em relação à sub-representatividade das “minorias” políticas. Em outras palavras, a ALPB acaba reproduzindo a posição de subalternidade sociopolítica das mulheres, dos negros e indígenas, dos indivíduos não letrados e de baixo poder econômico. Acrescenta-se também que a representação das poucas mulheres eleitas para a ALPB aponta para um tipo de

recrutamento igualmente horizontal pois, além de esposas, irmãs, filhas e sobrinhas, a maioria das eleitas são figuras dotadas de prestígio pessoal, privilégios, títulos, posses e ocupam altas posições na hierarquia social (MARENCO DOS SANTOS, 2000; GAXIE, 2002).

Em nossa amostra, composta por 21 mulheres distribuídas em 36 assentos, entre os anos de 1990 a 2018, apenas duas deputadas não apresentaram relações de parentesco com o mundo político: a jornalista Estela Bezerra (PSB) e a professora universitária Cida Ramos (PSB). Ambas as deputadas, no entanto, nos fornecem um bom exemplo de como a máquina do governo tanto é capaz de cooptar perfis que respondam a algumas demandas emergenciais da sociedade quanto produzir lideranças para compor seu quadro parlamentar.

Destarte, cumpre ressaltar que nossa identificação sobre a elevada origem social e cultural dos deputados estaduais paraibanos, aparentemente, reproduz - *by default* - uma espécie de modelo de “exame da posição social de políticos profissionais como procedimento confirmatório à natureza plutocrática das instituições políticas” (MARENCO DOS SANTOS, 2013, p. 32); especialmente, quando confirmamos a existência de alguns padrões sociais e econômicos comuns entre os deputados mais conservadores e mais progressistas. Como buscamos compreender as transformações da relação sociedade-Estado a partir dos legisladores escolhidos pelo povo paraibano, então, nossas considerações finais requerem um outro tipo de abordagem; senão mais ensaística, então, mais interseccional.

De acordo com Pippa Norris, o perfil dos eleitos é capaz de revelar “que somente através da interação da estrutural social com as demandas institucionais é possível conhecer o resultado final da representatividade e os filtros do recrutamento político” (NORRIS, 2013, p. 11). Por outro lado, como ressalta Luiz Felipe Miguel, o “peso da agenda pública no processo de escolha dos representantes” requer a “informação e fixação de uma agenda que condicione a escolha esclarecida por parte dos cidadãos” (MIGUEL, 2003b, p. 131).

Neste sentido, acreditamos que o avanço das agendas mais progressistas e democráticas no Estado deve-se, em grande medida, ao melhor acesso à educação e à aproximação da população às fontes de serviços e bens públicos, hoje, sobremaneira nucleadas na Grande João Pessoa e Campina Grande. Destarte, indivíduos mais críticos e com melhores fontes de informação contribuem para um maior espaço de atuação e, por conseguinte, de fala, dos agentes comprometidos com as agendas prementes da sociedade⁷².

Cumpre ressaltar que a representação política por interesses de classes não é um fenômeno novo no Brasil. A famosa “bancada BBB” (bala, boi, bíblia), por exemplo, é

⁷² A fim de ilustração apontamos para a lei estadual 11.829/20 da deputada Estela Bezerra (PSB), que proíbe qualquer ato de injúria, racismo e LGBTfobia.

menos numerosa e poderosa do que já foi no passado (CODATO, 2008). No entanto, as ditas novas formas de fazer política, como as bancadas por agendas, tendem a ser positivas para a fixação de programas mais democráticos.

A bancada feminina da Casa de Eptácio Pessoa (Mulheres no Parlamento) reúne lideranças de distintas legendas em torno de uma pauta que, a despeito das diferenças, é de inegável emergência. Composta atualmente pelas deputadas Camila Toscano (PSDB), Estela Bezerra (PSB), Doutora Paula (PP), além da senadora Daniella Ribeiro (PP), o grupo das parlamentares tem elaborado a construção de uma agenda comum e tornado pública temas como: violência, participação das mulheres na política, saúde e educação em contexto de dominação masculina.

Interessante observação para o desenlace de nosso trabalho é a “inclinação harmônica” entre as herdeiras das tradicionais oligarquias, como a senadora Daniella Ribeiro, com as lideranças progressistas forjadas na luta sindicalista a fim de produzir uma gama de soluções potenciais (*win-sets*) capazes de alterar o *status quo* político (TSEBELIS, 1995). Vemos, assim, unir-se em torno de um programa, deputadas de diferentes origens sociais, formações profissionais e orientações políticas, indicando um importante avanço democrático, em termos de construção de agenda política orientada pelo princípio da inclusão. Em outras palavras, a bancada feminina da ALPB ilustra bem como a gramática política clientelismo + insulamento burocrático + universalismo de procedimentos pode operar positivamente para a construção de um Estado mais inclusivo.

Neste sentido, parece-nos que as formas de dominação pessoal que caracterizam em partes o clientelismo institucionalizado de nossa cultura política encontram-se, senão ameaçadas, relativamente entrincheiradas pelas demandas sociais emergentes, como o reclame de maior participação das mulheres e dos negros nos espaços de poder.

Por fim, compreender os legisladores enquanto mediadores dos interesses, anseios e valores gerais de uma sociedade é entendê-los enquanto operadores de uma atividade (representativa) cuja a eficácia da prática articulatória é limitada por relações contingentes. Esperamos assim que o conjunto do nosso trabalho tenha contribuído para a melhor compreensão sobre quem são os deputados estaduais paraibanos do pós-constituente. Além de fornecer um registro sobre o perfil dos parlamentares eleitos para a ALPB, também esperamos que o exame e a interpretação das preferências sociais e políticas dos eleitos possam servir de indicador para o estudo sobre as mudanças na relação sociedade-Estado.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. (1988). *Presidencialismo de Coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Dados, v. 31, n. 1. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 31, nº 1, p. 3-55.

ABRUCIO, Fernando Luiz. (1998). *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Hucitec/USP.

ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. (2001). *O papel institucional da Assembleia Legislativa paulista: 1995 a 1998*. In: SANTOS, Fabiano (org.). *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro. Editora: FGV.

ADILSON FILHO, José. (2013). *Família, tradição e poder na transversal da modernidade brasileira: o caso das famílias Mendonça e Moura da cidade de Belo Jardim – PE. Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, pp. 53-67.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. (2009). *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. (1989). *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

AMES, Barry. (2003). *Os Entraves da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

AMES, Barry; BAKER, Andy; RENNÓ, Lucio. (2008), *The 'Quality' of Elections in Brazil: Policy, Performance, Pageantry, or Pork?*. In Timothy J. Power and Peter R. Kingstone (eds.), *Democratic Brazil Revisited*. **Pittsburgh: University of Pittsburgh Press**, pp. 107-133.

AMES, Barry; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. (2011). *Famintos por pork. Uma análise da demanda e da oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política*. In: POWER, Timothy e ZUCCO Jr., Cesar. (org.). *O Congresso por ele mesmo. Autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

AMORIM NETO, Octávio. (2000). *Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil*. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 43 (3): 479-520.

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabela; NUNES, Felipe. (2012). *Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas*. In: MENEGUELLO, Rachel (Org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal.

ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. (1986). *Clientelismo e Máquina estatal nas eleições de 1982*. João Pessoa: Editora Universitária.

ARAÚJO, Marcelo. (2000). *Mudanças partidárias. A evolução das migrações partidárias na Câmara dos Deputados – 1979/1999*. São Paulo. Dissertação de mestrado, USP.

AVRITZER, Leonardo. (2016) *Impasses da Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

AVRITZER, Leonardo. (2019) *O Pêndulo da Democracia*. (Coleção 2019. Editora Todavia).

AVRITZER, Leonardo. (2020) *Política e antipolítica: A crise do governo Bolsonaro*. (Coleção 2020. Editora Todavia).

BAPTISTA, Emerson Augusto; CAMPOS, Jarvis; RIGOTTI, José Irineu Rangel. (2017). *Migrações de Retorno no Brasil*. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16010, 2017.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. (2013). *Conselhos de fato e conselhos no papel – Poderes Locais e Práticas de Participação*. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, pp. 106-118.

BINGHAM POWELL JR, G. (2004). *The Quality of Democracy: the chain of responsiveness*. Journal of Democracy, volume 15, nº 4, pp. 91-105.

BLONDEL, Jean. (1994). *As condições da vida política no Estado da Paraíba*. Tradução e notas de Alcântara Nogueira; prefácios de Orlando M. Carvalho e José Octávio de A. Mello com nota introdutória do deputado Gilvan Freire. João Pessoa: Assembleia Legislativa, Instituto de Estudos Políticos Ulysses Guimarães, 2ª ed.

BOBBIO, Norberto. (2010). *Dicionário de Política vol.1 e vol.2*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ªed.

BOBBIO, Norberto. (2011). *O futuro da democracia*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

BOLOGNESI, Bruno. (2009). *Candidatos e eleitos: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições de 2006*. Dissertação (Sociologia) - Universidade Federal do Paraná.

BOTELHO, André. (2013). *Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 90, p. 331-366, dez.

BOURDIEU, Pierre.. (2015). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

BRAGA, Maria do Socorro, VEIGA, Luciana Fernandes e MIRÍADE, Angel. (2009). *Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 24, n. 70, pp. 123-142.

BURKE, E. (2012). “*Speech to the Electors of Bristol, on His Being Declared by the Sheriffs Duly Elected One of the Representatives In Parliament for That City, on Thursday, the 3rd of November, 1774*”. Tradução de Gustavo Biscaia de Lacerda e revisão da tradução de Leonardo Bisca. In. **Revista Sociologia Política**, v.20, n.44, Curitiba, p. 97-101.

CAMARGO, Thiago de Azevedo. (2009). *As condições favoráveis para o exercício da accountability nos estados brasileiros*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

CANÊDO, Leticia Bicalho. (2002). *Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)*. **Pro-posições**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 169-198.

CARLOMAGNO, M. e CODATO, A. (2018). *Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira*. [Profession, Sex and Money: a Measurement of the Accumulation of Inequalities in Electoral Competition in Brazil]. Colombia Internacional, Bogotá, (95), pp.79-107.

CARVALHO, João Manoel de. (1980). *Liderança e projeção*. Jornal Correio da Paraíba, artigos publicados entre janeiro e outubro de 1979. In: *O nordeste e outros problemas*. Câmara dos Deputados: Wilson Braga, deputado federal. Senado Federal Centro Gráfico, Brasília.

CARVALHO, José Murilo de. (2001). *As metamorfoses do coronel*. Jornal do Brasil, domingo, 6 de maio.

CARVALHO, José Murilo de. (1997). *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. **Dados** [online], v. 40, n. 2, pp. 229-250.

CARVALHO e SILVA, Rodrigo Freire. (2014). *Paraíba 2000-2013*. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, org. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

CAYROL, Roland; PERRINEAU, Pascal. (1982). *Governing Elites in a Changing Industrial Society: The Case of France*. In: M. M. Czudnowsky (ed.) *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*. DeKalb: Northern Illinois University Press, p. 90-124.

CHARTIER, Roger. (2009). *A História ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2009.

CHAUÍ, Marilena. (1988). Prefácio. In: SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-16.

CHEIBUB, José Antônio e PRZEWORSKI, Adam. (1997). *Democracia, Eleições e Responsabilidade Política*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online], v. 12, n. 35, pp. 49-61

CHILCOTE, Ronald H. (1991). *Transição capitalista e a classe dominante no nordeste*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CITTADINO, Monique. (1999). *A política paraibana e o estado autoritário (1964/1986)*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. GURJÃO, Eliete de Queiroz. ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro de. CITTADINO, Monique. **Estrutura e Poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

CITTADINO, Monique. (2003). *Regime Militar na Paraíba: A Política Local nos Anos de Chumbo (1966-1971)*. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa.

CITTADINO, Monique. (2006). *Poder local e Ditadura Militar: o governo João Agripino na Paraíba (1965-1971)*. Bauru, Edusc.

CODATO, Adriano. (2008). *Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

CODATO, A. COSTA, L.D. e MASSIMO, L. (2014). *Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico*. **Opinião Pública** [online]. 2014, v. 20, n. 3 [Acessado 16 Agosto 2021] , pp. 346-362.

CODATO, A; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. (2013). *Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012*. **Cadernos Adenauer**, vol. 14, nº 2, p. 61-84.

COSTA, L. D.; CODATO, A. (2013). *Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República*. In: MARENCO, A. (ed.). *Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 107-134.

COUTO, Cláudio. (1997). *A agenda constituinte e a difícil governabilidade*. Lua Nova, São Paulo, p. 33-52.

COX, Gary W. e MCCUBBINS, Mathew D. (1993) *Legislative Leviathan. Party Government in the House*. Berkeley, University of California Press.

DAHL, R. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.

DAMIN, Cláudio Júnior. *Migração partidária na Câmara dos Deputados em 2013*. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 33-49.

DESPOSATO, Scott W. (2006). *Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies*. *American Journal of Political Science*, vol. 50, no 1, pp. 62-80.

DINIZ, Simone. (2000) *As migrações partidárias e o calendário eleitoral*. *Revista de Sociologia Política*; Curitiba, n.15, p.31-47.

DOGAN, Mattei. (1999), *Les professions propices à la carrière politique*. Osmose, filières et viviers.” In: OFFERLÉ, Michel (org.). *La profession politique (XIXe XXe siècles)*. Paris: Éditions Belin, pp. 171-199.

DUVERGER, Maurice. (1970). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

FAGANELLO, Marco Antonio; FERNANDES, Jean Lucas Macedo. (2016). *Notas sobre a migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2012)*. Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, Curitiba, v. 3, n. 7, p. 1-15.

FAGANELLO, Marco Antonio; FERNANDES, Jean Lucas Macedo. (2018). *Migração partidária nos municípios brasileiros (2000-2016)*. **Revista Sociologia Política**. Curitiba , v. 26, n. 66, p. 101-124.

FAUSTO, Boris. (2006). *História do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo. Edusp, 12ª ed.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (1993). *Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

FERREIRA, Maria. (2013). *Sociabilidade e poder: famílias tradicionais e práticas políticas no Sertão Médio São Francisco*. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 68-85.

FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F. (1999). *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2ª edição. Rio de Janeiro, FGV/FAPESP.

FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F. (2002), *Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária*. **Dados**, vol.45, n.º 2, Rio de Janeiro, p. 237-264.

FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F. (2005). *Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo*. **DADOS–Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº4, pp.737-776.

FITTIPALDI, I. COSTA, S. F. & ARAÚJO, C. M. (2016). *Vale Quanto Pesa? Evidências Empíricas da (In)Eficiência dos Gastos Públicos Municipais na Paraíba: Disfunções no Federalismo Brasileiro*. **Revista Política Hoje** - 2a Edição - Volume 22 - p. 5-25.

FLEISCHER, D. (1997). *Sistema Partidário Brasileiro: 1945-1997*. Política Comparada, vol.1, nº2.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata* // Maria Sylvia de Carvalho. Franco. - 4. ed. São Paulo: UNESP.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1976). *As ideias estão no lugar*. Cadernos de Debate. Cadernos de Debates, n.1. São Paulo, n. 1, Editora Brasiliense: Brasiliense, p. 61-64.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. (1970). *O moderno e suas diferenças*. São Paulo. Tese de livre-docência. Departamento de Ciências Sociais/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FREITAS, Andréa. (2012). *Migração partidária na Câmara dos Deputados de 1987 a 2009*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n.4, p.951-986.

GAXIE, Daniel. (1983). *Les facteurs sociaux de la carrière gouvernementale sous la Cinquième République de 1959 à 1981*. **Revue Française de Sociologie**, n. XXIV, p. 441-465.

GAY, Robert. (1998). *Rethinking Clientelism: demands, discourses and practices in contemporary Brazil*. European Review of Latin American and Caribbean Studies / Revista

Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe. No. 65, pp. 7-24.

GAXIE, Daniel. (2012). *As lógicas do recrutamento político*. **Rev. Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 8, p. 165-208.

GIBSON, L, CALVO, Ernesto e FALLETI, Tulia. (2003). *Federalismo realocativo: sobre-representação legislativa e gastos públicos no hemisfério ocidental*. **Opinião Pública**. 9. 10.1590/S0104-62762003000100004.

GIDDENS, Anthony. (1975). *Elites and Power*; in: *The Class Structure of the Advanced Societies*. Lecturer in Sociology. University of Cambridge. HARPER TORCHBOOKS.

GIDDENS, Anthony. (1991) *As consequências da modernidade*. São Paulo:UNESP.

GIMENES, Éder Rodrigo. (2014). *Cultura política e democracia: resultados empíricos sob a perspectiva local*. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 88-112.

GRYNSZPAN, Mário. (1996). *A teoria das elites e sua genealogia consagrada*. BIB - Boletim Informativo, 41: 35-83.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. (1994). *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. (1999). *A Paraíba Republicana: (1889-1945)*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. GURJÃO, Eliete de Queiroz. ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro de. CITTADINO, Monique. In. **Estrutura e Poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C R.. (2003). *As três versões do neo-institucionalismo*. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** [online], n. 58, pp. 193-223.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (2011). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

HUNTINGTON, S. P. (1975). *A ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

INÁCIO, Magna. (2006). *Presidencialismo de coalizão e sucesso presidencial no Brasil*. Belo horizonte, tese de doutorado, sociologia e Política, UFMG.

JACOB, Cesar Romero. (2002). *Os grotões eleitorais*. Revista Conjuntura Econômica. Edição especial. org. JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues; BARROSO, Vera. **Fundação Getúlio Vargas**, v. 56, n. 6.

KELLER, Suzanne. (1967). *O destino das elites*. Ed.1. Editora Forense.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (2012). *As Câmaras Municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local*. In: O Legislativo Brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública. Org. Rachel Meneguello. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social.

KERSTENETZKY, Celia L. (2016). *Consumo social e crescimento redistributivo: notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil*. **Revista Economia Política**, Vol. 36, nº 1, p. 29-45.

KINZO, Maria D'Alva Gil. (1988). *Oposição e autoritarismo, a gênese e trajetória do MDB, 1966-79*. São Paulo, Idesp/Vértice.

KINZO, Maria D'Alva Gil. (1993). *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo, Konrad Adenauer Stiftung.

KINZO, Maria D'Alva Gil. (2001). *Democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição*. São Paulo em Perspectiva, vol.14, nº4.

KINZO, Maria D'Alva Gil. (2005). *Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.20, nº57.

KIEWIET, D.R. e McCUBBIN, M. (1991). *The logic of delegation: congressional parties and the appropriations ...* Chicago and London: Chicago University Press.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. Tradução: Aécio Amaral. São Paulo: Editora Intermeios.

LAMOUNIER, Bolívar & MENEGUELLO, Rachel. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo, Brasiliense

LAMOUNIER, Bolívar. (1994), "A Democracia brasileira de 1985 à década de 1990: a síndrome da paralisia hiperativa" in João Paulo dos Reis Velloso (org) Governabilidade, sistema político e violência urbana. José Olympio Editora, Rio de Janeiro.

LEAL, Victor Nunes. (2012). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

LEMONS JÚNIOR, R. S. (2013). *Práticas e representações do poder local*. **Raízes - Revista De Ciências Sociais e Econômicas**, 33(1), 119-135.

LENIN. (1979). *El desarrollo del capitalismo en Rusia. El proceso de la formación del mercado interior para la gran industria*. Editorial Progreso, Moscú.

LEWIN, Linda. (1993). *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record.

LIJPHART, Arend. (2007). *Thinking about Democracy: Power Sharing and Majority Rule in Theory and Practice*. **Thinking about Democracy: Power Sharing and Majority Rule in Theory and Practice**. 1-306 by Routledge; 10.4324/9780203934685.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. (2013). *A "herança bendita", a festa e a instituição do poder da família Cunha Lima na Paraíba*. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 9-33.

LIMA, M. R. S.; CHEIBUB, Z. B. (1996). *Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, p. 83-110.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade e CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. (2019). *As oligarquias políticas da Paraíba e o ingresso das mulheres nos espaços de poder – o caso da senadora Daniella Ribeiro*. **Revista NEP -Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v.5, n.2, dez. Dossiê Oligarquias do Nordeste no Brasil.

LIMA Jr., Olavo Brasil. (1993). *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. São Paulo, Loyola.

LIMA, Samille (2017). *A eficácia das ações afirmativas de gênero e seu impacto nas candidaturas femininas para a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí*. In: Temas de Direito III. Organização: Centro Acadêmico Cromwell de Carvalho. Edufpi: Teresina.

LIPSET, Seymour Martin. (1967). *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

LISI, MARCO. (2010). *Moderados, pragmáticos e personalizados. A evolução dos partidos de esquerda na Europa do Sul*. », **Sociologia, Problemas e Práticas** [Online], 64 | 2010, posto online no dia 15 março 2012, consultado o 19 maio 2020. URL : <http://journals.openedition.org/spp/259>.

LOCKE, John. (2014). *Segundo tratado sobre o governo civil*. tradução: Marsely de Marco Dantas, São Paulo: Edipro.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. (1993). *Os artigos federalistas*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MAGALHÃES, Wanda Moreira. (1991). *Politics and parentela in Paraíba - A case study of family-based oligarchy in Brazil* (Resumo). **Revista de História da USP**, n. 123-124, p. 179-181.

MAIA, Ana Heloisa; SANT'ANA, Antonio Lázaro; SILVA, Flaviana Cavalcanti da. (2018). *Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT)*. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília , v. 56, n. 2, p. 311-328

MAIA, Kalliane de Freitas; GOMES, Ramonildes Alves. (2020). *Mudanças na estrutura fundiária do Sertão Paraibano e suas implicações para a consolidação da agricultura familiar*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 259-283.

MAINWARING, Scott.. (1991), “*Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais*”. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 29, São Paulo.

MAINWARING, Scott. (1993). *Presidentialism, Multipartism, and Democracy - the Difficult Combination*. **Comparative Political Studies**, 26 (2), p. 198-228.

MAINWARING, Scott. (1995). *Brazil: weak parties, feckless democracy*, in Scott

Mainwaring & Timothy R. Scully, Building democratic institutions: party systems in Latin America, Stanford, Stanford University Press.

MAINWARING, Scott. (1999). *The Surprising Resilience of Elected Governments*. **Journal of Democracy**, 10 (3), p.101-114.

MAINWARING, Scott et al. (2001) *Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999*. **Dados**, v. 44, n. 4. Rio de Janeiro.

MAINWARING, S.; MENEGHELLO, R. e POWER, T. (2000). *Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo. Quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo : Paz e Terra.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. (1995). *Building Democratic Institutions: party systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press.

MAINWARING, S. e TORCAL, M. (2005). *Party System Institutionalization and party system theory after the Third Wave of Democratization*. In: KATZ, R. & CROTTY, W. (eds.). *Handbook of Political Parties*. London: Sage Publications.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.(2006). *Eleições e representação*. **Lua Nova**, São Paulo , n. 67, p. 105-138.

MARENCO DOS SANTOS, André. (1997). *Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, v. 12, n. 33.

MARENCO DOS SANTOS, André (2000). *Não se fazem mais oligarquias como antigamente*. Tese de doutorado apresentada ao PPG Ciência Política - UFRGS.

MARENCO DOS SANTOS, André. (2007). *Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada*. In: MELO, Carlos Ranulfo e SÁEZ, Manuel Alcântara (orgs.) **A democracia brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: UFMG, pp. 73-105.

MARENCO DOS SANTOS, André. (2013). *Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias*. Organizador André Marenco. – Porto Alegre: Editora da UFRGS.

MARENCO DOS SANTOS, André. (2015). *When institutions matter: Capes and political science in Brazil*. **Revista de Ciência Política** 35 (1), 33-46

MARENCO DOS SANTOS, André; SERNA, Miguel. (2007). *Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais?: recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Anpocs, v. 22, n. 64.

MARENCO DOS SANTOS, A; STROHSCHOEN, M.T.B.; JONER, W. (2017). *Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros*. **Revista de Sociologia e Política**, V. 25. p. 3-21.

MAYHEW, D.R., (1974). *Congress: The electoral connection*. New Haven: Yale University.

MAZZUCA, Sebastian. (2010). *Access to Power versus Exercise of Power. Reconceptualizing the Quality of Democracy in Latin America*. The Harvard Academy for International and Area Studies, Weatherhead Center for International Affairs, Cambridge, MA, USA.

McDONOUGH, Peter. (1981). *Power and ideology in Brazil*. New Jersey, **Princeton University Press**, pp. 17-51; 247-294.

MELLO, José Octávio de Arruda. (1979). *Dissidência, protesto e familismo nas eleições da Paraíba em 1978*. In: *As eleições nacionais de 1978*. Brasília: Fund. Milton Santos, v.2., p. 281-354.

MELLO, José Octávio de Arruda. (2001). *Sociedade e poder político no nordeste: o caso da Paraíba (1945-1964)*. João Pessoa: Editora Universitária.

MELLO, José Octávio de Arruda. (2007). *Paraíba 2006: êxito cassista na revanche de 2002*. **Revista do UNIPÊ**, João Pessoa, ano 11, nº1, - Série Ciências Humanas e Sociais.

MELLO, José Octávio de Arruda. (2010). *Conflitos e convergências nas eleições paraibanas de 1982, 2002 e 2006*. João Pessoa: Sebo Cultural.

MELO, Carlos Ranulfo. (2000). *Porque migram os deputados brasileiros*. **Teoria e Sociedade**, vol. 6.

MELO, Carlos Ranulfo. (2004). *Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002*. Editora UFMG.

MENDES, Constantino Cronemberger; ARAÚJO Jr, Ignácio Tavares de; FERNANDES, Anna Paola; LYRA, Diego Mendes; OLIVEIRA, Geraldo Lopes de; OLIVEIRA, Carlos Gonçalo de; SILVA, Neuma Benigno da. (2012). *A Paraíba no contexto nacional, regional e interno*. Texto para Discussão (TD) 1726, Rio de Janeiro, IPEA.

MESSEMBERG, Débora. (2002). *A elite parlamentar no pós-Constituinte: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense.

MICHELS, R. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UNB.

MIGUEL, Luís Felipe. (2003a). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba: UFPR.

MILL, John Stuart. [2011 (1874)]. *Thoughts on Parliamentary Reform*". In: *Dissertations and Discussions*, vol. IV. **New York: Henry Holt**, pp 1-46. [Original: Universidade de Michigan, digitalizado em 30 de junho de 2011].

MIGUEL, Luís Felipe. (2003b). *REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 18 Nº. 51.

MOISÉS, José Álvaro. (2005). *A desconfiança nas instituições democráticas*. **Opinião Pública**, v. 11, n. 1, p. 33-63.

MOISÉS, José Álvaro. (2009). *O significado da democracia segundo os brasileiros*. **Cadernos NUPPS** - 02; São Paulo. Departamento de Ciência Política - Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo.

MOISÉS, José Álvaro. (2013). *Cidadania, Confiança e Instituições democráticas*. In: **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia - o caso do Brasil**. Organização: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. EDUSP, São Paulo.

MONTEIRO, José Marciano. (2016). *A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015)*. UFCG. (Tese de Doutorado em Ciências Sociais).

MONTEIRO, José Marciano. (2013). *Famílias, cultura política e dominação no semiárido nordestino: o caso de Queimadas-PB*. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v.33, n. 1 jan-jun, p. 149-164.

MORA, Mônica. (2015). *A evolução do crédito no Brasil entre 2003 e 2010*. IPEA 2022 Textos para discussão, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Francisco José. (2011). *Relações institucionais no Estado do Paraná: o controle dos poderes Executivo e Legislativo municipal e estadual pelo Ministério Público via ação civil pública por improbidade administrativa*. Dissertação (Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná.

NICOLAU, Jairo. (1996). *A migração partidária na Câmara dos Deputados (1991-1996)*. **Monitor Público**, Rio de Janeiro, n.10.

NICOLAU, Jairo. (1997). *As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira*. Dados, 1997, vol.40, no.3.

NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMITT, Rogério Augusto. (1995). *Sistema eleitoral e sistema partidário*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 129-147

NOBRE, Marcos. (2013). *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras.

NORRIS, Pippa. (2013). *Recrutamento político*. **Revista de Sociologia e Política** [online]. 2013, v. 21, n. 46, pp. 11-32.

NORRIS, Pippa. (1997). *Passages to Power*. Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press.

NORRIS, Pippa. e LOVENDUSKI, Joni. (1995). *Political recruitment: gender, race and class in British Parliament*. Cambridge, Cambridge University Press.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. (1994). *Dinâmica institucional de representação*. **Estudos Cebrap**, São Paulo, 38.

NUNES, Edson. (1997). *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

NUNES, Edson. (2011). *Fragmentação de interesses e morosidade no parlamento brasileiro*. In: *Cidadania, Confiança e Instituições democráticas*. In: **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia - o caso do Brasil**. Organização: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. EDUSP, São Paulo.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. (2004). *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)*. João Pessoa: Sal da Terra.

O'DONNELL, Guillermo. (1998). *Accountability horizontal e novas poliarquias*. **Lua Nova** [online]. n. 44, pp. 27-54.

OFFERLÉ, Michel. (1999). *La profession politique, XIXe-XXe Siècles*. Paris, Berlin, 360 p. Sylvie Aprile. p. 153-155. <https://doi.org/10.4000/rh19.162>.

OLIVEIRA, Elza Regis de. (2007). *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia* / Elza Regis de Oliveira. - 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária.

OLIVEIRA, Joseane. (2020). *Executivo e Legislativo na Paraíba (2003-2018)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

OLIVEIRA, Francisco de. (1981). *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamentos e conflito de classes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (2015). *Famílias políticas, desigualdade e estratificação social no Brasil contemporâneo*. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Porto Alegre.

PALMEIRA, Moacir. (1991). "Política, facção e compromisso: alguns significados do voto", **Encontro de Ciências Sociais do Nordeste**, Salvador, 4/CRH/Finep/CNPq/ANPOCS, v.1, p. 111-30.

PALMEIRA, Moacir. (1992). *Voto: racionalidade ou significado?* **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 20, p. 26-30.

PALMEIRA, Moacir. (2002). *Política e Tempo: nota exploratória*. In: *O dito e o feito. Ensaios de antropologia dos rituais*. Org. Mariza Peirano. **Núcleo de Antropologia da Política (NUAP)**. Editora: Relume-Dumará; Rio de Janeiro.

PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. (2010). *Política ambígua*. Editora: Relume-Dumará, Rio de Janeiro.

PANEBIANCO, Angelo. (1995). *Modelos de partido: organización y poder en los partidos políticos*. Madrid: Alianza Editorial.

PANEBIANCO, Angelo. (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

PEREIRA, João Márcio Mendes; SAUER, Sérgio. (2011). *A "reforma agrária assistida pelo mercado" do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados*. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 587-612.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. (2016). *Breves notas acerca da formação histórico-econômica de Campina Grande: do gado (século XIX) ao algodão (século XX)*. **Rev. história econômica & história de empresas**, vol. 19 no 2, 319-346.

PERISSINOTTO, Renato. (2002). *Democracia e participação: o caso do Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba* In: **Democracia: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, v.1, p. 211-244

PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. (2009). *Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa*. **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 22.

PERISSINOTTO, R. M. BOLOGNESI, B. (2009). *O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa*. **Mediações**, vol. 14, n. 1, p. 143-169.

PERISSINOTTO, Renato & VEIGA, Luciana. (2014). *Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB e DEM nas eleições para deputado federal de 2010*. **Opinião pública**, Campinas, vol.20, n.1, p.49-66.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRÍADE, Angel. (2009). *Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333.

PITKIN, Hanna Fenichel. (2006). *Representação: palavras, instituições e idéias*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 15-47.

POMPEU, José M. de P. (2019). *"A contestação necessária" de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Aníbal Quijano*. **Caos – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. João Pessoa, n. 23, p. 271 - 294.

PRZEWORSKI, Adam. (2004). *Institutions Matter?*. In: *Government and Opposition Ltd*. Published by Blackwell Publishing, 9600 Garsington Road, Oxford OX4 2DQ, UK and 350 Main Street, Malden, MA 02148, USA.

PUTNAM, Robert D. (1976). *The comparative study of political elites*. New Jersey: Printice-Hall.

PUTNAM, R. D. (1997). *Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1978). *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.

RABAY, Glória. (1996). *Mulher e participação política partidária na Paraíba*. Anais do IV Encontro da Rede Regional Norte Nordeste de Núcleos de estudo e pesquisa sobre a mulher e relações de gênero. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária.

RABAY, Glória e CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. (2011). *Participação da mulher no parlamento brasileiro e paraibano*. **ORG & DEMO**, Marília, v.12, n.1, p. 81-94.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; SILVA, Lucimeiry Batista da. (2013). *As prefeitas paraibanas*. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN2179-510X.

RAMOS, Severino (Biu). (1991). *Agripino. O mago de Catolé*. João Pessoa, A União.

RANNEY, A. (1965). *Pathways to Parliament: candidate selection in Britain*. Madison, University of Wisconsin Press.

RAPOSO, Manoel. (2006). *O fim de um ciclo*. Coluna Ponto de Vista, *A Tribuna*, nº 94. João Pessoa, de 15 de dezembro a 15 de janeiro de 2006; p. 4.

REIS, Daniel Aarão. (2014). *Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

RIBEIRO, Ednaldo & BOLOGNESI, Bruno. (2008). *As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas*. **Revista TOMO**. 83. 10.21669/tomo.v0i12.459.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. (2016). *PFL: do PDS ao PSD*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação de André Vitor Singer, para obtenção do título de doutor em Ciência Política USP.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. (2011). *Decadência longe do poder. Refundação e crise do PFL*. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação de André Vitor Singer, para obtenção do título de mestre em Ciência Política USP.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2002). *Partidos, ideologia e composição social*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, Nº 48.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**; Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2009). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na câmara dos deputados*. **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**; Rio de Janeiro.

- ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. (1979). *Política nos currais*. João Pessoa, Acauã.
- ROMA, Celso. (2007). *Os Efeitos da Migração Interpartidária na Conduta Parlamentar. Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.50, nº 2, pp.351 a 392.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (2011). *Do contrato social ou Princípios do direito político*. tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras.
- RUSSO, Guilherme A.; AZZI, Roberta Gurgel; FAVERI, Charlene. *Confiança nas instituições políticas: diferenças e interdependência nas opiniões de jovens e população brasileira. Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 365-404.
- SÁ, I. B.; CUNHA, T. J. F, TAURA, T. A.; DRUMOND, M. A. (2013). *Mapeamento da desertificação do semiárido paraibano com base na sua cobertura vegetal e classes de solos*. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 16, Anais... INPE, p.3112-3118.
- SALLUM Jr., Brasília. (1996). *Labirintos: dos Gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. (2001). *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. Org. Fabiano Guilherme Mendes Santos. Rio de Janeiro. Editora: FGV.
- SANTOS, Wanderley G. dos. (1978). *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades.
- SANTOS, Wanderley G. dos. (1998). *Poliarquia em 3D*. Dados vol. 41 n. 2, Rio de Janeiro
- SANTOS, Wanderley G. dos. (2006). *O ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SARTORI, Giovanni. (1994). *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. São Paulo: Ática.
- SAWICKI, Frédéric. (1999). *Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique*. In: Offerlé, M. *La profession politique. XIXe-XXe Siècles*, Paris. Berlin.
- SCHLEGEL, Rogerio. (2005). *Mídia, confiança política e mobilização*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo.
- SCHLEGEL, Rogerio. (2013). *A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes*. In. **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia - o caso do Brasil**. Organização: José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello. EDUSP, São Paulo.
- SCHLESINGER, Joseph. (1966). *Ambition and Politics: Political Careers in the United States Hardcover*. Press: Rand McNally.

SCHMITT, Rogério. (1999). *Migração partidária e reeleição na Câmara dos Deputados*. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 54, pp. 127-146.

SCHMITT, Rogério. (2018). *O mito da renovação política. Artigo: In. Espaço Democrático - Fundação para Estudos e Formação política para o PSD*.

SCHWARTZMAN, Simon. (1988). *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Campus.

SEIDL, Ernesto. (2013). *De onde vêm os representantes de Sergipe: notas sobre Política em pequena escala (2013)*. In: *Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias /* organizador André Marengo. Porto Alegre: Editora da UFRGS; p. 171-188.

SHEPSLE, Kenneth A. *Estudiando las Instituciones: algunas lecciones del enfoque de la elección racional*. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, pp. 15-34.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. (1999). *Poder e política na Paraíba: Colônia e Império*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. GURJÃO, Eliete de Queiroz. ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro de. CITTADINO, Monique. **Estrutura e Poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. (2001). *A Democracia Interrompida*. Rio de Janeiro, FGV.

STONE, Lawrence. (1971). Prosopography. In: **Daedalus: Journal of American Academy of Arts and Sciences**, vol. 100, nº 1, p. 46-79.

STOKES, Susan. (1999). *What Do Policy Switches Tell Us about Democracy?* In: MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. *Democracy, Accountability and Representation*. Cambridge University Press.

TERUYA, Marisa Tayra. (2000). *A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas*. **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP.

TERUYA, Marisa Tayra. (2002). *Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba: 1870-1970*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TIEBOUT, Charles. (1956). *A Pure Theory of Local Expenditures*. **The Journal of Political Economy**, Vol. 64, No. 5, pp. 416-424.

TRUMAN, David B. (1951). *The Governmental Process: Political Interests and Public Opinion*. Alfred A. Knopf. Place of publication: New York.

TSEBELIS, George. (1995). *Decision Making in Political Systems: Veto Players in Presidentialism, Parliamentarism, Multicameralism and Multipartyism*. **British Journal of Political Science**, 25(3), 289-325.

URBINATI, Nadia. (2006). *O que torna a representação democrática?*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 191-228.

VIANNA, Francisco José de. (1956). *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio.

VIANNA, Francisco José de. (1973). *Populações meridionais do Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ Governo do Estado do Rio de Janeiro/UFF.

WEBER, Max. (1993). *Parlamento e Governo na Alemanha Reordenada – Crítica política ao funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis: Vozes.

WEBER, Max. (2011). *Ciência e Política: duas vocações*. 18.ed – São Paulo: Cultrix.

WEBER, Max. (2012). *Economia e Sociedade V1. e V.2*. Brasília. Editora: UNB.

ZUCCO, C. (2009). *Ideology or What? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings*. **The Journal of Politics**, vol. 71, n.3, 30.

**NA POEIRA DO NOSSO PASSADO:
perfil sociopolítico do Poder Legislativo do Estado da Paraíba
(1990 a 2018)**

ANEXO

**PARTIDOS, LIDERANÇAS E BASES ELEITORAIS
dados empíricos**

I. COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS (1990 a 2018);

Quadro 1. Coligações partidárias no Estado da Paraíba para as eleições de 1990 a 1998

Quadro 2. Coligações partidárias no Estado da Paraíba para as eleições de 2002 e 2006

Quadro 3. Coligações partidárias no Estado da Paraíba para as eleições de 2010 e 2014

Quadro 4. Coligações partidárias no Estado da Paraíba para as eleições de 2018

II. BASES ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS/MESORREGIÕES

Tabela 1. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (1990)

Tabela 2. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (1994)

Tabela 3. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (1998)

Tabela 4. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2002)

Tabela 5. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2006)

Tabela 6. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2010)

Tabela 7. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2014)

Tabela 8. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2018)

III. OS LÍDERES DE BANCADA NA ALPB (1990 a 2018)

Tabela 9. Líderes de bancada na ALPB - 12ª legislatura (1991 a 1995)

Tabela 9.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

Tabela 10. Líderes de bancada na ALPB - 13ª legislatura (1995 a 1999)

Tabela 10.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

Tabela 11. Líderes de bancada na ALPB - 14ª legislatura (1999 a 2003)

Tabela 11.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

Tabela 12. Líderes de bancada na ALPB - 15ª legislatura (2003 a 2007)

Tabela 12.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

Tabela 13. Líderes de bancada na ALPB - 16ª legislatura (2007 a 2011)

Tabela 13.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

Tabela 14. Líderes de bancada na ALPB - 17ª legislatura (2011 a 2015)

Tabela 14.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

Tabela 15. Líderes de bancada na ALPB - 18ª legislatura (2015 a 2019)

Tabela 15.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

Tabela 16. Líderes de bancada na ALPB - 19ª legislatura (2019 - aberto)

Tabela 16.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

IV. A FORÇA DOS PARTIDOS NA ALPB (1990 a 2018);

Tabela 17. Perdas e ganhos: partidos e blocos ideológicos - 1990 e 1994

Tabela 18. Perdas e ganhos: partidos e blocos ideológicos - 1998 e 2002

Tabela 19. Perdas e ganhos: partidos e blocos ideológicos - 2006 e 2010

Tabela 20. Perdas e ganhos: partidos e blocos ideológicos - 2014 e 2018

I. COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS (1990 a 2018)

Quadro 1. Coligações partidárias no Estado da Paraíba para as eleições de 1990 a 1998.

ANO	PARTIDOS COLIGADOS	NOME DA COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO VITORIOSA
1990	PDT/PFL/PTB/PL/PSC/PTR	Coligação Democrática Progressista	44,81%
	PDS/PRN	PDS/PRN	—
	PT/PSB/PCB/PCdoB	PT/PSB/PCB/PCdoB	—
	PMDB/PSDB	Paraíba Sim Senhor	55,19%
Paraíba Sim Senhor: (PMDB/PSDB) - 704.375 votos. As eleições de 1990 consagraram Ronaldo Cunha Lima (PMDB) governador e Cícero Lucena (PMDB) vice-governador. Foram derrotados em segundo turno os candidatos ao Governo e vice, Wilson Braga (PDT) e Enivaldo Ribeiro (PFL);			
1994	PL/PFL/PRN/PDT/PTB	União das Oposições Paraibana	41,70%
	PSTU/PSB/PV/PCdoB/PT	Frete Paraíba Popular	—
	PMDB/PSD/PRP/PSC/PPS/PP/PSDB/PPR	Frete Paraíba Unida	58,30%
Frete Paraíba Unida: (PMDB/PSD/PRP/PSC/PPS/PP/PSDB/PPR) - 781.349 votos. As eleições de 1994 consagraram Antônio Mariz e José Maranhão, ambos do PMDB, a governador e vice-governador do estado. Foram derrotados a candidata Lúcia Braga (PDT) e Evaldo Gonçalves (PFL);			
1998	PSTU	PSTU (sem coligação)	—
	PSB/PT/PCdoB/PV	Frete de Oposição Popular	16,11%
	PRP, PRN, PSDC	Frete Progressista Renovadora	—
	PMN, PPS	Frete Democrática Social	—
	PMDB/PSDB/PPB/PL/PFL/PSC/PSL/PTB/PST/PDT	Paraíba Unida	80,72%
Paraíba Unida: (PMDB/PSDB/PPB/PL/PFL/PSC/PSL/PTB/PST/PDT) - 877.852 votos. Em 1998, o PMDB elegeu em primeiro turno José Maranhão (governador) e Roberto Paulino (vice), derrotando os candidatos Gilvan Freire (PSB) e Hamurabi Duarte (PT);			

Fontes: TSE; Poder 360. Quadro elaborado pelo próprio autor, em 2020.

Nota: Em termos de organização política e ideológica das coligações e dos blocos partidários no interior da ALPB, tanto as disputas para o governo do Estado como para as 12^a, 13^a e 14^a legislaturas, conservaram um alto grau de coerência no que tange a clivagem dos programas de esquerda e de direita.

Quadro 2. Coligações partidárias no Estado da Paraíba para as eleições de 2002 e 2006.

ANO	PARTIDOS COLIGADOS	NOME DA COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO VITORIOSA
2002	PTN/PTdoB/PAN/PTC/PSB	Frente de Oposição Popular	—
	PDT/PTB	Frente Trabalhista Democrática	—
	PRP/PPS/PSL	Frente Trabalhista Popular	—
	PSDC/PPB/PHS/PMDB	Pra Frente Paraíba	48,65%
	PSC/PL/PCdoB/PT/PMN	Um Novo Caminho	—
	PV/PSDB/PFL/PRTB/PST/PSD	Por Amor à Paraíba	51,35%
Por Amor à Paraíba: (PSDB, PFL, PSD, PV, PST, PRTB, PPS, PRP) - 889.922 votos Em 2002, Cássio Cunha Lima (PSDB) foi eleito governador tendo como vice Lauremília Lucena (PSDB), derrotando os candidatos do PMDB Roberto Paulino e Gervásio Maia, bem como sua extensa coligação para o segundo turno das eleições (PMDB, PPB, PSDC, PHS, PDT, PTB, PSL);			
2006	PFL	Partido da Frente Liberal	—
	PRB/PMDB	Paraíba de Futuro	48,65%
	PSB/PC do B	Compromisso com a Paraíba	—
	PDT/PSC	Frente paraíba Cristã	—
	PT	Partido dos Trabalhadores	—
	PPS/PAN/PRTB/PHS/PV	Política com Ética e Decência	—
	PTdoB/PP/PTB/PTC/PTN/PSDB/PL	Por Amor à Paraíba 3	51,35%
Por Amor à Paraíba 3: (PSDB, PFL, PP, PTB, PTN, PL, PTC, PTdoB, PPS, PV, PHS, PRTB, PAN, PDT, PSC) - 1.003.102 votos. As eleições de 2006 reproduziram os resultados das eleições de 2002, consagrando a reeleição de Cássio Cunha Lima (PSDB) e seu vice, José Lacerda Neto (PFL), sobre José Maranhão (PMDB) e Luciano Cartaxo (PT) e sua coligação que contou com os seguintes partidos: PMDB, PT, PRB, PSB, PCdoB, PSL, PMN, PRONA;			

Fontes: TSE; Poder 360. Quadro elaborado pelo próprio autor, em 2020.

Nota: Apesar da re-orientação política dos partidos de esquerda, dois pontos merecem destaque: primeiro, o conflito local entre PSDB e PMDB, rompendo assim a coligação em nível nacional da chamada Grande Aliança, representada por José Serra (PSDB) e Rita Camata (PMDB) nas eleições de 2002; segundo, a coligação inaugural, para o governo do Estado, em 2006, entre PT e PMDB; acordo que será reproduzido nas eleições de 2010 e 2014 para o Executivo nacional, com Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB).

Quadro 3. Coligações partidárias no Estado da Paraíba para as eleições de 2010 e 2014.

ANO	PARTIDOS COLIGADOS	NOME DA COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO VITORIOSA
2010	PHS/PMN/PTdoB/PRTB	Paraíba Unida 3	—
	PP/PTB	Paraíba Unida 4	—
	PSC/PMDB	Paraíba Unida 5	46,30%
	PRB/PT/PCdoB/PSDC	Paraíba Unida 6	—
	PSL/PR	Paraíba Unida 7	—
	PTC/PV/PRP/PTN/PPS	Uma Nova Paraíba 3	—
	PST/PSB/PSDB/DEM	Uma Nova Paraíba 2	53,70%
Uma nova Paraíba: (PSB, PSDB, DEM, PDT, PPS, PTC, PV, PTN, PRP, PR) - 1.079.164 votos; Ricardo Coutinho (PSB) e Rômulo Gouveia (PSDB) foram eleitos em 2010 governador e vice-governador, derrotando a coligação formada por PMDB, PT, PP, PTB, PSC, PRB, PSL, PMN, PCdoB, PHS, PTdoB e PRTB, de José Maranhão (PMDB) e Rodrigo Soares (PT);			
2014	PP/PTB/PSDB/PEN/PR	A Vontade do Povo 2	47,39%
	PSDC/SD/PRB/PMN/PTN/PPS/PTdoB	A Vontade do Povo 3	—
	PSC/PSD	A Vontade do Povo 4	—
	PT/PMDB	Renovação da Verdade	—
	PHS/PV/PSL/PPL/PCdoB	A Força do Trabalho 4	—
	PRTB/PDT/PSB/PRP/DEM	A Força do Trabalho 2	52,61%
A Força do Trabalho: (PSB, PDT, PT, DEM, PRTB, PRP, PV, PSL, PCdoB, PHS, PPL) - 1.125.956 votos. Em 2014, Ricardo Coutinho (PSB) foi reeleito governador, tendo como vice Lígia Feliciano (PDT), derrotando os candidatos Cássio Cunha Lima e Rui Carneiro, ambos do PSDB, e sua extensa coligação formada por PSDB, PTB, PP, PR, PSC, PPS, PEN, PSD, SD, PMN, PTdoB, PROS, PTN, PRB, PSDC;			

Fontes: TSE, Poder 360. Quadro elaborado pelo próprio autor, em 2020.

Nota: No que toca ao Executivo Estadual, as eleições de 2010 configuraram uma verdadeira circulação das elites, com a vitória dos ex-deputados Ricardo Coutinho (PSB) e Rômulo Gouveia (PSDB), dois exemplares dos chamados “novos sujeitos” políticos. Na ALPB, a 17ª legislatura contou com uma base parlamentar formada por 17 deputados e a liderança de Léa Toscano, então líder do PSB na Assembleia e esposa de Zenóbio Toscano, uma das principais lideranças do PSDB no Estado ao lado do grupo Cunha Lima. Tanto na 17ª quanto na 18ª legislatura, o governo do Estado - PSB - contou com o apoio na Assembleia de partidos como DEM e PR (Republicanos), partidos com extensa base eleitoral no sertão paraibano.

Quadro 4. Coligações partidárias no Estado da Paraíba para as eleições de 2018.

ANO	PARTIDOS COLIGADOS	NOME DA COLIGAÇÃO	COLIGAÇÃO VITORIOSA
2018	PTC/PV/PSC/PSD/PSDB/PP/PHS	A Força da Esperança 2	—
	PSL/DC/PRTB/SOLIDARIEDADE	A Força da Esperança 4	—
	AVANTE/PROS/PT	A Força do Trabalho 4	23,41%
	REDE/PPS/DEM/PMN	A Força do Trabalho 5	—
	PR/MDB	Porque o Povo Quer 2	17,44%
	PATRI	Patriota	—
	PSB/PODE/PRP/PCdoB/PRB/PDT/PTB	A Força do Trabalho 3	58,18%
A Força do Trabalho: (PSB, PDT, PT, DEM, PR, PTB, PRP, PODE, PRB, PCdoB, AVANTE, PPS, REDE, PMN e PROS) - 1.119.758 votos Em 2018, João Azevedo (PSB) foi eleito em primeiro turno governador do Estado da Paraíba tendo como vice Lígia Feliciano (PDT). Derrotou, assim, os candidatos Lucélio Cartaxo (PV) e Micheline Rodrigues (PSDB); irmão do ex-prefeito de João Pessoa Luciano Cartaxo (PV) e esposa do ex-prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues (PSDB); além dos candidatos José Maranhão (MDB) e Bruno Roberto (PR), filho do deputado federal Wellington Roberto (PR);			

Fontes: TSE, Poder 360. Quadro elaborado pelo próprio autor, em 2020.

Nota: A extensa coalizão partidária organizada pelo ex-governador Ricardo Coutinho (PSB) garantiu a eleição em primeiro turno para o então desconhecido João Azevedo em 94% dos municípios paraibanos, derrotando portanto os candidatos Lucélio Cartaxo (PV) e José Maranhão (MDB), sendo a derrota do segundo mais significativa, uma vez que o PSB conseguira anular alguns dos tradicionais redutos eleitorais do MDB na região do Brejo Paraibano. Com o apoio do grupo Cunha Lima, Lucélio Cartaxo obteve melhor êxito eleitoral que seus adversários na região administrativa de Campina Grande.

II. BASES ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS: ideologia e partidos por mesorregiões

Tabela 1. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (1990)

BLOCO	MESORREGIÃO				TOTAL
	AGRESTE N (%)	BORBOREMA N (%)	SERTÃO N (%)	MATA N (%)	
Direita	2 (11,8)	2 (11,8)	9 (52,9)	4 (23,5)	17 (100)
Centro	3 (33,3)	1 (11,1)	3 (33,3)	2 (22,2)	9 (100)
Esquerda	- -	3 (30)	5 (50)	2 (20)	10 (100)
Força relativa da representação dos partidos eleitos por mesorregião					
PDS	- -	1 (12,5)	5 (62,5)	2 (25)	8 (100)
PFL	2 (22,2)	1 (11,1)	4 (44,4)	2 (22,2)	9 (100)
PMDB	3 (33,3)	1 (11,1)	3 (33,3)	2 (22,2)	9 (100)
PDT	- -	3 (37,5)	4 (50)	1 (12,5)	8 (100)
PT	- -	- -	1 (100)	- -	1 (100)
PC do B	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo autor; 2020.

Nota: Nas eleições de 1990, o bloco de direita obteve 47,2%, o bloco de centro 25%, e o bloco de esquerda 27,8%, dos 36 assentos da Assembleia Legislativa.
 Dos 17 assentos conquistados pelos partidos de direita, o PDS obteve, 47%, e o PFL, 53%.
 O PMDB, 100% dos assentos conquistados pelo centro, dos quais 67% dos votos foram obtidos nas regiões do agreste e do sertão.
 No bloco de esquerda, o PDT conquistou 90% dos 10 assentos.

Tabela 2. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (1994)

BLOCO	MESORREGIÃO				TOTAL
	AGRESTE N (%)	BORBOREMA N (%)	SERTÃO N (%)	MATA N (%)	
Direita	- -	1 (16,7)	5 (83,3)	- -	6 (100)
Centro	4 (21,1)	2 (10,5)	10 (52,6)	3 (15,8)	19 (100)
Esquerda	3 (27,3)	2 (18,2)	3 (27,3)	3 (27,3)	11 (100)
Força relativa da representação dos partidos eleitos por mesorregião					
PFL	1 (20)	- -	4 (80)	- -	5 (100)
PP*	- -	- -	1 (100)	- -	1 (100)
PMDB	4 (21,1)	2 (10,5)	10 (52,6)	3 (15,8)	19 (100)
PDT	2 (28,6)	- -	2 (28,6)	3 (48,9)	7 (100)
PT	- -	2 (66,7)	1 (33,3)	- -	3 (100)
PV	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)

*O PP elegeu Valdecir Amorim, porém perdeu a cadeira da 13ª legislatura com o traslado do parlamentar para o PFL;

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: O Partido Progressista (PP) da legislatura de 1994 foi formado, em 1993, pela fusão dos partidos PST – Partido Social Trabalhista – e PTR – Partido Trabalhista Renovador; e teve uma vida útil de dois anos. No ano de 1995, a legenda (PP) passou a chamar-se de Partido Progressista Brasileiro (PPB), que durou até 2003, quando retornou a ser apenas o Partido Progressista.

Dos 18 parlamentares oriundos do sertão paraibano, o PMDB elegeu 55,6% destes.

Tabela 3. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (1998)

BLOCO	MESORREGIÃO				TOTAL
	AGRESTE N (%)	BORBOREMA N (%)	SERTÃO N (%)	MATA N (%)	
Direita	1 (14,3)	1 (14,3)	4 (57,1)	1 (14,3)	7 (100)
Centro	5 (21,7)	3 (13)	9 (39,1)	6 (26,1)	23 (100)
Esquerda	2 (33,3)	1 (16,7)	- -	3 (50)	6 (100)
Força relativa da representação dos partidos eleitos por mesorregião					
PFL	1 (20)	1 (20)	3 (60)	- -	5 (100)
PP/PPB	- -	- -	1 (100)	- -	1 (100)
PSL	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PSDB	- -	2 (40)	3 (60)	- -	5 (100)
PMDB	5 (27,8)	1 (5,6)	6 (33,3)	6 (33,3)	18 (100)
PDT	1 (50)	- -	- -	1 (50)	2 (100)
PT	1 (33,3)	1 (33,3)	- -	1 (33,3)	3 (100)
PV	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: O domínio do PMDB nas eleições de 1998 expressa-se através da sobre-representação da legenda nas principais regiões do estado, com o domínio do grupo Cunha Lima na região do agreste, do grupo Motta-Wanderley na região do sertão e do grupo Maranhão na região da Mata Paraibana.

Tabela 4. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2002)

BLOCO	MESORREGIÃO				TOTAL
	AGRESTE N (%)	BORBOREMA N (%)	SERTÃO N (%)	MATA N (%)	
Direita	3 (42,9)	1 (14,3)	2 (28,3)	1 (14,3)	7 (100)
Centro	5 (22,7)	2 (9,1)	8 (36,4)	7 (31,8)	22 (100)
Esquerda	2 (28,6)	- -	1 (14,3)	4 (57,1)	7 (100)
Força relativa da representação dos partidos eleitos por mesorregião					
PFL	1 (25)	1 (25)	2 (50)	- -	4 (100)
PP/PPB	2 (100)	- -	- -	- -	2 (100)
PL	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PSDB	4 (40)	- -	4 (40)	2 (20)	10 (100)
PMDB	1 (11,1)	1 (11,1)	3 (33,3)	4 (44,4)	9 (100)
PTB	- -	1 (50)	1 (50)	- -	2 (100)
PDT	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PPS	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PT	1 (25)	- -	- -	3 (75)	4 (100)
PSB	- -	- -	1 (50)	1 (50)	2 (100)

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: As eleições de 2002 reproduzem a cisão entre os grupos Cunha Lima e Maranhão no interior da ALPB. As regiões do agreste e do sertão tornam-se espaço de influência do PSDB, dominado pelo grupo Cunha Lima, enquanto a região da mata paraibana, do grupo liderado por José Maranhão (MELO, 2010).

Tabela 5. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2006)

BLOCO	MESORREGIÃO				TOTAL
	AGRESTE N (%)	BORBOREMA N (%)	SERTÃO N (%)	MATA N (%)	
Direita	2 (28,6)	2 (28,6)	3 (42,9)	- -	7 (100)
Centro	4 (18,2)	1 (4,5)	5 (22,7)	12 (54,5)	22 (100)
Esquerda	2 (28,6)	1 (14,3)	3 (42,9)	1 (14,3)	7 (100)
Força relativa da representação dos partidos eleitos por mesorregião					
PFL/DEM	1 (16,7)	2 (33,3)	3 (50)	- -	6 (100)
PP	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PMDB	- -	- -	2 (20)	8 (80)	10 (100)
PSDB	3 (33,3)	1 (11,1)	2 (22,2)	3 (33,3)	9 (100)
PPS	- -	- -	1 (50)	1 (50)	2 (100)
PTB	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PDT	1 (50)	- -	1 (50)	- -	2 (100)
PT	- -	- -	1 (50)	1 (50)	2 (100)
PSB	1 (33,3)	1 (33,3)	1 (33,3)	- -	3 (100)

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: As eleições de 2006 consolidaram o domínio do PMDB, liderado por José Maranhão, na região da zona da mata paraibana, elegendo 61,5% dos deputados oriundos da região.

Tabela 6. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2010)

BLOCO	MESORREGIÃO				TOTAL
	AGRESTE N (%)	BORBOREMA N (%)	SERTÃO N (%)	MATA N (%)	
Direita	4 (33,3)	2 (16,7)	5 (41,7)	1 (8,3)	12 (100)
Centro	1 (5,9)	3 (17,6)	5 (29,4)	8 (47,1)	17 (100)
Esquerda	4 (57,1)	- -	2 (28,6)	1 (14,3)	7 (100)
Força relativa da representação dos partidos eleitos por mesorregião					
PFL/DEM	- -	1 (25)	3 (75)	- -	4 (100)
PP	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PR	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PSC	2 (50)	1 (25)	1 (25)	- -	4 (100)
PSL	- -	1 (33,3)	1 (33,3)	1 (33,3)	3 (100)
PMDB	1 (12,5)	- -	2 (25)	5 (62,5)	8 (100)
PSDB	- -	- -	2 (66,7)	1 (33,3)	3 (100)
PPS	- -	1 (50)	- -	1 (50)	2 (100)
PTdoB	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PTN*	- -	1 (50)	1 (50)	- -	2 (100)
PDT	- -	- -	1 (100)	- -	1 (100)
PT	2 (66,7)	- -	1 (33,3)	- -	3 (100)
PSB	2 (66,7)	- -	- -	1 (33,3)	3 (100)
*atual PODEMOS;					

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: As eleições de 2010 é caracterizada pelo processo de alta fragmentação partidária de antigas lideranças do PMDB, bem como da reestruturação do PFL/DEM.

Tabela 7. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2014)

BLOCO	MESORREGIÃO				TOTAL
	AGRESTE N (%)	BORBOREMA N (%)	SERTÃO N (%)	MATA N (%)	
Direita	3 (21,4)	2 (14,3)	6 (42,9)	3 (21,4)	14 (100)
Centro	3 (23,1)	- -	3 (23,1)	7 (53,8)	13 (100)
Esquerda	5 (55,6)	- -	1 (11,1)	3 (33,3)	9 (100)
Força relativa da representação dos partidos eleitos por mesorregião					
DEM	- -	1 (50)	1 (50)	- -	2 (100)
PEN/Patriota	- -	1 (25)	2 (50)	1 (25)	4 (100)
PP	1 (50)	- -	1 (50)	- -	2 (100)
PL/PR	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PRB	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PSC	1 (50)	- -	1 (50)	- -	2 (100)
PSL	- -	- -	1 (50)	1 (50)	2 (100)
PMDB	- -	- -	1 (25)	3 (75)	4 (100)
PSDB	1 (25)	- -	1 (25)	2 (50)	4 (100)
PSD	- -	- -	1 (50)	1 (50)	2 (100)
PTdoB/Avante	1 (50)	- -	- -	1 (50)	2 (100)
PTB	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PTN/Podemos	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PCdoB	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PT	2 (100)	- -	- -	- -	2 (100)
PSB	3 (60)	- -	1 (20)	1 (20)	5 (100)

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: As eleições de 2014 indicam a crescente fragmentação da representação em pequenas legendas, dominadas pelos novos grupos políticos, como a família Monteiro, Roberto, Germano e Barbosa.

Tabela 8. Distribuição dos blocos partidários por mesorregião - ALPB (2018)

BLOCO	MESORREGIÃO				TOTAL
	AGRESTE N (%)	BORBOREMA N (%)	SERTÃO N (%)	MATA N (%)	
Direita	3 (30)	- -	4 (40)	3 (30)	10 (100)
Centro	2 (11,8)	1 (5,9)	5 (29,4)	9 (52,9)	17 (100)
Esquerda	4 (44,4)	- -	1 (11,1)	4 (44,4)	9 (100)
Força relativa da representação dos partidos eleitos por mesorregião					
PATRIOTA	- -	- -	1 (50)	1 (50)	2 (100)
PP	- -	- -	2 (100)	- -	2 (100)
PL/PR	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PRB	- -	- -	1 (100)	- -	1 (100)
PRTB	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PSC	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PSL	1 (50)	- -	- -	1 (50)	2 (100)
MDB	- -	- -	- -	1 (100)	1 (100)
PSDB	- -	1 (33,3)	- -	2 (66,7)	3 (100)
PSD	- -	- -	1 (100)	- -	1 (100)
Cidadania	- -	- -	- -	2 (100)	2 (100)
Avante	- -	- -	3 (75)	1 (25)	4 (100)
PTB	1 (50)	- -	- -	1 (50)	2 (100)
Podemos	- -	- -	1 (33,3)	3 (66,7)	4 (100)
REDE	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PCdoB	1 (100)	- -	- -	- -	1 (100)
PSB	3 (37,5)	- -	1 (12,5)	4 (50)	8 (100)

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: As eleições de 2018 comprovaram a tendência de fragmentação da representação política no estado, caracterizado pela sobre-representação das legendas de centro, reproduzindo o antigo domínio do PMDB e seu modelo de governabilidade.

III. OS LÍDERES DE BANCADA NA ALPB (1990 a 2018)

Tabela 9. Líderes de bancada na ALPB - 12ª legislatura (1991 a 1995)

PARTIDO	LÍDER	BANCADA N (%)	POSIÇÃO
PFL	Álvaro Gaudêncio Neto	9 (25)	Oposição
PDS	Gervásio Bonavides Mariz Maia	9 (25)	Oposição
PMDB	Zenóbio Toscano de Oliveira	8 (22,2)	Governo
PDT	Pedro Adelson Guedes dos Santos	8 (22,2)	Oposição
PT	Chico Lopes (Francisco Lopes da Silva)	1 (2,8)	Oposição
PCdoB	Simão de Almeida Neto	1 (2,8)	Oposição

Fonte: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 9.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

LÍDER DE BANCADA	PROFISSÃO	PARENTESCO
Álvaro Gaudêncio Neto	advogado	Sobrinho de Álvaro Gaudêncio Filho, deputado federal pela Paraíba de 1971 a 1987. Sobrinho-neto de José Gaudêncio Correia de Queirós, senador pela Paraíba em 1930, constituinte em 1946, deputado federal por seu estado em 1946, 1947, 1948 e 1949 e de 1951 a 1953. Sobrinho de Manoel Gaudêncio, cumpriu três mandatos como deputado estadual; e primo de Bruno Gaudêncio, vereador na Câmara Municipal de Campina Grande e também deputado na Assembléia Legislativa do estado.
Gervásio Bonavides Mariz Maia	economista	Filho do ex-governador da Paraíba João Agripino Filho; pai do deputado federal e ex-deputado estadual Gervásio Maia (PSB);
Zenóbio Toscano de Oliveira	agrônomo	Casado com a ex-deputada e prefeita de Guarabira Léa Toscano e pai da deputada estadual Camila Toscano (PSDB);
Pedro Adelson Guedes dos Santos	advogado	-----
Chico Lopes	professor	-----
Simão de Almeida Neto	advogado	-----

Fontes: CPDOC; Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 10. Líderes de bancada na ALPB - 13ª legislatura (1995 a 1999)

PARTIDO	LÍDER	BANCADA N (%)	POSIÇÃO
PFL	Epitácio Leite Rolim	6 (16,7)	Oposição
PTB	Carlos Marques Dunga	2 (5,6)	Oposição
PMDB	Ariano Mário Fernandes Fonseca	18 (50)	Governo
PDT	José Luiz Júnior	7 (19,4)	Oposição
PT	Padre Adelino	2 (5,6)	Oposição
PV	Tota Agra	1 (2,8)	Independente

Fonte: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 10.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

LÍDER DE BANCADA	PROFISSÃO	PARENTESCO
Epitácio Leite Rolim	médico	Marido da ex-deputada estadual Maria do Rosário Gadelha Sarmento Leite (Zarinha);
Carlos Marques Dunga	empresário	Pai do ex-deputado estadual e ex-prefeito de Boqueirão Dunga Jr (PMDB - 1997 a 2005);
Ariano Mário Fernandes Fonseca	empresário	Sobrinho-neto dos ex-governadores João Fernandes de Lima (PSD) e José Fernandes de Lima (PSD);
José Luiz Júnior	jornalista	-----
Padre Adelino	sacerdote	-----
Tota Agra	empresário	Filho do ex-deputado estadual Everaldo da Costa Agra e irmão de Carlos Alberto Agra (PL; PP), vereador de Campina Grande entre 1989 e 1992 e 1997 e 2000;

Fontes: CPDOC; Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 11. Líderes de bancada na ALPB - 14ª legislatura (1999 a 2003)

PARTIDO	LÍDER	BANCADA N (%)	POSIÇÃO
PFL	José Lacerda Neto	5 (13,88)	Governo
PSL	Lúcia Braga	1 (2,77)	Governo
PSDB	José Wilson Santiago	5 (13,88)	Governo
PMDB	Francisca Gomes Araújo Motta	20 (55,55)	Governo
PDT	Vital do Rêgo Filho	1 (2,77)	Governo
PT	Ricardo Vieira Coutinho	3 (8,33)	Oposição
PV	Sargento Denis	1 (2,77)	Oposição

Fonte: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 11.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

LÍDER DE BANCADA	PROFISSÃO	PARENTESCO
José Lacerda Neto	político	Neto de José Lacerda Leite e filho de Joaquim Lacerda Leite, tradicionais políticos de São José de Piranhas (UDN e PSD); pai da vereadora de João Pessoa Raissa Lacerda;
Lúcia Braga (Antônia Lúcia Navarro Braga)	assistente social	Esposa do ex-governador e deputado Wilson Braga;
José Wilson Santiago	advogado	Pai do ex-deputado federal e deputado estadual Wilson Santiago Filho (PTB);
Francisca Gomes Araújo Motta	pedagoga/historiadora	Esposa do ex-deputado federal Edivaldo Motta e avó do deputado federal Hugo Motta (Republicanos);
Vital do Rêgo Filho	advogado e médico	Filho do ex-deputado federal Antônio Vital do Rêgo e da senadora Nilda Gondim; irmão do senador Veneziano Vital do Rêgo;
Ricardo Vieira Coutinho	farmacêutico	-----
Sargento Denis	militar	-----

Fontes: CPDOC; Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 12. Líderes de bancada na ALPB - 15ª legislatura (2003 a 2007)

PARTIDO	LÍDER	BANCADA N (%)	POSIÇÃO
PFL	Lúcia de Lourdes Monteiro da Costa	2 (5,55)	Governo
PPB	Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	2 (5,55)	Governo
PSDB	Rui Manuel Carneiro Barbosa da Aça Belchior	12 (33,33)	Governo
PL	Pastor Fausto de Oliveira	1 (2,77)	Governo
PPS	João Bosco Carneiro Júnior	1 (2,77)	Governo
PT	Ricardo Vieira Coutinho	4 (11,11)	Oposição
PMDB	Olenka Targino Maranhão Pedrosa	9 (25)	Oposição
PSB	Fabiano Carvalho de Lucena	2 (5,55)	Oposição
PDT	Vital do Rêgo Filho	1 (2,77)	Independente
PTB	Ricardo Marcelo	2 (5,55)	Independente

Fonte: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 12.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

LÍDER DE BANCADA	PROFISSÃO	PARENTESCO
Lúcia de Lourdes Monteiro da Costa	psicóloga	Casada com o ex-deputado Arnaldo Monteiro (PSC) e mãe do deputado estadual Anderson Monteiro (PSC);
Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	empresário	Filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro e de Virgínia Velloso Borges Ribeiro, prefeita de Pilar, PB. É irmão da senadora Daniella Ribeiro (PP);
Rui Manuel Carneiro Barbosa da Aça Belchior	administrador	Herdeiro político do senador Rui Carneiro e dos deputados Janduhy Carneiro e Carneiro Arnaud;
Pastor Fausto de Oliveira	pastor e radialista	-----
João Bosco Carneiro Júnior	servidor público	Filho do promotor de justiça e ex-deputado João Bosco Carneiro e pai do vice-prefeito de Alagoa Grande João Bosco Carneiro Neto (PP);
Ricardo Vieira Coutinho	farmacêutico	-----
Olenka Targino Maranhão Pedrosa	advogada	Sobrinha do ex-senador José Maranhão, filha da ex-prefeita de Araruna Wilma Targino Maranhão Pedrosa e irmã do ex-deputado federal Benjamin Maranhão;
Fabiano Carvalho de Lucena	não declarado	Sobrinho do ex-governador, ex-senador Cícero Lucena (PP);
Vital do Rêgo Filho	advogado	Filho do ex-deputado federal Antônio Vital do Rêgo e da senadora Nilda Gondim; irmão do senador Veneziano Vital do Rêgo;
Ricardo Marcelo (Ricardo Luis Barbosa de Lima)	empresário	Filho do ex-prefeito de Belém João Pedro e irmão do ex-prefeito e ex-deputado Tarcísio Marcelo;

Fontes: CPDOC; Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 13. Líderes de bancada na ALPB - 16ª legislatura (2007 a 2011)

PARTIDO	LÍDER	BANCADA N (%)	POSIÇÃO
PFL	José Aldemir Meireles de Almeida	6 (16,66)	Governo
PP	Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	1 (2,77)	Governo
PSDB	Romero Rodrigues Veiga	9 (25)	Governo
PPS	Maria do Socorro Marques	2 (5,55)	Governo
PT	Jeová Vieira Campos	2 (5,55)	Oposição
PMDB	Francisca Gomes Araújo Motta	10 (27,7)	Oposição
PSB	Guilherme Augusto Figueiredo de Almeida	3 (8,33)	Independente
PDT	Manoel Ludgério Pereira Neto	2 (5,55)	Governo
PTB	Carlos Marques Castro Júnior (Dunga Jr)	1 (2,77)	Governo

Fonte: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 13.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

LÍDER DE BANCADA	PROFISSÃO	PARENTESCO
José Aldemir Meireles de Almeida	médico	Casado com a deputada estadual Dra Paula (PP);
Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	empresário	Filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro e de Virgínia Velloso Borges Ribeiro, prefeita de Pilar, PB. É irmão da senadora Daniella Ribeiro (PP);
Romero Rodrigues Veiga	agrônomo	Irmão do ex-deputado Moacir Rodrigues e primo do ex-senador e ex-governador Cássio Cunha Lima (PSDB);
Maria do Socorro Marques	servidor público	Mãe de Monaci Marques Dantas (PRTB), vereador e prefeito por dois mandatos no município de Vista Serrana;
Jeová Vieira Campos	servidor público	-----
Francisca Gomes Araújo Motta	pedagoga/historiadora	Esposa do ex-deputado federal Edivaldo Motta e avó do deputado federal Hugo Motta (Republicanos);
Guilherme Augusto Figueiredo de Almeida	engenheiro civil	Filho do ex-prefeito de Campina Grande e ex-deputado estadual Orlando Almeida;
Manoel Ludgério Pereira Neto	empresário	Casado com a vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande Ivonete Almeida de Andrade Ludgério;
Carlos Marques Castro Júnior (Dunga Jr)	empresário	Pai do ex-deputado estadual e ex-prefeito de Boqueirão Dunga Jr (PMDB - 1997 a 2005);

Fontes: CPDOC; Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 14. Líderes de bancada na ALPB - 17ª legislatura (2011 a 2015)

PARTIDO	LÍDER	BANCADA N (%)	POSIÇÃO
DEM	Lindolfo Pires	4 (11,11)	Governo
PSC	Guilherme Augusto Figueiredo de Almeida	4 (11,11)	Oposição
PP	Daniella Velloso Borges Ribeiro	1 (2,77)	Oposição
PSL	Sebastião Tião Gomes Pereira	2 (5,55)	Oposição
PSDB	Dinaldo Medeiros Wanderley	4 (11,11)	Governo
PPS	Gilma Vasconcelos da Silva Germano	2 (5,55)	Governo
PT	Luciano Cartaxo Pires de Sá	3 (8,33)	Oposição
PMDB	Roberto Raniery de Aquino Paulino	8 (22,22)	Oposição
PSB	Maria Hailea Araújo Toscano	3 (8,33)	Governo
PDT	Manoel Ludgério Pereira Neto	1 (2,77)	Governo
PTdoB	Genival Matias de Oliveira Filho	1 (2,77)	Oposição
PR	Caio Figueiredo Roberto	1 (2,77)	Governo
PTN	Toinho do Sopão	2 (5,55)	Governo

Fonte: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 14.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

LÍDER DE BANCADA	PROFISSÃO	PARENTESCO
Lindolfo Pires	engenheiro	Neto do ex-vice-governador André de Paiva Gadelha;
Guilherme Augusto Figueiredo de Almeida	engenheiro civil	Filho do ex-prefeito de Campina Grande e ex-deputado estadual Orlando Almeida;
Daniella Velloso Borges Ribeiro	pedagoga	Filha do ex-deputado federal e ex-prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro e de Virgínia Velloso Borges Ribeiro, prefeita de Pilar, PB. É irmã do deputado federal Agnaldo Ribeiro (PP) e mãe de Lucas Ribeiro (PP), ex-vereador e atual vice-prefeito de Campina Grande;
Sebastião Tião Gomes Pereira	agrônomo	Irmão de Paulo Gomes Pereira (PSB), ex-prefeito de Areia por dois mandatos;
Dinaldo Medeiros Wanderley	economista	Pai do ex-deputado estadual Dinaldinho e marido da ex-deputada estadual Edna Wanderley;
Gilma Vasconcelos da Silva Germano	bancária	Esposa do deputado estadual Buba Germano (PSB);
Luciano Cartaxo Pires de Sá	farmacêutico	-----
Roberto Raniery de Aquino Paulino	empresário	Filho do ex-governador da Paraíba, Roberto Paulino (PMDB) e da ex-prefeita de Guarabira Fátima Paulino (PMDB);
Maria Hailea Araújo Toscano	empresária	Casada com o ex-deputado Zenóbio Toscano (PMDB; PSDB) e mãe da deputada estadual Camila Toscano (PSDB);
Manoel Ludgério Pereira Neto	empresário	Casado com a vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande Ivonete Almeida de Andrade Ludgério;
Genival Matias de Oliveira Filho	empresário	Filho do político e ex-juiz federal Genival Matias (UDN; PDS); irmão do prefeito de Juazeirinho, Bevilacqua Matias Maracajá, e pai da vice-prefeita Anna Virgínia de Brito Matias e do vereador de Soledade Genival Matias Neto (PT do B - 2012 a 2016);
Caio Figueiredo Roberto	estudante	Filho do deputado federal José Wellington Roberto;
Toinho do Sopão	marceneiro	-----

Fontes: CPDOC; Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 15. Líderes de bancada na ALPB - 18ª legislatura (2015 a 2019)

PARTIDO	LÍDER	BANCADA N (%)	POSIÇÃO
DEM	João Henrique de Souza	3 (8,33)	Governo
PEN	Ricardo Luís Barbosa de Lima	8 (22,22)	Independente
PP	Daniella Velloso Borges Ribeiro	1 (2,77)	Oposição
PR	Caio Figueiredo Roberto	1 (2,77)	Governo
PPL	Paulo Rogério de Souza Rêgo (Doda de Tião)	1 (2,77)	Governo
PSC	Arnaldo Monteiro Costa	3 (8,33)	Oposição
PSL	Sebastião Tião Gomes Pereira	1 (2,77)	Governo
PMDB	Roberto Raniery de Aquino Paulino	6 (16,66)	Oposição/Governo
PSDB	Dinaldo Medeiros Wanderley Filho (Dinaldinho)	1 (2,77)	Oposição
PSD	Manoel Ludgério Pereira Neto	4 (11,11)	Oposição
PPS	Gilma Vasconcelos da Silva Germano	1 (2,77)	Governo
PTdoB	Inácio Justino Falcão Pereira	1 (2,77)	Governo
PT	Antônio Ribeiro (Frei Anastácio)	3 (8,33)	Governo
PSB	Estelizabeth Bezerra de Souza	2 (5,55)	Governo

Fonte: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 15.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

LÍDER DE BANCADA	PROFISSÃO	PARENTESCO
João Henrique de Souza	empresário	Marido da deputada federal e ex-prefeita de Monteiro Edna Henrique (PSDB);
Ricardo Luís Barbosa de Lima	empresário	Filho do ex-prefeito de Belém João Pedro e irmão do ex-prefeito e ex-deputado Tarcísio Marcelo;
Daniella Velloso Borges Ribeiro	pedagoga	Filha do ex-deputado federal e ex-prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro e de Virgínia Velloso Borges Ribeiro, prefeita de Pilar, PB. É irmã do deputado federal Agnaldo Ribeiro (PP) e mãe de Lucas Ribeiro (PP), ex-vereador e atual vice-prefeito de Campina Grande;
Caio Figueiredo Roberto	estudante	Filho do deputado federal José Wellington Roberto;
Doda de Tião	empresário	Filho do ex-prefeito de Queimadas, Tião do Rêgo e irmão do prefeito de Queimadas Carlinhos de Tião (PTB - 2009 a 2013); (PSB - desde 2017);
Arnaldo Monteiro Costa	empresário	Pai do deputado estadual Anderson Monteiro (PSC) e marido da ex-deputada Lucinha Monteiro
Sebastião Tião Gomes Pereira	agrônomo	Irmão de Paulo Gomes Pereira (PSB), ex-prefeito de Areia por dois mandatos;
Roberto Raniery de Aquino Paulino	empresário	Filho do ex-governador da Paraíba, Roberto Paulino (PMDB) e da ex-prefeita de Guarabira Fátima Paulino (PMDB);
Dinaldo Medeiros Wanderley Filho (Dinaldinho)	médico	Filho dos ex-deputados Dinaldo Wanderley e Edna Wanderley;
Manoel Ludgério Pereira Neto	empresário	Casado com a vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande Ivonete Almeida de Andrade Ludgério;
Gilma Vasconcelos da Silva Germano	bancária	Esposa do deputado estadual Buba Germano (PSB);
Inácio Justino Falcão Pereira	político	-----
Antônio Ribeiro (Frei Anastácio)	sacerdote	-----
Estelizabel Bezerra de Souza	jornalista	-----

Fontes: CPDOC; Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 16. Líderes de bancada na ALPB - 19ª legislatura (2019 - aberto)

PARTIDO	LÍDER	BANCADA N (%)	POSIÇÃO
DEM	Felipe Leitão	1 (2,77)	Independente
PEN/PATRIOTA	Walber Virgulino	1 (2,77)	Oposição
PP	Jaci Severino de Souza (Galego de Souza)	2 (5,55)	Oposição
PR/PL	Caio Figueiredo Roberto	1 (2,77)	Independente
PRB/Republicanos	Nabor Wanderley da Nóbrega Filho	1 (2,77)	Independente
PRTB	Eduardo Carneiro	1 (2,77)	Oposição
PSC	Anderson Monteiro	1 (2,77)	Independente
PSL	Moacyr Barbosa da Veiga Filho	2 (5,55)	Oposição
PMDB	Roberto Raniery de Aquino Paulino	1 (2,77)	Oposição
PSDB	Camila Araújo Toscano de Moraes	3 (8,33)	Oposição
PSD	Manoel Ludgério	1 (2,77)	Independente
PPS/Cidadania	João Bosco Carneiro Júnior	2 (5,55)	Governo
PTdoB/Avante	Sebastião Tião Gomes Pereira	4 11,11	Independente
PTB	José Wilson Santiago Filho	2 (5,55)	Independente
PTN/Podemos	João Gonçalves de Amorim Sobrinho	3 (8,33)	Governo
REDE	Melchior Batista (Chió)	1 (2,77)	Governo
PCdoB	Inácio Justino Falcão Pereira	1 (2,77)	Governo
PSB	Maria Aparecida Ramos de Meneses (Cida Ramos)	8 22,22	Governo

Fonte: Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembleia Legislativa da Paraíba;

Tabela 16.1. Lideranças partidárias, profissão e parentesco político

LÍDER DE BANCADA	PROFISSÃO	PARENTESCO
Felipe Leitão	empresário	Filho do ex-deputado estadual Mikika Leitão e sobrinho do ex-deputado federal Inaldo Leitão
Walber Virgulino	militar	-----
Galego de Souza	comerciante	Tio do ex-prefeito de São Bento, Gemilton Souza (PR - 2012 a 2016);
Caio Figueiredo Roberto	empresário	Filho do deputado federal José Wellington Roberto;
Nabor Wanderley da Nóbrega Filho	empresário	Pai do deputado federal Hugo Motta e filho do ex-prefeito de Patos, Nabor Wanderley da Nóbrega;
Eduardo Carneiro	empresário	-----
Anderson Monteiro	advogado	Filho do ex-prefeito e ex-deputado estadual Arnaldo Monteiro (PSC) e da ex-deputada estadual e ex-prefeita Lucinha Monteiro;
Moacyr Barbosa da Veiga Filho	servidor público	Irmão do prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues (PSDB) e primo de Cássio Cunha Lima (PSDB);
Roberto Raniery de Aquino Paulino	empresário	Filho do ex-governador da Paraíba, Roberto Paulino (PMDB) e da ex-prefeita de Guarabira Fátima Paulino (PMDB);
Camila Araújo Toscano de Moraes	advogada	Filha dos ex-deputados Zenóbio Toscano e Léa Toscano;
Manoel Ludgério	empresário	Casado com a vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande Ivonete Almeida de Andrade Ludgério;
João Bosco Carneiro Júnior	servidor público	Filho do promotor de justiça e ex-deputado João Bosco Carneiro e pai do vice-prefeito de Alagoa Grande João Bosco Carneiro Neto (PP);
Sebastião Tião Gomes Pereira	agrônomo	Irmão de Paulo Gomes Pereira (PSB), ex-prefeito de Areia por dois mandatos;
José Wilson Santiago Filho	advogado	Filho do ex-senador e deputado federal Wilson Santiago (PTB);
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	zootecnista	-----
Chió	agrônomo	Irmão de ex-secretário estadual de Agricultura e ex-vereador de Remígio, Marenilson Batista;
Inácio Justino Falcão Pereira	político	-----
Cida Ramos	servidor público	-----

Fonte: Memorial da Assembleia Legislativa da Paraíba;

IV. A FORÇA DOS PARTIDOS NA ALPB (1990 a 2018)

Tabela 17. Perdas e ganhos: partidos e blocos ideológicos - 1990 e 1994

PARTIDOS		1990 N	1994 N	Diferença N	Ganhos/Perdas (%)
DIREITA	PDS	9 (- 1)	0	- 8	- 100
	PFL	9	5	- 4	- 44,44
	PP	0	1	+ 1	0
<i>Subtotal-direita</i>		<i>17</i>	<i>6</i>	<i>- 12</i>	<i>- 64,7</i>
CENTRO	PMDB	8 (+ 1)	19	+ 10	+ 111,11
<i>Subtotal-centro</i>		<i>9</i>	<i>19</i>	<i>+ 10</i>	<i>+ 111,11</i>
ESQUERDA	PDT	8	7	- 1	- 12,7
	PT	1	3	+ 2	+ 200
	PC do B	1	0	- 1	0
	PV	0	1	+ 1	0
<i>Subtotal-esquerda</i>		<i>10</i>	<i>11</i>	<i>+1</i>	<i>+ 10</i>
TOTAL		36	36	////////////////	////////////////

Fonte: TSE; TRE-PB.

Nota: Na comparação das eleições de 1990 e 1994, os partidos de direita, PDS e PFL, foram o que mais perderam força de representação, o PMDB teve um aumento de 111% em sua representação no Legislativo estadual, e, o PT, no campo da esquerda, de modo geral foi o partido com melhor êxito representativo.

Tabela 18. Perdas e ganhos: partidos e blocos ideológicos - 1998 e 2002.

PARTIDOS		1998 N	2002 N	Diferenças N	Ganhos/Perdas (%)
DIREITA	PFL	5	4	- 1	- 20
	PP/PPB	1	2	+ 1	100
	PL	0	1	+ 1	0
	PSL	1	0	- 1	0
<i>Subtotal-direita</i>		<i>7</i>	<i>7</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
CENTRO	PMDB	18	9	- 9	- 50
	PSDB	5	10	+ 5	100
	PPS	0	1	+ 1	0
	PTB	0	2	+ 2	0
<i>Subtotal-centro</i>		<i>23</i>	<i>22</i>	<i>- 1</i>	<i>- 4,34</i>
ESQUERDA	PDT	2	1	- 1	- 50
	PT	3	4	+ 1	+ 33,3
	PSB	0	2	+ 2	0
	PV	1	0	- 1	0
<i>Subtotal-esquerda</i>		<i>6</i>	<i>7</i>	<i>+ 1</i>	<i>16,16</i>
TOTAL		36	36	////////////////////	////////////////////

Fonte: TSE; TRE-PB.

Nota: Em termos comparativos, os tradicionais partidos dominantes do estado, PDT, PMDB e PFL, foram os que mais perderam força de representação na ALPB, -50%, -50% e - 20%, respectivamente.

Tabela 19. Perdas e ganhos: partidos e blocos ideológicos - 2006 e 2010.

PARTIDOS		2006 N	2010 N	Diferenças N	Ganhos/Perdas (%)
DIREITA	PFL/DEM	6	4	- 2	- 33,3
	PP	1	1	0	0
	PR	-	1	+ 1	0
	PSC	-	4	+ 4	0
	PSL	-	2	+ 2	0
Subtotal-direita		7	12	+ 5	+ 71,2
CENTRO	PMDB	10	8	- 2	- 20
	PSDB	9	4	- 5	- 44,44
	PPS	2	2	0	0
	PTB	1	0	- 1	0
	PT do B	0	1	+ 1	0
	PTN/Podemos	0	2	+ 2	0
Subtotal-centro		22	17	- 5	- 22,72
ESQUERDA	PDT	2	1	- 1	- 50
	PT	2	3	+ 1	+ 50
	PSB	3	3	0	0
Subtotal-esquerda		7	7	0	0
TOTAL		36	36	////////////////////	////////////////////

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: Em relação às eleições de 2006, as eleições de 2010 foram caracterizadas pelo significativo aumento da representação conservadora, +71%. Os partidos PSDB e PMDB, então liderados pelos grupos Cunha Lima e Maranhão, respectivamente, além do DEM, antigo PFL, foram os que mais perderam força de representação parlamentar no estado; marcando portanto o fim de um ciclo de representação orientado pelas tradicionais famílias em conflito.

Tabela 20. Perdas e ganhos: partidos e blocos ideológicos - 2014 e 2018

PARTIDOS		2014 N	2018 N	Diferenças N	Ganhos/Perdas (%)
DIREITA	DEM	2	0 (+1)	- 1	- 50
	PEN/PATRIOTA	4	2 (-1)	- 1	- 25
	PP	2	2	0	0
	PL/PR	1	1	0	0
	PRB/Republicanos	1	1	0	0
	PRTB	0	1	+ 1	0
	PSC	2	1	- 1	- 50
	PSL	2	2	0	0
Subtotal-direita		14	10	- 4	- 28,57
CENTRO	PMDB	4	1	- 3	- 75
	PSDB	4	3	- 1	- 25
	PSD	2	1	- 1	- 50
	PPS/Cidadania	0	2	+ 2	0
	PT do B/Avante	2	4	+ 2	+ 100
	PTB	1	2	+ 1	+ 100
	PTN/Podemos	1	3	+ 2	+ 200
	REDE	0	1	+ 1	0
Subtotal-centro		14	17	+ 3	+ 21,42
ESQUERDA	PCdoB	1	1	0	0
	PT	2	0	- 2	0
	PSB	5	8	+ 3	+ 60
Subtotal-esquerda		8	9	+ 1	+ 12,5
TOTAL		36	36	////////////////	////////////////

Fonte: TRE-PB. Tabela elaborada pelo próprio autor; 2020.

Nota: Na contramão do cenário nacional, em que os partidos de direita e extrema-direita foram vitoriosos, na Paraíba, a representação parlamentar apresentou seu caráter conservador através da alta representação dos partidos de centro, com maior peso para os partidos de centro-esquerda, aliados ao governo do Estado